



**Poltécnico
de Viseu**

Escola Superior
de Educação
de Viseu

PV - ESEV 2022

Perspetivas dos professores sobre os efeitos da (não)-retenção escolar na aprendizagem dos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico

Carolina da Rosa

Carolina da Rosa Perspetivas dos professores sobre os efeitos da (não)-retenção escolar na aprendizagem dos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico

Viseu, maio de 2022



**Politécnico
de Viseu**

Escola Superior
de Educação
de Viseu

Perspetivas dos professores sobre os efeitos da (não)-retenção escolar na aprendizagem dos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico

Carolina da Rosa

Relatório Final de Estágio

Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico

Trabalho efetuado sob a orientação de
Professor Doutor Henrique Ramalho
Professor Doutor João Rocha

Viseu, maio de 2022

Agradecimentos

Com o término deste Relatório Final de Estágio não posso deixar de agradecer a todos aqueles que de forma direta ou indireta tiveram um papel fundamental na concretização deste sonho.

Quero começar por agradecer, a orientação que o Professor Doutor Henrique Ramalho e o Professor Doutor João Rocha me proporcionaram. Agradeço toda a disponibilidade, partilhas de conhecimento, pela compreensão, pela dedicação e confiança que depositaram em mim ao longo desta caminhada, ajudando-me a ultrapassar os momentos mais difíceis deste Relatório Final de Estágio.

Um agradecimento especial a todos os meus professores que contribuíram de alguma forma por ser a pessoa que sou hoje, a todos sem exceção, muito obrigada.

Um obrigada do fundo do coração aos meus pais que me possibilitaram esta experiência e por todo o apoio que me deram, mesmo a vários quilómetros de distância nunca deixaram de estar presentes. Ao meu irmão, afilhada, avós e a todos os restantes membros da minha família, obrigada por se preocuparem comigo e pelas palavras de apoio. Sem dúvida alguma que se cheguei até aqui foi porque tive um excelente suporte familiar, obrigada!

Quero deixar também um agradecimento especial ao meu namorado por todo o apoio e paciência que teve comigo ao longo deste processo. Por ter sempre uma palavra de motivação para me dar nos dias menos bons e por me felicitar nas pequenas vitórias. Obrigada por todo o apoio incondicional, companheirismo, compreensão, amizade, carinho e amor.

Aos amigos que Viseu me deu que também foram elementos fundamentais nesta longa caminhada: obrigada por me terem acolhido tão bem. Em especial à Daniela, a minha colega de estágio e companheira desta jornada, obrigada por toda a amizade e companheirismo.

Por fim, mas não menos importante, quero agradecer aos meus amigos de sempre por estarem presentes de alguma forma.

A todos, o meu muitíssimo obrigada!

Resumo:

O presente Relatório Final de Estágio contempla o trabalho desenvolvido no âmbito do Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico. Este encontra-se dividido em duas partes fundamentais, nomeadamente, uma que apresenta uma reflexão crítica sobre toda a prática desenvolvida e outra que diz respeito, à investigação sobre a temática de (não)retenção escolar que tem como título *Perspetivas dos professores sobre os efeitos da (não)-retenção escolar na aprendizagem dos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico*. A retenção escolar é uma das maiores problemáticas do sistema de ensino português, pelo facto de o nosso país ter as taxas mais altas dos países analisados pela OCDE (2012; 2013). Assim sendo, a problemática da não-retenção dos alunos do ensino básico, para anos não terminais, passou a ser normalizada pelo Decreto-Lei n.º 17/2016, de 4 de abril. O CNE (2017) refere que os alunos retidos sofrem um processo de regressão na sua autoestima e da sua socialização, conduzindo a níveis preocupantes de alienação face à escola, com repercussões no aumento dos índices de abandono escolar. Com este trabalho de investigação temos como principal objetivo compreender as mudanças operadas no Sistema, nas escolas e nas práticas e perceções dos professores sobre esta temática de não-retenção. A investigação é de natureza qualitativa, foi realizada em duas escolas localizadas em contextos distintos, estando uma localizada na zona centro do Continente e a outra na Região Autónoma dos Açores. Para a recolha de dados recorremos à entrevista semiestruturada. Os resultados indicam que a expectativa da não-retenção cabe mais às famílias e à sociedade e que os professores inquiridos se mostram cautelosos com as medidas de não-retenção.

Palavras-Chave: Não-Retenção Escolar; Retenção Escolar; Sucesso Escolar; Insucesso Escolar; 1.º Ciclo do Ensino Básico.

Abstract:

The present Internship Final Report it's found divided into two fundamental parts, namely a critical reflection on all the practice developed and the other part concerns, a investigation about the theme of (non)-school retention entitled Teacher's perspectives on the effects of the (non)-school retention of primary school student's learning.

School retention is one of the biggest problems in the portuguese education system, due to the fact that our country has the highest rates in the countries analyzed by the OCDE (2012;2013). Therefore, the issue of no-retention of basic education students for no-terminal years is now normalized by Decree-Law n.º 17/2016, of 4 April. The CNE (2017) states that retained students undergo a process of regression in their self-esteem and socialization, leading to worrying levels of alienation from the school, with repercussions on the increase in school dropout rates.

With this research work, our main objective is to understand the changes in the System, in schools and in the practices and perceptions of teachers on this theme of no-retention. The investigation is of a qualitative nature, it was carried out in two schools located in diferente contexts, one located in the center of mainland Portugal and the other in the Autonomes Regions of the Azores. In terms of technique, we resorted to semi-structured interviews, operationg with two case studies. The results indicate that the expectation of no-retention is more for families and society, the inquired teachers are cautious with the measure of no-retention.

Key-words: No-School Retention; School Retention; School Success; School Failure; Primary School.

Índice

Introdução Geral	1
Parte I- Reflexão crítica sobre as práticas em contexto	4
Nota Introdutória	5
Capítulo I: Contextualização e apreciação crítica dos estágios desenvolvidos	7
1. 1.º Ciclo do Ensino Básico	7
2. Educação Pré-Escolar	20
3. Síntese Global da reflexão.....	30
Parte II- Trabalho de investigação	32
Nota Introdutória	33
Capítulo I: Enquadramento teórico	35
1. Retenção Escolar: conceito e efeitos	35
2. A prática da Não-Retenção Escolar	37
3. Sucesso e Insucesso Escolar	39
4. Relação entre retenção e sucesso/ insucesso escolar.....	41
5. Cultura e “custo” da retenção	42
6. Estratégias para melhorar o ensino e o desempenho dos alunos	44
7. Enquadramento legislativo.....	46
Capítulo II: Metodologia da investigação	47
1. Delimitação do objeto de estudo/ enunciado do problema	50
2. Justificação e relevância do estudo	51
3. Definição dos objetivos da investigação	52
4. Tipo de investigação.....	53
5. Participantes e a sua caracterização	55
6. Técnicas e instrumentos de recolha de dados	57
7. Procedimento	60
Capítulo III: Resultados e discussão	62
1. Descrição e análise de dados.....	62
2. Discussão dos dados.....	102

3. Conclusão do estudo	109
Conclusão geral.....	112
Referências Bibliográficas	114
Anexos	124
Anexo 1- Exemplo de um livro-álbum <i>Com o Tempo</i> de Isabel Minhós Martins com ilustrações de Madalena Matoso	124
Anexo 2- Projeto “Cantar aos Reis”	124
Anexo 3- Participação dos pais no Projeto as Profissões	126
Anexo 4- Certificado de participação <i>Aprender em Comunidade</i>	126
Anexo 5- Certificado de participação <i>Entender Autismo</i>	127
Anexo 6- Certificado de participação de um poster nos <i>Olhares sobre a educação VI</i>	127
Anexo 7- Certificado de presença Plano Estratégico Nacional de Segurança Rodoviária.....	128
Anexo 8- Certificado da formação <i>Suporte Básico de Vida</i>	128
Anexo 9- Certificado da formação Era uma vez os contos infantis: uma ferramenta psicoeducativa	129
Anexo 10- Instrumento de regulação: quadro de atividades livres.....	129
Anexo 11- Instrumento de regulação: quadro de presenças.....	130
Anexo 12- Construção em legos	130
Anexo 13- Exemplo de uma exposição sobre a profissão dos pais das crianças ..	130
Anexo 14- Exposição do mural para a comunidade educativa sobre as profissões dos pais das crianças do JI.....	131
Anexo 15- Certificado de Formação Pedagógica Inicial de Formadores.....	131
Apêndices.....	1
Apêndice 1- Exemplo de plano de aula 1.º CEB.....	1
Apêndice 2- Roda da tabuada do 4.....	2
Apêndice 3- Ficha de trabalho adaptada para um aluno com Necessidades de Saúde Especiais sobre a compreensão de um livro-álbum.....	3
Apêndice 4- Ficha de trabalho sobre a compreensão de um livro-álbum.....	1

Apêndice 5- Excerto de um relatório semanal	1
Apêndice 6- Tabela de avaliação das crianças.....	2
Apêndice 7- Exemplo de plano de aula EPE	3
Apêndice 8- Guião da entrevista	5
Apêndice 9- Pedido de autorização para a realização do estudo	9
Apêndice 10- Transcrição da entrevista da professora Rita (Viseu)	10
Apêndice 11- Transcrição da entrevista da professora Micaela (Viseu).....	15
Apêndice 12- Transcrição da entrevista da professora Inês (Viseu)	22
Apêndice 13- Transcrição da entrevista da professora Sandra (Viseu)	29
Apêndice 14- Transcrição da entrevista da professora Marlene (Viseu)	34
Apêndice 15- Transcrição da entrevista da professora Carla (Viseu)	39
Apêndice 16- Transcrição da entrevista do professor José (Viseu)	43
Apêndice 17- Transcrição da entrevista da professora Elisa (Viseu)	49
Apêndice 18- Transcrição da entrevista da professora Lisa (Açores)	58
Apêndice 19- Transcrição da entrevista da professora Marla (Açores).....	62
Apêndice 20- Transcrição da entrevista do professora Filipe (Açores)	66
Apêndice 21- Transcrição da entrevista da professora Joana (Açores).....	71
Apêndice 22- Transcrição da entrevista da professora Júlia (Açores)	77
Apêndice 23- Transcrição da entrevista da professora Maria (Açores).....	81
Apêndice 24- Transcrição da entrevista da professora Margarida (Açores).....	86
Apêndice 25- Transcrição da entrevista da professora Ana (Açores)	90

Índice de Tabelas

Tabela 1- Quadro Legislativo de referência sobre as políticas de práticas de retenção escolar em Portugal.....	46
Tabela 2- Caracterização dos participantes de uma escola do concelho de Viseu	56
Tabela 3- Caracterização dos participantes de uma escola da Região Autónoma dos Açores	56
Tabela 4- Análise de conteúdo das entrevistas.....	59
Tabela 5- Descrição dos dados relativos à entrevista da professora Rita (Viseu)	62
Tabela 6- Descrição dos dados relativos à entrevista da professora Micaela (Viseu) ..	65
Tabela 7- Descrição dos dados relativos à entrevista da professora Inês (Viseu).....	68
Tabela 8- Descrição dos dados relativos à entrevista da professora Sandra (Viseu) ..	70
Tabela 9- Descrição dos dados relativos à entrevista da professora Marlene (Viseu) ..	71
Tabela 10- Descrição dos dados relativos à entrevista da professora Carla (Viseu) ...	74
Tabela 11- Descrição dos dados relativos à entrevista do professor José (Viseu)	77
Tabela 12- Descrição dos dados relativos à entrevista da professora Elisa (Viseu)....	79
Tabela 13- Descrição dos dados relativos à entrevista da professora Lisa (Açores) ...	82
Tabela 14- Descrição dos dados relativos à entrevista da professora Marla (Açores) ..	85
Tabela 15- Descrição dos dados relativos à entrevista do professor Filipe (Açores) ...	87
Tabela 16- Descrição dos dados relativos à entrevista da professora Joana (Açores) ..	90
Tabela 17- Descrição dos dados relativos à entrevista da professora Júlia (Açores) ..	92
Tabela 18- Descrição dos dados relativos à entrevista da professora Maria (Açores) ..	95
Tabela 19- Descrição dos dados relativos à entrevista da professora Margarida (Açores)	97
Tabela 20- Descrição dos dados relativos à entrevista da professora Ana (Açores) ...	99

Tábua de abreviaturas e siglas

1.º CEB - Primeiro Ciclo do Ensino Básico

CNE - Conselho Nacional de Educação

EPE - Educação Pré-Escolar

JJ - Jardim de Infância

NSE - Necessidades de Saúde Especiais

OCEPE - Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar

PES - Prática de Ensino Supervisionada

PES1.ºCEB - Prática de Ensino Supervisionada no 1.º Ciclo do Ensino Básico

PESEPE - Prática de Ensino Supervisionada na Educação Pré-Escolar

RFE - Relatório Final de Estágio

TIC - Tecnologias da Informação e Comunicação

Introdução Geral

O presente Relatório Final de Estágio (RFE) foi desenvolvido no âmbito da unidade curricular de *Seminário de Investigação sobre as Práticas*. A realização deste Relatório desenvolveu-se em duas partes, sendo que a primeira se reporta a uma reflexão crítica sobre as práticas em contexto, como a Prática de Ensino Supervisionada no 1.º Ciclo do Ensino Básico (PES1.ºCEB) e a Prática de Ensino Supervisionada em Educação Pré-Escolar (PESEPE), e a segunda diz respeito ao trabalho de investigação.

A escrita deste RFE é feita através da primeira pessoa do plural, ao longo de todo o relatório que aborda o trabalho desenvolvido nestes dois anos de formação, de modo a obtermos uma leitura mais pessoal e um discurso mais fluente.

A Prática de Ensino Supervisionada (PES) é a etapa onde os alunos se confrontam com a realidade e onde podemos colocar em prática os conhecimentos construídos nas diversas componentes da formação inicial. Em conformidade com Piconez (2013) que afirma “o contexto relacional entre prática-teoria-prática apresenta importante significado na formação do professor, pois orienta a transformação do sentido da formação do conceito de unidade, ou seja, da teoria e prática relacionadas e não apenas justaposta ou dissociadas” (pp. 10-11). Os alunos quando iniciam a PES podem sentir necessidade de dar resposta a variadas competências que se encontram no Regulamento do 2.º Ciclo do Estudo em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico.

A primeira parte do RFE refere-se ao percurso formativo construído em contextos de estágio desenvolvidos quer no 1.º CEB quer na EPE. Esta parte é apresentada através da caracterização dos locais de estágio, mantendo a sua identidade confidencial, respetiva caracterização das crianças/alunos, e, posteriormente, uma apreciação crítica das competências desenvolvidas. Esta apreciação foi construída à luz dos Padrões de Desempenho Docente, preconizados pelo Despacho n.º 16034/2010, de 22 de outubro. Assim como, tivemos em consideração alguns documentos oficiais como o Perfil Específico de desempenho profissional do educador de infância e do professor do 1.º CEB (Decreto-Lei n.º 240/2001, de 30 de agosto), o Estatuto da Carreira Docente (Lei n.º 16/2016) e o Regime jurídico da habilitação profissional para a docência na Educação Pré-Escolar e nos Ensinos Básico e Secundário (Decreto-Lei n.º 79/2014, de 14 de maio). Nesta apreciação são debatidas as várias dimensões que estão articuladas com os estágios desenvolvidos ao longo das unidades curriculares de PES. É fundamental um professor/ educador refletir sobre as suas prática letiva, segundo as palavras de Rodrigues (2012) o “professor reflexivo é aquele que pensa constantemente

sobre a sua prática, pensa e repensa os seus sucessos e os seus fracassos, aproveitando a reflexão para ajustar estratégias e melhorar/ alterar o processo ensino aprendizagem” (p.2). No término da primeira parte é apresentada uma síntese global das reflexões críticas.

A segunda componente do RFE é relativa à parte de investigação, na qual é apresentado um estudo realizado a partir de várias questões que surgiram na PES1.ºCEB. Essas questões foram essenciais para nortear este trabalho de investigação, as quais foram: de que forma os professores incluem um aluno retido na turma?; quais são as estratégias que o docente pode utilizar para colmatar as dificuldades dos alunos?; quais são os benefícios que a retenção trará ao aluno?. Nesta secção, surge a temática abordada neste projeto de investigação que é a retenção e não-retenção escolar. Esta investigação tem como principal objetivo, *verificar de que modo estão os professores do 1.º CEB a acolher e a lidar com a não-retenção escolar nas suas práticas*. Assim, o trabalho de investigação intitula-se *Perspetivas dos professores sobre os efeitos da (não)-retenção escolar na aprendizagem dos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico*.

A prática de retenção no nosso país é algo bastante comum, que apresenta elevadas taxas de retenção em comparação com outros países europeus, segundo dados analisados pela OCDE (2012; 2013). Cada vez mais nas escolas têm se debatido a temática da retenção, se realmente é benéfica, quais são as suas implicações, entre outros aspetos. No entanto, compete aos interessados, sobre este tema, desenvolver estudos que possam permitir a sua compreensão e nada melhor do que saber a opinião de quem está “no terreno” há vários anos. Na nossa opinião, os políticos da educação devem ter em consideração a opinião dos professores do 1.º CEB, no que diz respeito à aplicação desta medida. Nesse sentido, a realização deste trabalho de investigação visa dar a sua contribuição, uma vez que irão ser retiradas conclusões relevantes relativamente à medida de não-retenção dos alunos no 1.º CEB.

A segunda parte do trabalho, tal como a primeira, encontra-se dividida em quatro capítulos. O Capítulo I: Enquadramento teórico, está dividido em subcapítulos, como: Retenção Escolar: conceitos e efeitos; A prática da Não-Retenção Escolar; Sucesso e Insucesso Escolar; Relação entre Retenção e Sucesso/ Insucesso Escolar; Cultura e “custo” da retenção; Estratégias para melhorar o ensino e o desempenho dos alunos; Enquadramento legislativo. O Capítulo II, que diz respeito à Metodologia de investigação, está dividido em várias secções, como: Delimitação do objeto de estudo/enunciado do problema; Justificação e relevância do estudo; Definição dos objetivos da investigação; Tipo de investigação; Participantes e a sua caracterização;

Técnicas e instrumentos de recolha de dados; Procedimento. O último capítulo refere-se aos resultados e à sua discussão. Primeiramente é apresentada a descrição e análise dos dados e, posteriormente, é apresentada a discussão dos dados obtidos; de seguida, apresentamos uma conclusão do estudo. Para a realização deste estudo foi necessário entrevistar 16 (dessásseis) professores do 1.º CEB, de uma escola situada na zona centro do Continente e outra escola localizada na Região Autónoma dos Açores, por ser a área de residência da investigadora. Nesse sentido, entrevistámos 8 (oito) professores de cada escola.

Por fim, expomos uma conclusão geral do Relatório Final de Estágio, na qual é apresentada uma reflexão global de todo o percurso desenvolvido nestes dois anos de Mestrado em Educação Pré-Escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico. Ainda nesta conclusão, são apresentadas as limitações do estudo e sugestões para investigações futuras.

Parte I- Reflexão crítica sobre as práticas em contexto

Nota Introdutória

O presente Relatório Final de Estágio foi desenvolvido com base numa análise crítica do trabalho realizado no Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico.

No âmbito da formação na área de docência, o trabalho agora apresentado integra-se nas unidades curriculares de Prática de Ensino Supervisionada (PES) no 1.º Ciclo do Ensino Básico (I e II) e Prática de Ensino Supervisionada na Educação Pré-Escolar (I e II). Estas unidades curriculares de PES proporcionaram à investigadora a oportunidade de vivenciar a experiência de como é ser Educadora de Infância e Professora do 1.º Ciclo do Ensino Básico. Desta forma, permitiu-nos compreender as diferenças entre ambos os papéis, assim como algumas características que os aproximam.

Este documento tem como principal objetivo refletir e analisar o desempenho da investigadora nas práticas de ensino supervisionadas, assim como realçar aspetos fulcrais que a permitiram crescer como futura profissional. No primeiro ano de mestrado tive a oportunidade de estagiar no 2.º ano do 1.º CEB, durante o 1.º semestre. No 2.º semestre iria estagiar no 4.º ano do 1.º CEB, porém, devido à COVID-19 tivemos de adaptar o estágio curricular para microensino. O estágio de microensino foi algo novo para a nossa turma e desenvolveu-se através do *ensino a distância* o que tornou ainda mais desafiante esta experiência. Em discussão com os professores da unidade curricular de PES concordámos que este estágio deveria ser avaliado de duas formas. As quais foram uma aula gravada, como as aulas do #EstudoEmCasa e outra aula lecionada para os colegas de turma através de videoconferência “Zoom”.

No que diz respeito ao segundo ano do mestrado, a Prática de Ensino Supervisionada foi direcionada para a Educação Pré-Escolar, sendo que no 1.º e 2.º semestre estagiámos na mesma sala de atividades, no entanto tivemos diversas peripécias ao longo do ano letivo. No 1.º semestre ocorreu o confinamento do país devido à pandemia e foi necessário adaptar o ensino presencial para o *ensino a distância*. Relativamente ao 2.º semestre, tivemos um caso positivo de COVID-19 na sala de atividades, por este motivo foi necessário adaptar o ensino, novamente, para *ensino a distância*.

No final de cada semana de estágio nos dois níveis de ensino elaborávamos um relatório semanal. Este relatório permitia-nos refletir sobre as nossas práticas enquanto professores, o que possibilitou o melhoramento das mesmas ao longo dos estágios desenvolvidos. Segundo Schön (1992), a atitude de contemplar a reflexão que levou o

docente a agir de uma determinada forma permite que o profissional consiga planificar ações futuras, tendo em atenção os aspetos que refletiu e que acha que deve melhorar.

Para a elaboração deste relatório foi necessário analisar o Despacho n.º 16034/2010, de 22 de outubro, o qual apresenta os padrões de desempenho dos professores. Neste documento oficial estão definidas quatro dimensões que definem o perfil de um docente, as dimensões são: (i) a dimensão profissional, social e ética; (ii) a dimensão de desenvolvimento do ensino e da aprendizagem; (iii) a dimensão da participação na escola e relação com a comunidade educativa; (iv) a dimensão do desenvolvimento e formação profissional ao longo da vida. Este documento normativo não consegue prever todas as peripécias que os professores podem ter ao longo da sua profissão. No entanto, no nosso entender este documento estaria mais completo se abrangesse novas dimensões ou completasse dimensões mencionadas anteriormente. Por exemplo, a ação informal do docente, desde o contacto com os encarregados de educação como a relação que estabelece entre pares e o trabalho colaborativo. Pensamos que estes aspetos seriam uma mais-valia para os profissionais de educação, principalmente os que se encontram em início de carreira.

Capítulo I: Contextualização e apreciação crítica dos estágios desenvolvidos

As unidades curriculares de PES, de acordo com o Regulamento do curso de 2.º Ciclo de Estudos em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico da Escola Superior de Viseu, têm como objetivos:

- a) Promover uma formação educacional geral abrangendo os conhecimentos, capacidades, atitudes e competências no domínio da educação relevantes para o desempenho como Educador de Infância e Professor do 1.º Ciclo do Ensino Básico;
- b) Desenvolver competências pessoais e profissionais adequadas às diferentes dimensões de desempenho de Educador de Infância e de Professor do 1.º Ciclo do Ensino Básico;
- c) Mobilizar conhecimentos, capacidades, atitudes e competências no âmbito das didáticas específicas relativas ao ensino em todas as áreas curriculares da Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico para o exercício da profissão;
- d) Desenvolver posturas reflexivas sobre os grandes problemas do mundo contemporâneo, da política educacional e do papel da escola na sociedade;
- e) Alargar a formação cultural, social e ética a áreas do saber e cultura diferentes das do domínio de habilitação para a docência;
- f) Incentivar a reflexão sobre as dimensões ética e cívica da profissionalidade docente no sentido de adequar a sua intervenção educativa;
- g) Fomentar a capacidade para a intervenção em projetos de ação, investigação, inovação e experimentação científica e pedagógica;
- h) Desenvolver competências que permitam uma aprendizagem ao longo da vida de um modo autónomo (art.º 2.º).

Ainda a propósito, é crucial salientar que a PES segue as indicações que estão presentes no Decreto-Lei n.º 79/2014, de 14 de maio, que refere:

- a) Inclui a observação e colaboração em situações de educação e ensino e a prática supervisionada na sala de atividades ou na sala de aula, nas instituições de educação de infância ou nas escolas;
- b) Proporciona aos formandos experiências de planificação, ensino e avaliação, de acordo com as funções cometidas ao docente, dentro e fora da sala de aula;
- c) Realiza-se em grupos ou turmas dos diferentes níveis e ciclos de educação e ensino abrangidos pelo grupo de recrutamento para o qual o ciclo de estudos prepara, devendo, se necessário, realizar-se em mais de um estabelecimento de educação e ensino, pertencente, ou não, ao mesmo agrupamento de 5 escolas ou à mesma entidade titular, no caso do ensino particular ou cooperativo;

- d) É concebida numa perspetiva de formação para a articulação entre o conhecimento e a forma de o transmitir visando a aprendizagem;
- e) É concebida numa perspetiva de desenvolvimento profissional dos formandos e promove nestes uma atitude orientada para a permanente melhoria da aprendizagem dos seus alunos (Capítulo III, art.º 11.º).

No que diz respeito ao 1.º ano de Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico, a PES centrou-se apenas no 1.º Ciclo do Ensino Básico. Durante o 1.º semestre tivemos oportunidade de estagiar no 2.º ano do 1.º CEB. Foram-nos designados dois dias de estágio (segunda-feira e terça-feira), das 9h às 12h e das 14h às 16h, numa escola que pertence ao concelho de Viseu. No 2.º semestre supostamente íamos trocarmos de turma e de ano de escolaridade, iríamos ter oportunidade de estagiar no 4.º ano do 1.º CEB. Devido à COVID-19 não foi possível. Por este motivo, no 2.º semestre tivemos de adaptar o estágio para um formato de microensino. O microensino é constituído pela união da palavra micro que diz respeito a algo que se realiza com um reduzido número de alunos num período de tempo mais curto, com a união da palavra ensino que se refere a um momento específico de aprendizagem (Ruivo, 1988).

O estágio com a metodologia de microensino foi planificado com base no estágio do 1.º semestre, isto é, as planificações foram pensadas exclusivamente para o grupo de alunos com que tínhamos tido contacto. Apesar de neste semestre não termos tido contacto com alunos, tornou-se bastante rico a nível de aprendizagens, pelo facto de termos tido oportunidade de ver outros colegas de turma a lecionar. Mesmo que fosse de forma invulgar, isto é, através de aulas gravadas ou aulas por videoconferência. Após finalizarmos as intervenções estipuladas, reuníamos com os professores da PES e com os nossos colegas. Estas reuniões permitiam-nos crescer a nível pessoal e profissional, pois, ocorria uma discussão crítico-reflexiva a nível de postura corporal, linguagem e até mesmo ideias novas para futuras planificações.

Relativamente ao 2.º ano de Mestrado, a Prática de Ensino Supervisionada foi direccionada para a Educação Pré-Escolar, durante todo o ano letivo permanecemos na mesma sala de atividades. No entanto, durante este ano letivo tivemos de estar em constante adaptação devido ao confinamento que o país teve de ultrapassar e a quarentena devido a um caso positivo do grupo de crianças de estágio. Por este motivo, o estágio do 2.º ano de Mestrado teve diversas adaptações de ensino presencial para *ensino a distância*.

1. 1.º Ciclo do Ensino Básico

O 1.º ano de Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico, destina-se à PES1CEB. Sendo que, o estágio desenvolvido no 1.º semestre teve a duração de dez semanas. No entanto, duas destas semanas destinaram-se à observação, de modo a conhecermos a orientadora cooperante, a turma e a própria escola. Na terceira e na décima semanas de estágio lecionámos em grupo, as restantes semanas tivemos oportunidade de intervir individualmente. Este estágio decorria todas as segundas e terças-feiras.

A turma em que tivemos oportunidade de lecionar pertencia ao 1.º Ciclo do Ensino Básico, mais propriamente, no 2.º ano do 1.º CEB. Esta turma era constituída por 24 alunos, sendo que 12 eram do sexo masculino e 12 do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 7 e os 8 anos de idade. A turma estava integrada na comunidade educativa e não existia qualquer situação que prejudicasse esta integração. Conseguimos afirmar isto, pelo facto de no projeto de envolvimento da família. Os pais dirigiram-se à sala de aula para falar um pouco sobre a sua profissão e houve uma boa interação entre alunos, encarregados de educação e professores. Em relação à interação com a restante comunidade educativa, isto é, outras turmas, pessoal docente e não docente, foi possível verificar na festa de Natal da escola. Pois, houve interação entre várias turmas e os alunos não tiveram nenhum tipo de atitude que prejudicasse a sua interação com a comunidade educativa.

Existia um pequeno grupo de 5 alunos que necessitavam de um professor de apoio, por terem um ritmo de trabalho mais lento. A formação deste grupo de trabalho tinha o intuito de combater dificuldades dos alunos, estes trabalhavam maioritariamente em grupo, de modo a poderem aprender uns com os outros num trabalho mais colaborativo, de forma que todos os elementos do grupo se ajudassem mutuamente, permitindo assim um desenvolvimento de capacidades cognitivas e sociais (Rodrigues, 2012) mais consolidado em aprendizagens e desenvolvimento de competências essenciais de referência.

Na turma verificava-se a existência de um aluno que beneficia de um currículo específico. Segundo o Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, o aluno em questão apresentava características que o enquadravam com um perfil de aluno portador de Necessidades de Saúde Especiais (NSE). O aluno foi diagnosticado com uma Perturbação Motora Permanente Congénita (Ataxia Cerebelosa Autossómica Dominante), limitando-o ao nível de funções neuromusculoesqueléticas, ou seja, apresentava limitações ao nível da expressão verbal articulatória, mobilidade e

movimento. Este aluno foi acompanhado por uma professora de Ensino Especial, que utilizava o método analítico das vinte e oito palavras no processo de ensino-aprendizagem da leitura e da escrita.

O segundo semestre do 1.º ano de Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico, iria decorrer numa turma do 4.º ano do 1.º Ciclo do Ensino Básico. Porém, devido à COVID-19, as escolas fecharam e iniciou-se o *ensino a distância*, motivo pelo qual não foi possível realizar este estágio. No entanto, os professores da unidade curricular PES II optaram por propor a realização do estágio através de *microensino a distância*. O microensino tem como principais objetivos: treinar o professor com técnicas de ensino já aplicadas, habituar o professor a autoavaliar-se, incentivar o autoaperfeiçoamento, suscitar interesse por novos procedimentos didáticos, orientar a experimentação de novos procedimentos didáticos e conduzir para a assimilação e desenvolvimento de habilidades essenciais para o ensino (Nerci, 1986). Este modelo de ensino permitiu-nos aprender entre pares, pois, tivemos oportunidade de ver como alguns colegas de turma lecionam e o modo como planificavam as atividades. Assim como, nos permitiu ter a experiência de gravar aulas e lecionar uma aula através de videoconferência. Nem todos os profissionais de educação tiveram na sua formação inicial esta oportunidade, o que ainda enriquece mais esta experiência.

A unidade curricular de PES II esteve interligada com a unidade curricular de Didáticas Específicas do 1.º Ciclo do Ensino Básico II, na qual foi-nos proposto a elaboração de uma estratégia de ensino que poderíamos escolher o tema e, de seguida, prosseguíamos à planificação dos vários momentos para implementar a estratégia. O tema do nosso grupo foi o tempo, no qual teve quatro momentos de intervenção, estes momentos foram de curta duração, ou seja, duravam apenas trinta minutos, sendo que a aula foi dividida com quinze minutos para cada área disciplinar.

Nas aulas da unidade curricular de Didáticas Específicas do 1.º Ciclo do Ensino Básico II, foi-nos solicitado para escolhermos um tema para as planificações do estágio de microensino. O nosso grupo escolheu a temática do tempo, pois, queríamos tentar enquadrar o máximo de componentes do currículo e, surgiu-nos ideias sobre esta temática sobre as diversas componentes do currículo. O objetivo principal do trabalho era tentar fazer integração curricular a partir de uma canção e, posteriormente, prosseguir para Expressão e Educação Físico-Motora, Português, Matemática e Estudo do Meio. Esta metodologia de microensino era algo novo, ainda mais por ser realizado *a distância*. Como tal, foi uma experiência bastante desafiadora e tivemos de fazer várias pesquisas sobre atividades de vídeo aulas e vídeo conferências. Nas aulas de #EstudoEmCasa, inicialmente sentimos dificuldades a nível de como iríamos prosseguir

a aula sem ter o feedback dos alunos. Esta aula teria de ser lecionada através de um método mais expositivo. Relativamente às vídeo aulas, os nossos colegas de turma é que fizeram o papel de alunos, por este motivo não foi possível compreender o processo de aprendizagem desenvolvido pelos alunos.

A primeira intervenção foi realizada através de uma aula gravada, em que lecionámos a área de Expressão e Educação Físico-Motora e Português. A segunda intervenção foi realizada através de uma aula por videoconferência com a plataforma *Zoom*, na qual tivemos a participação dos meus orientadores da PES II e alguns colegas de turma que interpretaram o papel de alunos. Um aspeto menos positivo da metodologia de microensino é o facto de os nossos colegas de turma mesmo que tentassem fazer papel de alunos, não era a mesma coisa. Pois, sentimos falta das interações que os alunos tinham para connosco, visto que havia maior partilha de ideias e dúvidas. Portanto, a nossa interação com os nossos colegas não refletia a nossa interação com os nossos alunos.

No final de todas as intervenções realizávamos individualmente um relatório crítico sobre a prática letiva. É importante na prática da docência o professor e professor estagiário refletirem sobre a sua lecionação, mesmo que esta seja realizada de forma individual ou coletiva. Esta reflexão permite um aperfeiçoamento nas práticas letivas e pedagógicas, assim como permite adequar o ensino aos alunos, pois cada turma tem as suas características (Cadório & Simão, 2013). As reflexões semanais proporcionavam uma retrospectiva sobre a prática desenvolvida nas diversas intervenções. Através das reflexões conseguia verificar aspetos mais bem conseguidos e outros menos bem conseguidos. Por exemplo, denotava que quando planificava certas atividades, achava que ia demorar mais tempo, por vezes, também acontecia o oposto. No entanto, com as reflexões conseguimos compreender quais os tipos de atividades que os alunos demoravam mais tempo ou menos tempo, como também se era necessário planificar mais ou menos atividades. Assim como, permitiu-me conhecer os alunos e os interesses dos mesmos.

Segundo o Despacho n.º 16034/2010, de 22 de outubro, a qualidade de ensino é o ponto fulcral no desenvolvimento e na aprendizagem dos alunos. A função principal do docente é ensinar, que é considerada uma ação intencional, com orientações para promover a aprendizagem, nomeadamente as Aprendizagens Essenciais da Direção-Geral de Educação. No entanto, é crucial ter a noção que os alunos só aprendem se estiverem dispostos a isso. O professor pode ensinar sem que o aluno aprenda. Pode existir qualidade de ensino como é referido no Despacho n.º 16034/2010, de 22 de outubro e mesmo assim o aluno não querer aprender. Cabe ao docente tentar contornar

essas circunstâncias e procurar estratégias que possam ajudar a estimular a aprendizagem do aluno. A profissão de docente tem inúmeras incertezas, dilemas, complexidades e grande responsabilidade, pois o docente é o principal responsável pela aprendizagem dos alunos. A definição de padrões de desempenho docente tem como principal objetivo orientar os professores, de modo que estimule a autorreflexão, assim como a avaliação do seu desempenho para os professores se tornarem profissionais críticos e que os padrões de desempenho docente ajudem, de certo modo, a enriquecer a profissão docente.

Os padrões de desempenho pretendem definir as características da docência e as várias tarefas profissionais que o professor tem de desempenhar, pois o docente tem de enfrentar as exigências colocadas aos mesmos, assim como as transformações está constantemente a sofrer. É importante referir que os padrões previstos no Despacho n.º 16034/2010, de 22 de outubro não conseguem prever na totalidade todas as situações pela qual os professores podem passar. O documento normativo é meramente informativo para os professores, contudo é impossível que o mesmo consiga prever todas as situações que o docente passará na sua profissionalidade. Este documento tem uma linha concetual e procura normalizar um padrão geral do desempenho tendo por base uma determinada linha teórica concetual, todavia na prática não se consegue antecipar a forma exata e definitiva dos vários desafios que o docente pode ter que ultrapassar. Com isto, não pretendemos referir que o documento normativo está errado, apenas não se encontra completo e é impossível prever todas as situações que podem ocorrer na prática. Pelo facto de que cada prática é diferente, pois cada grupo de alunos tem as características únicas e até mesmo os contextos escolares são desiguais.

A definição dos padrões de desempenho docente divide-se em quatro dimensões, designadamente a dimensão profissional, social e ética, a dimensão desenvolvimento do ensino e da aprendizagem, a dimensão participação na escola e relação com a comunidade educativa e, por fim, a dimensão formação profissional ao longo da vida. São dimensões que normalizam e caracterizam o modo como o docente deve atuar. Ainda assim, podemos completar estas dimensões com aspetos mais informais que a profissão de docente enfrenta. Como contactos com os pais/ encarregados de educação, através de mensagens, chamadas, entre outros, com o intuito de informar algo sobre o seu educando, bem como estabelecer e consolidar a relação que o docente mantém com o pessoal docente e não docente.

A primeira dimensão, segundo o Despacho n.º 16034/2010, de 22 de outubro diz respeito à dimensão profissional, social e ética, remete para a responsabilidade da

prática da docência, na qual se destaca a atitude que o docente tem em relação à sua profissão, promovendo a qualidade do ensino e da escola.

A profissão de professor tem uma enorme responsabilidade, pois é o principal responsável pela aprendizagem dos alunos, como tal, antes das minhas intervenções realizava uma pesquisa sobre os conteúdos que iria abordar, de forma a auxiliar a minha pesquisa utilizava os Programas e Metas Curriculares do 1.º Ciclo do Ensino Básico, mais concretamente, o Programa e Metas Curriculares Matemática-Ensino Básico, Programa e Metas Curriculares de Português do Ensino Básico, Organização Curricular e Programas do 1.º Ciclo do Ensino Básico- Estudo do Meio e, por fim, o documento Organização Curricular e Programas do 1.º Ciclo do Ensino Básico- Expressão e Educação: Físico-Motora, Musical, Dramática e Plástica. De modo, a verificar os objetivos que eram essenciais os alunos conseguirem alcançar para construir a aprendizagem pretendida com as atividades propostas.

Na PES I tivemos oportunidade de intervir em grupo e, de forma individual, na PES II a intervenção foi realizada apenas de forma individual. Porém, o trabalho desenvolvido nas práticas foi realizado de forma colaborativa com o meu grupo de estágio, mesmo quando as intervenções se realizavam individualmente, a planificação das atividades era realizada em grupo. Por vezes, sentíamos alguma dificuldade para abordar determinado conteúdo e com o trabalho colaborativo conseguíamos colmatar essas dificuldades. O trabalho colaborativo foi, principalmente, essencial na PES II, pelo facto de que as intervenções tinham de estar articuladas, que foi um dos objetivos que o meu grupo de estágio conseguiu alcançar.

Esta primeira dimensão refere-se à responsabilidade do docente, no sentido em que este é responsável pelos seus atos, como tal, cabe ao professor refletir sobre a sua prática letiva. Na PES I após uma semana de intervenção, era necessário realizar os relatórios semanais, estes tinham como principal objetivo a reflexão das práticas realizadas nessa mesma semana. Na PES II tivemos apenas duas intervenções, através de uma aula gravada e aula de videoconferência. A prática do 2.º semestre realizou-se com a metodologia microensino entre pares, por este motivo os tópicos mencionados a seguir tiveram algumas alterações, no que diz respeito aos alunos. Estes relatórios continham os seguintes tópicos: Informação sobre o desempenho das crianças relevante para planificações com a turma; Apreciação de opções de organização do ambiente educativo relevantes para planificações com a turma; Destaques sobre o meu/nosso desempenho; Desafios futuros do meu/ nosso desempenho; Outros aspetos a destacar. O ambiente educativo está à disposição do adulto como dos alunos/crianças,

no entanto, só se estiver organizado com uma intencionalidade e bem equipado é que se tornará benéfico para os envolventes (Zabalza, 1998).

Os relatórios foram essenciais para o meu crescimento como profissional, pois com a reflexão com os orientadores das PES, assim como com os meus colegas de turma, é possível denotar aspetos positivos da minha prestação como também aspetos em que é necessário melhorar, as críticas foram construtivas e, de certo modo auxiliaram a minha reflexão e a repensar nas práticas futuras, assim como de que forma posso melhorar a minha prestação como docente. Um professor que seja reflexivo é um profissional que pensa constantemente sobre a sua prática letiva e que as suas ações surgem através dessa reflexão constante, pode-se considerar um professor que faz a avaliação de si mesmo, dos seus pares e dos alunos (Mendes, 2017).

A dimensão profissional, social e ética retrata a importância do compromisso no desempenho do profissional, um aspeto que o profissional de educação deve ter em conta é a importância da relação professor/aluno/alunos e, até mesmo com os pais/ encarregados de educação. Uma boa relação com todos os responsáveis pela aprendizagem do aluno, pode ajudar na construção da aprendizagem do próprio aluno. A relação professor/ aluno ajuda a conhecer as características de cada indivíduo, como já conhecia os alunos da PES I, pois na licenciatura estagiei com aquela turma, este aspeto ajudou-me imenso nas estratégias que obtive para a motivação dos alunos, como por exemplo, utilizar canções para a introdução de um tema, utilizar materiais didáticos, livros-álbum, entre outras.

Ainda a propósito, sobre esta dimensão profissional, social e ética. O legislador não dá uma importância focalizada na questão de na relação docente com os seus pares. Contudo, penso que é um aspeto fundamental para refletir. Durante toda a minha prática tive a oportunidade de trabalhar de forma colaborativa em grupo. No entanto, nas escolas existe um grande conflito de trabalhar em colaboração com outros professores, o que não devia acontecer. No nosso entender verificamos que cada vez mais vivemos numa sociedade individualista, porém, era importante o legislador dar maior ênfase a este aspeto. Poderia também ajudar os profissionais a verem de forma diferente a interajuda entre pares, pelo facto de ajudar um colega de trabalho não gera concorrência, mas sim admiração. A formação inicial de professores ensina-nos a trabalhar em colaborativamente, a partir do momento que temos um colega de estágio. Apesar de na prática quando terminarmos o curso, podemos não ter um colega dentro da sala de aula, não invalida que não possamos trabalhar de forma colaborativa com outros pares. Estes aspetos são importantes para levarmos para a nossa vida futura como bons profissionais.

A segunda dimensão do Despacho n.º 16034/2010, de 22 de outubro refere-se ao desenvolvimento do ensino e da aprendizagem e abrange três pontos fulcrais: a planificação, operacionalização e a regulação do ensino e das aprendizagens. A planificação surge para auxiliar a ação do docente de forma orientada, coerente e articulada na forma de trabalhar com os diferentes elementos curriculares. Ou seja, é necessário que os objetivos e domínios de conteúdo que se pretende que os alunos desenvolvam se encontrem articulados com as atividades planificadas. Na planificação de atividades é essencial ter em consideração as características dos alunos, necessidades e contextos (Apêndice 1). A operacionalização refere-se à condução e organização das atividades de ensino, assim como a uma boa gestão dos vários processos de comunicação e interação na sala de aula que visam a aprendizagem dos alunos. O último ponto, diz respeito à regulação, que permite analisar as atividades de ensino-aprendizagem e reorientar as mesmas, com o intuito de melhorar a prática docente, bem como os resultados dos alunos. No entanto, a aprendizagem só se torna bem-sucedida se o aluno estiver disposto a aprender, isto é, o aluno pode ter todas as condições para aprender e não querer aprender. É crucial ter em atenção este aspeto muito importante.

No que se refere à planificação tem de haver um conhecimento científico, pedagógico e didático antes de planificar qualquer atividade, relativamente a uma determinada área disciplinar. A planificação é um elemento essencial na profissão do docente, esta permite um encadeamento de ideias, atividades e interações (Arends, 2008). Todas as planificações foram realizadas com base nos Programas e Metas Curriculares do 1.º Ciclo do Ensino Básico, tendo em conta as características da turma. O ato de planificar o trabalho pedagógico e didático é um dos principais fatores de uma boa gestão e desenvolvimento curricular. No entanto, nem sempre na prática conseguimos cumprir exatamente como planificámos e, por vezes, é necessário criar atividades na hora ou até mesmo alterar a metodologia de ensino. É importante termos esta noção de flexibilidade quanto à planificação. É uma ferramenta essencial para o docente, mas devemos ter a noção que pode ser preciso alterar o modo como se leciona, sempre que denotarmos que não estamos a conseguir proporcionar um ambiente de aprendizagem aos nossos alunos.

A interdisciplinaridade, materiais didáticos, momentos lúdicos, ensino exploratório, a utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) em sala de aula, foram uma preocupação nossa para a planificação das várias atividades. Os materiais didáticos que construímos foi com o intuito de os utilizar de modo a poder ensinar através do Ensino Exploratório. Um exemplo foi a “Roda da tabuada” (Apêndice 2). Esta

roda continha as operações e o produto da tabuada do 4, na qual os alunos teriam de experimentar colocar o produto na operação correta. Na área disciplinar de Português utilizei livros-álbum (Anexo 1) nas PES I e II, foi um instrumento didático que os alunos gostaram imenso e denotava-se o envolvimento dos mesmos na história. Considera-se que os livros-álbum são uma boa estratégia para utilizar com a turma em questão. Outra estratégia que adotámos foi na área disciplinar de Expressão e Educação Musical, entoar canções antes de introduzir um determinado tema, essa canção tinha de conter alguns conceitos do conteúdo que iríamos abordar. A utilização de materiais didáticos era uma mais-valia para trabalhar com este grupo de alunos, conseguíamos ter percepção da curiosidade e motivação para conhecer novas histórias, manipularem materiais didáticos e gostavam imenso de entoar canções. Utilizávamos estas pequenas estratégias para introduzir ou rever algum conteúdo que foi abordado anteriormente. Com a utilização destes materiais podemos verificar que os alunos ao estarem motivados e curiosos, estimulava a aprendizagem dos conteúdos.

Em relação ao aluno que beneficia de um currículo específico, como referimos anteriormente, o mesmo era acompanhado/ apoiado por uma docente especializada em Educação Especial, porém na prática letiva tentávamos incluir o aluno nos conteúdos que a turma estava a trabalhar, no entanto, este necessitava de ter, por exemplo, fichas adaptadas de modo que seja mais perceptível as questões que lhe são colocadas no Apêndice 3 encontra-se um exemplo de uma ficha realizada especificamente para o aluno em questão, de modo a comparar a adaptação das questões colocadas no Apêndice 4 encontra-se a ficha para os restantes alunos da turma. As escolas inclusivas são escolas para todos os alunos, estas implicam um sistema educacional que reconheça e tenha em atenção as características individuais de cada um, assim como respeitar as necessidades dos alunos/ crianças (Carvalho, 2000).

A dimensão participação na escola e relação com a comunidade educativa diz respeito à organização da escola, como também à relação da escola com a comunidade educativa. O docente, sendo um profissional de educação, está integrado na organização da escola, pelo que através da organização educativa e curricular, trabalha colaborativamente com os seus colegas, assim como integra-se na comunidade educativa. Nas nossas intervenções não tivemos oportunidade de participar, por exemplo, na construção dos documentos orientadores da vida da escola, assim como apresentar propostas que poderiam contribuir para a melhoria do desempenho da escola, entre outros aspetos, pelo facto de ser professora estagiária. Porém, tivemos uma participação indireta, porque consultámos e analisámos os documentos orientadores da escola em questão. Com esta análise, conseguimos ter percepção dos

projetos que estavam e iam ser desenvolvidos naquele ano letivo e conhecer um pouco da escola de estágio. Todavia, considero que participámos na escola e, de certo modo obtivemos alguma relação com a comunidade educativa. Apesar da nossa participação na escola ter sido secundária, foi uma experiência bastante enriquecedora. No entanto, como futura profissional pretendo participar em outros aspetos da comunidade educativa.

O primeiro contacto que tivemos com a comunidade educativa foi um teatro que se realizou no 1.º semestre, ou seja, na PES I, o mesmo intitulava-se como “Aldeia dos sonhos” era uma peça baseada na época festiva Natal. No decorrer do teatro tivemos a oportunidade de comunicar com outros alunos da escola, assim como alguns professores que não conhecíamos. Apesar de não termos criado relação com a comunidade educativa, foi o primeiro contacto que tivemos com outros alunos e professores, que é uma mais-valia para a nossa integração da escola, como professoras estagiárias.

Na PES I tivemos oportunidade de participar num projeto da escola que se intitulava “Cantar os Reis” (Anexo 2), que decorreu no dia 6 de janeiro de 2020, no próprio dia dos Reis, concretizando a tradição da escola de estágio que tinha como intuito percorrer parte da cidade com alunos e professores para cantar os Reis nos estabelecimentos públicos. Neste dia tivemos oportunidade de interagir com a comunidade educativa, outras turmas e professores, assim como privilegiar, ainda que pontualmente, o contacto informal com alguns encarregados de educação.

Na Prática de Ensino Supervisionado I o nosso grupo de estágio ficou incumbido de desenvolver um projeto que envolvesse a família, o qual utilizámos o conteúdo das Profissões para construir este projeto. O projeto em si tinha como principal objetivo a participação dos pais na aprendizagem deste conteúdo. Os encarregados de educação partilhavam a sua experiência com a turma (Anexo 3). Com este projeto tive oportunidade de ter contacto direto com os pais/ encarregados de educação, que foi uma experiência nova, diferente e gratificante, pois denota-se uma harmonia diferente do trabalho de sala de aula.

A quarta e última dimensão é relativa ao desenvolvimento e formação profissional ao longo da vida, que se encontra presente no Despacho n.º 16034/2010, de 22 de outubro. A profissão de docente requer um trabalho por parte do profissional de vários conhecimentos específicos e autonomia para lecionar, sendo fatores que requerem uma atualização e permanente reconstrução do conhecimento profissional. Este conhecimento engloba saberes e competências a nível do currículo, assim como da

didática, dos conteúdos, dos processos de ensino e da adaptação que é necessário o professor conter seja a nível das necessidades dos alunos como também a nível dos diferentes contextos.

A profissão de docente está constantemente em evolução, por diversas razões. Tais como alteração dos programas, características de alunos diferentes, mais responsabilidades quanto professores titulares de turma, entre outros. A formação contínua dos professores não se define só pela disseminação de conhecimento, mas também pelo facto de ter que saber como administrar situações complexas de aprendizagem. O docente deve ser um profissional capaz de se distanciar das suas práticas, de formalizá-las, de resolver problemas, de enfrentar situações inesperadas, para escolher e desenvolver estratégias pedagógicas (Boterf, 2010). Durante os estágios curriculares tive oportunidade de aprender com as orientadoras cooperantes, deram-me oportunidade de experienciar o mais próximo possível o que será a minha futura profissão. No entanto, existem aspetos que não me foram possíveis alcançar. Como por exemplo, construir um plano de turma, organizar uma reunião de pais, participar na elaboração do projeto educativo, construir fichas de avaliação, entre outros. Porém, sei que no estágio curricular não iria conseguir participar de forma direta em todas as ações que competem aos professores. Estes são conhecimentos que irei adquirir com a experiência profissional. Quanto à formação contínua, sempre que há possibilidade tento adquirir novos conhecimentos através de seminários, palestras e formações. De modo a complementar a minha formação inicial de docente.

A investigadora considera que a formação contínua do docente é importante, pois apesar de ainda não estar inteiramente formada para lecionar, tenho como objetivo apostar na minha formação em palestras, seminários e formações para conseguir obter maior conhecimento, de forma a melhorar a minha prestação como futura profissional de educação. No que diz respeito às palestras/ seminários, já participei em várias, vou destacar aquelas que eu considere mais relevante, pelo facto de ter construído novas aprendizagens. O seminário *Aprender em Comunidade* (Anexo 4) que foi organizado pela Associação de Viseu dos Portadores de Trissomia 21, foi um seminário importante para a minha formação, pois até à data ainda não tinha abordado problemas de desenvolvimento e aprendizagem. A palestra *Entender Autismo* (Anexo 5) organizada pela Associação Vencer o Autismo, como o próprio nome indica retrata de um problema de desenvolvimento. Como futura professora, senti necessidade de obter conhecimentos sobre estes problemas para conseguir comunicar da melhor forma com alunos que possuam estes problemas de desenvolvimento.

A dimensão desenvolvimento e formação profissional ao longo da vida presente no Despacho n.º 16034/2010, de 22 de outubro, está em conformidade com o Decreto-Lei n.º 22/2014, de 11 de fevereiro. Este decreto refere-se ao Regime Jurídico da Formação Contínua de professores, o qual pretende: reforçar a ideia de que a organização e a gestão do ensino e o sucesso educativo constituem um núcleo central da atividade docente; a formação contínua auxilie a melhoria da qualidade de desempenho dos professores; a formação contínua possibilite a melhoria da qualidade do ensino, assim como articular-se com os objetivos de política educativa local e nacional. Pelo facto de ter em consideração estes aspetos regidos pelos legisladores nas minhas perspetivas profissionais, é que considero crucial a formação contínua, como tal sempre que possível tento enriquecer ainda mais a minha formação.

No ano de 2018, nos *Olhares sobre a educação VI* (Anexo 6) tive oportunidade de ter exposto um trabalho de grupo realizado em contexto creche que se intitulava como “Para melhor aprender em contexto creche: estudo exploratório sobre condições essenciais ao bem-estar das crianças”, este trabalho consistia na elaboração de um projeto que pretendia melhorar a sala em que tivemos oportunidade de estagiar.

A palestra sobre o *Plano Estratégico Nacional de Segurança Rodoviária* (Anexo 7) promovida pela Direção-Geral da Educação, é uma das palestras que considero essenciais para a minha aprendizagem, pois este tema é abordado em vários anos do 1.º Ciclo do Ensino Básico e a forma como é abordado pode vir a ter influência na construção da aprendizagem dos alunos.

A formação que tive muito gosto em obter foi sobre *Suporte Básico de Vida* (Anexo 8), esta é crucial para qualquer profissional, não apenas e só para profissionais da educação, pelo facto de ser necessário auxiliar um aluno, funcionário ou docente se tiverem assistência de alguém que contenha esta formação pode vir a ajudar imenso a pessoa.

A última formação que pretendo mencionar intitulava-se como *Era uma vez. Os contos infantis: uma ferramenta psicoeducativa* (Anexo 9) realizada pela Dr.ª Leandra Cordeiro, esta formação baseou-se na apresentação de livros infantis e no modo como se deve contar histórias de formas diversificadas.

As formações que mencionei anteriormente são as que senti que me proporcionaram aprendizagens enriquecedoras, sobre temáticas que ainda não tinham sido abordadas ou complementavam conceitos que já tinham sido mencionados em algumas unidades curriculares da minha formação inicial. Durante o meu percurso académico, suscitou-me curiosidade sobre problemas de desenvolvimento e

aprendizagem e, só tivemos oportunidade de abordar apenas numa unidade curricular. No entanto, com as formações que tive oportunidade de assistir, penso que complementaram essas aprendizagens desenvolvidas na unidade curricular e, são uma mais-valia para as minhas práticas letivas. Em relação à formação de Suporte Básico de vida, é algo que considero bastante importante obter, não só na profissão de docente como em todas as profissões. Esta formação ensinou-me pequenos aspetos que podem fazer diferença para salvar a vida de um indivíduo. No que diz respeito à formação *Era uma vez. Os contos infantis: uma ferramenta psicoeducativa*, deu-me a oportunidade de conhecer novas ferramentas para utilizar nos contos de histórias.

2. Educação Pré-Escolar

No 2.º ano do Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico, a Prática de Ensino Supervisionada destina-se à Educação Pré-Escolar durante todo o ano letivo. Esta Prática divide-se em duas unidades curriculares as quais são: Prática de Ensino Supervisionada em Educação Pré-Escolar (PESEPE) I e II. Apesar do estágio curricular se dividir em duas unidades curriculares diferentes, o contexto onde tivemos oportunidade de estagiar foi sempre o mesmo.

Antes de descrever sobre o meu contexto de estágio, é importante referir o princípio geral da Educação Pré-Escolar, segundo a Lei n.º 5/97, de 10 de outubro

a educação pré-escolar é a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida, sendo complementar da acção educativa da família, com a qual deve estabelecer estreita cooperação, favorecendo a formação e o desenvolvimento equilibrado da criança, tendo em vista a sua plena inserção na sociedade como ser autónomo, livre e solidário (art.º 2 do capítulo II).

O grupo de crianças do nosso contexto de estágio, era um grupo heterogéneo constituído por dezanove crianças, sendo que com a situação de COVID-19, apenas frequentavam a Educação Pré-Escolar (EPE) doze crianças. Neste grupo existiam duas crianças com Perturbação do Espectro do Autismo, ou seja, estas crianças eram abrangidas pelas medidas seletivas definidas pelo Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho. O grupo de crianças era considerado multicultural, pois existiam crianças indianas, de raça negra e de etnia cigana. A heterogeneidade existente nesta sala permitiu que as crianças se ajudem mutuamente umas às outras, pois havia variedade de faixas etárias e encontravam-se em diferentes níveis de aprendizagem, com interesses e características distintas, entre outros. Estes aspetos permitiram que ocorresse uma partilha mútua de diferentes estímulos que podem provocar uma aprendizagem mais alargada (Spodek & Saracho, 1998). Em conformidade com o Ministério da Educação

(2016), o trabalho colaborativo, isto é, o trabalho entre pares e em pequenos grupos são benéficos para as crianças, pois possibilitam a oportunidade de se confrontarem com diferentes pontos de vista, assim como aprendem a resolver os seus problemas ou dificuldades. O trabalho colaborativo alarga as oportunidades educativas, pelo facto de que permite uma partilha de aprendizagens, por outras palavras, todos os envolvidos no trabalho contribuem para o desenvolvimento e aprendizagem dos mesmos. Este grupo de crianças tinham um bom relacionamento entre pares, quer entre crianças, quer entre adultos e demonstram especial gosto e interesse para atividades que envolviam trabalho colaborativo.

O grupo revelava bastante interesse pelas áreas de: Conhecimento do Mundo, Expressão e Comunicação, mais concretamente o Domínio da Educação Artística e Domínio da Linguagem Oral e Abordagem à Escrita. Um aspeto que denotámos desde o início da nossa prática supervisionada era que o grupo demonstrava ter dificuldades a nível de interação social. No entanto reparámos numa enorme evolução por parte das crianças ao longo do ano letivo.

O grupo de crianças proporciona uma interação social e de socialização através da relação entre as crianças, entre crianças e adultos e entre adultos, sendo que esta é a base de todo o processo educativo. Há diversos fatores que influenciam a forma como o grupo de crianças funciona, como é o caso das características individuais das crianças, o maior ou menor número de crianças de cada sexo, a diversidade de idades ou a dimensão do grupo. Estes fatores podem também ser influenciados pelas condições institucionais em que o jardim de infância se insere, assim como das características demográficas da população (Ministério da Educação, 2016).

No meu contexto de estágio não era possível ir o grupo completo ao Jardim de Infância (JI), devido a normas do agrupamento de escola ao qual o JI pertence. Por este motivo, ia apenas um membro do grupo em cada semana de estágio.

No primeiro semestre tivemos oportunidade de estagiar presencialmente duas semanas, no entanto não foi possível terminar o estágio com formato de ensino presencial devido ao confinamento derivado do COVID-19. Como tal o ensino passou para formato a distância, no qual funcionava com sessões assíncronas, isto é, o nosso grupo de estágio durante três semanas trabalhou de forma colaborativa com a orientadora cooperante e planificavam atividades para enviar aos pais. Este modelo de ensino tem diversas limitações, nomeadamente não é possível o (a) educador (a) acompanhar o processo de ensino e aprendizagem das crianças. Apenas tem o feedback enviado pelos pais, através de fotografias, registos gráficos, vídeos, entre

outros. Outra limitação é que nem todos os pais participavam no ensino à distância, o que se tornava ainda mais difícil de perceber como estava a criança a aprender. Os recursos que existem para o *ensino a distância* poderiam não ser de fácil acesso aos pais, por este motivo sentimos que este formato de ensino se tornou um pouco repetitivo, quanto aos recursos didáticos utilizados. Porém, considero que o *ensino a distância* pode ter um grande potencial ao nível de interação criança-pais, pelo facto de que com as atividades propostas, os pais podiam sentir que também são um elemento essencial na construção de aprendizagens do seu educando, assim como compreender que a escola também necessita da sua intervenção na educação dos seus filhos.

No que diz respeito ao segundo semestre, como foi referido anteriormente, decorreu na mesma sala de atividades que o primeiro semestre. Este semestre iniciou-se com uma semana de observação e três semanas de ensino presencial. Infelizmente, o grupo de crianças entrou em confinamento devido a um caso positivo de uma criança, provocando um isolamento profilático e mediante o qual tivemos de enveredar, novamente, pelo *ensino a distância*. Neste semestre tivemos dois desafios diferentes em relação ao semestre anterior, que eram criar dois projetos um de família e outro projeto que se enquadrava na unidade curricular de Didáticas Específicas de Educação de Infância II. Em relação ao projeto de família, não era algo novo para o nosso grupo de estágio, pelo facto de que no estágio do 1.º CEB tivemos oportunidade de criar um. Em contrapartida, este projeto teria de ser desenvolvido de outra forma que não a presencial, daí ser um desafio maior, pelo facto de que não tivemos contacto direto com os pais. Relativamente ao projeto desenvolvido na unidade curricular de Didáticas, foi uma metodologia nova para nós, o que nos levou a pesquisar e estudar a metodologia de projeto.

Relativamente à organização do ambiente educativo da sala de atividades em que tive oportunidade de estagiar, pode destacar-se que é um local que sofreu diversas alterações devido à pandemia. A sala de atividades não tinha cantinhos. Apenas tinha dois instrumentos de regulação o quadro de presenças e o quadro de atividades livres.

As atividades que as crianças podiam desempenhar, segundo o quadro de atividades livres, eram o recorte e a colagem, a moldagem com plasticina, a realização de um jogo didático na manta ou na mesa de trabalho, assim como fazer desenhos e pinturas com aguarelas, como se pode verificar no Anexo 10. O quadro de atividades livres servia como meio para o planeamento de atividades realizado pela própria criança (Hohmann & Weikart, 2011). Este instrumento de regulação permite que as crianças aprendam a tomar decisões sobre as suas ações, assim como estimular a autoconfiança e autonomia das crianças.

O outro instrumento de regulação que estava presente na sala de atividades era o quadro de presenças (Anexo 11), todavia este não estava a ser utilizado devido a uma decisão da orientadora cooperante que referiu que com a pandemia as crianças já sofreram demasiadas adaptações. Porém, o quadro de presenças permitia que as crianças desenvolvessem benefícios que “ajudam a construir a consciência do tempo a partir das vivências e dos ritmos” (Oliveira-Formosinho et al., 2013, p.153). Além disso, o quadro de presenças é um instrumento de recolha de informação “que decorrem da prática pedagógica e que podem ser utilizados como memórias para reconstruir e compreender o processo educativo e as aprendizagens das crianças” (Ministério da Educação, 2016, p.14).

Segundo Alarcão e Roldão (2008), “a reflexão passa assim a funcionar como instrumento de auto-avaliação reguladora do desempenho e geradora de novas questões” (p.30). A reflexão crítica das práticas permitia-me ter consciência das minhas facilidades e dificuldades, assim como a das crianças, podendo adequar as minhas intervenções face às necessidades e refletindo sobre as estratégias de ensino mais apropriadas para o grupo de crianças. Ao longo das minhas intervenções sentia cada vez mais a necessidade de refletir sobre as mesmas. De acordo com a autora Alarcão (1996), os professores reflexivos “são aqueles que são capazes de criticar e desenvolver as suas teorias sobre a prática ao reflectirem sozinhos ou em conjunto, na acção e sobre ela assim como as condições que a modelam” (p.100). As reflexões críticas permitiam avaliar as crianças, desde o nível de bem-estar das mesmas, assim como o nível de implicação nas variadas atividades. Estas reflexões ajudam a compreender se as atividades planificadas iam de encontro os interesses das crianças, bem como conhecer as características pessoais de cada uma. A autoavaliação realizada nas reflexões, não se dirige apenas às crianças. As reflexões semanais serviam para nos autoavaliarmos o nosso desempenho no decorrer do dia.

Para a reflexão sobre as práticas foi necessário efetuar uma análise profunda ao Despacho n.º 16034/2010, de 22 de outubro, que se refere aos padrões de desempenho do docente. Esta análise é crucial, para que seja possível proceder à reflexão da minha prestação ao longo de todo o estágio curricular deste ano letivo, deste modo pretendo focar os aspetos em que estive melhor, nos que tive dificuldade e outros aspetos que são necessários melhorar. Esta reflexão crítica tem como principal objetivo desenvolver uma atitude crítica sobre as minhas práticas letivas, assim como melhorar a forma como leciono, de modo a promover a minha evolução como profissional.

Segundo o Despacho n.º 16034/2010, de 22 de outubro, a qualidade de ensino é o ponto fundamental no desenvolvimento e na aprendizagem das crianças e dos alunos.

Os padrões de desempenho pretendem definir as características da docência e as várias tarefas profissionais que o professor tem de desempenhar, no entanto estes padrões podem não conseguir prever na totalidade todas as situações pelas quais os professores podem passar na sua profissionalidade.

Relativamente à dimensão Vertente profissional, social e ética, o Despacho n.º 16034/2010, de 22 de outubro, aponta como a dimensão em que se “sobressai o compromisso com o desempenho profissional”. Tendo em conta esta dimensão, é fundamental destacar que todas as planificações ao longo das intervenções que foram realizadas, tendo como base as Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar (OCEPE), estabelecidos pelo Ministério da Educação.

Naquele encaixo, é importante destacar que antes de qualquer intervenção realizava pesquisas, de forma a aprofundar os conhecimentos a serem abordados e tentava encontrar as estratégias mais adequadas para aquele grupo de crianças. Com esta pesquisa e preparação, sentia-me mais confiante e confortável nas minhas intervenções, pois sentia que deste modo iria conseguir captar a atenção das crianças e o interesse das mesmas para promoverem a sua aprendizagem.

A propósito, ao longo das Práticas Supervisionadas desenvolvidas na Educação Pré-Escolar, mesmo nos momentos de intervenção individual, existiu sempre um trabalho colaborativo entre o grupo de estágio. Todos os aspetos como ideias, momentos de intervenção, eram sempre discutidos com a minha colega de estágio, ainda mais pelo facto de que só uma de nós é que poderia ir ao estágio e era importante colocar a colega a par sobre o que se tinha passado naquela semana, pois, por vezes, as crianças demonstravam interesse em algo numa semana e era um ponto de partida para a planificação da pessoa que ia intervir na semana seguinte. Desta forma, acho crucial referir que através da parceria em todo o trabalho desenvolvido e o ambiente de grupo de estágio tornou-se mais favorável, que possibilitou um crescimento individual e profissional de ambas.

Nos indicadores presentes no Despacho n.º 16034/2010, de 22 de outubro, designadamente o “reconhecimento de que o saber próprio da profissão se sustenta em investigação atualizada” e a “atitude informada e participativa face às políticas educativas”, foram possíveis essencialmente pelas leituras realizadas, trabalhos de pesquisa ao longo dos semestres nas outras unidades curriculares, pelo facto de que ajudaram nas implementações das práticas.

No que concerne ao indicador presente no Despacho n.º 16034/2010, de 22 de outubro da “reflexão crítica sobre as suas práticas profissionais”, foi possível atingir este

indicador através das reflexões críticas semanais sobre as práticas (Apêndice 5), estas permitiam-nos refletir de forma crítica sobre a nossa prestação. As reflexões também nos permitiam refletir sobre os interesses e dificuldades das crianças, assim como pensar sobre o que funcionou e o que não funcionou e perceber o porquê, de forma a arranjar novas estratégias para conseguir superar as dificuldades. Para Rodrigues (2012) o “professor reflexivo é aquele que pensa constantemente sobre a sua prática, pensa e repensa os seus sucessos e os seus fracassos, aproveitando a reflexão para ajustar estratégias e melhorar/ alterar o processo ensino aprendizagem” (p.2).

Quanto à dimensão do desenvolvimento do ensino e da aprendizagem, presente no Despacho n.º 16034/2010, de 22 de outubro, relaciona-se com a operacionalização do “eixo central da profissão docente e envolve a consideração de três vertentes fundamentais: planificação, operacionalização e regulação do ensino e das aprendizagens”. É fundamental mencionar que todas as planificações eram previamente pensadas pelo grupo de estágio e a orientadora cooperante, tendo em conta tinham em conta as Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar, bem como os interesses e necessidades do grupo em questão. Todavia, nem sempre a planificação foi seguida à risca, pois, por vezes, havia necessidade de ser adaptada ou até mesmo não fazer a atividade orientada se o bem-estar das crianças tivesse em causa, tal como afirma Arends (2008) “comparar a planificação da aula a um mapa de estrada, para se chegar a um destino é necessário: traça-se um caminho, embora durante o percurso pode ocorrer desvios e no final chegar ao sítio pretendido” (p.44). Por vezes, verificávamos que era necessário adaptar as estratégias, principalmente com as crianças com Perturbação do Espetro do Autismo. Como nunca tinha tido contacto direto com crianças com esta característica, senti algumas dificuldades na adaptação das atividades, o que me fez progredir este aspeto foi compreender os interesses das crianças e utilizá-los nas minhas práticas.

As planificações do ensino presencial eram diferentes das do *ensino a distância*, isto é, tivemos de adaptar as planificações com base no nosso contexto, de forma a fazer sentido para o nosso grupo de crianças. Planificar para um *ensino a distância* foi um desafio enorme, pois não conhecíamos bem o grupo de crianças e os meios que cada criança tinha disponível. Ainda assim, de um modo geral penso que dentro das temáticas que foram propostas pelo agrupamento que cumprimos com o que foi solicitado, porém senti que o *ensino a distância* por ser apenas e só através de sessões assíncronas tornou-se um pouco repetitivo, pois utilizámos várias vezes as mesmas ferramentas didáticas. Pelo facto de que a orientadora cooperante tinha receio que os

pais não conseguissem aderir às mesmas, por este motivo tivemos de fazer inúmeras adaptações.

No que diz respeito à avaliação das crianças foi-nos proposto duas estratégias distintas, isto é, a avaliação diária e a avaliação individualizada. A avaliação diária foi possível apenas no estágio presencial, pelo facto de que no *ensino a distância* não tínhamos contacto direto com as crianças para as avaliar. A avaliação diária dizia respeito a uma tabela do bem-estar e implicação de cada criança, diariamente, esta era avaliada através da observação (Apêndice 6).

Durante o segundo semestre, tivemos oportunidade de conhecer a metodologia de trabalho de projeto. Esta pedagogia de projeto é algo que deve fazer parte das práticas na Educação Pré-Escolar, ou seja, sabemos que o trabalho de projeto deve ter como alicerces, os interesses das crianças, devido a este facto é que esta pedagogia deve ser integrada na Educação Pré-Escolar, sendo que as atividades planificadas com base no interesse das crianças haverá maior implicação das mesmas no processo de aprendizagem, o que lhes permitirá ter experiências mais significativas (Katz & Chard, 2009). Na perspetiva de Vasconcelos (2000), os educadores de infância devem considerar o trabalho de projeto como um caminho para a construção de conhecimentos que se faz com a colaboração entre todos. Assim sendo, os educadores de infância devem partilhar os seus saberes com as crianças para que seja possível a partilha de saberes entre todos os envolvidos no processo de aprendizagem.

Esta metodologia de trabalho de projeto surgiu na minha formação como algo novo, mas achei bastante interessante de trabalhar com as crianças. No entanto, o tema do meu trabalho de projeto não surgiu com base nos interesses das crianças. Este surgiu com uma questão da orientadora cooperante colocada a uma criança que questionou que profissão aquela criança queria ter no futuro e o resto do grupo começou a responder. Esta questão foi feita com o intuito de a orientadora cooperante perceber se era uma boa temática para construir a unidade curricular do mês de maio. Apesar de não ter sido possível as crianças escolherem o tema, pois, nós educadoras estagiárias temos de nos adaptar aos contextos, tudo o que as crianças demonstravam interesse o nosso grupo de estágio aproveitava para planificações futuras. Gostei imensamente desta experiência e poder ver a alegria das crianças a conhecer novas profissões, inclusive a profissão dos seus pais, pois no início as crianças não sabiam o que os pais desempenhavam.

Quanto ao indicador presente no Despacho n.º 16034/2010, de 22 de outubro, a “promoção do desenvolvimento cognitivo e da criatividade dos alunos e incorporação

dos seus contributos”, suscitou um trabalho bastante intenso ao longo de ambos os semestres, pelo facto de que as crianças demonstram bastante interesse pelas atividades de Artes Visuais, assim como pela área da Matemática. Na profissão de construtor solicitei às crianças uma pesquisa sobre a profissão, outra vertente, pois as crianças conheciam apenas os construtores de prédios e também existem os construtores de legos. Como tal, pedi às crianças para construírem algo em legos e o resultado está presente no Anexo 12.

No que se refere à dimensão da participação na escola e relação com a comunidade educativa, referida no Despacho n.º 16034/2010, de 22 de outubro, esta constitui um ponto fundamental na função dos professores, que devem adquirir e desenvolver nas suas práticas letivas. Com a pandemia que o mundo inteiro está a enfrentar, esta dimensão tornou-se um pouco mais difícil de concretizar, pois a escola de estágio tinha algumas restrições sobre a entrada de pessoas na sala de atividades, só poderiam entrar na sala de atividades a orientadora cooperante, a assistente operacional, as crianças e as educadoras estagiárias. No entanto, o meu grupo de estágio tentou adaptar-se e arranjou forma de entrar em contacto com as famílias, além do *ensino a distância* que ocorreu, que permite um maior contacto com as famílias, pedimos algumas atividades para as crianças realizarem com os pais. Para as crianças terem uma educação dita de qualidade é essencial que todos os indivíduos que fazem parte da vida da criança tenham noção da necessidade de participarem e de se envolverem nos processos educativos (Ministério da Educação, 2021). Na perspetiva de Lemos (2015), além de haver necessidade de participação e envolvimento terá que existir também uma partilha de saberes variados que pertencem ao património pessoal de cada indivíduo.

Nesta dimensão e seguindo o indicador do Despacho n.º 16034/2010, de 22 de outubro, é importante que o docente se envolva “em ações que visam a participação de pais e encarregados de educação e/ou outras entidades da comunidade no desenvolvimento da escola”. No estágio curricular, tive oportunidade de envolver os pais e famílias em algumas atividades como por exemplo: pedir às crianças que verificassem a cor dos olhos dos pais e dos avós para a construção de uma tabela sobre a informação genética dos olhos da criança; no projeto da unidade curricular Didáticas Específicas de Educação de Infância II que tinha como tema as profissões, o nosso grupo de estágio pediu às crianças para perguntarem aos pais qual era a sua profissão para posteriormente poderem explicar no JI aos colegas, em forma de ajudar esta explicação as crianças podiam construir cartazes, desenhos, vídeos ou fotografias (Anexo 13).

É importante referenciar que existia uma boa relação entre orientadora cooperante e pais, pois esta relação foi notória com a participação que os pais tiveram. No entanto, um aspeto menos positivo é que nem todos os pais participaram nas atividades propostas, assim como no *ensino a distância* alguns pais não participaram.

No projeto *As profissões* tínhamos de partilhar um pouco do trabalho desenvolvido à comunidade educativa, o qual podíamos partilhar alguns cartazes sobre profissões que abordámos com as crianças no placar de cortiça fora da sala de atividades. Todavia, no final da implementação do nosso projeto criámos um mural com as profissões dos pais de todo o jardim de infância, este estava exposto na porta de entrada do jardim, no qual os pais podiam ver expostos os trabalhos que realizaram com os seus educandos (Anexo 14).

A última dimensão diz respeito ao desenvolvimento e formação profissional ao longo da vida, a profissão de docente requer um trabalho por parte do profissional de vários conhecimentos específicos e autonomia para lecionar, estes fatores requerem uma atualização e permanente pesquisa do conhecimento profissional. Neste sentido e seguindo o indicador do Despacho n.º 16034/2010, de 22 de outubro “desenvolvimento de estratégias de aquisição de conhecimento profissional (científico, pedagógico e didático”, tive a oportunidade de assistir em videoconferência à sessão de exposição das novas brochuras feitas pelo Ministério da Educação, que são sobre a participação e envolvimento das famílias, mais concretamente construção de parcerias em contextos de educação de infância e sobre a planificação e avaliação na Educação Pré-Escolar. Estes documentos oficiais foram uma mais-valia para a criação do projeto de família, pois deram referenciais teóricos fundamentais para a elaboração das planificações inseridas no projeto de família (Apêndice 7). Assim como, na parte de avaliação das crianças.

Outro aspeto que pretendo realçar sobre a minha formação profissional, foi a formação que senti interesse em obter Formação Pedagógica Inicial de Formadores. Com esta formação, tive a oportunidade de aprender diversos aspetos que de certo modo senti que estavam a complementar a minha formação como futura professora/educadora (Anexo 15). Esta formação possibilita-me a oportunidade de dar formação a adultos, como a alunos que frequentam cursos profissionais sobre ação educativa, por exemplo. Esta foi a primeira formação que tive oportunidade de obter. No entanto, como gostei imenso da experiência pretendo repetir a experiência com outras formações. Pois, como referi anteriormente, esta formação de certo modo complementou a minha formação inicial de professora/educadora, pelo facto de que tive oportunidade de ser administradora de uma disciplina do moodle, criar testes, dar formação a adultos, poder

partilhar experiências com outros adultos que são encarregados de educação, entre outros aspetos.

Segundo Barros e Nóbrega (2016) a “formação aplicada de forma sistemática contribuirá de forma satisfatória para a dinâmica do trabalho docente proporcionando aos professores a oportunidade de desenvolver suas práticas fazendo as devidas reflexões, análises de forma gradual, sequencias e contínua” (p.4), o que se pode verificar que a formação contínua do docente é parte integrante da sua profissionalidade e deve ser algo que perdure durante toda a sua prática letiva.

3. Síntese Global da reflexão

Ao longo destes dois anos de formação desenvolvemos inúmeras aprendizagens como futuras profissionais. As aprendizagens desenvolvidas eram enraizadas e articuladas entre si, desde os momentos de partilha e reflexão, tanto nas PES como nas restantes unidades curriculares que fazem parte do plano curricular do Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico. Posto isto, não posso deixar de gratular o apoio prestado por todos os professores que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a minha formação como ser humano e como futura professora/educadora. Apesar destes dois anos terem sido os mais atípicos que já vivemos até agora, foram anos de muitas experiências, adaptações e aprendizagens. No que concerne aos contextos de estágio, posso afirmar que houve sempre respeito mútuo, trabalho colaborativo entre grupo de estágio e orientadoras cooperantes e partilha de aprendizagens. O trabalho colaborativo foi sem dúvida uma mais-valia para a minha aprendizagem, pelo facto de haver partilha de experiências de lecionação, aprendizagens e conhecimentos, que completavam os conteúdos que tinha adquirido na teoria. Além disso, as PES proporcionaram-me a oportunidade de atuar como futura professora e educadora, contactar com realidades completamente diferentes, poder interligar a teoria com a prática, aumentar a capacidade crítica e de reflexão.

Através da elaboração desta reflexão crítica sobre as práticas inseridas nas unidades curriculares de PES no 1.º CEB I e II e na PES de EPE I e II, consegui refletir exaustivamente sobre pontos fulcrais da minha formação inicial de professora/educadora. Alguns desses pontos são, por exemplo, a importância do papel do professor/educador para o contributo do desenvolvimento e aprendizagem dos alunos/das crianças, a importância da relação com toda a comunidade educativa, a importância da formação contínua, entre outros.

Deste modo, realçamos que todas as intervenções realizadas nas unidades curriculares de PES ao longo destes dois anos focaram-se, essencialmente, na aprendizagem dos alunos e das crianças, proporcionando um desenvolvimento global, tendo em consideração as características individuais de cada um. Nas várias intervenções tanto no 1.º CEB como na EPE tentámos proporcionar diversos momentos de aprendizagem, respeitando o ritmo da turma/ do grupo em questão. Como também tentámos ir de encontro aos interesses dos alunos/ das crianças, sendo que no 1.º CEB sentimos que foi mais difícil, tendo em conta que existem programas que são necessários a serem lecionados durante o ano letivo. No entanto, aprendemos que ser professor não deve ser alguém que transmite conteúdos, pelo facto de que o professor só ensina se o aluno tiver disposto a tal. Durante as nossas práticas tivemos a

consciência que também é crucial trabalhar com os alunos e com as crianças valores como, por exemplo, respeito, amor, equidade, sinceridade, tolerância, entre outros.

De uma forma geral, podemos referir que demos o nosso melhor em prol dos alunos e das crianças que tivemos oportunidade de conhecer em contexto de estágio. Assim como, pensamos ter correspondido aos objetivos que nos foram colocados nas unidades curriculares de PES. Todas as experiências que tivemos fizeram-nos crescer imenso tanto ao nível pessoal como profissional. Estas experiências contribuíram para uma visão diferente da profissão de docente e, conseqüentemente despertou novos interesses para uma formação contínua, de forma a estar em constante atualização. É de realçar a importância que as PES tiveram durante a nossa formação inicial e nos proporcionaram diversas aprendizagens. Além disso, é necessário evidenciar que também nos identificamos com as quatro dimensões propostas pelos Padrões de Desempenho Docente. Este documento foi uma mais-valia para a nossa orientação enquanto estagiárias. Porém, como foi referido anteriormente, não prevê todos os aspetos que os professores irão ter ao longo da sua carreira.

Parte II- Trabalho de investigação

Nota Introdutória

Na formação inicial de professores o trabalho de investigação é muito recorrente, por ser uma estratégia que se pretende que ocorra um desenvolvimento profissional, a nível da temática como também do sentido crítico e de reflexão.

O presente trabalho de investigação surgiu na base da proposta e regulamentação do Ministério da Educação da medida de Não Retenção no Ensino Básico. Por ser um tema recente e por ter surgido dúvidas à investigadora no estágio curricular sobre esta temática. Achámos pertinente investigar a mesma, de forma a encontrar respostas e pareceres dos professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico.

O projeto de investigação está organizado por diferentes capítulos. Inicialmente começámos com a apresentação do enquadramento teórico, com o intuito de compreender os conceitos associados a esta temática. Em articulação, apresentamos alguma legislação sobre a retenção, de forma, a ajudar a compreender a evolução da mesma ao longo dos anos. Seguidamente, o tópico apresentado diz respeito ao enunciado do problema da investigação, justificação da escolha e objetivos do estudo. No terceiro tópico está presente a metodologia, tipo de investigação, técnicas utilizadas na recolha de dados, apresentação e discussão dos dados e, por fim, as conclusões desta investigação.

A investigação é de natureza qualitativa, sendo que optámos pela técnica de recolha de dados do inquérito por entrevista. O tipo de entrevista é semiestruturada, como tal foi necessário elaborar um guião, de modo a conduzir e orientar o entrevistador com questões que estão interligadas com os objetivos da investigação. Os participantes deste estudo, como o próprio título da investigação indica, são os professores de 1.º Ciclo. Os informantes-chave escolhidos para a elaboração deste estudo são oriundos de duas escolas e de locais diferentes. Uma das escolas pertence ao concelho de Viseu, por ser a cidade onde está inserida a instituição de ensino da investigadora. A outra escola pertence à Região Autónoma dos Açores, por ser a área de residência da investigadora. Inicialmente pensámos em entrevistar oito professores, sendo que seriam quatro de cada escola. Posteriormente, chegámos à conclusão que seria mais benéfico para o nosso estudo entrevistar dezasseis professores, sendo que oito seriam da escola que pertence ao concelho de Viseu e oito da escola da Região Autónoma dos Açores.

Durante o processo de investigação tivemos algumas peripécias, como por exemplo, professores que inicialmente se disponibilizaram para a realização das entrevistas e, no momento de agilizar uma data referiram que já não tinham disponibilidade. No entanto,

conseguimos ultrapassar esses desafios e realizámos dezasseis entrevistas como era esperado.

Posteriormente, são apresentados os resultados da nossa investigação e a discussão dos mesmos. Por fim, é apresentada as conclusões que retiramos deste estudo. Apesar de que é um tema que tem bastante potencial de debate, pelas inúmeras opiniões divergentes que existe sobre o mesmo.

Capítulo I: Enquadramento teórico

1. Retenção Escolar: conceito e efeitos

A retenção escolar tem vindo a ser uma temática muito discutida desde o século XX, tem sido alvo de vários estudos, cujos autores procuram saber os efeitos que o processo de retenção traz ao nível dos alunos, quer a nível de desenvolvimento de aprendizagens, quer ao nível do desenvolvimento emocional dos alunos e, do sistema educativo.

A retenção é definida por autores que tem a ideologia de que o sistema de ensino é mais eficaz, pelo facto de que cria elementos mais homogéneos e garante maior responsabilidade por parte das instituições de ensino (Pereira & Reis, 2014).

A retenção escolar tem inúmeros conceitos, segundo Brophy (2006) e, Cannon e Lipscomb (2011) este conceito corresponde a um aluno que se mantém no mesmo nível de ensino durante um ano adicional, ou seja, não avança para um nível de ensino superior com os pares da sua idade. A intencionalidade de uma retenção é que aos alunos com baixo desempenho, um ano extra irá ajudar a alcançar as competências necessárias daquele nível de ensino (Nunes et al., 2016; Xia & Kirby, 2009). Nunes et al. (2016) mencionaram que os alunos retidos nos primeiros anos de escolaridade, pretende-se que nesse ano adicional consigam ganhar maturidade, adquirir conhecimentos básicos e competências necessárias para poderem prosseguir de ano.

Em contrapartida, existem autores que definem o conceito de retenção com outras perspetivas. Pereira e Reis (2013) e Rebelo (2009) referem que a medida de reter os alunos sanciona os alunos de maior ou menor grau de desempenho. O recurso a esta medida pode diminuir a autoestima dos alunos, revoltá-los e até mesmo levar ao abandono escolar. A retenção escolar tem imensos impactos na vida de um aluno, desde à nova adaptação a uma turma, nova adaptação a um professor, a ideia de fracasso, entre outros impactos que pode surgir (Brophy, 2006; Xia & Kirby, 2009). Como Jimerson (2001) indicou a retenção dos alunos não contribui necessariamente para a aprendizagem do mesmo como também não significa que o aluno consiga alcançar os objetivos pedagógicos que são solicitados nesse ano de ensino. No entanto, poderá ter o efeito oposto e aumentar a probabilidade de ocorrer abandono escolar e, conseqüentemente diminuir a autoestima do aluno, pela ideia de fracasso. Podendo ainda provocar um efeito negativo nos seus resultados académicos, na adaptação emocional a esta nova realidade, no comportamento do aluno e assiduidade, na interação social e na atitude que o aluno apresenta em relação à escola. Estas conseqüências levam a que o aluno sinta necessidade de aprovação e reconhecimento

por parte dos outros, com isto leva a graves problemas na sua autoestima (Kolhberg, 1984).

A retenção está a começar a ter efeitos opostos do que era esperado pelos próprios professores, sendo que este conceito está a tornar-se uma penalização para o aluno e para a comunidade educativa. “A este propósito vale a pena referir o facto de a retenção escolar precoce poder provocar um decréscimo da autoestima do aluno e conduzir quer ao enfraquecimento da vinculação à escola quer à tendência para interagir com pares desviantes” (Simões et al., 2008, p. 148). Esta medida de reter os alunos foi com o intuito de causar um efeito de remediação e recuperação de aprendizagens por parte do aluno.

Os alunos que ficam retidos ou já ficaram retidos pelo menos uma vez na sua formação académica têm expectativas muito inferiores em relação aos alunos que nunca passaram por uma processo de retenção. Estas consequências podem perpetuar-se durante a vida inteira dos alunos a vários níveis. Como, por exemplo, financeiro, capacidade criativa e produtiva (Flores et al., 2013). Com a retenção os alunos experienciam a frustração, falhanço, vergonha, humilhação, sentimentos negativos que interferem diretamente no processo de aprendizagens e no próprio comportamento (Rebelo, 2009). Os autores que não defendem a medida de retenção procuram estratégias eficazes para combater o insucesso escolar dos alunos, pelo facto de que a retenção não parecer beneficiar os alunos (Ferreira et al., 2015).

Segundo Holmes e Matthews (1984, p. 232),

Aqueles que continuam a reter alunos na escola fazem-no, apesar da evidência cumulativa dos estudos que mostra que o potencial de efeitos negativos supera consistentemente o dos positivos. Porque esta evidência cumulativa de estudos aponta, de modo consistente, para efeitos negativos da retenção, o ónus da prova, para mostrar que há uma lógica a movê-los e a indicar sucesso dos seus planos quando muitos outros destes falharam, recai legalmente sobre os proponentes de planos de retenção.

Pagani et al. (2001) fizeram um estudo para estudar os efeitos da retenção no desempenho escolar e o comportamento dos alunos, a médio e a longo prazo. As conclusões retiradas do estudo verificaram que a retenção trouxe consequências de longa duração, tanto a nível do desempenho dos alunos, como também no seu comportamento. Concluíram que estas consequências denotavam-se mais no sexo masculino do que no sexo feminino. Referem ainda que nos primeiros anos há maiores indícios de abandono durante a adolescência, dado que as dificuldades de aprendizagem dos alunos não ficavam resolvidas. Com isto, haverá maior risco de retenção (Jimerson et al., 1997; Owings & Kaplan, 2001; Pagani et al., 2001). Jimerson

et al. (1997), acrescentam que a questão geográfica pode também ter um peso relevante na explicação da probabilidade de retenção. Porém, são aspetos que vários autores evidenciam que a retenção ocorre, devido às características individuais de cada indivíduo. A retenção escolar em muitos casos surge como uma estratégia punitiva “para alunos desajustados em relação aos padrões estabelecidos sobre maturidade emocional e comportamento” (Luz, 2008, p. 11).

Após a retenção os alunos experienciam frustração, humilhação, vergonha, entre outras emoções negativas. Estas emoções interferem diretamente no processo de ensino e aprendizagem e o estado emocional dos alunos. Durante o ano adicional, isto é, o ano de repetição os alunos podem sofrer repressões dos colegas, dos pais e em alguns casos até dos professores. Por outro lado, podem se descuidar do currículo por ter conteúdos que não são novos para os alunos (Rebelo, 2009).

Existem autores que defendem a retenção, como o caso de Linhares (2005), refere que a retenção não é uma experiência agradável para o aluno. Porém, defende que a retenção pode servir para que o mesmo aprenda a importância de estudar e desenvolva métodos eficientes no ano adicional. Isto só acontece se o aluno tomar consciência das suas atitudes no ano em que sofreu a retenção. Por outro lado, Linhares (2005), menciona que a família e a própria escola têm responsabilidade na retenção do aluno. A família pela falta de acompanhamento do seu educando e, a escola por não estar adequada ao aluno que sofreu uma situação de retenção. A autora acrescenta ainda que, não é uma questão de culpabilizar a escola ou a família, é uma questão de responsabilidade perante aquele aluno.

2. A prática da Não-Retenção Escolar

A política da não-retenção escolar surgiu nos anos 90, fundamentada por ideologias que defendem que a educação é um direito de todos os cidadãos (Horta, 1998). No nosso país temos um ensino público com essa finalidade, para que seja possível todos os indivíduos terem uma educação de qualidade. Como tal, é necessário dar oportunidades aos alunos, respeitando as características individuais de cada um.

Nos anos 70 a escola começou a ser mais valorizada, no que diz respeito à permanência dos alunos na escola. Atualmente, os alunos têm acesso universal à escola. No entanto, processos seletivos têm dificultado o percurso escolar e aumentado as taxas de retenção e abandono escolar (Glória & Mafra, 2004). O Ministério da Educação não pretende que os alunos abandonem a escola, como tal verificaram que era necessária uma mudança no ensino do nosso país. A mudança deve-se à “necessidade de se assumir o princípio de equidade na educação escolar e da escola

enquanto lugar de progresso para a criança, considerando-se o sucesso dessa criança como meta mais valiosa” (Gatti, 1993, p. 6). Com o intuito de reduzir desigualdades escolares e para evitar as retenções e abandono escolar, a não-retenção no Ensino Básico está a ser repensada. No entanto, esta medida pode ser vista como uma aprovação automática, sem a devida garantia de que eles tenham adquirido o domínio das competências escolares (Glória & Mafra, 2004).

A retenção e a não-retenção escolar são temáticas antinómicas, que causam diversas discussões entre os professores. Alguns professores consideram benéfico a retenção e que se o ensino português aderir à medida de não-retenção irão estar a facilitar as aprendizagens. Outros professores têm uma opinião contrária, que referem que é necessário dar oportunidade a todos os alunos para poderem progredir no seu percurso escolar e evitar o abandono. Na opinião da investigadora e como futura profissional de educação é uma temática essencial de ser abordada. De forma a compreender qual será a melhor medida a ser tomada para que seja possível promover processos de ensino e aprendizagem aos alunos, tendo em conta as suas características individuais. Como tal, a não-retenção escolar deve ser uma medida que o nosso país devia adotar, essencialmente nos primeiros anos de escolaridade. Contudo, não deveria ser proibida a medida de retenção em casos excecionais, como falta de assiduidade, por exemplo. Pois, o docente não consegue ter perceção das aprendizagens e o empenho do aluno. Sendo que, se os alunos não comparecem na escola no 1.º CEB deve-se à falta de valorização por parte pais/ encarregados de educação em relação à escola. Qualquer mudança no sistema de ensino requer tanto das instituições como do pessoal docente e não docente um modo de apropriação, transformação pessoal e uma mudança na cultura escolar (Certeau, 1993).

O principal propósito da não-retenção escolar é garantir o direito de o aluno viver o seu percurso escolar com o seu grupo de idade, sem interrupções, valorizando os seus conhecimentos e a sua cultura (Glória, 2003). O ensino deve acompanhar as mudanças da sociedade, como tal a escola deve valorizar as experiências dos alunos para poder abordar conteúdos. O sucesso escolar não deve ser apenas visto como um aluno que consegue obter bons resultados ao nível do currículo. As instituições de ensino devem formar cidadãos, quer ao nível do conhecimento cultural, quer ao nível de valores cívicos. Como tal, a não-retenção não deve ser vista como uma medida de facilitismo, mas sim uma nova oportunidade para os alunos com mais dificuldade sem recorrer a processos negativos para a sua autoestima e confiança. Em concordância com Conboy et al. (2013), é possível diminuir a incidência de retenção se o sistema de ensino português desenvolvesse as seguintes estratégias: desenvolvimento profissional dos

professores; reorganização do sistema escolar; serviços e suportes dirigidos diretamente a quem precisa; melhorar o uso da avaliação de conhecimentos para apoiar o desenvolvimento de um bom ensino.

3. Sucesso e Insucesso Escolar

Quando é abordado o tema retenção escolar, automaticamente é feita uma associação com o insucesso escolar, pois este conceito significa mau resultado, mau êxito, fracasso desastre. O oposto de insucesso escolar é o sucesso escolar, este tem o significado de um acontecimento, facto ou êxito. Estes termos sucesso e insucesso escolar são associados às palavras bom e mau, respetivamente, no qual o bom é algo com qualidade e o mau é algo que não tem qualidade, não há talento ou arte é considerado imperfeito (Medeiros, 1993). O sucesso escolar é entendido como um aluno que é certificado na escola com notas excelentes, conseqüentemente o insucesso é veiculado pela não certificação escolar de um determinado nível de escolaridade (Formosinho & Machado, 2008).

A propósito, Pires et al. (1991) definem o insucesso escolar como a denominação utilizada pelos profissionais de educação, os responsáveis pela administração e os políticos para se referirem à taxa de retenções escolares que são contabilizadas no final de cada ano letivo. Ainda para os autores Martins e Parchão (2000), o termo insucesso escolar pode ser visto de duas formas. Uma das formas é quando os alunos não atingem as metas, no final dos ciclos no tempo estimulado. Se o insucesso escolar for encarado neste sentido pode trazer conseqüências como reprovação/ retenção, repetência e até mesmo abandono escolar. Ainda sob a perspectiva destes autores, o insucesso escolar é relativo à (in) adequação dos conteúdos abordados na escola e a não conjugação destes fatores com as necessidades do sistema social (sistema político, económico e cultural).

O insucesso escolar também pode ser entendido pela acumulação das retenções como uma antecipação do abandono escolar. Um aluno que tenha ficado retido durante um ou mais anos tem maior tendência de abandonar a escola e, isto pode traduzir-se também em insucesso escolar (Justino et al., 2014).

Ao longo da história tem ocorrido uma tentativa para explicar o fenómeno do insucesso escolar, para tentar explicar estes conceitos, identifica-se três teorias explicativas, como a Teoria dos “dotes” ou “dons” e fatores relacionados com os alunos, a Teoria handicap sociocultural e fatores relativos à família e a Teoria socioinstitucional e fatores relativos ao sistema escolar.

Em relação à Teoria dos “dotes ou dons”, os conceitos de sucesso/ insucesso escolar são explicados através dos dons/ capacidades naturais dos alunos, como a sua inteligência, a componente genética e hereditária (Benavente, 1990). Esta teoria baseia-se “na descrição das dificuldades e perturbações individuais: classificam-se as crianças em categorias segundo as doenças de que sofrem: débeis, disléxicos, etc. ou perturbações de toda a ordem que supostamente explicariam as dificuldades escolares” (Benavente, 1976, p.37).

Segundo os autores Pires et al. (1991), a primeira causa do insucesso escolar são as carências do aluno apresentam e influenciam o seu processo de ensino e de aprendizagem. Pode ocorrer a inexistência de aptidões por parte do aluno, que possivelmente determinam o insucesso escolar. Isto pode acontecer tanto em alunos com Necessidades de Saúde Especiais com origem psicossomática ou através de origem intelectual.

No que diz respeito à Teoria do *handicap* sociocultural e fatores relativos à família, é sustentada por explicações de natureza sociológica. Na qual tanto o sucesso como o insucesso escolar dos alunos são justificados devido à função social, isto é, a cultura que os alunos possuem até ao exato momento que dão entrada na escola e não apenas aos dons individuais (Benavente, 1990).

Esta teoria considera que os alunos de meios pobres têm experiências muito diversificadas dos alunos que pertencem às classes médias e altas. Pereira e Martins (1978) consideram que os alunos de meios populares ficam em desvantagem em relação aos alunos que pertencem às outras classes (média e alta), por défice de experiências enriquecedoras. Os autores defendem que se os alunos não forem devidamente estimulados podem ter consequências como um desenvolvimento intelectual mais lento, que por sua vez, levará a ter um QI mais baixo. Em contrapartida, se houver estímulos aumentará o potencial intelectual dos alunos.

Relativamente à Teoria socioinstitucional e dos fatores intrínsecos ao sistema escolar, refere-se ao modo como a escola está organizada, dá ênfase a variáveis relacionadas com a escola, com as práticas pedagógicas e com o currículo (Ribeiro et al., 2006). Para Benavente (1976, p. 25) é necessário procurar os fatores de insucesso “na estrutura da escola, nos programas, na organização de ensino, no conteúdo das matérias, nos ritmos de aprendizagem, nos meios pedagógicos utilizados, na formação dos professores, e na relação professor/ aluno”.

Além disso, seguindo o pensamento de Perrenoud (2004) existem também situações de seleção natural que algumas escolas fazem nas matrículas dos alunos,

quando rejeitam a sua entrada na escola. Algumas instituições de ensino consideram apenas alunos brilhantes. O sucesso escolar é medido através da avaliação dos alunos e, por vezes, consideram importante a aprendizagem estipulada pelo sistema, não tendo em conta outro tipo de aprendizagem adquirida pelo aluno. Como por exemplo, valores sociais (Perrenoud, 2004).

O termo insucesso escolar é a denominação utilizada frequentemente por professores, responsáveis pela administração das escolas, educadores e os próprios políticos para indicar as percentagens de retenções escolares no final dos anos letivos (Pires et al., 1991).

O conceito de insucesso escolar expressa uma situação na qual não se atingiu um objetivo educativo em que “cada criança é considerada boa ou má aluna em função dos resultados, obtidos e dos progressos efectuados no cumprimento dos programas de ensino” (Benavente, 1976, p. 9). Os termos insucesso e sucesso escolar estão fortemente associados à ideia de que os principais responsáveis são os professores, isto interpretado pelo público em geral e os próprios encarregados de educação. No entanto, “quando algum ou alguns dos objectivos da educação escolar não são alcançados. Ora, a educação escolar tem como finalidade instruir, estimular e socializar os educandos” (Pires et al., 1991, p. 187).

4. Relação entre retenção e sucesso/ insucesso escolar

Os alunos ao iniciarem o seu percurso escolar com retenções, logo no 1.º CEB, há uma maior probabilidade de ocorrer o insucesso e abandono escolar, “considerando que os conhecimentos e competências básicas indispensáveis às aprendizagens nos ciclos seguintes não estão consolidados” (Justino et al., 2014, p. 38). O que se verifica que a presença de retenção nos primeiros quatro anos de escolaridade são fatores que levam ao insucesso e abandono nos anos posteriores (Almeida, 2013; Justino et al., 2014). Os alunos que tem tendência para abandonar os estudos, apresentam precocemente problemas de comportamento nos primeiros anos de escolaridade (Jimerson et al., 1997). Ainda assim, os alunos que apresentam “mais dificuldades de aprendizagem, têm mais repetências e apresentam mais atitudes negativas em relação à escola” (Simões et al., 2008, p. 148).

A origem social também está envolvida diretamente com o insucesso e o abandono escolar. Para Ribeiro et al. (2006), isto provocará uma menor qualificação profissional, o que pode comprometer o futuro dos alunos. Se compromete o futuro dos indivíduos pode levar à baixa participação sociocultural e pobreza das famílias portuguesas (Ribeiro et al., 2006).

De acordo com Flores et al. (2013) e tendo em consideração o estudo de PISA 2009, que comparavam as scores da componente letiva de Português e Matemática de alunos do 9.º ano do 3.º Ciclo do Ensino Básico. As conclusões retiradas deste estudo foram: os alunos que não apresentavam retenções no seu percurso escolar obtiveram resultados mais elevados do que os alunos que já tinham ficado retidos pelo menos uma vez. A retenção não está a ter o efeito pretendido para dar oportunidade de adquirir novas aprendizagens num ano extra de escolaridade (Flores et al., 2013). Outro estudo com dados PISA 2012 em que os alunos tinham de responder à questão “qual a sua expectativa de formação?”. Os resultados do estudo divergiram bastante, no que dizia respeito se os alunos já tinham ficado retidos ou não. Os alunos que nunca passaram pelo processo de retenção, ou seja, mais de 70% tem como ambição/ objetivo prosseguir estudos para o ensino superior. Em contrapartida, 30% dos alunos que já tinham tido pelo menos uma retenção, a sua ambição seria tirar um curso profissional (Flores et al., 2013, p. 382).

Podemos evidenciar que a retenção é ineficaz, pelo facto de que coloca riscos para a equidade em diferentes contextos sociais (OCDE, 2013). Uma intervenção de retenção poderá levar os alunos a correrem o risco de insucesso e de inadaptação emocional e comportamental. Rebelo (2009), alude que os professores devem conhecer bem os seus alunos, de modo a utilizar estratégias adequadas de prevenção de dificuldades.

O processo de retenção como já foi referido anteriormente está interligado com o insucesso e o abandono escolar. Algumas consequências do insucesso escolar, a nível da componente letiva é que os alunos com mais dificuldades académicas têm cada vez mais problemas em adquirir novas aprendizagens, por falta de bases. Para Lopes (2013), o ensino deve ser o melhor possível, de forma a diminuir o insucesso académico. Além disso, refere que quando surgem as primeiras dificuldades nos alunos é necessário haver uma intervenção imediata, de forma a colmatar as mesmas.

5. Cultura e “custo” da retenção

Em Portugal ainda está muito presente a cultura de retenção, o que não corresponde à nova visão de uma educação dita permanente, na qual se pretende que todos tenham uma educação com qualidade (Decreto-Lei n.º 54/ 2018, de 6 de julho). Neste Decreto-Lei também se encontra presente a ideologia de dar prioridade para que ocorra uma política educativa que permita a igualdade de acesso à escola pública, promovendo, assim, o sucesso educativo dos alunos, assim como a igualdade de oportunidades.

A prática de retenção é especialmente utilizada nos países como a Bélgica, França, Espanha, Luxemburgo e Portugal. Estes países têm mais de 35% de estudantes com 15 anos de idade que já repetiram pelo menos um ou mais anos (OCDE, 2013).

Segundo Eurydice (2013), a existência de cultura de retenção é um dos principais motivos que leva a esta prática em alguns países. Como a ideia de retenção se encontra enraizada, pelo facto de acharem que um ano de repetição é benéfico para os alunos. Esta ideologia de retenção é partilhada por alguns professores, comunidade escolar e a própria sociedade. Porém, tem se colocado em causa se esta cultura de retenção é realmente benéfica para os alunos. Justino et al. (2014) referem que nos primeiros anos de escolaridade é onde se registam maiores taxas de retenção, pelo facto de não haver articulação das aprendizagens com as culturas escolares. No entanto, estes autores não concordam que se deva proibir a retenção, mas sim prevenir a mesma contrariando a cultura de retenção.

A cultura de retenção deve-se também à ideia que existe na própria comunidade educativa de que reter um aluno irá trazer benefícios ao nível do carácter. A alternativa à cultura de retenção é dar tempo de trabalho e ensinar a estudar os alunos que apresentam ter maiores dificuldades. A alternativa passa também por diversificar os métodos pedagógicos de ensino e, é necessário que os professores e os encarregados de educação acompanhem os alunos para poderem exigir resultados escolares. É importante garantir qualidade das aprendizagens para todos os alunos (Rodrigues, 2012; Rodrigues, 2014).

Além dos inúmeros efeitos negativos que a retenção escolar pode ter na vida de aluno é também dispendiosa e ineficaz (OCED, 2012). Além disso, é necessário avaliar os custos para o sistema de ensino da retenção e do próprio abandono escolar. Pois, a “ineficiência associada a estes fenómenos tem repercussões que vão muito para além da não observância do princípio da equidade e dos efeitos sociais que resultam da espiral do atraso educativo” (Justino et al., 2014, p. 91).

De acordo com Flores et al. (2013), repetir um ano tem custos dispendiosos para o nosso país. Ao nível do Orçamento de Estado cada aluno quando fica retido custa em média cerca de 4415€ por ano. Além de que se considerarmos que aos “15 anos 35% de alunos reprovaram pelo menos uma vez ao quais se juntam 7,5% com duas ou mais repetições, o custo direto para o país é de cerca de 200.000.000€ por ano” (Flores et al., 2013, p. 381).

Posto estes argumentos, é possível evidenciar as grandes desvantagens e o impacto que as retenções escolares podem vir a ter na vida de um aluno. Existem várias

alternativas para combater as dificuldades dos alunos, sem ter necessariamente que retê-los. Pois, é evidente que a retenção pode causar o abandono escolar ou até mesmo ter maior probabilidade de aumentar o número de retenções do aluno. Na opinião da investigadora a não retenção é uma medida que pode vir a auxiliar os alunos e a motivá-los para a continuação da construção das aprendizagens, sem ter de passar pelo processo de retenção.

6. Estratégias para melhorar o ensino e o desempenho dos alunos

É possível combater o insucesso escolar sem recorrer necessariamente à retenção, pois a forma como esta é aplicada não parece beneficiar os alunos (Pagani et al., 2001). Existem diversas estratégias de superação que podem ser adotadas no ensino português. É crucial intervir com estratégias pedagógicas de superação desde muito cedo. Por exemplo, com a criação de equipas multi e transdisciplinares, programas de intervenção precoce na escola e para além desta (Rebelo, 2009).

Os programas de intervenção e prevenção podem iniciar-se na Educação Pré-Escolar com o intuito de acompanhar e supervisionar o desenvolvimento de crianças com atrasos e situações de risco. Este programa tem como objetivo que as crianças consigam adquirir competências necessárias para obter sucesso escolar. Outro programa que pode ser útil para a prevenção da retenção escolar é o programa de promoção social e desenvolvimento académico. Este propõe que a escola seja organizada de modo a ir ao encontro das diferenças individuais dos alunos. Outra forma de promover o sucesso escolar dos alunos é criar escolas de Verão que tem como principal objetivo dar oportunidades adicionais aos alunos para além do horário normal das aulas. Pode existir também turmas com idades diferentes (looping), de forma a construir estruturas alternativas às turmas ditas normais, pois permitem maior flexibilidade de apoio aos alunos. Além disso, os alunos podem ter mais de 2 anos o mesmo professor para procurar colmatar as dificuldades dos alunos. A escola também pode criar maior envolvimento parental, de modo que os pais/ encarregados de educação consigam participar mais na educação dos seus filhos (Rebelo, 2009).

Em conformidade com Rodrigues (2010), todas as instituições de ensino deviam ser obrigadas no final do 1.º período, depois de terem conhecimento dos resultados escolares, deviam estabelecer planos de trabalho suplementar com os alunos com mais dificuldade. Sendo que a retenção escolar deve ser vista como medida de última instância, após esgotadas todas as estratégias pedagógicas de recuperação. Ainda sobre a perspetiva de Rodrigues (2010), é necessário compreender as necessidades do

aluno numa fase inicial, de forma a colmatá-las para evitar a retenção escolar e, até mesmo o abandono do sistema educativo.

O Despacho Normativo n.º 24- A/ 2012, de 6 de dezembro, tem como intuito a normatização da avaliação do ensino básico, tentando minimizar os efeitos de retenção no percurso escolar dos alunos. Neste mesmo Despacho, estão presentes medidas para a Promoção do Sucesso Escolar como também situações especiais de avaliação. Algumas medidas que podem ser tomadas para diminuir as consequências que a retenção escolar pode trazer no processo académico dos alunos são: Apoio ao Estudo, Estudo Acompanhado nas aulas, Turmas Ninho, Turmas Mais, encaminhar os alunos para percursos escolares alternativos, entre outros.

Através da existência de equipas pluridisciplinares nas instituições de ensino e criar Centros de Recursos Psicopedagógicos nas zonas onde há escolas. Também é necessário haver espaços lúdicos para que os alunos possam conviver com outras pessoas e consigam explorar e aprender de forma diversificada. Estas pequenas mudanças poderão conduzir ao sucesso escolar (Medeiros, 1993).

Alguns relatórios internacionais que dizem respeito à aprendizagem dos alunos no nosso país, classificam-nos com poucos níveis de competências académicas em comparação com os alunos de outros países europeus. Por este motivo, o Ministério da Educação está a propor uma nova mudança no ensino em Portugal que consiste na não retenção escolar dos alunos do Ensino Básico, com o objetivo de ajudar os alunos a combater o insucesso escolar, sem os excluir e não abandonarem a escola.

Em Portugal estão em vigência alguns programas com o intuito de obter maior sucesso escolar. Segundo o Programa Nacional de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar, algumas das medidas que estão a ser implementadas em Portugal passam essencialmente, por supervisionar o tempo de estudo do 1.º e 2.º Ciclos do Ensino Básico, a partir do momento que são identificadas dificuldades nos alunos. Outra medida é o facto de o tempo de estudo e o apoio ser mais individualizado e específicos para os alunos com mais dificuldades e, que de certo modo têm mais probabilidade de ficarem retidos. Outros projetos e programas a decorrer em Portugal são por exemplo: a Escola Móvel, o Ensino a Distância para a Itinerância, o Ensino a Distância, Turma Mais, Fénix, Tipologia Híbrida, entre outros (CNE, 2015).

O Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho e o Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho estão em vigor e vieram melhorar o ensino português, pelo facto de existirem “modelos curriculares flexíveis, no acompanhamento e monitorização sistemáticas da eficácia do contínuo das intervenções implementadas, no diálogo dos professores com os pais ou

encarregados de educação e na opção por medidas de apoio à aprendizagem”, por também adequarem as respostas educativas às necessidades de cada aluno (Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho). Estes decretos têm como intuito criar uma “escola inclusiva, promotora de melhores aprendizagens para todos os alunos e a operacionalização do perfil de competências que se pretende que os mesmos desenvolvam, para o exercício de uma cidadania ativa e informada ao longo da vida” (Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho). No entanto, é necessário as escolas terem autonomia suficiente para adequar o currículo aos contextos específicos e às necessidades dos seus alunos (Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho).

7. Enquadramento legislativo

Neste subcapítulo pretende-se enaltecer alguns aspetos que consideramos relevantes, no que diz respeito à legislação educativa portuguesa relativa à prática da retenção e insucesso escola. Na Tabela 1 podemos encontrar alguns decretos-lei, despachos, recomendações, portarias e pareceres, sobre a temática retenção escolar. Esta tabela encontra-se pela ordem cronológica para ser mais perceptível a sua evolução.

Tabela 1

Quadro Legislativo de referência sobre as políticas de práticas de retenção escolar em Portugal

Lei/Decreto-Lei/ Despacho/ Recomendação/ Portaria/ Parecer	Descrição
Lei n.º 46/86 - Lei de Bases do Sistema Educativo, de 14 de outubro	Duração da escolaridade obrigatória, que se iniciou no ano letivo 1987-1988.
Despacho Normativo n.º 98-A/92, de 20 de junho	Aprova o sistema de avaliação dos alunos do ensino básico.
Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de janeiro	Aprova a reorganização curricular do ensino básico.
Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto	Estabelece o regime de escolaridade obrigatória de 12 anos para crianças e jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos.
Despacho Normativo n.º 24-A/2012, de 6 de dezembro	Regulamenta a avaliação do ensino básico.
Recomendação n.º 2/2015, de 25 de março	Recomendação sobre Retenção Escolar nos Ensinos Básico e Secundário.
Decreto-Lei n.º 17/2016, de 4 de abril	Estabelece os princípios orientadores da avaliação das aprendizagens nos ensinos Básico e Secundário. O qual retrata a retenção dos alunos no ensino básico: para os anos não terminais de ciclo, poderá ocorrer a título excecional. Verificando-se que a retenção compete ao professor titular de turma no 1.º Ciclo do Ensino Básico.

Despacho Normativo n.º 1-F/2016, de 5 de abril	Regulação sobre o regime de avaliação e certificação das aprendizagens desenvolvidas pelos estudantes do ensino básico, assim como medidas de promoção do sucesso educativo tendo em conta as aprendizagens dos alunos.
Resolução do Conselho Nacional de Ministros n.º 23/2016, de 11 de abril Parecer n.º 5/2016, de 18 de novembro	Cria o Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar. Parecer sobre a organização da escola e promoção do sucesso escolar.
Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho	Estabelece o regime jurídico da educação inclusiva.
Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho	Currículo dos ensinos básico e secundário e os princípios orientadores da avaliação das aprendizagens.
Portaria n.º 223-A/2018, de 3 de agosto	Regulamentação de ofertas educativas do ensino básico presentes no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 55/ 2018, de 6 de julho.

Iniciamos a tabela com a Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro), que podemos evidenciar que a escolaridade obrigatória aumentou ao longo do tempo. Denota-se uma valorização da escola ao longo dos anos. No entanto, as taxas de retenção e de abandono escolar ainda são elevadas no nosso país. Cabe ao sistema de ensino português arranjar estratégias para que isto não aconteça. É crucial respeitar as individualidades de cada aluno, para isso acontecer os professores não devem avaliar todos os alunos da mesma forma. Nem todos têm as mesmas capacidades, por exemplo. há alunos que tem mais aptidão para o Português do que para a Matemática. É necessário ter estas considerações pelos nossos alunos, pois não pretendemos que os mesmos abandonem o ensino português. Pelo contrário, é preferível os alunos aprenderem consoante as suas capacidades.

No que diz respeito ao Despacho Normativo n.º 98-A/92, de 20 de julho, sendo que aprova o sistema de avaliação dos alunos do ensino básico. De acordo com o ponto 51.º, a retenção assume um “carácter eminentemente pedagógico”. Além disso, decorre a avaliação sumativa extraordinária, se a avaliação sumativa do termino do 2.º Período se indicar que o aluno irá sofrer uma retenção, será necessário elaborar um plano recuperação. A avaliação especializada ocorre se se verificar que o aluno já teve alguma retenção no ciclo, podendo estar sujeita a ratificação do Conselho Pedagógico. Segundo o ponto 53.º a retenção escolar só acontece quando se “verifica um grande atraso em relação aos objetivos e capacidades definidas, a nível central e local, para esse ano ou ciclo”.

O Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de janeiro aprovou a reorganização curricular do ensino básico. Este Decreto surgiu com o objetivo de promover uma educação para todos. Para isso foi necessário recorrer a algumas medidas, como “os currículos alternativos, a constituição de territórios educativos de intervenção prioritária”, entre outras. Este Decreto-Lei segue os princípios orientadores da organização e da gestão curricular do ensino básico, de acordo com os objetivos consagrados na Lei de Bases do Sistema Educativo. Além disso este Decreto-Lei promove o estudo acompanhado, “visando a aquisição de competências que permitam a apropriação pelos alunos de métodos de estudo e de trabalho”. No que se refere à retenção, o Decreto-Lei refere que cabe ao docente titular no 1.º ciclo “identificar as aprendizagens não realizadas pelo alunos”, poderá determinar a “retenção do aluno no mesmo ano de escolaridade, exceto no 1.º ano de escolaridade”, pois não é permitido haver retenções.

A Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto tem como intuito definir o regime de escolaridade obrigatória para crianças e jovens que se encontram em idade escolar, bem como tem presente os deveres que os encarregados de educação devem ter em consideração para com o seu educando.

O Despacho Normativo n.º 24-A/2012, de 6 de dezembro pretende regulamentar a avaliação do Ensino Básico. Este documento define as condições que levam ao aluno não progredir, além de que no artigo 20.º estão presentes as medidas de promoção do sucesso escolar e situações especiais de avaliação. Este Despacho ainda menciona, no que se refere à reorientação do percurso escolar, sempre que se verificar retenções, os alunos deverão ser acompanhados pelo serviço de orientação escolar. Nomeadamente, percursos curriculares alternativos, programas integrados de educação e formação, entre outros.

No que se refere à Recomendação n.º 2/2015, de 25 de março denota-se uma preocupação por parte do Ministério da Educação e Ciência e o CNE em relação à retenção escolar no ensino básico. Nesta Recomendação evidencia-se que “existe uma maior probabilidade de retenção de alunos com piores condições socioeconómicas, bem como de alunos provenientes de países estrangeiros.” Além de que referem que a retenção potencializa comportamentos indisciplinados, “fruto de uma baixa autoestima, desenquadramento em relação à turma de acolhimento”, o que dificulta a aprendizagem do aluno retido.

O Decreto-Lei n.º 17/2016, de 4 de abril indica que a progressão e retenção em casos em que o aluno não desenvolve as aprendizagens estipuladas para o ano de escolaridade que frequenta, o professor titular de turma deve propor medidas

necessárias para superar as dificuldades do aluno, de modo a evitar a retenção. Se o aluno não desenvolver as aprendizagens definidas para o ano de escolaridade, a título excepcional, o professor titular de turma pode determinar a retenção do aluno no mesmo ano de escolaridade.

Relativamente ao Despacho Normativo n.º 1-F/2016, de 5 de abril e a Portaria n.º 223-A/2018, de 3 de agosto podemos evidenciar que o legislador indica que a avaliação sumativa é a principal responsável pela tomada de decisão sobre a progressão ou retenção do aluno. Esta decisão “só pode ser tomada após um acompanhamento pedagógico do aluno, em que foram traçadas medidas de apoio face às dificuldades” do aluno.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2016, de 11 de abril não se refere diretamente para a temática de retenção ou não-retenção, com esta resolução pretende-se promover um ensino de qualidade para todos e o combate ao insucesso escolar, tendo em consideração a igualdade de oportunidades e o aumento da eficiência e qualidade das instituições públicas. O Parecer n.º 5/2016, de 18 de novembro tem semelhanças com o documento legal mencionado anteriormente, porém, o intuito deste Parecer é a promoção do sucesso escolar dos alunos, de modo a evitar o abandono e a retenção dos mesmos no ensino português.

O Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho estabelece princípios e normas que garantem a inclusão de todos os indivíduos, respeitando a diversidade, necessidades e potencialidades de todos os alunos. Além disso, potencializa recursos específicos para responder às necessidades educativas de todas as crianças e jovens. O Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho garante a igualdade de acesso à escola pública com o objetivo de haver igualdade de oportunidades. Apesar de nestes dois decretos-lei a não-retenção não está de forma implícita, encontra-se em aspetos como respeito e igualdade de oportunidades para todos que são os principais objetivos da não-retenção.

Capítulo II: Metodologia da investigação

Este capítulo está dividido em várias secções, nomeadamente: Delimitação do objeto de estudo/ enunciado do problema; Justificação e relevância do estudo; Definição de objetivos da investigação; Tipo de investigação; Participantes e a sua caracterização; Técnicas e instrumentos de recolha de dados; Procedimento.

1. Delimitação do objeto de estudo/enunciado do problema

A realização deste RFE que está inserido no Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico, tem como objetivo principal estudar a problemática da (Não) Retenção Escolar no 1.º CEB. Sendo esta uma medida relativamente recente. O projeto de investigação tem como título *Perspetivas dos professores sobre os efeitos da (Não) Retenção Escolar na aprendizagem dos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico*.

Ao longo dos anos a problemática de retenção tem sido assumida como uma preocupação no Sistema de Ensino Português, pelo facto de anualmente mais de 150 000 alunos ficam retidos no sistema educativo português no mesmo ano de escolaridade. Apesar das recomendações e documentos legislativos apelarem para a excecionalidade da medida de reter os alunos. Foram realizados imensos estudos sobre esta temática e os resultados obtidos iam de encontro que a retenção escolar, na maior parte dos casos, não promovia aprendizagem nos alunos. Por exemplo, em 2012 cerca de 35% de jovens portugueses com 15 anos já tinham sido retidos pelo menos uma vez e mais de 7,5% apresentaram no seu percurso académico mais de uma retenção (CNE, 2015). Outro estudo realizado, foi no ano de 2015 que mais 30% dos alunos que já tinham sido retidos pelo menos uma vez durante o seu percurso educativo (CNE, 2017). Com estes estudos comprova-se que os percursos académicos destes alunos são marcados por retenções e que estas iniciam-se em níveis de escolaridades muito precoces (CNE, 2014, 2016). Além disso, os resultados dos alunos que já ficaram retidos, pelo menos uma vez, são significativamente inferiores aos alunos que nunca foram retidos. O que se pode traduzir que o (s) ano (s) de repetência não permitiram uma recuperação de aprendizagens como é esperado com a prática de retenção escolar (CNE, 2015, 2020).

Tendo em conta as diretrizes apresentadas, o Ministério da Educação pretende aludir os professores do Ensino Básico para a Não Retenção Escolar. Justino et al. (2014) defendem que a solução não é proibir a retenção, mas prevenir a mesma. Por acharmos este tema bastante atual e importante de ser debatido, propusemos um estudo para compreender de que modo estão os professores do 1.º CEB a acolher/ lidar com a Não Retenção nas suas práticas letivas.

Consequentemente, a pergunta de partida desta investigação é: Como estão os professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico a acolher e lidar com a proposta do plano de não-retenção no Ensino Básico?

2. Justificação e relevância do estudo

Este tema surgiu no 1.º semestre do 1.º ano de Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico, na PES I. A investigadora estagiou numa turma de 2.º ano do 1.º CEB que estava inserida numa escola que pertence ao concelho de Viseu. Tal como defendido por Baptista e Sousa (2011), o tema foi escolhido através da experiência do investigador e os seus respetivos interesses, tendo sido este considerado um assunto pertinente, atual e possível de desenvolver através de uma investigação.

Esta turma contemplava um aluno que beneficiava de um currículo específico, tendo sido considerado um aluno NSE, abrangido pelas medidas contempladas no Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho. O aluno em questão tinha um diagnóstico de uma Perturbação Motora Permanente Congénita (Ataxia Cerebelosa Autossómica Dominante). Esta perturbação limita-o ao nível de funções neuromusculoesqueléticas, por outras palavras, o aluno tem limitações ao nível de movimento, expressão verbal articulatória e mobilidade. Este aluno tinha um acompanhamento de uma professora especializada em Educação Especial, que utilizava o método analítico das vinte e oito palavras, de modo a ajudar o aluno a construir aprendizagens de leitura e escrita.

O tema surgiu devido ao facto de o aluno estar a aprender sob o método das vinte e oito palavras. O aludido motivo, conduziu a que, por vezes, a investigadora sentisse dificuldades em criar atividades inclusivas, onde o aluno se sentisse motivado e interessado e incluído. Porém, a professora de Ensino Especial deu-nos algumas sugestões de atividades que podiam ser realizadas para o aluno. Nesse mesmo semestre obtivemos a informação de que o Ministério da Educação propôs a medida de não reter os alunos do Ensino Básico, o que causou algumas dúvidas. Como por exemplo: De que forma os professores incluem um aluno retido na turma?; Quais são as estratégias que os professores podem utilizar para colmatar as dificuldades dos alunos?; Quais os benefícios que a retenção trará ao aluno?. Foram estas questões e esta experiência que suscitaram interesse sobre esta temática. Posto isto e, em discussão com os orientadores decidimos investigar este tema. Com este estudo pretendemos assim esclarecer estas dúvidas e outras que foram surgindo durante o processo investigativo. Ao mesmo tempo pretendemos adquirir conhecimentos e

estratégias para conseguir ajudar os alunos no processo de ensino/ aprendizagem, que de certo serão benéficas para as futuras práticas letivas da investigadora.

As práticas educacionais são reguladas por variadíssimos fatores, nomeadamente representações na comunidade educativa ou por fatores sociopolíticos que estabelecem que a prática de retenção traz benefícios para o aluno (Beswick et al., 2008). Em contrapartida, vários autores evidenciam que a aplicação desta medida de retenção, é baseada numa decisão que reter o aluno cumpre ou não com os requisitos a nível do currículo. No entanto, não têm em consideração o foco do problema do aluno, isto é, as características não observáveis dos alunos (Bonvin, 2003; Pereira & Reis, 2013). Em concordância com estes autores, consideramos que existem outros fatores que levam à retenção do aluno. Quando ocorre uma retenção, a sociedade foca-se apenas que o aluno não atingiu as competências necessárias para prosseguir de ano de escolaridade. Todavia, quando ocorre uma retenção é necessário repensar o porquê de o aluno não ter conseguido adquirir aprendizagens. Com isto, pode haver outros fatores externos, como, por exemplo, falta de acompanhamento familiar, o próprio meio que o aluno está inserido, algum problema de desenvolvimento e aprendizagem, entre outros.

3. Definição dos objetivos da investigação

A investigação orientou-se pela questão-problema: *Como estão os professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico a acolher e lidar com a proposta do plano de não-retenção no Ensino Básico?* De forma a encontrar resposta a esta questão delineámos os objetivos apresentados.

3.1. Objetivo Geral

- Compreender como estão os professores do 1.º CEB a acolher e lidar com a (não)retenção escolar, numa escola que pertence ao concelho de Viseu, comparativamente a outra escola que pertence à Região Autónoma dos Açores.

3.2. Objetivos Específicos

- Compreender se os professores do 1.º CEB têm conhecimento mais ou menos substancial sobre a Não Retenção Escolar.
- Perceber, na perspetiva dos professores do 1.º CEB, quais são as vantagens e desvantagens da Retenção e Não Retenção Escolar.
- Verificar de que modo os professores procedem à inclusão dos alunos Retidos/Não Retidos.
- Aferir as estratégias que os professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico utilizam para acolher a (Não) Retenção Escolar.

- Compreender se os professores interligam o Sucesso/ Insucesso Escolar à Retenção Escolar / Não Retenção Escolar.
- Identificar quais são as estratégias pedagógicas desenvolvidas pelos professores para a otimização do Sucesso Escolar dos alunos.

4. Tipo de investigação

A pesquisa realizada nesta investigação tem um cariz qualitativo, também conhecida como investigação interpretativa e compreensiva, que engloba um conjunto de diversas abordagens, como é o caso da observação participante, etnografia, antropologia, interacionismo simbólico e a teoria dos papéis e da fenomenologia da percepção (Lessard-Hébert et al., 2013), prendendo-se que a presente investigação adote uma inspiração compreensiva e interpretativa à luz de algumas daquelas abordagens. Os mesmos autores referenciam que este tipo de investigação permite uma maior proximidade entre o investigador e os participantes. A etnografia enquanto método de observação participante é uma investigação que se caracteriza pelas interações sociais entre o investigador e os indivíduos durante um período de tempo, visto que os dados são recolhidos de forma sistemática (Bogdan & Taylor, 1975). A antropologia procede de uma conceção do mundo ou da forma original de colocar questões (Lévis-Strauss, 1985). O termo interacionismo simbólico começou a ser utilizado como rótulo para abordagens distintas para o estudo do grupo humano, a vida e conduta humana (Blumer, 1969). No que se refere à fenomenologia da percepção é pressuposta por todos os atos que tomamos (Merleau-Ponty, 1999). Considerando o horizonte espacial e temporal da nossa investigação, consideramos que adota uma mera inspiração antropológica e etnográfica.

Na recolha de dados, operamos com a entrevista do tipo semiestruturada aplicada a professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico. Segundo Bogdan e Biklen (2013, p.134), a entrevista é “utilizada para recolher dados descritos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspetos do mundo”.

Assim, mais especificamente, para a concretização desta investigação realizámos um estudo através da técnica de recolha de informação qualitativa com recurso ao inquérito por entrevista semiestruturada. Estas foram realizadas a professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico. Tendo em conta os objetivos da investigação optámos por utilizar esta metodologia de recolha de dados. Considerando que esta era técnica que melhor se adequava ao objetivo principal, que foi recolher perspetivas dos professores sobre a (não) retenção no 1.º Ciclo do Ensino Básico. A investigação qualitativa alinha-

se com os pressupostos do paradigma interpretativo e compreensivo, pelo facto de recorrer à perspetiva dos indivíduos, assim como permitir que se privilegiem intenções de ação repleta de múltiplos sentidos e significados (Brandão et al., 2017).

A investigação qualitativa possui cinco características, segundo os autores Bogdan e Biklen (2013), Carmo e Pereira (2008) e Coutinho (2013), as quais são: a fonte direta de dados é o ambiente natural, sendo que o investigador é o instrumento principal; é de carácter descritivo, pelo facto de os dados recolhidos serem em forma de palavras e imagens, ao contrário da investigação quantitativa; os investigadores sentem principal interesse pelo processo do que propriamente dos próprios resultados; há tendência para analisar os dados de forma indutiva; os investigadores interessam-se pelas perspetivas das pessoas sobre a temática. De forma a completar as características deste tipo de investigação, é crucial mencionar que o investigador com dados qualitativos “está principalmente interessado em compreender o fenómeno do ponto de vista do participante” (Fortin, 2003, p. 222).

Ainda sobre a perspetiva de Fortin (2003), existem várias etapas do processo de investigação qualitativa. Estas etapas podem efetuar-se simultaneamente ou de forma interativa. As etapas são: 1) formular um problema, a partir de uma situação concreta ou de um conceito; 2) enunciar questões orientadoras com vista a explorar os pontos fulcrais da investigação; 3) escolha das técnicas e instrumentos de recolha de dados; 4) escolha de participantes; 5) a colheita e análise dos dados obtidos; 6) elaboração de hipóteses interpretativas a partir dos dados obtidos, com foco a dar resposta à questão problema. Porém, refere que nem sempre as investigações qualitativas conseguem cumprir desta forma como está estipulado. Pode ser algo que o investigador idealize, no entanto, o processo de investigação raramente segue um modelo fixo.

Uma investigação qualitativa pode originar imensos dados, que são o resultado de notas textuais transcritas de entrevistas, notas reflexivas, diários de campo, fotografias, filmes ou grupos focais, que após a análise dos mesmos ocorre a interpretação e discussão que originam novas evidências (Ribeiro et al., 2006).

Segundo Coutinho (2013), não é fácil encontrar uma definição unívoca para o termo investigação qualitativa, pelo facto de que esta muitas das vezes é vista como uma investigação que não é quantitativa. No entanto, para Denzin e Lincoln (1994)

A investigação qualitativa utiliza uma multiplicidade de métodos para abordar uma problemática de forma naturalista e interpretativa, ou seja estuda-se o problema em ambiente natural, procurando interpretar os fenómenos em termos do que eles significam para os sujeitos (...) experiência pessoal, entrevista, histórias de vida, introspeção- que descrevem rotinas e significados nas vidas dos sujeitos (p. 105).

A metodologia qualitativa permite ao investigador saber como os participantes “interpretam as diversas situações e que significado tem para eles” (Latorre et al., 1996, p. 42), procurando “compreender o mundo complexo do vivido desde o ponto de vista de quem vive” (Mertens, 1998, p. 11). No caso desta investigação pretendemos conhecer/ analisar as perspetivas dos professores do 1.º CEB quanto à Não Retenção Escolar.

5. Participantes e a sua caracterização

O presente estudo teve como participantes, como o próprio título indica, professores do 1.º CEB. A investigação foi realizada em duas escolas diferentes e de áreas completamente distintas. Uma das escolas pertence ao concelho de Viseu, por ser o local onde está localizada a Escola Superior de Educação. A outra escola pertence à Região Autónoma dos Açores, por ser a área de residência da investigadora. Sendo que esta ideia de realizar a investigação em duas escolas diferentes e duas zonas distintas, surgiu devido à análise da Recomendação- Retenção Escolar nos Ensinos Básicos e Secundários (Recomendação n.º 2/2015, de 25 de março). Esta Recomendação refere que “a retenção tem expressões díspares nas várias regiões do país, com maior relevância nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e na Região de Lisboa” (CNE, 2015, p. 6). Por este motivo e também por ser a área de residência da investigadora decidimos fazer a investigação deste modo.

É de ressaltar que realizámos as entrevistas a 16 professores, sendo 8 de cada escola. Os informantes chave foram escolhidos pelo critério de obtermos respostas de professores dos 4 anos do 1.º CEB, assim como entrevistámos 2 professores de cada ano de escolaridade de ambas as escolas.

Para a caracterização dos participantes foi tido em conta o sexo, a idade, os anos de serviço e há quanto tempo estão a lecionar na escola em questão. É importante referir que os nomes utilizados para a caracterização dos professores são fictícios, de modo a manter a confidencialidade e anonimato dos professores que se disponibilizaram a fazer a entrevista. De acordo com Tuckman (1994), os participantes têm o direito de manter a sua confidencialidade se assim for a vontade dos mesmos. Como entrevistámos professores de duas escolas diferentes, optámos pela caracterização também ser de forma diferente, ou seja, na Tabela 2 estão caracterizados os professores da escola que pertence ao concelho de Viseu e a Tabela 3 refere-se aos professores da escola da Região Autónoma dos Açores.

A Tabela 2 evidencia a caracterização dos professores da escola que pertence ao concelho de Viseu onde se consta que a maioria é do sexo feminino (87,5%), isto é,

apenas uma pessoa é do sexo masculino. Relativamente à idade dos professores varia entre 45 anos e 64 anos, sendo que a média das idades é de 51 anos aproximadamente. Em relação às habilitações académicas apenas uma pessoa tem Mestrado as outras 7 tem o grau de Licenciatura (87,5%). No que diz respeito aos anos de serviço dos professores varia de 22 anos a 40 anos, ou seja, a média dos anos de serviço é de 27 anos e 6 meses. O tempo de permanência na instituição diverge entre 1 mês e 16 anos, sendo que dá uma média de 6 anos aproximadamente. No que se refere ao ano de escolaridade que estão a lecionar, foi uma preocupação da nossa parte ter o mesmo número de anos de escolaridade. Com isto, podemos verificar que temos 2 professores que lecionam cada ano do 1.º CEB.

Tabela 2

Caracterização dos participantes de uma escola do concelho de Viseu

Nome	Sexo	Idade	Habilitações académicas	Anos de serviço	Tempo de leção na instituição	Ano de escolaridade de leção
<i>Rita</i>	F	45 anos	Mestrado	24 anos	4 anos	1.º ano
<i>Micaela</i>	F	56 anos	Licenciatura	32 anos	12 anos	4.º ano
<i>Inês</i>	F	45 anos	Licenciatura	23 anos	1 mês	3.º ano
<i>Sandra</i>	F	45 anos	Licenciatura	22 anos	1 mês	1.º ano
<i>Marlene</i>	F	47 anos	Licenciatura	25 anos	4 anos	4.º ano
<i>Carla</i>	F	50 anos	Licenciatura	25 anos	5 anos	2.º ano
<i>José</i>	M	57 anos	Licenciatura	29 anos	7 anos	2.º ano
<i>Elisa</i>	F	64 anos	Licenciatura	40 anos	16 anos	3.º ano

A caracterização dos professores de uma escola da Região Autónoma dos Açores encontra-se na Tabela 3. Ainda assim, podemos verificar que, à semelhança da Tabela 2, a percentagem do sexo feminino é de 87,5%, ou seja, só um dos participantes pertence ao sexo masculino. No que se refere às idades dos participantes podemos verificar que esta varia entre os 44 anos e 54 anos, apresentando uma média de 46 anos e 6 meses. No que corresponde às habilitações académicas, apenas um sujeito tem Pós-Graduação, os restantes têm o grau de Licenciatura (87,5%). No que está relacionado com os anos de serviço, temos uma média de 23 anos e 6 meses, sendo que esta varia entre os 21 e os 32 anos. Em relação ao tempo que lecionam na escola

em questão, este varia entre 1 mês e 27 anos, assim sendo a média é de aproximadamente 12 anos. Por fim, no que se refere ao ano de escolaridade, tivemos a mesma preocupação que na escola que pertence ao concelho de Viseu, tendo tido a oportunidade de entrevistar 2 professores de cada ano do 1.º CEB.

Tabela 3

Caracterização dos participantes de uma escola da Região Autónoma dos Açores

Nome	Sexo	Idade	Habilitações académicas	Anos de serviço	Tempo de lecionação na instituição	Ano de escolaridade de lecionação
<i>Lisa</i>	F	54 anos	Licenciatura	32 anos	27 anos	3.º ano
<i>Marla</i>	F	47 anos	Licenciatura	21 anos	21 anos	2.º ano
<i>Filipe</i>	M	46 anos	Licenciatura	22 anos	8 anos	4.º ano
<i>Joana</i>	F	45 anos	Licenciatura	22 anos	18 anos	3.º ano
<i>Júlia</i>	F	45 anos	Licenciatura	24 anos	15 anos	2.º ano
<i>Maria</i>	F	46 anos	Licenciatura	24 anos	1 mês	1.º ano
<i>Margarida</i>	F	44 anos	Licenciatura	22 anos	3 anos	1.º ano
<i>Ana</i>	F	45 anos	Pós-Graduação	21 anos	7 anos	4.º ano

6. Técnicas e instrumentos de recolha de dados

Em conformidade com Bogdan e Biklen (2013) e Fortin (2003), a entrevista consiste numa conversa com intencionalidade, normalmente ocorre entre duas pessoas, podendo, por vezes, envolver mais pessoas. A entrevista é dirigida por uma das pessoas com o intuito de obter informações sobre as questões de investigação formuladas. Ainda assim, “o contacto entre entrevistador e entrevistado, possibilita que o primeiro possa adaptar as questões e/ou pedir informação adicional sempre que tal se revele importante” (Coutinho, 2013). A técnica de entrevista tem uma maior flexibilidade que, por exemplo, o questionário. As entrevistas podem ser utilizadas de duas formas. “Podem constituir a estratégia dominante para a recolha de dados ou podem ser utilizadas em conjunto com a observação, análise de documentos e outras técnicas” (Bogdan & Biklen, 2013, p. 134). A entrevista normalmente tem três funcionalidades: i) método exploratório para investigar conceitos, relações entre variáveis e conceber

hipóteses; ii) principal instrumento de uma investigação e; iii) complemento de outros instrumentos de recolha de dados (Fortin, 2003).

A técnica de entrevista também apresenta algumas desvantagens, pois as informações recolhidas têm sempre alguma subjetividade. Consequentemente, pode comprometer os resultados da investigação (Moreira, 2009).

Existem três tipos de entrevistas: i) estruturada; ii) não estruturada e; iii) semiestruturada. Esta classificação, por vezes, suscita algumas dúvidas nos investigadores, no que concerne à seleção da que poderá, de facto, ser mais eficaz para o seu estudo. A entrevista não estruturada tem um carácter alargado e ambíguo, que permite o desenvolvimento do próprio raciocínio sobre um tema geral que não tem necessariamente de conter um quadro de referência particular, principalmente da parte do investigador ou entrevistador (Ghiglione & Matalon, 2001).

No que se refere à entrevista estruturada é um tipo de entrevista em que o entrevistador conhece todos os temas sobre os quais tem de obter reações por parte do inquirido, mas a ordem e a forma como os irá introduzir são deixados ao seu critério, sendo que o entrevistador tem apenas de orientar o início da entrevista (Ghiglione & Matalon, 2001).

Na entrevista semiestruturada é necessário ter um esquema ou uma grelha de organização para a implementação das entrevistas. A ordem por que são efetuadas as questões fica ao critério do entrevistador, pois, o entrevistado pode abordar as temáticas de forma espontânea. Como este tipo de entrevista requer um guião, esta pode influenciar o entrevistado, pelo facto de que é imposto um quadro de referência. Portanto, podemos referir que este tipo de entrevista não é tão ambíguo como o tipo de entrevista não estruturada (Ghiglione & Matalon, 2001; Moreira, 2009). As questões presentes no guião da entrevista devem ser formuladas, de modo a permitir que o entrevistado discorra e verbalize as suas perspetivas, ideologia, tendências e reflexões sobre a temática apresentada (Ribeiro, 2008). Além disso, as entrevistas semiestruturadas permitem uma maior comparatividade e da estruturação dos dados entre os vários sujeitos (Bogdan & Biklen, 2013; Flick, 2005).

Neste estudo utilizámos a técnica de entrevista semiestruturada, onde, antes da realização de cada entrevista, pedimos autorização aos professores para a gravação da mesma. As entrevistas que se realizaram através de videoconferência foram gravadas por vídeo e áudio, no que se refere às entrevistas realizadas de forma presencial, gravámos através de áudio. No diz respeito à análise das entrevistas, estas foram transcritas conforme recomendado por Bryman (2012). Como método de análise de

dados foi utilizada a análise de conteúdo, que segundo Bardin (2016) é caracterizada por um conjunto de técnicas de análise de comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos. Salientamos que “a análise do conteúdo procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça” (Bardin, 2016, p. 50). Após a transcrição das entrevistas, a investigadora optou por construir categorias e subcategorias através de uma tabela, de forma a analisar as entrevistas. Na Tabela 4 podemos encontrar o exemplo da tabela utilizada para a análise das entrevistas. Como fizemos 16 entrevistas, optámos por analisá-las de modo individual. A investigadora ao analisar as entrevistas verificou que existiam aspetos que se realçavam como “palavras, frases, padrões de comportamento, formas de os sujeitos pensarem e acontecimentos” e, nesse sentido, optou por agrupar esses aspetos em categorias, subcategorias e indicadores, tal como preconizado por Bogdan e Biklen (2013, p. 42).

Tabela 4

Análise de conteúdo das entrevistas

Categorias	Subcategorias
C1- Retenção VS não-retenção	Sc1- Conhecimento da não-retenção Sc2- Perspetivas sobre a retenção e não-retenção
C2- Processo de retenção	Sc3- Dificuldades operacionais da (não) retenção Sc4- Justificação da ideia de (não) retenção Sc5- Inclusão de alunos retidos Sc6- Fatores de retenção
C3- A retenção como “alvo a abater”	Sc7- Relação da (não) retenção com as aprendizagens Sc8- Relação da (não) retenção com avaliação
C4- A Não-Retenção Escolar	Sc9- Como sentido de mudança e inovação curricular Sc10- Como novo quadro de expetativas socioeducativas no alinhamento da inclusão Sc11- Como novíssimo movimento pedagógico

C5- Sucesso e insucesso escolar

Sc12- Como símbolo de facilitismo

Sc13- Conceitos (des) articulados com a ideia de (não) retenção

Sc14- Causas, efeitos e consequências

Sc15- Estratégias para a otimização do sucesso escolar

7. Procedimento

De forma a iniciar a prática da nossa investigação foi necessário repensar e reunir um conjunto de procedimentos. Numa fase inicial foi necessário criar um guião de entrevista (Apêndice 8), este foi criado com o intuito de corresponder aos objetivos da investigação e, de forma a dar resposta às questões que nortearam a mesma. Numa segunda fase repensamos o número de entrevistados que necessitaríamos ter, de modo a obter uma recolha de dados que permitisse responder às questões orientadoras do projeto de investigação. Inicialmente pensámos em entrevistar oito professores, sendo que seriam quatro de cada escola. Posteriormente, chegámos à conclusão que seria mais benéfico aumentar o número de entrevistados, de forma a ter mais variedade de respostas. Posto isto, optámos por entrevistar dezasseis professores, oito de uma escola que pertence ao concelho de Viseu e oito de uma escola que pertence à Região Autónoma dos Açores.

Após a seleção das escolas onde estavam alocados os professores selecionados para entrevistar, passámos ao contacto com os professores. Na escola que pertence ao concelho de Viseu, primeiramente abordámos os professores de forma presencial e, de seguida, solicitamos-lhes os e-mails. Questionámos, também, se preferiam que se efetuasse as entrevistas, de forma presencial ou por videoconferência. Com a situação pandémica, deixámos à escolha dos participantes, com o intuito de os deixar mais à vontade. Os professores desta escola referiram que tinham principal preferência em que a entrevista se realizasse por videoconferência. Em seguida, enviámos e-mail aos professores com o intuito de agendar a entrevista. Uma vez que não obtivemos o número de respostas esperadas, tentámos o contacto via telefone e novamente por e-mail. Alguns professores referiram que não tinham disponibilidade para ser entrevistados, portanto tivemos de respeitar a sua decisão. Por via telefone ligámos para a escola em questão e, pedimos o contacto de outros professores. Com isto, conseguimos o número necessário de participantes para fazer as entrevistas que faltavam.

No que diz respeito à escola da Região Autónoma dos Açores, procedeu-se de forma diferente. Primeiramente tivemos de pedir uma autorização por escrito ao presidente do agrupamento (Apêndice 9) para nos dirigirmos à escola para ter um primeiro contacto com os professores do 1.º CEB. Dada a autorização, falámos de forma presencial com os professores e, estes preferiram ser entrevistados de modo presencial. No momento em que falámos de forma presencial, agendámos a data para a realização das entrevistas.

Capítulo III: Resultados e discussão

1. Descrição e análise de dados

Nesta seção apresentamos a descrição e análise de dados das entrevistas, de forma a organizar os dados recolhidos optámos por analisar cada entrevista individualmente numa só tabela. Primeiramente apresentamos as entrevistas de uma escola que pertence ao concelho de Viseu e, posteriormente a análise das entrevistas realizadas numa escola dos Açores. Para entendimento na identificação de cada professor, substituímos os seus nomes, para que o anonimato fosse preservado, por nomes fictícios.

Tabela 5

Descrição dos dados relativos à entrevista da professora Rita (Viseu)

Categories	Subcategorias	Indicadores
C1- Retenção VS não-retenção	Sc1- Conhecimento da não-retenção	“(…) opa, nós costumamos ler muitas leis, mas nem tudo o que está no papel coincide com a realidade. (…) Só que as realidades são diferentes, cada escola sentimos um bocadinho que é uma realidade completamente diferente.”
	Sc2- Perspetivas sobre a retenção e não-retenção	“Pois, eu não sou a favor nem sou contra. Isto depende muito de cá está...do aluno. Se o aluno conseguir adquirir as competências necessárias para poder prosseguir para o outro ano, ótimo. Se não, acho que sou a favor da retenção. (...) Chegar a um 4.º ano sem saber ler nem escrever, é uma balburdia.”
C2- Processo de retenção	Sc3- Dificuldades operacionais da (não)retenção	“Eu considero um processo difícil.”

C3- A retenção como “alvo a abater”

Sc4- Justificação da ideia de (não)retenção “Sim, porque cá está eu quando retenho há uma justificação plausível. (...) Às vezes os colegas dizem-me que foi o melhor que eu fiz, porque realmente ele aprendeu e mudou a sua atitude.”

Sc5- Inclusão de alunos retidos “Os que vem retidos integram-se bem na turma, interagiram comigo e com os colegas. Não tenho tido o azar de ter que seguir outro tipo de estratégia. Quando vem da mesma escola, os colegas já falam connosco a dizer como é que são os pais como é que não são, como é que nós devemos agir ou não agir.”

Sc6- Fatores de retenção “(...) o meio familiar quando não é o mais adequado. (...) às vezes é porque o aluno não ter qualquer tipo de conhecimentos.”

Sc7- Relação da (não)-retenção com as aprendizagens

Sc8- Relação da (não)-retenção com avaliação “(...) os programas se fossem diferentes se calhar também era uma mais-valia. Eu acho que se o programa fosse diferente mais abrangente nessas idades é uma forma de diminuir as retenções. Eu ainda assim não considero facilitismo.”

C4- A Não-retenção Escolar	Sc9- Como sentido de mudança e inovação curricular	“Eu penso que não. (...) que para mim não me traz mudanças nenhuma.”
	Sc10- Como novo quadro de expectativas socioeducativas no alinhamento da inclusão	“Eu acho que é mais a nível da sociedade em geral (...) Há pais que são a favor da não-retenção. Mas isto da não-retenção é mais a nível da sociedade. (...) Há pais que são contra a retenção que mesmo sabendo que o filho não sabe de nada, vão até às últimas...fazem pressão nos professores e no agrupamento que o filho tem de passar.”
	Sc11- Como novíssimo movimento pedagógico	“(...) filmes, canções que eles vão memorizando e fixando. Contar histórias, pronto é motivá-los para tal. (...) escola virtual e depois eles adoram ir ao computador...Quiz's.”
C5- Sucesso e insucesso escolares	Sc12- Como símbolo de facilitismo	“(...) às vezes dá essa ideia, não é?! Não vamos reter porque é mais fácil deixar o aluno ir. (...) Mas é, porque assim não há burocracias, não há papeis, não há pais a ser chamados. É muito mais fácil claro.”
	Sc13- Conceitos (des) articulados com a ideia de (não) retenção	“(...) o sucesso, para mim o sucesso escolar é um aluno que desde o 1.º ano até ao 4.º ano tem um percurso escolar espetacular...comportamento, o saber estar, o saber viver em

	<p>sociedade, o estar com os colegas, com a comunidade educativa em geral.”</p> <p>“O insucesso escolar para mim é aquele aluno que anda aqui com altos e baixos...ham...começa bem e depois desce, é um aluno que desmotiva fácil.”</p>
Sc14- Causas, efeitos e consequências	<p>“Isto depois a nível da sociedade vai ter um impacto. Se formos com um currículo que tem altos e baixos irá prejudicar de certa forma.”</p>
Sc15- Estratégias para a otimização do sucesso escolar	<p>“1.º ano para eles se tornarem mais autónomos, começamos a trabalhar os manuais eles têm que saber se desenrascar e saber qual é qual é que não é. (...) É preciso ajudar bastante na autonomia, é uma mais-valia para obter sucesso escolar.”</p>

Tabela 6

Descrição dos dados relativos à entrevista da professora Micaela (Viseu)

Categorias	Subcategorias	Indicadores
C1- Retenção VS não-retenção	Sc1- Conhecimento da não-retenção	“estamos já um bocadinho a trabalhar com o Projeto Maia (...) evitar mesmo a retenção de alunos e dar-lhe mais algum tempo para poderem adquirir competências necessárias em final de ciclo.”

	Sc2- Perspetivas sobre a retenção e não-retenção	“Eu sou a favor da Não Retenção, logo no momento em que a criança apresenta dificuldades. (...) só serei a favor, se no final de ciclo o aluno não tiver adquirido as aprendizagens essenciais que se pretende no final de ciclo.”
C2- Processo de retenção	Sc3- Dificuldades operacionais da (não)retenção	“Um processo de retenção é difícil (...) E qualquer profissional custa sempre fazer a retenção e que tentem ir até ao limite para evitar a retenção”.
	Sc4- Justificação da ideia de (não)retenção	
	Sc5- Inclusão de alunos retidos	“O aluno integrou-se muito bem, porque também já era um aluno da escola.”
	Sc6- Fatores de retenção	“A falta de conhecimentos, a família pode também ter um peso neste aspeto.”
C3- A retenção como “alvo a abater”	Sc7- Relação da (não)retenção com as aprendizagens	“Eu considero que é possível, mas é possível se houver trabalho colaborativo, mais docentes no terreno. Portanto, turmas também mais reduzidas (...) o número exagerado de alunos também dificulta o trabalho individualizado”
	Sc8- Relação da (não)retenção com avaliação	

C4- A Não-retenção Escolar	Sc9- Como sentido de mudança e inovação curricular	“(...) requer mais trabalho por parte do professores, porque depois tem de fazer trabalho adaptado para essa criança”.
	Sc10- Como novo quadro de expetativas socioeducativas no alinhamento da inclusão	“A não-retenção atende mais às expetativas dos pais.”
	Sc11- Como novíssimo movimento pedagógico	“(...) trabalhar por conteúdos (...) Dando tempo em que a criança faça a sua evolução, de acordo com a sua maturidade e a sua capacidade de trabalho.”
	Sc12- Como símbolo de facilitismo	“Na minha opinião não, isso pode diferentes leituras. Mas na minha opinião não. Porque é assim não facilitismo, mas sim dar oportunidade à criança (...) de não ficar frustrada perante uma retenção.”
C5- Sucesso e insucesso escolares	Sc13- Conceitos (des)articulados com a ideia de (não)retenção	“Sucesso escolar considero toda a progressão que o aluno vai fazendo, considero a progressão ano de aprendizagem (...)” “Insucesso é quando pela parte do professor e do aluno não conseguimos atingir o que pretendemos e há insucesso. Depois de todas as metodologias

	utilizadas e a criança não aprende há insucesso.”
Sc14- Causas, efeitos e consequências	
Sc15- Estratégias para a otimização do sucesso escolar	“(…) pesquisa da parte deles (…) diversificar as atividades (…) explicitem sempre o seu raciocínio”.

Tabela 7

Descrição dos dados relativos à entrevista da professora Inês (Viseu)

Categorias	Subcategorias	Indicadores
C1- Retenção VS não-retenção	Sc1- Conhecimento da não-retenção	“(…) sim, digamos que sim.”
	Sc2- Perspetivas sobre a retenção e não-retenção	“A favor da não-retenção. Porque acho que a avaliação não tem que ter uma finalidade.”
C2- Processo de retenção	Sc3- Dificuldades operacionais da (não)retenção	“É difícil tem uma série de burocracias.”
	Sc4- Justificação da ideia de (não)retenção	“Nos casos onde eu estive presente ou fiz parte do processo de retenção sim.”
	Sc5- Inclusão de alunos retidos	“Depende (…) de como foi explicado todo esse processo de retenção, se ele percebeu que seria benéfico”.
	Sc6- Fatores de retenção	
C3- A retenção como “alvo a abater”	Sc7- Relação da (não)retenção com as aprendizagens	“(…) para não haver retenções vamos ter que facilitar muito mais as aprendizagens”.

	<p>Sc8- Relação da (não)retenção com avaliação</p>	
<p>C4- Não-retenção Escolar</p>	<p>Sc9- Como sentido de mudança e inovação curricular</p> <p>Sc10- Como novo quadro de expetativas socioeducativas no alinhamento da inclusão</p> <p>Sc11- Como novíssimo movimento pedagógico</p> <p>Sc12- Como símbolo de facilitismo</p>	<p>“(…) vai trazer mudanças ao nível da avaliação (…) vai exigir dos professores uma maior preparação de materiais (…) vai exigir uma maior formação dos professores, muito mais trabalho, mais burocracia”.</p> <p>“Acho que hoje em dia está numa pressão da sociedade”.</p> <p>“(…) quando avaliamos os alunos temos a preocupação de não estabelecer níveis entre eles para os seriar, mas dar-lhes um feedback daquilo que eles são ou não capazes de fazer”.</p> <p>“Não, de todo.”</p>
<p>C5- Sucesso e insucesso escolares</p>	<p>Sc13- Conceitos (des)articulados com a ideia de (não)retenção</p> <p>Sc14- Causas, efeitos e conseqüências</p>	<p>“(…) sucesso escolar não está diretamente ligado com as aprendizagens académicas (…). O sucesso para mim será em que aquela criança que sinta que efetivamente melhorou o seu caminho”.</p>

Sc15- Estratégias para a otimização do sucesso escolar “(...) estratégias diversificadas (...) Os trabalhos de casa são individualizados”.

Tabela 8

Descrição dos dados relativos à entrevista da professora Sandra (Viseu)

Categorias	Subcategorias	Indicadores
C1- Retenção VS não-retenção	Sc1- Conhecimento da não-retenção	“Sim, sim...sim.”
	Sc2- Perspetivas sobre a retenção e não-retenção	“Depende dos casos, mas mais pela não-retenção do que a retenção.”
C2- Processo de retenção	Sc3- Dificuldades operacionais da (não)retenção	“É um pouco difícil”.
	Sc4- Justificação da ideia de (não)retenção	
	Sc5- Inclusão de alunos retidos	
	Sc6- Fatores de retenção	“Imaturidade, mas sem sombra de dúvida.”
	Sc7- Relação da (não)retenção com as aprendizagens	“(...) eu acho que se trabalharmos mais, havendo mais recursos humanos e um ensino mais individualizado e se a criança estiver apta para e aberta para a aprendizagem sim”.
C3- A retenção como “alvo a abater”	Sc8- Relação da (não)retenção com as aprendizagens	
	C4- A Não-retenção Escolar	Sc9- Como sentido de mudança e inovação curricular

		professor (...) um trabalho mais individualizado, de forma que ele consiga preencher as lacunas que ele tenha.”
C5- Sucesso e insucesso escolares	Sc10- Como novo quadro de expectativas socioeducativas no alinhamento da inclusão	“(...) hoje em dia é dos professores.”
	Sc11- Como movimento pedagógico	“Utilizo estratégias mais lúdicas, jogos mais pedagógicos, mais lúdicos. De forma que os alunos se sintam motivados.”
	Sc12- Como símbolo de facilitismo	“Não, não me parece que seja esse o caso.”
	Sc13- Conceitos (des)articulados com a ideia de (não)retenção	“Eu acho que quando a criança corresponde e esteja motivada e interessada, apesar de mostrar dificuldades. Para mim já é sucesso escolar (...).” “O insucesso é quando uma criança não se consegue adaptar ao meio escolar (...).”
	Sc14- Causas, efeitos e consequências	“Existe sempre o rótulo que é muito negativo (...).”
	Sc15- Estratégias para a otimização do sucesso escolar	“Responsabilidade (...) autonomia.”

Tabela 9

Descrição dos dados relativos à entrevista da professora Marlene (Viseu)

categorias	Subcategorias	Indicadores
------------	---------------	-------------

C1- Retenção VS não-retenção	Sc1- Conhecimento da não-retenção	“Temos falado disso agora muito em reuniões, nos últimos anos tem se focado muito nesse assunto.”
	Sc2- Perspetivas sobre a retenção e não-retenção	“(…) depende das situações... umas vezes acho que sim...outras acho que não. (...) nós sabemos que à partida que para a criança não vai nem adiantar nem vai progredir nem regredir o facto de passar, porque passa sempre com aquele currículo próprio (...) uma criança (...) a gente sabe que mais um ano a partir da experiência que já temos com ela (...) vai realmente adiantar eu acho que deve haver uma retenção. Portanto, eu sou da opinião desses dois argumentos.”
C2- Processo de retenção	Sc3- Dificuldades operacionais da (não)retenção	“(…) o processo de retenção em si (...) tem algumas diretrizes, temos que ter o abalo dos encarregados de educação.”
	Sc4- Justificação da ideia de (não)retenção	“A minha colega diz que sim, que realmente houve evolução, mas nem todas as crianças acontece isso.”
	Sc5- Inclusão de alunos retidos	“Ando ali no primeiro mês a tentar integrar a criança e perceber o que é que ela

		efetivamente sabe. (...) Gosto de conhecer primeiro a criança”.
C3- A retenção como “alvo a abater”	Sc6- Fatores de retenção	“(...) há uns anos para cá os conteúdos estão extremamente diversificados e difíceis para a faixa etária que se inclui (...) haver uma estruturação de acompanhamento sistemático em casa”.
	Sc7- Relação da (não)retenção com as aprendizagens	“(...) enquanto for turmas com a dimensão que estamos a ter com o número de alunos e as problemáticas por sala, eu acho que não vai ser assim muito fácil.”
C4- A Não-retenção Escolar	Sc8- Relação da (não)retenção com avaliação	
	Sc9- Como sentido de mudança e inovação curricular	
	Sc10- Como novo quadro de expetativas socioeducativas no alinhamento da inclusão	
	Sc11- Como novíssimo movimento pedagógico	“(...) um aluno precisa de um trabalho mais sistemático, pedir logo a ajuda dos pais”.
	Sc12- Como símbolo de facilitismo	“(...) eu quero crer que não e para mim e na minha ótica como profissional não.”

C5- Sucesso e insucesso escolares	Sc13- Conceitos (des)articulados com a ideia de (não)retenção	“(...) sucesso escolar é realmente aprender os conteúdos que ali estão, mas também preparar a criança para outro tipo de atividade e também saber desenrascar-se.” “O insucesso é quando o aluno não consegue atingir os conteúdos previstos.”
	Sc14- Causas, efeitos e consequências	
	Sc15- Estratégias para a otimização do sucesso escolar	“(...) autonomia, desde o 1.º ano. É importante para eles para desenvolver o seu próprio estudo, progresso e até mesmo autoavaliação seja para sucesso ou insucesso”.

Tabela 10

Descrição dos dados relativos à entrevista da professora Carla (Viseu)

Categorias	Subcategorias	Indicadores
C1- Retenção VS não-retenção	Sc1- Conhecimento da não-retenção	“Conheço.”
	Sc2- Perspetivas sobre a retenção e não-retenção	“(...) depende (...) alguma criança que está a dar o seu máximo, mas que não consegue ir mais além. Acho que deve transitar de ano (...) Agora se tivermos um aluno com capacidades, boas capacidades e não as aplica e os resultados não são positivos por pouco esforço e por pouca

		vontade...aí é uma questão de ponderar sim.”
C2- Processo de retenção	Sc3- Dificuldades operacionais da (não)retenção	“Reter um aluno é sempre muito difícil para mim.”
	Sc4- Justificação da ideia de (não)retenção	“Nos casos em que tive envolvida, eu acho que todas as atitudes que eu tomei foram justas.”
	Sc5- Inclusão de alunos retidos	“(…) é tentar ali criar um ambiente mais acessível possível (…) é necessário conversar com o aluno e até mesmo com os colegas.”
	Sc6- Fatores de retenção	“Quando o aluno não consegue acompanhar as aprendizagens (…) há ali lacunas às vezes até vem de trás”.
C3- A retenção como “alvo a abater”	Sc7- Relação da (não)retenção com as aprendizagens	
	Sc8- Relação da (não)retenção com avaliação	“Facilitismos não pode ser assim... é mesmo a avaliação é algo que deve ser refletido (…)”.
C4- A Não-retenção Escolar	Sc9- Como sentido de mudança e inovação curricular	“(…) adaptar os temas, as atividades, as estratégias às capacidades dos alunos.”
	Sc10- Como novo quadro de expectativas socioeducativas no alinhamento da inclusão	“(…) depende muito, se calhar se a sociedade em geral”.
	Sc11- Como novíssimo movimento pedagógico	“(…) atividades diversificadas e não

C5- Sucesso e insucesso escolares

	podemos aquele modelo de antigamente em que se exponha.”
Sc12- Como símbolo de facilitismo	“Não. É assim eu acho que não...é assim...depende do aluno que nós temos.”
Sc13- Conceitos (des)articulados com a ideia de (não)retenção	“sucesso (...) quando chegámos ao final do ano e ficamos satisfeitos com o nosso trabalho e conseguimos chegar a todos os alunos. Tendo sempre em atenção os alunos, eles são todos diferentes”. “Insucesso escolar é frustrante é quando vemos que fizemos de tudo em prol dos alunos e vemos que mesmo assim não conseguimos chegar lá (...)”.
Sc14- Causas, efeitos e consequências	“No caso do insucesso é frustrante tanto para os professores como para os alunos. Ficaram mais desmotivados, frustrados.”
Sc15- Estratégias para a otimização do sucesso escolar	“(...) TIC, computador (...) adaptar as atividades de acordo com a capacidade do aluno (...) Jogos educativos (...) trabalho em grupo (...) fazer cartazes, imagens (...) aulas mais práticas, mais pesquisa, tudo isso acho que ajuda”.

Tabela 11

Descrição dos dados relativos à entrevista do professor José (Viseu)

Categorias	Subcategorias	Indicadores
C1- Retenção VS não-retenção	Sc1- Conhecimento da não-retenção	“Vou acompanhando a legislação que sai, até porque tenho de a implementar”.
	Sc2- Perspetivas sobre a retenção e não-retenção	“Eu sou a favor da não-retenção (...) as correntes que têm surgido tem apontado para uma escola inclusiva.”
C2- Processo de retenção	Sc3- Dificuldades operacionais da (não)retenção	“Eu considero que é difícil.”
	Sc4- Justificação da ideia de (não)retenção	“Eu acho que o terem ficado não trouxe aspetos positivos, não compensou.”
	Sc5- Inclusão de alunos retidos	“(…) o aluno integrou-se muito bem na turma, até porque conhecem-se, brincam no intervalo, há sempre um período de adaptação. No caso mais recente, integrou-se muito bem, não teve dificuldades.”
	Sc6- Fatores de retenção	“(…) não atingir as competências e quando há situações graves (...) Falta de assiduidade (...) pela falta de acompanhamento das famílias e pelas próprias expectativas baixas que as famílias colocam na escola”.
C3- A retenção como “alvo a abater”	Sc7- Relação da (não)retenção com as aprendizagens	“(…)temos de adaptar...adequar...portanto

		...adequando arranjando novas estratégias.”
C4-A Não-retenção Escolar	Sc8- Relação da (não)retenção com avaliação	
	Sc9- Como sentido de mudança e inovação curricular	“(…) exige claro que haja meios. Quer humanos, quer materiais, que haja meios ao nível das infraestruturas para podermos trabalhar essas turmas.”
	Sc10- Como novo quadro de expectativas socioeducativas no alinhamento da inclusão	“Eu penso que é um bocadinho de todas...tanto aos professores, como aos encarregados de educação como a sociedade em geral.”
	Sc11- Como novíssimo movimento pedagógico	“(…) dar-lhes mais tempo para fazer as tarefas, procurar adaptar os materiais (…) Baixar um bocadinho grau de exigência”.
C5- Sucesso e insucesso escolares	Sc12- Como símbolo de facilitismo	“(…) eu também acho que não (…) hoje infelizmente parece que se trabalha para os números (…) os níveis de retenção sejam cada vez menores. Muitas vezes isso não quer dizer que seja igual ao sucesso.”
	Sc13- Conceitos (des) articulados com a ideia de (não)retenção	“(…) o sucesso é que o aluno consiga desenvolver as suas capacidades.”
	Sc14- Causas, efeitos e consequências	“(…) as causas do sucesso são sempre ótimas, porque há autoconfiança dos alunos, a autoestima, faz bem aos

	<p>alunos. Sente-se mais seguro, é capaz de arriscar um bocadinho.”</p> <p>“(…) o insucesso acho que (…) Muitas vezes há miúdos que fazem sempre mal, referem que fazem tudo mal...até às vezes são capazes de estar a copiar os desenhos, por exemplo.”</p>
Sc15- Estratégias para a otimização do sucesso escolar	<p>“(…) diversificar as atividades, torná-las mais atrativas, procurando novas estratégia (…) A partir de uma aula de Educação Física podemos trabalhar a Matemática, por exemplo as figuras geométricas (…) Trabalho colaborativo e a pares”.</p>

Tabela 12

Descrição dos dados relativos à entrevista da professora Elisa (Viseu)

Categorias	Subcategorias	Indicadores
C1- Retenção VS não-retenção	Sc1- Conhecimento da não-retenção	“Temos informação dos normativos que estão em vigor.”
	Sc2- Perspetivas sobre a retenção e não-retenção	“(…) depende (…) eu sou a favor de não reter. Mas para não reter, eu acho que as crianças têm de ter pelo menos os conhecimentos mínimos (…) Mas para reter temos de estar muito bem documentados sobre as aprendizagens dos alunos.”

C2- Processo de retenção	Sc3- Dificuldades operacionais da (não)retenção	“(…) é muito difícil e dá muito trabalho. Não dá trabalho nenhum é não reter.”
	Sc4- Justificação da ideia de (não)retenção	“(…) tive a preocupação de saber deles no ano letivo seguinte e notava-se progressões nos alunos, portanto justificou-se.”
	Sc5- Inclusão de alunos retidos	“(…) eu tinha uma turma muito humana...os alunos eram muito humanos...foi muito fácil de integrar o aluno.”
	Sc6- Fatores de retenção	“(…) não conseguem atingir os objetivos (...) falta de atenção (...) não têm acompanhamento em casa”.
C3- A retenção como “alvo a abater”	Sc7- Relação da (não)retenção com as aprendizagens	“(…) eu não acho que é facilitar as aprendizagens, pois a aprendizagem nunca deve ser facilitada (...) os currículos (...) não devem ser tão extensos.”
	Sc8- Relação da (não)retenção com avaliação	
C4- A Não-retenção Escolar	Sc9- Como sentido de mudança e inovação curricular	“(…) só papeis e mais papeis, só fazer fichas para ali, fichas para acolá (...) O professor tem de arranjar estratégias individualizadas para dar apoio aqueles meninos.”

	Sc10- Como novo quadro de expectativas socioeducativas no alinhamento da inclusão	“(...) os pais ficam todos felizes que os filhos não sejam retidos e a sociedade em geral também.”
	Sc11- Como novíssimo movimento pedagógico	
	Sc12- Como símbolo de facilitismo	“Não, eu acho que não que não é o facilitismo. Eu acho que a não-retenção muitas vezes está ligado a não traumatizar o menino, dar tempo...e assim tem 3 anos para fazer os planos de recuperação...para se verificar o que é que eles conseguem atingir.”
C5- Sucesso e insucesso escolares	Sc13- Conceitos (des) articulados com a ideia de (não)retenção	“O sucesso e o insucesso eu acho que não existe. Existe alunos menos bons, alunos que realmente têm algumas dificuldades e precisam ser trabalhadas em determinadas áreas.”
	Sc14- Causas, efeitos e consequências	“O sucesso as causas, os efeitos...um aluno com sucesso está feliz, está motivado. Um aluno que realmente sinta que é incapaz, eu acho que isso não é muito bom.”
	Sc15- Estratégias para a otimização do sucesso escolar	“Apoio individualizado, estratégias a adotar para colmatar as dificuldades dos alunos.”

Tabela 13*Descrição dos dados relativos à entrevista da professora Lisa (Açores)*

Categorias	Subcategorias	Indicadores
C1- Retenção VS não-retenção	Sc1- Conhecimento da não-retenção	“Sim, conheço (...) as linhas gerais que é para saber se devo reter ou não reter.”
	Sc2- Perspetivas sobre a retenção e não-retenção	“É assim...reter por reter só não. Mas eu acho que uma criança quando está com grandes dificuldades e avança para outro ano e...sempre a arrastar como se costuma dizer, não é benéfico para a criança.”
C2- Processo de retenção	Sc3- Dificuldades operacionais da (não)retenção	“Aí...é difícil, é mais fácil um professor passar toda a gente do que entrar num processo de retenção.”
	Sc4- Justificação da ideia de (não)retenção	“Justificou-se.”
	Sc5- Inclusão de alunos retidos	“A inclusão do aluno na turma é feita através de uma avaliação diagnóstica como faço a todos os alunos. Para ver o que o aluno sabe e depois a partir do que eles já sabem vou trabalhando as dificuldades e os conteúdos, de forma também a conhecer o aluno.”
	Sc6- Fatores de retenção	“(…) dificuldades cognitivas (...) mas muitas vezes podem estar associadas ao desinteresse e falta de apoio das famílias (...) falta

<p>C3- A retenção como “alvo a abater”</p>	<p>de maturidade associada ao desinteresse.”</p> <p>Sc7-Relação da (não)retenção com as aprendizagens da “(...) nota-se cada vez mais uma preguiça por parte dos alunos para pensar, para raciocinar e uma preguiça para estudar (...) não está fácil de evitar retenções dessa maneira, se evitar é mesmo para facilitar.”</p>
<p>C4- A Não-retenção Escolar</p>	<p>Sc8- Relação da (não) retenção com avaliação</p>
<p>C4- A Não-retenção Escolar</p>	<p>Sc9- Como sentido de mudança e inovação curricular de “(...) a não-retenção acaba por dificultar a vida um bocado aos professores. É muito complicado estar a trabalhar com um grupo em que há alunos com nível muito bom, um grupo que está a nível médio e um grupo que está abaixo do nível médio.”</p>
<p>C4- A Não-retenção Escolar</p>	<p>Sc10- Como novo quadro de expetativas socioeducativas no alinhamento da inclusão “Dos pais e da sociedade. Porque quem não está por dentro do sistema é que acha que a não-retenção é benéfica”.</p>
<p>C4- A Não-retenção Escolar</p>	<p>Sc11- Como novíssimo movimento pedagógico “O reforço positivo, atividades de reforço de aprendizagem, exercícios diferentes para ter em conta as dificuldades.”</p>
<p>C4- A Não-retenção Escolar</p>	<p>Sc12- Como símbolo de facilitismo “(...) que não é bem no sentido de facilitar, mas é no sentido de não traumatizar (...) acho que</p>

C5- Sucesso e insucesso escolares

Sc13- Conceitos (des)articulados com a ideia de (não)retenção

as crianças ficam mais traumatizadas a ver que não conseguem fazer o que os outros fazem, do que se ficassem retidas.”

“(…) uma criança não tem insucesso só porque é retida, neste caso sucesso é progredir nas aprendizagens (…) Mas o insucesso não leva à retenção. Porque podemos ir sempre adaptando o ensino e ir atrás de aquilo que seria suposto.”

Sc14- Causas, efeitos e consequências

“As causas muita vez tem a ver com o apoio familiar, o ambiente, os estímulos daquilo que está exposto, uma criança que seja estimulada pela família desde pequena tem outro tipo de vocabulário e outro tipo de raciocínio.”

“Consequências é que os pais ficam sempre zangados com os professores, porque têm dificuldade em aceitar as dificuldades dos seus filhos”.

Sc15- Estratégias para a otimização do sucesso escolar

“(…) promover a autonomia, ensinar métodos de estudos (…) atividades que envolvam a

concentração e a atenção (...) a autoestima”.

Tabela 14

Descrição dos dados relativos à entrevista da professora Marla (Açores)

Categorias	Subcategorias	Indicadores
C1- Retenção VS não-retenção	Sc1- Conhecimento da não-retenção	“Sim.”
	Sc2- Perspetivas sobre a retenção e não-retenção	“Da retenção. Porque não adianta andar para a frente se eles não consolidarem os conteúdos que têm anteriormente.”
C2- Processo de retenção	Sc3- Dificuldades operacionais da (não)retenção	“(…) infelizmente é difícil desenvolver um processo de retenção. Por isso muitos dos colegas não retém para não ter que justificar os tais 10% de retenção.”
	Sc4- Justificação da ideia de (não)retenção	“Sim, nos casos que conheci a ideia de retenção justificou-se.”
	Sc5- Inclusão de alunos retidos	“É igual aos outros, eu trato-os todos de igual forma e eles...aquilo é automático.”
	Sc6- Fatores de retenção	“falta de acompanhamento dos pais. Infelizmente o programa de 1.º ciclo é demasiado extenso (...) E há aspetos que são demasiado exigentes”.
C3- A retenção como “alvo a abater”	Sc7- Relação da (não)retenção com as aprendizagens	“Não. Porque se eu tenho um nível para atingir, eu tenho um programa para dar em x tempo, se eles não

		conseguirem atingir não atingem.”
	Sc8- Relação da (não)retenção com avaliação	
C4- A Não-retenção Escolar	Sc9- Como sentido de mudança e inovação curricular	“É frustrante para nós, é frustrante para os miúdos (...) depois (...) temos 3 a 4 níveis dentro de uma sala e isso não funciona.”
	Sc10- Como novo quadro de expetativas socioeducativas no alinhamento da inclusão	“Os pais, porque acham que é uma maravilha os meninos terem passado”.
	Sc11- Como novíssimo movimento pedagógico	
	Sc12- Como símbolo de facilitismo	“(…) de uma certa forma é facilitismo (...) acaba por ser frustração no ano seguinte quando eles não conseguem atingir.”
C5- Sucesso e insucesso escolares	Sc13- Conceitos (des) articulados com a ideia de (não)retenção	“(…) quando se fala em sucesso e insucesso as pessoas associam sempre ao atingiu ou não atingiu (...) sucesso escolar como um bem-estar na escola, se um miúdo é feliz por estar na escola ele é um aluno de sucesso. Se ele não é feliz, então aí é insucesso para mim. (...) quem faz o sucesso e o insucesso são os pais, eles é que incutem”
	Sc14- Causas, efeitos e consequências	

Sc15- Estratégias para a otimização do sucesso escolar “Projetos, muitas partilhas (...) Autocolantes, de forma a dar muito reforço positivo (...) envolver muito comunidade.”

Tabela 15

Descrição dos dados relativos à entrevista do professor Filipe (Açores)

Categorias	Subcategorias	Indicadores
C1- Retenção VS não-retenção	Sc1- Conhecimento da não-retenção	“(…) não é um assunto muito abordado, há várias propostas (...) para se reter o menos possível ou pelo menos tentar que essas retenções sejam feitas ao nível do final de cada ciclo. Temos que encarar as aprendizagens do aluno, de uma forma holística e não com cada ano sendo estanque.”
	Sc2- Perspetivas sobre a retenção e não-retenção	“Depende dos casos, não sou a favor nem contra. Acho que tem de se pensar no caso específico e conhecer muito bem o aluno para se perceber se vale a pena ou não reter o aluno. Perceber também quando se recorre à retenção, o porquê de ele ter falhado, porquê de ele ter chumbado. Para dar ferramentas aos alunos para conseguirem

C2- Processo de retenção

Sc3- Dificuldades operacionais da (não)retenção “As pessoas não fazem ideia do quão difícil é reter alunos hoje em dia. É relatórios e mais relatórios e planos e mais planos...é muito difícil.”

Sc4- Justificação da ideia de (não)retenção

Sc5- Inclusão de alunos retidos “(...) tenho em consideração aquilo que os meus colegas dizem sobre o aluno, mas tento integrá-los o máximo possível.”

Sc6- Fatores de retenção “Falta de maturidade (...) Falta de vontade de estudar, falta de hábitos de estudo para mim (...) problemas a nível de aprendizagem.”

C3- A retenção como “alvo a abater”

Sc7-Relação da (não)retenção com as aprendizagens “(...) sim. Lá está basta os papás e as mães não entrarem em facilitismos também e fazer-se respeitar-se em casa e encarar a escola como uma instituição de aprendizagem e não como uma creche para despejar os filhos.”

Sc8-Relação da (não)retenção com avaliação

C4- A Não-retenção Escolar	Sc9- Como sentido de mudança e inovação curricular	“(...) aliviaria um pouco da carga burocrática (...) Eu acho que isso faria com que a matéria fosse lecionada e encarada de outra forma, de uma forma mais aberta mais despreocupada (...) se calhar também seria de mais fácil absorção dos alunos e talvez seria uma vantagem.”
	Sc10- Como novo quadro de expetativas socioeducativas no alinhamento da inclusão	“A sociedade divide-se um bocado. Há quem defenda a retenção, mas há quem não defenda.”
	Sc11- Como novíssimo movimento pedagógico	“(...) diversificar aprendizagens (...) criar atividades lúdicas para os alunos, muito apoio individualizado de forma a combater as dificuldades dos alunos”.
	Sc12- Como símbolo facilitismo	“(...) mais ou menos isso (...) Sim é legítimo e eu até digo que nas escolas e experiência que eu tenho passado (...) professor de 1.º Ciclo, é visto como uma mãe galinha.”
C5- Sucesso e insucesso escolares	Sc13- Conceitos (des) articulados com a ideia de (não)retenção	“Sucesso escolar é quando um aluno bem ou pior consegue adquirir o mínimo das competências que o aluno tem de saber.”
	Sc14- Causas, efeitos e consequências	

Sc15- Estratégias para a otimização do sucesso escolar “(...) muito ensino individualizado. Vou tentado ajudar os alunos o máximo que posso, eu sou muito fã das dicas (...) Dá-se algumas dicas para que o aluno consiga alcançar o sucesso.”

Tabela 16

Descrição dos dados relativos à entrevista da professora Joana (Açores)

Categorias	Subcategorias	Indicadores
C1- Retenção VS não-retenção	Sc1- Conhecimento da não-retenção	“Tenho conhecimento da legislação em vigor.”
	Sc2- Perspetivas sobre a retenção e não-retenção	“A favor da retenção (...) para impossibilitar que as crianças transitarem para o ano seguinte não tenham conhecimentos e depois não consigam acompanhar o grande grupo da turma e eles desmoralizam e veem que não conseguem.”
C2- Processo de retenção	Sc3- Dificuldades operacionais da (não)retenção	“Olhe para mim é muito difícil. Eu penso que sou a salvadora da pátria e que vou (...) vou conseguir ajudar e que eles vão ultrapassar as dificuldades. Mas muitas vezes quem desmoraliza sou eu, porque vejo que ou estou sozinha ou que os pais não me ajudam.”
	Sc4- Justificação da ideia de (não)retenção	“Nos casos que houve retenção justificou-se,

		<p>porque tem de se analisar muito bem a situação (...) é preciso ter um conhecimento daquela criança, um conhecimento individual.”</p>
	Sc5- Inclusão de alunos retidos	“(…) é integrar o aluno a nível de pessoa e individuo, temos que criar um ambiente acolhedor.”
	Sc6- Fatores de retenção	“(…) imaturidade, há uma falta de acompanhamento familiar (...) os programas estão muito extensos.”
C3- A retenção como “alvo a abater”	Sc7- Relação da (não)retenção com as aprendizagens	
	Sc8- Relação da (não)retenção com avaliação	
C4- A Não-retenção Escolar	Sc9- Como sentido de mudança e inovação curricular	“A não-retenção para nós muitas vezes dificulta (...) dá-nos muito mais trabalho. Porque tu dentro da sala de aula acabas por ter 2, 3 grupos distintos de trabalho.”
	Sc10- Como novo quadro de expetativas socioeducativas no alinhamento da inclusão	“A não-retenção, para nós é vista como uma medida muitas vezes essencial. Para os pais, por vezes, acham que estamos a catalogar ou estamos a dizer que o aluno não vai conseguir.”

C5- Sucesso e insucesso escolares	Sc11- Como novíssimo movimento pedagógico	“(…) adapta, cria...eu acho que o corpo e a voz são elementos que nós temos de tratar logo de início (...) criar histórias, do envolver e contextualizar as aprendizagens.”
	Sc12- Como símbolo de facilitismo	“Não.”
	Sc13- Conceitos (des) articulados com a ideia de (não)retenção	“Sucesso é uma concretização, é pessoal, é do docente é da escola, é um fundir de conhecimentos e crescimento individual.” “Insucesso é quando tu e a criança, neste trabalho em equipa e a família não concretizamos determinados objetivos.”
	Sc14- Causas, efeitos e consequências	
	Sc15- Estratégias para a otimização do sucesso escolar	“Dinamismo, criatividade, manipulação de materiais, contextualização dos saberes (...) muita conversa, muito debate, respeito mútuo.”

Tabela 17

Descrição dos dados relativos à entrevista da professora Júlia (Açores)

Categories	Subcategorias	Indicadores
C1- Retenção VS não-retenção	Sc1- Conhecimento da não-retenção	“Sim.”
	Sc2- Perspetivas sobre a retenção e não-retenção	“Da retenção se for benéfico para o aluno, da retenção

		não retenção se não for bom para o aluno.”
C2- Processo de retenção	Sc3- Dificuldades operacionais da (não)retenção	“É difícil, porque tens de fazer muita burocracia, tens que durante o ano ter atenção no aluno que poderá estar em vias de reter.”
	Sc4- Justificação da ideia de (não)retenção	“(…) a ideia de retenção justificou-se, porque a minha colega vê bastantes diferenças no aluno que eu retive no ano passado.”
	Sc5- Inclusão de alunos retidos	“Ele próprio nota-se que está entusiasmado e feliz, porque realmente está a conseguir realizar todo o processo. O processo de inclusão deste aluno foi excelente.”
	Sc6- Fatores de retenção	“(…) não conseguirem acompanhar a restante turma (…) a falta de acompanhamento por parte da família e as próprias dificuldades do aluno.”
C3- A retenção como “alvo a abater”	Sc7- Relação da (não)retenção com as aprendizagens	
	Sc8- Relação da (não)retenção com avaliação	
C4- A Não-retenção Escolar	Sc9- Como sentido de mudança e inovação curricular	“(…) acabas por ter diferentes níveis de ensino dentro de uma sala de aula. Para os próprios alunos

		também se torna frustrante, porque também estão a ouvir conteúdos que eles não estão a aprender.”
	Sc10- Como novo quadro de expetativas socioeducativas no alinhamento da inclusão	“Sociedade em geral e pais. Os pais não querem que os filhos sejam retidos.”
	Sc11- Como novíssimo movimento pedagógico	“Usar mais material manipulável, fazer repetição de todos os conteúdos (...) muitos exercícios.”
	Sc12- Como símbolo de facilitismo	“Se for benéfico para a criança não é um facilitismo, faz a criança progredir, portanto não é facilitismo.”
C5- Sucesso e insucesso escolares	Sc13- Conceitos (des) articulados com a ideia de (não)retenção	“Sucesso é quando o aluno consegue atingir os seus próprios objetivos”. “O insucesso é quando vemos que os alunos tentam e nós fazemos o que podemos e, mesmo assim o aluno não consegue atingir.”
	Sc14- Causas, efeitos e consequências	
	Sc15- Estratégias para a otimização do sucesso escolar	“Ensino com brincadeiras, faço macacadas (...) É fazer brincadeiras que os levem a compreender e a aprender (...) material manipulável para poderem concretizar”

Tabela 18

Descrição dos dados relativos à entrevista da professora Maria (Açores)

Categorias	Subcategorias	Indicadores
C1- Retenção VS não-retenção	Sc1- Conhecimento da não-retenção	“Sim, sim tenho algum conhecimento, sim.”
	Sc2- Perspetivas sobre a retenção e não-retenção	“Eu sou a favor da retenção. Porque auxilia a consolidar aprendizagens, às vezes também por uma questão de maturidade da criança. É mais um ano para rever, para consolidar. Sou muito a favor da retenção, inclusive no 1.º ano.”
C2- Processo de retenção	Sc3- Dificuldades operacionais da (não)retenção	“Hoje em dia é muito difícil, existe muita burocracia, muita papelada (...) verdade que não é uma decisão tomada de ânimo leve (...) Tem de ser muito bem pensada”.
	Sc4- Justificação da ideia de (não)retenção	“Sim, nos casos que conheço a retenção só veio auxiliar e só veio ajudar.”
	Sc5- Inclusão de alunos retidos	“(…) ele foi retido acompanhou facilmente os outros colegas e, depois havia a vantagem de eles dizerem que já tinha aprendido aquilo no ano passado. Só o puxava para cima, só o motivava.”
	Sc6- Fatores de retenção	“(…) a nível da aquisição das competências e das aprendizagens.”

C3- A retenção como “alvo a abater”	<p>Sc7-Relação da (não)retenção com as aprendizagens da “(...) é possível reduzir as taxas de retenção sem facilitar as aprendizagens, eu não sou nada de facilitismo, pelo contrário eu sou muito exigente. Mas lá está o aluno é variável mais inconstante que a gente tem.”</p>
	<p>Sc8- Relação da (não)retenção com avaliação</p>
C4- A Não-retenção Escolar	<p>Sc9- Como sentido de mudança e inovação curricular de “(...) miúdos em anos escolares que não estão naquele nível do ano escolar (...) pensar por uma lógica de ciclos”.</p>
	<p>Sc10- Como novo quadro de expetativas socioeducativas no alinhamento da inclusão “Eu acho que vai mais de encontro ao sistema educativo a não-retenção (...) é mais uma medida política para ficar bem no governo”.</p>
	<p>Sc11- Como novíssimo movimento pedagógico “Fichas de avaliação diferenciadas, ensino diferenciado, apoio individualizado”.</p>
	<p>Sc12- Como símbolo de facilitismo “Eu concordo, eu concordo. Hoje em dia há muito facilitismo”.</p>
C5- Sucesso e insucesso escolares	<p>Sc13- Conceitos (des) articulados com a ideia de (não)retenção “Sucesso para mim é o aluno compreender aquilo que se está a dizer e ele ser capaz de reproduzir, de outra forma à sua maneira.”</p>

	“Insucesso é quando realmente a gente não consegue chegar ao aluno, pronto às vezes isso não tem a ver só com o professor tem a ver com outros fatores.”
Sc14- Causas, efeitos e consequências	“O insucesso os miúdos ficam frustrados e nota-se cada vez mais que os meninos têm dificuldade em lidar com a frustração, porque estão habituados a ter tudo”.
Sc15- Estratégias para a otimização do sucesso escolar	“(…) apoio individualizado e o ensino diversificado (…) trabalho manipulativo (…) Os recursos informáticos”.

Tabela 19

Descrição dos dados relativos à entrevista da professora Margarida (Açores)

Categorias	Subcategorias	Indicadores
C1- Retenção VS não-retenção	Sc1- Conhecimento da não-retenção	“Sei o geral digamos assim”.
	Sc2- Perspetivas sobre a retenção e não-retenção	“Eu sou a favor da não-retenção. Não quer dizer que...às vezes não possa acontecer (...) Nestes últimos anos e até mesmo com a atualização das aprendizagens essenciais denoto que o mais eficaz é a não-retenção. Acho que devemos dar mais tempo às crianças para aprender os conteúdos.”

C2- Processo de retenção	Sc3- Dificuldades operacionais da (não)retenção	“Eu não acho que seja fácil ou difícil (...) É difícil provar porque é que o aluno não atinge que estratégias se utilizou. Mas para mim isso não é um fator.”
	Sc4- Justificação da ideia de (não)retenção	“Já tive casos que recebi de colegas e que realmente sim, denotei que era benéfico, porque senti um avanço grande nos alunos (...) Mas não concordo em todas.”
	Sc5- Inclusão de alunos retidos	
	Sc6- Fatores de retenção	“(…) não atingirem as aprendizagens visadas, famílias mais carenciadas, destruturadas (...) nível socioeconómico”.
	C3- A retenção como “alvo a abater”	Sc7- Relação da (não)retenção com as aprendizagens
Sc8- Relação da (não)retenção com avaliação		
C4- A Não-retenção Escolar	Sc9- Como sentido de mudança e inovação curricular	“Não interfere em sala de aula, apesar de dar mais trabalho ao professor (...) adaptar as atividades aos vários níveis de aprendizagem”.
	Sc10- Como novo quadro de expetativas	“Eu acho que é de todos”.

	socioeducativas no alinhamento da inclusão
	Sc11- Como novíssimo movimento pedagógico
	Sc12- Como símbolo de facilitismo “Não penso isso, efetivamente acho que não tem a ver com facilitismo. São adaptações”.
C5- Sucesso e insucesso escolares	Sc13- Conceitos (des) articulados com a ideia de (não)retenção “O sucesso escolar para um aluno pode ser atingir um patamar e para outro aluno pode ser atingir outro objetivo, depende de criança para criança.” “(...) o insucesso é quando o aluno não consegue atingir os seus objetivos.”
	Sc14- Causas, efeitos e consequências
	Sc15- Estratégias para a otimização do sucesso escolar “(...) muito trabalho a pares, muito trabalho coletivo e colaborativo, principalmente entre eles.”

Tabela 20

Descrição dos dados relativos à entrevista da professora Ana (Açores)

Categorias	Subcategorias	Indicadores
C1- Retenção VS não-retenção	Sc1- Conhecimento da não-retenção	“Sim há recomendações nesse sentido”.
	Sc2- Perspetivas sobre a retenção e não-retenção	“Sou a favor em determinados casos, muito específicos (...) por imaturidade(...) reti um aluno por imaturidade, porque acho que ela deveria ter entrado mais

		tarde na escolaridade obrigatória”.
C2- Processo de retenção	Sc3- Dificuldades operacionais da (não)retenção	“No atual sistema é difícil (...) a legislação vai muito no sentido de recuperar aprendizagens e de recuperar nível de ciclo.”
	Sc4- Justificação da ideia de (não)retenção	“Sim, eu quando retive justificou-se nesse sentido que achei que a menina era muito imatura para ir para uma escola maior, para ter várias disciplinas”.
	Sc5- Inclusão de alunos retidos	“Neste caso específico não senti dificuldade em incluir o aluno retido na turma, porque ele acompanha perfeitamente os conteúdos do 4.º ano.”
	Sc6- Fatores de retenção	“(…) neste momento retenho um aluno por faltas (...) de forma injustificada”.
C3- A retenção como “alvo a abater”	Sc7- Relação da (não)retenção com as aprendizagens	“(…) acaba por haver sempre uma facilidade (...) Porque se nós estamos a adaptar um programa a um aluno é para adaptá-lo para uma forma mais fácil”.
	Sc8- Relação da (não)retenção com avaliação	
C4- A Não-retenção Escolar	Sc9- Como mudança e inovação curricular	“A nível de professores a não retenção obriga-nos a encarar a educação de outra forma (...) os meninos não podem estar na sala de

C5- Sucesso e insucesso escolares

	aula e aprenderem todos de forma igual”.
Sc10- Como novo quadro de expectativas socioeducativas no alinhamento da inclusão	“Eu acho que a sociedade também nos impõe um bocadinho (...) o Ministério nos impõe um bocadinho disso da não-retenção.”
Sc11- Como novíssimo movimento pedagógico	“(…) quando o aluno não adquire os conhecimentos como os outros é encaminhá-lo”.
Sc12- Como símbolo de facilitismo	“Não, para mim não (...) Eu nunca passei os alunos por uma questão de facilitismo”.
Sc13- Conceitos (des) articulados com a ideia de (não)retenção	“(…) o sucesso é a qualidade das aprendizagens dos alunos”.
Sc14- Causas, efeitos e consequências	“Uma das causas do insucesso escolar (...) é o ambiente de onde os meninos vêm e o acompanhamento familiar (...) é a imaturidade deles, eu acho que eles entram muito novos para a escola, deviam entrar um ano mais tarde.” “Do sucesso é o empenho, organização, empenho da família, acompanhamento por parte da família, é muito importante, a maturidade dos meninos, o gosto de estar na escola”.

Sc15- Estratégias para a otimização do sucesso escolar	“Diferenciação pedagógica, apoio complementar, reorganização dos programas para os alunos, adaptação do currículo para o aluno.”
---	--

Neste ponto descrevemos e analisamos os dados apresentados nas tabelas anteriores. Os dados deste estudo estão agrupados por regiões, isto é, descrevemos os dados da zona Centro de Portugal Continental e os dados que obtivemos da Região Autónoma dos Açores.

Dos dados obtidos de Viseu conseguimos verificar que, em relação à C1 (Retenção VS não-retenção), mais concretamente a Sc1 (Conhecimento da não-retenção) os professores entrevistados possuíam algum conhecimento sobre a não-retenção escolar, através dos documentos legais e o Projeto Maia que está a ser implementado no agrupamento em que estão inseridos. Relativamente à Sc2 (Perspetivas sobre a retenção e não-retenção) averiguamos que cinco professores referem que depende dos casos se são a favor ou contra a retenção. Os restantes três professores demonstraram-se ser a favor da não-retenção escolar, acrescentam que é necessário esgotar todas as possibilidades antes de partir para uma retenção e referem que a aprendizagem não tem fim.

No que se refere à C2 (Processo de retenção), mais precisamente a Sc3 (Dificuldades operacionais da (não) retenção) verificamos que sete professores indicam que um processo de retenção é extremamente difícil, devido a toda a burocracia envolvida no processo, porém recorrem a este processo como última estratégia a ser aplicada. Apenas uma professora se manteve neutra quanto à sua opinião sobre esta subcategoria. A Sc4 (Justificação da ideia de (não) retenção) podemos evidenciar que cinco professores indicam que a retenção se justificou, pelo facto de no ano letivo seguinte se notarem progressões nos alunos. Ainda sobre os dados da Sc4 verificámos que duas professoras não forneceram dados sobre esta subcategoria e um professor indicou que o processo de retenção não se justificou, pelo facto de que não trouxe aspetos positivos. Quanto à Sc5 (Inclusão de alunos retidos) uma professora refere que a inclusão depende de como é explicado o processo de retenção à criança. Uma professora não forneceu dados sobre esta subcategoria e os restantes seis entrevistados referem que os alunos se integram bem, especialmente se forem da mesma escola, pelo facto de o aluno já conhecer os colegas de turma. Relativamente à

Sc6 (Fatores de retenção), os entrevistados indicam que estes se devem à falta de acompanhamento familiar, dificuldades cognitivas, imaturidade, conteúdos difíceis para a faixa etária e falta de assiduidade.

No que concerne à C3 (A retenção como “alvo a abater”), mais concretamente a Sc7 (Relação da (não) retenção com as aprendizagens), podemos evidenciar que dois professores não forneceram dados sobre esta subcategoria; no entanto, os restantes verificaram que não se deve facilitar as aprendizagens para recorrermos à não-retenção, mais sim optar por estratégias, tais como, reduzir as turmas, trabalho colaborativo entre colegas e recorrer ao ensino individualizado. No que diz respeito à Sc8 (Relação da (não) retenção com avaliação), apenas dois professores forneceram dados e referem que os programas deveriam ser mais adaptados a estas faixas etárias, com isto poder-se-iam diminuir as taxas de retenção sem recorrer a facilitismos.

Quanto à C4 (A Não-Retenção Escolar), tal como, relativamente à Sc9 (Como sentido de mudança e inovação curricular), com os resultados obtidos podemos verificar que um professor indica que não há mudanças no sistema educativo, dois professores não forneceram dados sobre esta subcategoria e cinco professores referem que será necessário ter mais recursos humanos, mais recursos materiais e mais trabalho individualizado. A partir da Sc10 (Como novo quadro de expectativas socioeducativas no alinhamento da inclusão) podemos verificar que a maior parte dos professores acha que a não-retenção vai de encontro às expectativas da sociedade e, posteriormente, os pais/encarregados de educação, sendo que uma minoria acha que a não-retenção atende mais às expectativas dos professores. No que reporta à Sc11 (Como novíssimo movimento pedagógico) obtivemos respostas como: filmes, canções, histórias, escola virtual, trabalhar por conteúdos, dar *feedback* aos alunos e jogos lúdicos. Os dados obtidos relativamente à Sc12 (Como símbolo de facilitismo) refletem que a maioria dos professores refere que não é facilitismo, que é uma oportunidade a dar ao aluno para que possa aprender. Apenas uma professora referiu que a não-retenção dá ideia de facilitismo, porque não há burocracias.

A respeito da C5 (Sucesso e insucesso escolar), mais especificamente no alinhamento da Sc13 (Conceitos (des)articulados com a ideia de (não) retenção), conseguimos compreender que os professores têm diferentes opiniões sobre os conceitos de sucesso e insucesso escolares. Para alguns diz respeito ao processo académico, sendo que o sucesso é quando o aluno progredir nas aprendizagens e o insucesso é quando o aluno não consegue atingir os objetivos. Ainda assim, existem outros relatos que referem que o sucesso é quando a criança se sente motivada, interessada e feliz na escola e o insucesso é quando a criança não se consegue adaptar

ao meio. Relativamente à Sc14 (Causas, efeitos e consequências), a maioria dos professores não forneceu dados relativos a esta subcategoria; porém, os professores que responderam referem que o insucesso poderá ter impacto na sociedade, é um rótulo negativo, é desmotivante e frustrante. Em contrapartida, as causas do sucesso são ótimas, pois o aluno está feliz, autoconfiante, seguro e com autoestima. Em relação à Sc15 (Estratégias para a otimização do sucesso escolar) os entrevistados referenciaram as seguintes estratégias: estimular a autoestima e responsabilidade, fazer trabalhos de pesquisa, diversificar atividades, os alunos partilharem o seu raciocínio, os trabalhos de casa serem individualizados, os alunos participarem na sua avaliação, utilizar as TIC nas atividades, jogos educativos, interdisciplinaridade e trabalho colaborativo entre pares.

No caso da escola dos Açores obtivemos os seguintes dados na C1, nomeadamente na Sc1, verificámos que a não-retenção era do conhecimento de todos os professores entrevistados. No que se refere à Sc2 podemos evidenciar que a maior parte dos professores é a favor da retenção, sendo que dois professores referem que depende dos casos e, apenas um professor é a favor da não-retenção.

Em relação à C2, na Sc3 podemos referir que os entrevistados referem que um processo de retenção é difícil, devido à burocracia que este processo implica. Na Sc4 os professores indicam que nos casos em que estiveram envolvidos, que a retenção se justificou. No que diz respeito à Sc5, a inclusão dos alunos é feita através de fichas de avaliação diagnóstica. Os professores têm em consideração o que os seus colegas dizem dos alunos; de um modo geral, os entrevistados disseram que não tinham tido qualquer problema na inclusão dos alunos. Relativamente aos fatores que levam à retenção dos alunos (Sc6), podemos evidenciar que estes se devem à falta de acompanhamento por parte das famílias, dificuldades cognitivas, falta de maturidade, programa de 1.º CEB demasiado extenso, falta de hábitos de estudo e faltas injustificadas.

A retenção como “alvo a abater” diz respeito à C3, como tal a partir da Sc7 conseguimos perceber que três professores acham que é necessário recorrer ao facilitismo para reduzir as taxas de retenção. Em contrapartida, três professores consideram que não é uma questão de facilitismo, mas de adaptação do currículo para um aluno específico e dois professores não forneceram dados relativamente a esta subcategoria. No que se refere à Sc8, podemos verificar que nenhum dos professores forneceu dados alinhados com esta categoria, a esta subcategoria.

Em relação à C4, mais concretamente no que concerne à Sc9, os entrevistados são da opinião que a não-retenção dificultará a vida dos professores, pois terão de adaptar o currículo e irão existir diferentes níveis de aprendizagem na sala de aula. Relativamente à Sc10, quanto às expectativas da não-retenção escolar, a maior parte dos entrevistados consideram que se relacionam com a sociedade e com os pais. Sendo que alguns entrevistados pensam que vai ao encontro do Sistema Educativo, pois veem esta medida como política. No que diz respeito à Sc11, os professores indicam que é necessário utilizar o reforço positivo, atividades de reforço, exercícios adaptados, diversificar aprendizagens, atividades lúdicas, apoio individualizado, material manipulável e o ensino diferenciado. No que se refere à não-retenção, esta é vista como facilitismo (Sc12). Os entrevistados têm opiniões diferentes, em que a maioria considera que se for benéfico para a criança, não é facilitismo, mas sim adaptações. Os restantes entrevistados consideram que, efetivamente, trata-se de facilitismo.

A última categoria da análise de conteúdo diz respeito à C5 que é constituída por 3 subcategorias, com especial destaque para a Sc13, que se refere à (des)articulação dos conceitos de sucesso e insucesso escolares. Em relação à (não)retenção podemos verificar que os entrevistados designam o insucesso escolar como a não concretização de objetivos de aprendizagem. No que se refere ao sucesso escolar, os entrevistados têm uma opinião diversificada deste conceito, alguns referem que o sucesso é quando um aluno está feliz na escola e os restantes à semelhança da definição de insucesso, o sucesso é o oposto, isto é, quando os alunos alcançam os objetivos escolares. Relativamente à Sc14, os professores consideram que as causas, efeitos e consequências do sucesso e do insucesso escolar se devem ao acompanhamento familiar e imaturidade por parte da criança. Acrescentam que o sucesso só traz benefícios como maiores capacidades de empenho, organização e o gosto de estar na escola. Por fim, a última Sc15 referindo-se às estratégias para a otimização do sucesso escolar, os entrevistados alegam que nas suas práticas de ensino-aprendizagem, operam com métodos de estudo com o intuito de estimular a atenção e autoestima dos alunos, promovendo a sua autonomia, participação em projetos, partilhas de experiências, reforço positivo, envolvência da comunidade educativa, manipulação de materiais, diálogos, debates, ensino diversificado, trabalho colaborativo entre pares, diferenciação pedagógica, apoio complementar e adaptação do currículo para os alunos.

2. Discussão dos dados

Apresentados os resultados, consideramos fundamental interpretar os dados obtidos, bem como discuti-los, em linha com. Assim sendo, tivemos em consideração os objetivos estabelecidos como toda a base teórica conceptual utilizada neste trabalho de investigação.

O nosso trabalho de investigação foi orientado pela questão-problema: Como estão os professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico a acolher e lidar com a proposta do plano de não-retenção no Ensino Básico? De modo a conseguirmos responder a esta questão e a todas as questões que se nos colocaram em relação a esta temática, formulámos os objetivos da investigação. O objetivo geral da nossa investigação é: compreender como estão os professores do 1.º CEB a acolher a (não)retenção escolar, numa escola que pertence ao concelho de Viseu, comparativamente a outra escola que pertence à Região Autónoma dos Açores. No entanto, a partir da análise de diversos estudos podemos evidenciar que a retenção está a ter efeitos opostos ao que se esperava. A retenção deveria ser uma medida e não uma penalização para o aluno e para a comunidade educativa. A este propósito, Simões et al. (2008) salienta que “vale a pena referir o facto de a retenção escolar precoce poder provocar um decréscimo da autoestima do aluno e conduzir quer ao enfraquecimento da vinculação à escola quer à tendência para interagir com pares desviantes” (p. 148).

Após a análise dos dados obtidos conseguimos averiguar que a não-retenção era do conhecimento de todos os professores de ambas as escolas que entrevistámos. No que se refere à opinião dos professores se são a favor ou contra a não-retenção escolar, verificámos uma divergência de opiniões entre as duas escolas. Na escola que pertence ao concelho de Viseu, 3 professores são a favor da não-retenção escolar e os restantes referem que depende dos casos. Em contrapartida, nos Açores constatámos que a maior parte dos professores é a favor da retenção escolar, 2 referem que depende dos casos e apenas 1 professor é a favor da não-retenção escolar. Segundo os dados do PISA 2012, o nosso país enquadra-se com um valor de 34,3% de alunos de 15 anos de idade com pelo menos uma retenção no seu percurso escolar. A retenção inicia-se em níveis de ensino muito precoces e, nestes casos há maior tendência de os alunos sofrerem novamente uma retenção ao longo do seu percurso escolar. É possível constatar que a “taxa de retenção difere em função do sexo, com maior incidência nos homens” (CNE, 2015, p. 9). Através da Recomendação- Retenção Escolar nos Ensinos Básicos e Secundários conseguimos evidenciar que existem determinadas zonas do país com maior taxa de retenção escolar, nomeadamente a Região Autónoma dos Açores (CNE, 2015). Com os dados obtidos da nossa investigação, podemos verificar

que existem escolas com valores de retenção diferentes, pois verificámos que na escola dos Açores há mais professores a favor da retenção escolar do que na escola de Viseu.

Como podemos verificar existe uma maior cultura de retenção nos Açores; porém, queremos realçar que não existem opiniões inválidas, nem opiniões corretas ou erradas. No entanto, a retenção escolar tem vindo a ser alvo de grandes estudos e podemos constatar que a mesma prejudica os alunos e não está a ser utilizada como uma medida benéfica para o aumento de aprendizagens por parte dos alunos. A retenção escolar tem inúmeras consequências como a frustração, o falhanço, a vergonha, a humilhação e os sentimentos negativos que interferem no processo de ensino e aprendizagem do aluno (Rebelo, 2009).

Em relação ao processo de retenção podemos evidenciar que em ambos os contextos em que realizámos as entrevistas, os entrevistados concordam que o processo de retenção, atualmente, é de dificuldade extrema, pelo facto de envolver variados aspetos burocráticos. Os professores entrevistados na escola dos Açores indicaram que nos casos de retenção em que estiveram envolvidos, esta se justificou. Na escola de Viseu, a maior parte dos professores referiu que a retenção se justificou, por notarem avanços significativos nos alunos no ano letivo seguinte; porém, um professor indicou que os processos de retenção em esteve envolvido não se justificaram. Um processo de retenção tem custos dispendiosos para o nosso país, pois ao nível do Orçamento de Estado cada aluno quando fica retido custa em média cerca de 4415€ por ano (Flores, 2013). Além disso, a retenção tem vindo a ser uma medida aplicada a título excepcional, por este motivo existe maior burocracia quando se retém um aluno como indiciam os professores que entrevistámos. É necessário elaborar diversos planos de recuperação dos alunos, explicar o porquê de os alunos não atingirem as aprendizagens visadas, entre outros aspetos de grande relevância.

No que se refere à inclusão dos alunos retidos nas turmas, os professores, de um modo geral, nas duas escolas que entrevistámos indicaram que não havia qualquer constrangimento na inclusão dos alunos retidos, considerando ser um processo natural, especialmente se os alunos forem da mesma escola. No que concerne aos fatores de retenção, os professores entrevistados das duas escolas apresentaram respostas semelhantes, indicando que os principais fatores são: falta de acompanhamento familiar, dificuldades cognitivas, imaturidade, o programa do 1.º CEB demasiado extenso e a falta de hábitos de estudo.

Quando se aborda a temática de não-retenção, a maior parte dos indivíduos consideram que é recorrer a facilitismos. No entanto, os professores que entrevistámos

da escola de Viseu não consideram ser necessário recorrer a facilitismos, pelo contrário trata-se de recorrer a estratégias, tais como, reduzir o número de alunos por turma, haver mais possibilidade de trabalho colaborativo entre pares e recorrer ao ensino individualizado. Os professores entrevistados de uma escola dos Açores têm opiniões diferentes, sendo que alguns são da mesma opinião dos professores entrevistados de uma escola de Viseu. Por outro lado, alguns docentes concordam que é necessário recorrer a facilitismos para reduzir as taxas de retenção. Porém, alguns autores defendem que a não-retenção surge devido à necessidade de assumir o princípio de equidade na escola, pelo facto de ser o local de progresso para a criança, considerando que o sucesso da criança é o objetivo principal (Gatti, 1993). A não-retenção escolar foi pensada de modo a reduzir as desigualdades escolares, evitar retenções e abandono escolar. Em contrapartida, segundo Glória e Mafra (2004), a não-retenção pode ser vista como uma aprovação automática que não garante que os alunos tenham adquirido as aprendizagens pretendidas. Essencialmente, podemos evidenciar que a não-retenção tem o objetivo de garantir o direito dos alunos de acompanharem os seus pares durante o percurso escolar, sem interrupções e valorizando as suas aprendizagens (Glória, 2003).

A respeito das mudanças que a não-retenção pode trazer ao sistema educativo português, os professores entrevistados da escola que pertence ao concelho de Viseu, na sua maioria, refere que será necessário haver mais recursos humanos, materiais e mais trabalho individualizado. Os professores que entrevistámos dos Açores referiram que a não-retenção dificultará a prática letiva dos professores, pois será necessário adaptar o currículo aos alunos e deve haver diferentes níveis de ensino nas salas de aula. Quanto às expectativas da não-retenção escolar, os professores de ambos os contextos consideram que estas atendem à sociedade em geral e aos encarregados de educação. Os professores evidenciam como estratégias para a não-retenção: jogos lúdicos, atividades diversificadas, exercícios adaptados, reforço positivo, apoio individualizado, dar *feedbacks* aos alunos e escola virtual. Os entrevistados indicaram a existência de várias alternativas de modo a diversificar os métodos pedagógicos de ensino. Como a medida de não reter os alunos no Ensino Básico é necessária, então é crucial que haja estas adaptações nas práticas letivas dos professores, de forma a garantir qualidade das aprendizagens para todos os alunos (Rodrigues, 2012; Rodrigues, 2014).

De uma forma geral, podemos verificar que existem semelhanças e divergências nas opiniões dos professores entrevistados dentro da própria instituição, assim como dentro dos contextos diferentes dos professores que tivemos a oportunidade de

entrevistar. Um aspeto que realçamos é que os professores dos Açores defendem mais a retenção e os professores de Viseu defendem mais a não-retenção. Com isto, os professores referiram que o ensino português não se encontra devidamente preparado para acolher esta medida.

3. Conclusão do estudo

O problema de partida da presente investigação conduziu a um objetivo geral e seis objetivos específicos, como qualquer investigação “não existe nenhum tema que não precise de ser mais investigado” (Bogdan & Biklen, 2013, p. 257). Após a transcrição e análise das dezasseis entrevistas, podemos evidenciar que existem diversas opiniões sobre esta temática de retenção e não-retenção escolar. Através das entrevistas efetuadas conseguimos perceber que todos os professores entrevistados possuíam algum conhecimento sobre a não-retenção escolar e que obtiveram este conhecimento a partir da análise da legislação em vigor.

Podemos evidenciar que a maior parte dos entrevistados de Viseu concordam com a nova medida, mais concretamente a não-retenção. Já os entrevistados dos Açores têm uma opinião diferente, a maior parte refere que depende dos casos; isto é, se for benéfico para o aluno ficar um ano adicional é preferível recorrer à retenção como estratégia. Os professores, de um modo geral, acrescentam que é necessário conhecer muito bem o aluno para utilizar este tipo de estratégia. Alguns dos professores referenciaram que o sistema de ensino não está preparado para acolher a não-retenção escolar, pelo facto de que um professor em monodocência irá ter de enfrentar turmas com três ou mais níveis de ensino diferentes. Por este motivo, os professores não se mostraram agradados com esta nova medida, referiram que é necessário haver mais apoio humano e material.

No que respeita à retenção escolar, a maior parte dos professores de ambas as escolas indicaram que nos processos de retenção em que estiveram envolvidos, estes foram benéficos para os alunos, pois foi possível colmatar, a partir destes, as dificuldades, nomeadamente, cognitivas e falta de maturidade. Além disso, os professores entrevistados indicam que a inclusão dos alunos retidos na turma é feita de forma natural, principalmente quando são alunos da própria escola, sendo que é necessário explicar todo o processo quer ao aluno retido quer à turma que irá acolher esse aluno. Os fatores que levam à retenção dos alunos, indicados, tanto pelos entrevistados de Viseu como dos Açores, reportam-se à imaturidade, à falta de conhecimentos e falta de acompanhamento por parte da família. Um dos aspetos enunciados para diminuir as taxas de retenção dos alunos refere-se à disponibilização

de mais recursos humanos e materiais na escola, de forma a possibilitar maior apoio individualizado.

No que se refere se há ligação entre sucesso/insucesso e retenção/ não-retenção, denotámos que os professores de ambos os contextos têm opiniões diferentes entre si. Para a maior parte dos professores não há interligação entre os conceitos mencionados, pelo facto de que o sucesso ou insucesso dos alunos não pode nem deve ser apenas avaliado pelas aprendizagens ao nível curricular. É necessário validar e apoiar os alunos para pequenas conquistas, seja ao nível curricular, seja ao nível dos valores cívicos.

Dado ser um assunto que necessita ainda de maior desmistificação, é necessário haver mais estudos como este para verificar a opinião de quem está no terreno, o que irá possibilitar uma maior clarificação de, se realmente é benéfico ou não o recurso à retenção. Consideramos que a não-retenção é uma excelente medida para o ensino português e que pode ter diversos benefícios para os alunos. No entanto, verificámos que o ensino português deve sofrer algumas alterações para que esta medida se torne eficaz como é pretendido.

Outro aspeto que na opinião da investigadora é importante repensar, é o facto de abordarmos a temática de escolas inclusivas, incutimos na sociedade que temos escolas inclusivas. Mas a questão é, será que realmente temos?! Como podemos afirmar que temos escolas inclusivas, se não temos em consideração as características individuais de cada aluno? Os alunos têm de aprender todos da mesma forma, pois os conteúdos, o tempo de aprendizagem é igual para todos? Nas escolas inclusivas deve-se respeitar as características individuais de cada aluno e adaptar o ensino às suas limitações. Isto é, o processo de ensino e aprendizagem e a avaliação dos alunos são realizados do mesmo modo para todos os alunos. Sendo que, os alunos são todos diferentes e possuem características peculiares, além disso nem todos aprendem da mesma forma. Com isto, a investigadora é da opinião de que cada vez mais temos escolas inclusivas e têm em atenção estes aspetos que mencionámos anteriormente, porém, a medida de não-reter alunos do ensino básico pretende auxiliar a inclusão nas escolas. Por este motivo, é crucial que todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem dos alunos repensem na não-retenção escolar, não como facilitismo, pelo contrário, mas sim dar oportunidade a todos os alunos para que possam aprender consoante as suas características individuais.

Evidenciamos que há uma divergência de opiniões de contexto para contexto, assim como no interior de cada instituição que fez parte do nosso estudo. De um modo geral, os entrevistados acham que a não-retenção pode ser benéfica, porém, o ensino

português não se encontra preparado para acolher tal medida. Para isso acontecer é necessário reduzir o número de alunos por turma, disponibilizar mais apoio tanto material como humano, de forma a dar respostas aos alunos e poder possibilitar um ensino individualizado para combaterem as suas dificuldades. É crucial referenciar que existem fatores externos à escola que influenciam o desempenho dos alunos na escola, por este motivo é necessário os pais/ encarregados de educação serem alertados para esta medida e trabalhar de forma conjunta com a escola para que seja possível ultrapassar algumas adversidades.

Conclusão geral

O presente Relatório Final de Estágio significa a conclusão de mais uma etapa na nossa formação académica. Nesta componente pretendemos refletir, de um modo geral sobre todo o percurso desenvolvido neste RFE, quer ao nível dos estágios desenvolvidos em Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico, quer ao nível da investigação efetuada. Todo o trilha percorrido possibilitou-nos a aquisição e desenvolvimento de conhecimentos e práticas pedagógicas relevantes para a investigação concebida sobre a temática de retenção e não-retenção escolares.

No que diz respeito à primeira parte, reflexão crítica sobre as práticas em contexto, refletimos sobre todos os estágios desenvolvidos nas várias unidades curriculares de PES. Nesta reflexão mencionámos os padrões de desempenho e as competências adquiridas, aspetos melhor e mais mal concebidos e todas as “peripécias” que decorreram ao longo dos estágios curriculares. As unidades curriculares de PES permitiram-nos colocar em prática a parte teórica que tivemos o privilégio de construir ao longo das restantes unidades curriculares. Todo este percurso fez-nos crescer a nível profissional e pessoal, tendo adquirido valores cívicos, assim como competências ao nível da planificação, reflexão das práticas e determinados aspetos cruciais da profissão de docente.

A primeira parte do RFE encontra-se interligada com a segunda parte, pelo facto de o tema da investigação ter surgido numa das unidades curriculares de PES. O processo de investigação teve algumas limitações. Na parte inicial da investigação alguns professores recusaram fazer a entrevista, no entanto conseguimos obter o número de entrevistas que tínhamos estipulado. Outra limitação da investigação foi devido ao COVID-19, dado que algumas entrevistas tiveram de ser realizadas online, através de videoconferência *Zoom*. Porém, apesar das pequenas “peripécias” mencionadas conseguimos realizar o estudo como pretendíamos.

Relativamente aos resultados obtidos no estudo, de um modo geral podemos verificar que existe uma descoincidência substancial entre os documentos legislativos e o que ocorre nas práticas pedagógicas dos professores. Assim como, denotámos que existem um dilema da retenção e da não retenção escolares, pois verificámos que existem uma tendência opinativa para afetar a decisão do aluno, em relação às competências desenvolvidas. Verificámos também que os fatores são essencialmente socioculturais e familiares que são responsáveis pela retenção ou não-retenção escolar, sendo que não são dependentes da forma decisiva, das estratégias pedagógicas e didáticas dos professores. Os professores pretendem trabalhar com base num currículo

menos essencialista e, optar por um currículo de largo espectro. Segundo os testemunhos dos entrevistados, têm ocorrido mais retenções em contexto de educação especial, o qual é uma preocupação por parte dos professores. No entanto, referem que é necessário terem mais recursos materiais e recursos humanos a tempo inteiro na sala de aula, de modo a evitar situações destas.

Em suma podemos referir que a expectativa da não-retenção escolar cabe mais às famílias e à sociedade. No entanto, a maior parte dos professores entrevistados verificam que a não-retenção escolar trará mais trabalho por parte do professor por ter vários níveis de aprendizagem. Para haver sucesso escolar, os professores referem que é necessário ter mais apoio a tempo inteiro na sala de aula, quer humano, quer material, para ser possível existir um ensino mais individualizado e só assim será benéfico a não-retenção escolar. Através das entrevistas realizadas para esta investigação, podemos verificar que a maior parte dos professores de ambos os contextos se encontram reticentes com esta medida de não-reter alunos, pelo facto de como já foi referido várias vezes, as escolas não estão preparadas. É necessário o Ministério da Educação ter em atenção estes aspetos para que esta medida seja eficaz. Todos querem educação inclusiva, para isso é essencial respeitar as características individuais de cada aluno, podendo proporcionar momentos de ensino individualizado.

De forma a dar continuidade ao estudo, ou sugestões para futuras investigações, seria pertinente questionar os pais/encarregados de educação sobre esta medida de não-reter os seus educandos, o que pensam sobre isto e como irão proceder ao nível de acompanhamento por parte do seu educando.

Referências Bibliográficas

- Alarcão, I. (1996). *Formação Reflexiva de Professores: Estratégias de Supervisão*. Porto Editora.
- Alarcão, I., & Roldão, M. (2008). *Supervisão: Um contexto de desenvolvimento profissional de professores*. Edições Pedagogo.
- Almeida, S. (2013). Abandono Escolar Precoce: Portugal no contexto da União Europeia e nos Censos de 1991, 2001 e 2011. In *Estado da Educação 2013*, (392-407). CNE.
- Arends, R. (2008). *Aprender a Ensinar*. McGraw-Hill.
- Baptista, C. S., & Sousa, M. J. (2011). *Como fazer investigação, dissertações, tese e relatórios*. Pactor.
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Barros, W., & Nóbrega, D. G. A. (2016). *Formação de Professor: a construção do saber docente*. VIII Fórum Internacional de Pedagogia. https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/fiped/2016/TRABALHO_EV057_MD1_SA32_ID791_09092016192534.pdf
- Benavente, A. (1976). *A escola na sociedade de classes: O professor primário e o insucesso escolar*. Livros Horizonte.
- Benavente, A. (1990) Insucesso escolar no contexto português- Abordagens, concepções e políticas. *Análise Social*, XXV, 715-733. <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223034893G8cGD1nd2Zt45QL6.pdf>
- Beswick, J. F., Sloat, E. A., & Willms, J. D. (2008). Four educational myths that stymie social justice. *The Education Forum*, (77), 115-128.
- Bivar, A., Grosso, C., Oliveira, F., & Timóteo, M. (2013). *Programa e Metas Curriculares Matemática- Ensino Básico*. Ministério da Educação e Ciência.
- Blumer, H. (1969). *Symbolic interacionismo: Perspective and method*. Prentice-Hall.
- Bogdan, R. & Taylor, S. (1975). *Introduction to qualitative research metgods: A phenomenological approach to the social sciences*. J. Wiley.
- Bogdan, R., & Biklen, S. (2013). *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. (12 Ed.). Porto Editora.

- Bonvin, P. (2003). The role of teacher attitudes and judgement in decision-making: the case of grade retention. *European Educational Research Journal*, 2(2), 277-294. <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.2304/eeerj.2003.2.2.6>
- Boterf, G. (2010). *Professionaliser* (6.^a ed.). Éditions d' Organisation.
- Brandão, C., Taquette, S., & Ribeira, J. (2017). O papel da investigação qualitativa em psicologia? *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, 6 (4), 228.
- Brophy, J. (2006). *Grade Repetition*. The International Institute for Educational Planning (IIEP) and The International Academy of Education.
- Bryman, A. (2012). *Social research methods* (4 ed.). Oxford University Press.
- Buescu, H., Morais, J., Rocha, M., & Magalhães, V. (2015). *Programa e Metas Curriculares de Português do Ensino Básico*. Ministério da Educação e Ciência.
- Cadório, L., & Simão, A. M. V. (2013). *Mudanças na Concepções e Práticas dos Professores*. Edições Vieira da Silva.
- Cannon, J. S., & Lipscomb, S. (2011). Early grade retention and student success: Evidence from Los Angeles. *Public Policy Institute of California*, 1-22. https://www.ppica.org/wp-content/uploads/content/pubs/report/R_311JCR.pdf
- Carmo, H., & Ferreira, M. M. (2008). *Metodologia da Investigação: Guia para Auto-aprendizagem*. Universidade Aberta.
- Carvalho, R. E. (2000). *Removendo barreiras para a aprendizagem*. Mediação.
- Certeau, M. (1993). *A cultura no plural*. Campinas.
- Conboy, J., Moreira, I., Santos, I., & Fonseca, J. (2013). Práticas e Consequências da Retenção Escolar: Alguns Dados do PISA. In L. Veloso & P. Abrantes (Org.), *Sucesso escolar: Da compreensão do fenómeno às estratégias para o alcançar*. Mundos Sociais.
- Conselho Nacional de Educação (CNE). (2014). *Estado da Educação 2013*. https://www.cnedu.pt/content/edicoes/estado_da_educacao/Estado-da-Educacao-2013-online-v4.pdf
- Conselho Nacional de Educação (CNE). (2015). *Estado da Educação 2014*. https://www.cnedu.pt/content/edicoes/estado_da_educacao/Estado_da_Educacao-2014-VF.pdf

- Conselho Nacional de Educação (CNE). (2016). *Estado da Educação 2015*. https://www.cnedu.pt/content/noticias/CNE/Estado_da_Educacao_2015_versao_digital.pdf
- Conselho Nacional de Educação (CNE). (2017). *Estado da Educação 2016*. https://www.cnedu.pt/content/noticias/CNE/CNE-EE2016_web.pdf
- Conselho Nacional de Educação (CNE). (2020). *Estado da Educação 2019*. https://www.cnedu.pt/content/edicoes/estado_da_educacao/EE2019_Digital_Site.pdf
- Coutinho, C. P. (2013). *Metodologias de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática*. (2 Ed.). Edições Almedina, S. A.
- Decreto-Lei n.º 17/2016, de 4 de abril. Diário da República n.º 65/2016, Série I de 2016-04-04. Ministério da Educação e Ciência. https://dre.pt/home/-/dre/74007250/details/maximized?p_auth=nhJx76cs
- Decreto-Lei n.º 22/2014, de 11 de fevereiro. Diário da República n.º 29/2014, Série I de 2014-02-11. Ministério da Educação e Ciência. <https://dre.pt/pesquisa/-/search/570766/details/maximized>
- Decreto-Lei n.º 240/2001, de 30 de agosto. Diário da República n.º 201/2001, Série I-A de 2001-08-30. Ministério da Educação. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/240-2001-631837>
- Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho. Diário da República n.º 129/2018, Série I de 2018-07-06. Presidência do Conselho de Ministros. <https://dre.pt/home/-/dre/115652961/details/maximized>
- Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho. Diário da República n.º 129/2018, Série I de 2018-07-06. Presidência do Conselho de Ministros. <https://dre.pt/home/-/dre/115652962/details/maximized>
- Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de janeiro. Diário da República n.º 15/2001, Série I-A de 2001-01-18. Ministério da Educação. <https://dre.pt/pesquisa/-/search/338986/details/maximized>
- Decreto-Lei n.º 79/2014, de 14 de maio. Diário da República n.º 92/2014, Série I de 2014-05-14. Ministério da Educação e Ciência. <https://dre.pt/pesquisa/-/search/25344769/details/maximized>
- Denzin, N., & Lincoln, Y. (1994). *Handbook of qualitative research*. SAGE Publications.

- Despacho n.º 16034/2010, de 22 de outubro. Diário da República n.º 206/2010, Série II de 2010-10-22. Ministério da Educação.
<https://dre.tretas.org/dre/279899/despacho-16034-2010-de-22-de-outubro>
- Despacho Normativo n.º 1-F/2016, de 5 de abril. Diário da República n.º 66/2016, 1º Suplemento, Série II de 2016-04-05. Educação- Gabinete do Secretário de Estado da Educação. <https://dre.pt/home/-/dre/74059570/details/maximized?serie=II&dreId=74059567>
- Despacho Normativo n.º 24-A/2012, de 6 de dezembro. Diário da República n.º 236/2012, 2º Suplemento, Série de 2012-12-06. Ministério da Educação e Ciência-Gabinete do Ministro. <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/1847070/details/maximized?jp=true>
- Despacho Normativo n.º 98-A/ 92, de 20 de junho. Diário da República n.º 140/1992, 1º Suplemento, Série I-B de 1992-06-20. Ministério da Educação.
<https://dre.pt/pesquisa/-/search/642919/details/maximized>
- Eurydice. (2013). *National Sheets on Education Budgets in Europe 2013*. Facts and Figures.
- Ferreira, A., Félix, P., & Perdigão, R. (2015). *Relatório Técnico: Retenção Escolar nos Ensino Básico e Secundário*. CNE [Relatório Técnico Retenção](#)
- Flick, U. (2005). *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*. Monitor.
- Flores, I., Mendes, R., & Velosa, P. (2013). O que se passa que os alunos não passam?. In *Estado da Educação 2013*, (374-391). CNE.
- Formosinho, J., & Machado, J. (2008). Currículo e Organização as equipas educativas como modelo de organização pedagógica. *Currículo sem Fronteiras*, 8 (1), 5-16.
https://www.researchgate.net/profile/Joao-Formosinho/publication/228982878_Currículo_e_Organizacão_As_equipas_educativas_como_modelo_de_organização_pedagógica/links/5592734d08ae15962d8e6d24/Currículo-e-Organizacão-As-equipas-educativas-como-modelo-de-organização-pedagógica.pdf
- Fortin, M. F. (2003). *O Processo de Investigação: Da concepção à realização*. (3 Ed.). Lusociência.
- Gatti, B. A. (1993). Enfrentando o desafio da escola: princípios e diretrizes para a ação. *Cadernos de Pesquisa*, (85), 5-10.
- Ghiglione, R. & Matalon, B. (2001). *O Inquérito*. Celta.

- Glória, D. M. A. (2003). A “escola dos que passam sem saber”: a prática da não-retenção escolar na narrativa de alunos e familiares. *Revista Brasileira de Educação*, (22), 61-76.
<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/THLMjSX44WfkNLJfVmGtKLn/?format=pdf&lang=pt>
- Glória, D. M. A., & Mafra, L. A. (2004). A prática da não-retenção escolar na narrativa de professores do ensino fundamental: dificuldades e avanços na busca do sucesso escolar. *Educação e Pesquisa*, 30 (2), 231-250.
<https://www.scielo.br/j/ep/a/t8LCVrrtTZQNPqGbkXDZTY/?lang=pt&format=pdf>
- Hohmann, M., & Weikart, D. (2011). *Educar a criança* (4.^a ed.). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Holmes, C. T., & Matthews, K. M. (1984). The effects of non promotion on elementary and junior high school pupils: A meta-analysis. *Review of Education Research*, 54, 225-236.
- Horta, J. S. B. (1998). Direito à educação e obrigatoriedade escolar. *Cadernos de Pesquisa*, (104), 5-34.
- IPV (s/d). *Regulamento do curso de 2.º Ciclo de Estudos em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico*. Escola Superior de Educação.
- Jimerson, S. R. (2001). *Meta-analysis of Grade Retention Research: Implication for Practice in the 21st Century School Psychology Review*, 30 (3), 420-437.
- Jimerson, S., Carlson, E., Rotert, M., Egeland, B., & Sroufe, L. A. (1997). A prospective, longitudinal study of the correlates and consequences of early grade retention. *Journal of School Psychology*, 35 (1), 3-25.
- Justino, D., Pascueiro, L., Franco, L., Santos, R., Almeida, S., & Batista, S. (2014). *Atlas da Educação: Contextos sociais e locais de sucesso e insucesso: Portugal 1991-2012*. CESNOVA. <http://www.epis.pt/downloads/mentores/atlas-da-educacao.pdf>
- Katz, L., & Chard, S. (2009). *Abordagem de Projetos na Educação de Infância* (2.^a Ed.). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Kohlberg, L. (1984). *The Psychology of Moral Development: The Nature and Validity of Moral Stages*. Harper & Row.
- Latorre, A., Del Rincon, D., & Arnal, J. (1996). *Bases metodológicas de la investigación*. Hurtado Ediciones.

- Lei de Bases do Sistema Educativo n.º 46/86, de 14 de outubro. Diário da República n.º 237/1986, Série I de 1986-10-14. <https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/34444975/view?consolidacaoTag=Educa%C3%A7%C3%A3o+e+Ensino>
- Lei n.º 16/2016, de 17 de junho. Diário da República n.º 115/2016, Série I de 2016-06-17. Assembleia da República. <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/16-2016-74717230>
- Lei n.º 5/97, de 10 de outubro. Diário da República n.º 34/1997, Série I-A de 1997-02-10. Assembleia da República. <https://dre.pt/pesquisa/-/search/561219/details/maximized>
- Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto. Diário da República n.º 166/2009, Série I de 2009-08-27. Assembleia da República. <https://dre.pt/pesquisa/-/search/488826/details/maximized>
- Lemos, A. (2015). Documentar e divulgar os saberes construídos no jardim de infância. *Mediações*, 3 (1), 45-57.
- Lessard-Hébert, M., Goyette, G., & Boutin, G. (2013). *Investigação Qualitativa: Fundamentos e Práticas*. (Ed. 5.º). Éditions Agence d' ARC.
- Lévi-Strauss, C. (1985). *Antropologia estrutural*. Cosacnaify. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5712058/mod_resource/content/1/Le%C3%81vi-Strauss%2C%20C.%20A%20Estrutura%20dos%20Mitos.pdf
- Linhares, D. S. (2005). *Reprovação escolar: uma realidade a ser transformada*. (Monografia de especialização). Universidade Federal de Santa Maria. https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/2479/Linhares_Deliane_Santos.pdf?sequence=1&isAllowed=y
- Lopes, J. (2013). A indisciplina em sala de aula. In *Indisciplina na Escola*. FFMS.
- Luz, L. S. (2008). *O impacto da repetência na proficiência escolar: uma análise longitudinal do desempenho de repetentes em 2002-2003* [Dissertação de Mestrado]. Faculdade de Ciências Económicas. https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/AMSA-7SMP6T/1/luciana_soares_luz.pdf
- Martins, A., & Parchao, Y. (2000). *A legitimação psicológica do insucesso escolar e a (des) responsabilização dos professores*. <http://sweet.ua.pt/~amm/cientifica/doc8/doc8.pdf>

- Medeiros, M. T. P. (1993). *Insucesso escolar e a clínica do desenvolvimento: Uma contribuição psicossocial do insucesso escolar no 1.º Ciclo do Ensino Básico*. [Tese de Doutoramento, Universidade dos Açores]. Universidade dos Açores, Departamento de Ciências da Educação.
- Mendes, M. M. S. (2017). Interdisciplinaridade entre ciências naturais e Matemática no 2.º ciclo: Práticas letivas dos professores num contexto de trabalho colaborativo (Tese de Doutoramento). Universidade de Lisboa.
- Merleau-Ponty, M. (1999). *Fenomenologia da Percepção* (2 ed.). Martins Fontes.
- Mertens, D. M. (1998). *Research methods in Education and Psychology: Integrating diversity with quantitative & qualitative approaches*. Sage Publications.
- Ministério da Educação (2016). Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar. Ministério da Educação/ Direção-Geral da Educação (DGE).
- Ministério da Educação, (2003). *Organização Curricular e Programas 1.º Ciclo do Ensino Básico- Estudo do Meio*. Ministério da Educação.
- Ministério da Educação, (2003). *Organização Curricular e Programas- Expressão e Educação: Físico-Motora, Musical, Dramática e Plástica*. Ministério da Educação.
- Ministério da Educação. (2021). *Participação e envolvimento das famílias-construção de parcerias em contextos de educação de infância*. Ministério da Educação/ Direção-Geral da Educação (DGE).
- Moreira, J. M. (2009). *Questionários: Teoria e prática*. Almedina.
- Nerci, I. (1986). *Metodologia do ensino: Uma introdução*. Editora Atlas.
- Nunes, L., Reis, A., & Seabra, C. (2016). *Será a repetição de ano benéfica para os alunos?*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. <https://www.ffms.pt/FileDownload/a8bc945e-04b4-4189-8d5d-3623db261f81/sera-a-repeticao-de-ano-benefica-para-os-alunos>
- OECD. (2012). *Grade Expectations: How Marks and Education Policies Shape Students Ambitions*. OECD Publishing. [Grade Expectations: How Marks and Education Policies Shape Students' Ambitions](#)
- OECD. (2013). *PISA 2012 Results: What Makes a School Successful? Resources, Policies and Practices, IV*. [PISA 2012 Results: What Makes Schools Successful?](#)

- Oliveira-Formosinho, J., Formosinho, J., Lino, D., & Niza, S. (2013). O modelo curricular de Educação Pré-Escolar da Escola Moderna Portuguesa. In S. Niza (Ed.), *Modelos curriculares para a Educação de Infância*. Porto Editora.
- Owings, W. A., & Kaplan, L. S. (2001). Standards, retention, and social promotion. *NASSP Bulletin*, 85 (629), 57-66.
- Pagani, L., Tremblay, R. E., Vitaro, F., Boulerice, C., & McDuff, P. (2001). Effects on grade retention on academic performance and behavioral development. *Development and Psychopathology*, 13, 297-315.
- Parecer n.º 5/2016, de 18 de novembro. Diário da República n.º 222/2016, Série II de 2016-11-18. Educação- Conselho Nacional de Educação. <https://dre.pt/home/-/dre/75757465/details/maximized>
- Pereira, F., & Martins, M. A. (1978). O insucesso escolar e as suas explicações. Crítica de algumas teorias. *Análise Psicológica*, II (1), 33-56. http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/1923/1/1978_1_33.pdf
- Pereira, M. C., & Reis, H. (2013). Retenção escolar em Portugal: evidência dos dados PISA. In Conselho Nacional de Educação (CNE) (Ed.), *Estado da Educação 2013* (pp. 358-373). CNE. [Educação 2013](#)
- Pereira, M. C., & Reis, H. (2014). Retenção escolar no ensino básico em Portugal: determinantes e impacto no desempenho dos estudantes. *Boletim Económico*, 63-87. https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/papers/ab201407_p.pdf
- Perrenoud, P. (2004). *Os ciclos de aprendizagem: Um caminho para combater o fracasso escolar*. Artmed.
- Piconez, S. (2013). *A prática de ensino e o estágio supervisionado*. Papirus Editora.
- Pires, E., Fernandes, A., & Formosinho, J. (1991). *A construção social da educação escolar*. Edições Asa.
- Portaria n.º 223-A/2018, de 3 de agosto. Diário da República n.º 149/2018, 1º Suplemento, Série I de 2018-08-03. Educação. <https://dre.pt/home/-/dre/115886163/details/maximized>
- Rebelo, J. A. S. (2009). Efeitos da retenção escolar, segundo os estudos científicos, e orientações para uma intervenção eficaz: Uma revisão. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 43 (1), 27-52. <https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/4758/1/5%20->

<https://dre.pt/home/-/dre/66837172/details/3/maximized?serie=II&dreId=66837127>

Recomendação n.º 2/2015, de 25 de março. Diário da República n.º 59/2015, Série II de 2015-03-25. Ministério da Educação e Ciência. <https://dre.pt/home/-/dre/66837172/details/3/maximized?serie=II&dreId=66837127>

Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2016. Diário da República n.º 70/2016, Série I de 2016-04-11. Presidência do Conselho de Ministros. https://dre.pt/home/-/dre/74094661/details/maximized?p_auth=J4UPdZ4U

Ribeiro, E. (2008). A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. *Evidência, Araxá*, (4), 129-146.

Ribeiro, I., Almeida, L., & Gomes, C. (2006). Conhecimentos prévios, sucesso escolar e trajetórias de aprendizagem: Do 1.º para 2.º Ciclo do Ensino Básico. *Avaliação Psicológica*, 52 (2), 127-133.

Rodrigues, A. (2012). *Reflexões sobre a minha prática docente enquanto professora de História e Geografia: contributo das vozes dos alunos*. (Dissertação de Mestrado em Educação). Faculdade de Letras.

Rodrigues, M. L. (2010). *A escola pública pode fazer a diferença*. Almedina.

Rodrigues, M. L. (2014). *40 anos de Políticas de Educação em Portugal- construção do sistema democrático de ensino*. Leya.

Rodrigues, P. (2012). *Prática de ensino supervisionada em ensino do 1.º e do 2.º ciclo do ensino básico*. (Tese de Mestrado). Instituto Politécnico de Bragança.

Ruivo, J. (1988). *Inovações na Formação de Docentes- Microensino e vídeo formação. Trabalho de mestrado*. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.

Schön, D. (1992). Formar professores como profissionais reflexivos. In A. Nóvoa (Org.), *Os professores e a sua formação* (pp.79-91). Dom Quixote.

Simões, M. T., Fonseca, A. C., Formosinho, M. D., Dias, M. V., & Lopes, M. C. (2008). Abandono escolar precoce: Dados de uma investigação empírica. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 42 (1), 135.

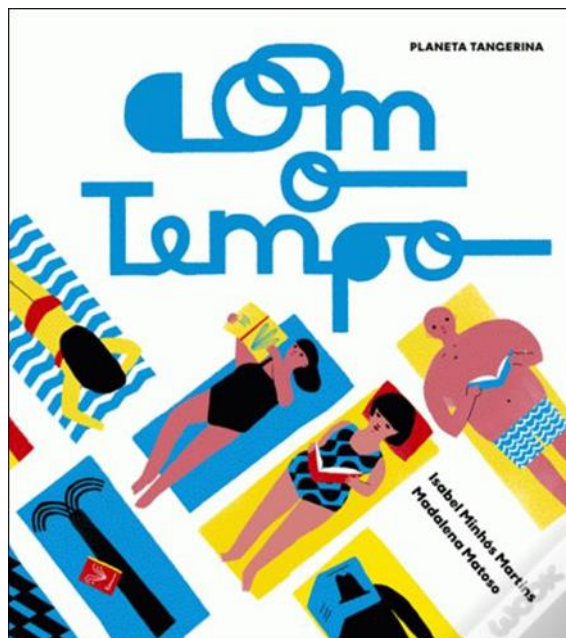
Spodek, B., & Saracho, O. (1998). *Ensinando crianças de 3 a 8 anos*. ArtMed.

Tuckman, B. (1994). *Manual de Investigação em Educação* (4.ª ed.). Fundação Calouste Gulbenkian.

- Vasconcelos, T. (2000). Para um desenvolvimento sustentado da Educação de Infância. *Revista Infância e Educação, Investigação e Práticas*, 2.
- Xia, N., & Kirby, S. N. (2009). *Retaining Students in Grade: A Literature Review of the Effects of Retention on Students' Academic and Nonacademic Outcomes*. RAND Corporation.
- Zabalza, M. A. (1998). *Didáctica da Educação Infantil*. Horizontes da Didáctica.

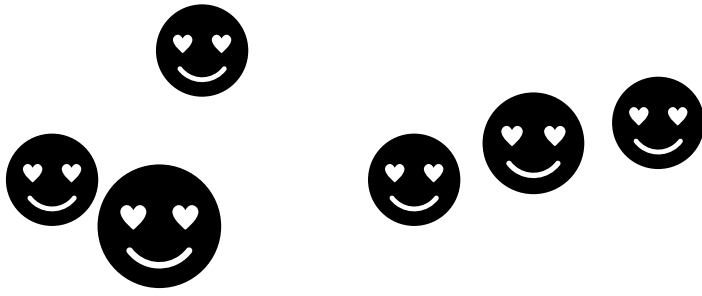
Anexos

Anexo 1- Exemplo de um livro-álbum *Com o Tempo* de Isabel Minhós Martins com ilustrações de Madalena Matoso



Anexo 2- Projeto “Cantar aos Reis”





Anexo 3- Participação dos pais no Projeto as Profissões



Anexo 4- Certificado de participação *Aprender em Comunidade*

Certificado de Participação

Certifica-se que Carolina Rosa
participou no Seminário "Aprender em Comunidade", organizado
pela Associação de Viseu dos Portadores de Trissomia 21 (AVISPT 21) e
pelo Departamento de Psicologia e Ciências da Educação da Escola
Superior de Educação de Viseu, que decorreu no Auditório da Escola
Superior de Tecnologia e Gestão de Viseu, no dia 22 de março de
2017, com a duração de três horas. Este seminário teve como orador
convidado o Mestre José Pacheco.

Viseu, 22 de março de 2017

A Presidente da AVISPT 21


(Helena Mata)

D Presidente da ESEV


(João Paulo Balula)



Anexo 5- Certificado de participação *Entender Autismo*



Anexo 6- Certificado de participação de um poster nos *Olhares sobre a educação VI*



CERTIFICADO

Certifica-se que Ana Berta Alves, Esperança Ribeiro, Mariana Duarte, Daniela Cairrão e Carolina Rosa participaram como autores do póster "Para melhor aprender em contexto de creche: estudo exploratório sobre condições essenciais ao bem-estar das crianças" no evento "Olhares sobre a educação VI", organizado pelos cursos de formação de professores da Escola Superior de Educação de Viseu, no dia 5 de abril de 2018, das 9h00 às 17h30.

Viseu, 5 de abril de 2018

O Presidente da ESEV
João Paulo Bejaula
João Paulo Bejaula
(Professor Coordenador)

The signature of João Paulo Bejaula, the President of the ESEV, is shown. Below the signature, his name and title "João Paulo Bejaula (Professor Coordenador)" are printed.

Anexo 7- Certificado de presença Plano Estratégico Nacional de Segurança Rodoviária



Anexo 8- Certificado da formação Suporte Básico de Vida



Anexo 9- Certificado da formação Era uma vez os contos infantis: uma ferramenta psicoeducativa



CERTIFICADO

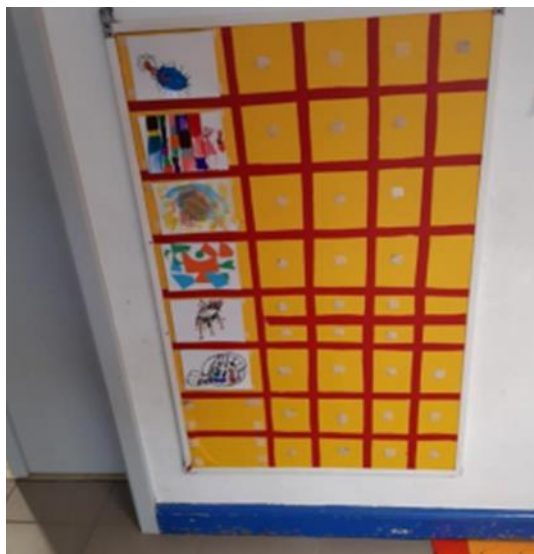
Certifica-se que,

Casalino, Rosa

participou na formação '*Era uma vez. Os contos infantis: uma ferramenta psicoeducativa*' realizada pela Dr.ª Leandra Cordeiro, no dia 08 de Novembro de 2016, com a organização da Clínica Clivida – Assistência Médica, Viseu.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Leandra'.

Anexo 10- Instrumento de regulação: quadro de atividades livres



Anexo 11- Instrumento de regulação: quadro de presenças



Anexo 12- Construção em legos



Anexo 13- Exemplo de uma exposição sobre a profissão dos pais das crianças



Anexo 14- Exposição do mural para a comunidade educativa sobre as profissões dos pais das crianças do JI



Anexo 15- Certificado de Formação Pedagógica Inicial de Formadores



Certificado de Formação Profissional

Certifica-se que **CAROLINA DA ROSA**, nascida em 2 de agosto de 1996, com o n.º de identificação civil 14206180, concluiu **com aproveitamento RELEVANTE** o curso de formação pedagógica inicial de formadores, que decorreu de 22 de fevereiro de 2021 a 23 de abril de 2021, com a duração de 98 horas.

Viseu _____, 8 de junho de 2021

O(A) Responsável pelo(a) Índice Máximo Unipessoal Lda

(Assinatura e selo branco ou carimbo)


Índice Máximo
Formação Profissional e Certificação
Avenida Dr. Alexandre Alves, 108 1ººº
3000-632 Viseu Tel: 232 083 342
NIF: 508 471 265
E-mail: geral@indicemaximo.pt

Apêndices

Apêndice 1- Exemplo de plano de aula 1.º CEB

Áreas Disciplinares: Conteúdos	Objetivos	Atividades de Ensino-Aprendizagem	Avaliação	Recursos/ Materiais	Tempo
Português: - Oralidade - Leitura e escrita: Produção de um texto narrativo. Apoio ao Estudo: Estudo do Meio: - À descoberta de si mesmo. Expressão e Educação Plástica: - Descoberta e organização progressiva de superfícies.	- Respeitar as regras de interação discursiva. - Escrever um texto narrativo. - Reconhecer unidades de tempo: o mês. - Ilustrar de forma pessoal um desenho.	- Diálogo professora estagiária/aluno/alunos sobre as suas vivências natalícias. - Elaboração de um texto narrativo individual acerca do Natal. - Apresentação à turma do texto elaborado anteriormente. - Chuva de ideias alusivas ao mês de janeiro. - Ilustração de um desenho sobre o inverno, relativamente ao mês de janeiro. - Preenchimento do calendário do mês de janeiro. - Escrita de palavras de modo a completar o texto apresentado sobre o mês de janeiro. - Correção oral e escrita dos exercícios anteriormente realizados.	Observação da produção do discurso. Análise da escrita dos alunos. Análise da capacidade dos alunos em reconhecer a unidade de tempo. Observação da capacidade de ilustrar o desenho.	Caderno diário. Quadro de giz. Folha impressa. Quadro interativo e projetor.	09:00
					09:20
					09:55
					10:30 Intervalo
					11:00
					11:10
					11:20
					11:30
					11:45
					12:00
					Almoço
					14:00
					14:20
					14:50
	igual a dez dezenas. - Comparar números naturais utilizando os símbolos maior e menor. - Adicionar e subtrair números naturais.		uma centena e reconhecer uma centena é igual a dez dezenas. Observar a capacidade dos alunos em comparar números naturais utilizando os símbolos maior e menor. Observar a capacidade dos alunos em adicionar e subtrair números naturais.		

Expressão e Educação Plástica: -Descoberta e organização progressiva de superfícies.	e - Desenhar e ilustrar um desenho alusivo ao Natal de cada aluno.	-Ilustração das vivências do Natal. -Apresentação à turma dos trabalhos realizados anteriormente.	Observação da capacidade dos alunos a desenhar e ilustrar um desenho.	Folhas A3. Lápis de cor, marcadores, canetas de brilhantes, entre outros materiais.	15:20 15:45 16:00
Observações/reflexões: 1. Ficha do Mês de janeiro- Anexo 1. 2. Ficha de revisão dos conteúdos abordados anteriormente- Anexo 2.					

Apêndice 2- Roda da tabuada do 4



Apêndice 3- Ficha de trabalho adaptada para um aluno com Necessidades de Saúde Especiais sobre a compreensão de um livro-álbum

1- Como se chama a autora do livro que acabaste de conhecer?



2- Com o passar do tempo o que acontece ao lápis da história?

3- Constrói quatro frases em que expliques como está a ser a tua experiência longe dos teus amigos. "Mesmo com o tempo, alguns amigos ficam!" como é referido na narrativa que acabaste de conhecer.

Apêndice 4- Ficha de trabalho sobre a compreensão de um livro-álbum

- 1- Como se chama a autora do livro que acabaste de conhecer?



- 2- O que faz uma ilustradora? Faz uma pequena pesquisa sobre esta profissão.

- 3- Apresenta o teu entendimento sobre a afirmação "Não tarda, começamos a ter pé mais longe, no mar!".

- 4- Face à situação atual que estamos a viver, todos nos encontramos distantes fisicamente dos nossos amigos. Escreve em 10 linhas como está a ser a tua

Apêndice 5- Excerto de um relatório semanal

Desafios futuros do meu desempenho:

Para os meus desempenhos futuros pretendo melhorar a minha comunicação com crianças com Perturbação do Espectro do Autismo e quando ocorrer a visualização de vídeos longos, terei de parar o mesmo várias vezes para questionar as crianças sobre o que viram.

Apêndice 6- Tabela de avaliação das crianças

Crianças	Nível geral de bem-estar						Nível geral de implicação						Comentários
	1	2	3	4	5	?	1	2	3	4	5	?	
*Nomes													
				X						X			
													Faltou
													Faltou
													Faltou
				X						X			
					X					X			
					X						X		
			X							X			Criança com Perturbação do Espectro do Autismo
													Faltou
				X						X			
					X						X		
		X						X					Criança com Perturbação do Espectro do Autismo
				X						X			
													Faltou

Apêndice 7- Exemplo de plano de aula EPE

Roteiro-Atividade “O caracol que queria ser polícia” (segunda-feira: manhã):

✿ **Hora:** 10h25-11h30.

✿ **Local:** Sala de Atividades.

✿ **Aprendizagens visadas:**

- Área de Formação Pessoal e Social:

- ❖ Desenvolver o respeito pelo outro e pelas suas opiniões, numa atitude de partilha e de responsabilidade social.
- ❖ Ser capaz de participar nas decisões sobre o seu processo de aprendizagem.

(Ministério da Educação, 2016)

- Área de Expressão e Comunicação:

Domínio da Linguagem Oral e Abordagem à Escrita:

- ❖ Compreender mensagens orais em situações diversas de comunicação.
- ❖ Usar a linguagem oral em contexto, conseguindo comunicar eficazmente de modo adequado à situação (produção e funcionalidade).
- ❖ Estabelecer relação entre a escrita e a mensagem oral.
- ❖ Compreender que a leitura e a escrita são atividades que proporcionam prazer e satisfação.

(Ministério da Educação, 2016)

Domínio da Educação Artística:

Subdomínio das Artes Visuais:

- ❖ Reconhecer e mobilizar elementos da comunicação visual, tanto na produção e apreciação das suas produções, como em imagens que observa.
- ❖ Apreciar diferentes manifestações de artes visuais, a partir da observação de várias modalidades expressivas (desenho e pintura), expressando a sua opinião e leitura crítica.

(Ministério da Educação, 2016)

Descrição do momento (Atividade “O caracol que queria ser polícia”):

Nesta atividade, a educadora estagiária apresenta um livro cujo título é *O caracol que queria ser polícia* de Vera Campeão. A educadora estagiária, inicia a atividade por mostrar a capa do livro às crianças e questiona as mesmas se sabem que profissão

iremos falar naquele dia. Posteriormente, a educadora estagiária lê a história às crianças. O grupo de crianças será organizado na manta em meia-lua, de forma que todas as crianças consigam ver o conto da história. Após a leitura da história, a educadora estagiária questiona as crianças: quem são as personagens da história?; o que aconteceu na história?; o que é que o caracol teve de fazer para se tornar polícia?; achavam que o caracol iria conseguir se tornar polícia?; qual é a mensagem que este livro nos quer deixar?. De seguida, a educadora estagiária deixa as crianças manusearem o livro e explorarem o mesmo. Para finalizar a atividade, as crianças dirigem-se às mesas de trabalho, com a finalidade de fazer um desenho sobre a história que acabaram de conhecer.

Roteiro-Atividade “O senhor polícia” (segunda-feira: tarde):

- ✿ **Hora:** 14h30-15h30.
 - ✿ **Local:** Sala de Atividades.
 - ✿ **Aprendizagens visadas:**
 - **Área de Formação Pessoal e Social:**
 - ❖ Desenvolver o respeito pelo outro e pelas suas opiniões, numa atitude de partilha e de responsabilidade social.
 - ❖ Respeitar a diversidade e solidarizar-se com os outros.
- (Ministério da Educação, 2016)
- **Área de Expressão e Comunicação:**
 - Domínio da Linguagem Oral e Abordagem à Escrita:
 - ❖ Compreender mensagens orais em situações diversas de comunicação.
- (Ministério da Educação, 2016)

Descrição do momento (Atividade “O senhor polícia”):

A educadora estagiária inicia esta atividade com um diálogo com as crianças, sobre o que consiste a profissão de polícia, com o intuito de saber o que as crianças sabem sobre esta profissão. De seguida, a educadora estagiária apresenta-lhes um vídeo de um polícia a explicar de forma simples, o que é a sua profissão. Posteriormente, a educadora estagiária questiona-as sobre o vídeo que visualizaram e sobre o que pretendem saber mais sobre esta profissão, caso seja necessário a educadora estagiária faz uma pesquisa com as crianças sobre a profissão. Nesta atividade, quando ocorrer o diálogo, este acontecerá com as crianças sentadas nas suas mesas de

trabalho, enquanto para a visualização do vídeo as crianças devem dirigir-se para a manta de forma a terem visão para o quadro interativo.

Apêndice 8- Guião da entrevista



Guião das entrevistas aos professores do 1.º CEB (Viseu e Açores)

Projeto de investigação realizado no âmbito do mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico

Tema da investigação: *Perspetivas dos professores sobre os efeitos da (Não) Retenção Escolar na aprendizagem dos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico.*

Principal objetivo: Compreender como estão os professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico a acolher a (Não) Retenção Escolar.

Técnica de recolha de informação: Entrevista (semiestruturada)

Legitimação da entrevista:

- Esclarecer os participantes sobre os fundamentos e objetivos da entrevista;
- Garantir aos participantes a confidencialidade da entrevista;
- Solicitar aos participantes autorização para o registo de imagem e áudio da entrevista se esta for on-line ou apenas registo de áudio se a entrevista for presencial.
- Agradecer aos participantes a sua colaboração.

Blocos	Objetivos Específicos	Questões
A- Caracterização dos participantes	-Caracterizar os participantes	-Qual é a sua idade? -Que habilitações académicas possui? Quantos anos de serviço tem? -Há quanto tempo trabalha nesta escola? -Qual é o ano de escolaridade que está a lecionar este ano?
B- Desenvolvimento da Entrevista	-Compreender se os docentes do 1.º Ciclo do Ensino Básico têm conhecimento mais ou menos substancial sobre a não-retenção escolar.	-Possui algum conhecimento formal ou legislativo sobre a não-retenção escolar, e os seus propósitos ao nível do Sistema e da educação em geral? -É favor da retenção ou da não-retenção escolares? Por que razão? -É legítimo pensar que aos processos de não-retenção estão associados a ideia de facilitismo? -Do seu ponto de vista, ideia ou pressuposto de retenção/ não-retenção é uma discussão e, até, uma política relevantes? Faz sentido?
	-Perceber quais são as vantagens e desvantagens da retenção e não-retenção	-Considera que desenvolver um processo de retenção é fácil ou difícil? Nos casos que
	-Verificar de que modo os docentes procedem à inclusão dos alunos retidos/ não retidos. -Aferir as estratégias que os professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico utilizam para acolher a (não) retenção escolar.	conhece ou conheceu, a ideia de retenção justificou-se? -Que mudanças é que a ideia de não-retenção traz ao nível do trabalho dos professores, da estruturação do Sistema Educativo, da Escola e da profissão docente? -A não-retenção atende mais às expectativas dos professores, dos pais/ encarregados de educação, da sociedade em geral? -Nas suas práticas letivas, algum aluno já ficou retido? Ou teve algum aluno retido? -Se sim, como incluiu o aluno retido na turma? Utilizou algumas estratégias para a inclusão do mesmo? Adotou os procedimentos legais previstos para o efeito? Quem mais foi envolvido no processo? -Teve em atenção as maiores dificuldades do aluno retido durante as suas práticas letivas? -Na sua opinião, quais são os principais fatores que levam à retenção dos alunos? -Com a medida de não reter os alunos, pretende adaptar alguma estratégia nas suas

		<p>práticas letivas? Se sim, explique quais são as estratégias e o porquê das suas escolhas.</p> <p>-Considera que o acompanhamento prestado aos alunos com mais dificuldades poderia melhorar? De que forma?</p> <p>-Tendo em conta as suas perspetivas profissionais, considera ser possível reduzir as taxas de retenção sem facilitar as aprendizagens e avaliações aos alunos? De que modo?</p>
	<p>-Compreender se os docentes interligam o sucesso/ insucesso escolar à retenção escolar/ não-retenção escolar.</p> <p>-Identificar quais são as estratégias pedagógicas desenvolvidas pelos docentes para a otimização do sucesso escolar dos alunos.</p>	<p>-O que entende por sucesso e por insucesso escolar? Quais as suas causas, efeitos e consequências nos alunos, no Sistema e na sociedade?</p> <p>-No seu entender e com a sua experiência profissional, acha que o sucesso/ insucessos escolares estão associados à ideia e procedimento de retenção/ não-retenção escolar? Ou seja, na sua perspetiva, que relação estabelece entre o sucesso/ insucesso escolar e entre retenção e/ou não-retenção escolar?</p>
		<p>-Que estratégias pedagógicas desenvolve nas suas práticas letivas para a otimização do sucesso escolar dos alunos?</p>
<p>C- Encerramento da entrevista</p>	<p>-Pedir ao entrevistado para expor outros aspetos que já tenha vivenciado nas suas práticas ou algumas ideologias que possui sobre a retenção escolar e não-retenção escolar.</p> <p>-Agradecer a participação do entrevistado.</p>	<p>-Pretende acrescentar alguma ideia que considere relevante, para além das apresentadas ao longo da entrevista?</p>

Apêndice 9- Pedido de autorização para a realização do estudo

Pedido de autorização para realização do estudo

Excelentíssimo Presidente

da Escola

Eu, Carolina da Rosa, aluna regularmente matriculada no Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico, sob a orientação do Professor Doutor Henrique Ramalho e do Professor Doutor João Rocha, encontro-me a efetuar um Projeto de investigação intitulado: “Perspetivas dos professores sobre os efeitos da (Não) Retenção Escolar na aprendizagem dos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico”, para a obtenção de grau de Mestre.

Pretendo, com esta investigação, compreender como estão os professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico a acolher e lidar com a proposta do plano de Não Retenção no Ensino Básico.

Assim, solicita-se a autorização de Vossa Excelência para realizar o estudo nas instalações da Escola .

Pede deferimento,

, 30 de setembro de 2021

Nome da investigadora

Apêndice 10- Transcrição da entrevista da professora Rita (Viseu)

Data: 30/09/2021	Entrevista: Videoconferência Zoom
Hora de início: 16h30	Duração: 1h23

- Qual é a sua idade?

45.

- Que habilitações académicas possui? Quantos anos de serviço tem?

Olha eu tenho 24 anos de serviço. Ham...a Licenciatura, o meu curso é Ensino Básico variante na Educação Física e tenho Mestrado em Ciências Educacionais.

- Qual é o ano de escolaridade que está a lecionar este ano?

Neste momento estou a lecionar no 1.º ano. Estou com uma nova remessa, digamos assim.

- Há quanto tempo trabalha nesta escola?

Há 4 anos.

- Possui algum conhecimento formal ou legislativo sobre a não-retenção escolar, e os seus propósitos ao nível do sistema e da educação em geral?

Ham...opa, nós costumamos ler muitas leis, mas nem tudo o que está no papel coincide com a realidade. É que nós às vezes temos aquelas burocracias todas e que vamos transpor para a realidade, não é?! E não é o que pretendemos e também da parte que o Ministério quer. Só que as realidades são diferentes, cada escola sentimos um bocadinho que é uma realidade completamente diferente. Eu, por acaso é raro chumbar alunos, mas quando chumbo eu tenho consciência que estou a fazer algo correto por aquele aluno. Ham...só mesmo em última necessidade, porque ele não consegue ir além das minhas expetativas. Eu tive um aluno de ensino especial, um miúdo que devido ao seu meio familiar...o pai está preso e a mãe agora esta com um que teve na prisão e, pronto o miúdo é um pouco transtornado. Ham...ele ficou retido no 4.º ano e, fez-lhe muito bem. A colega que está com ele este ano diz-me que nota muitas diferenças, diz que o meu aluno está ótimo, está bem integrado. Mas sim, eu chumbo muito poucas vezes. E quando chumbo, atenção...é no 2.º ano ou no 4.º ano, acho que são os dois anos em que... o 2.º ano é porque não conseguiu adquirir as competências do 1.º ano e é muito importante, pois é a base. Eu acho que no 1.º ano devia haver retenções. E

no 4.º é porque não conseguiram adquirir as competências necessárias para poder prosseguir para um 5.º ano.

- É a favor da retenção ou da não-retenção escolares? Por que razão?

Pois, eu não sou a favor nem sou contra. Isto depende muito de cá está...do aluno. Se o aluno conseguir adquirir as competências necessárias para poder prosseguir para o outro ano, ótimo. Se não, acho que sou a favor da retenção. Porque ir assim sem nada, acho que não é benéfico. Chegar a um 4.º ano sem saber ler nem escrever, é uma balburdia.

- É legítimo pensar que aos processos de não-retenção estão associados à ideia de facilitismo?

Ham...às vezes dá essa ideia, não é?! Não vamos reter porque é mais fácil deixar o aluno ir. Às vezes dá essa ideia, mas nem sempre é. Mas é, porque assim não há burocracias, não há papeis, não há pais a ser chamados. É muito mais fácil claro.

- Do seu ponto de vista, ideia ou pressuposto de retenção/ não-retenção é uma discussão e, até uma política relevantes? Faz sentido?

Essa afirmação faz sentido para mim, porque há uns que são a favor da retenção e há quem seja contra. Ham...mas cá está eu continuo a dizer, que só estando ali no terreno, só estando é que podemos levar a essa questão de retenção e não-retenção. Agora vir uma pessoa de fora a perguntar porque é que eu chumbei os alunos, sem saber o que se passa na turma, não é?! E vai contra mim, as pessoas têm que saber porquê. Acho que as pessoas têm que ter a noção do porque de reter ou não reter.

- Considera que desenvolver um processo de retenção é fácil ou difícil? Nos casos que conhece ou conheceu, a ideia de retenção justificou-se?

Eu considero um processo difícil. Sim, porque cá está eu quando retenho há uma justificação plausível. Porque o aluno não tem as competências necessárias para alcançar o outro ano seguinte, paro por ali. E penso, não este fica. É engraçado que depois temos a perceção que quando vai para outra colega temos a perceção que é uma mais-valia para aquela criança. Às vezes os colegas dizem-me que foi o melhor que eu fiz, porque realmente ele aprendeu e mudou a sua atitude.

- Que mudanças é que a ideia de não-retenção traz ao nível do trabalho dos professores, da estruturação do Sistema Educativo, da Escola e dos professores?

Eu penso que não. Eu sinceramente sou uma professor que...que cá está. Se eu acho que tenho de reter...eu retenho. Se eu acho que não devo reter não retenho. Eu acho que para mim não me traz mudanças nenhuma. Se tiver que reter retenho...ham...eu

se sei que ele não sabe e tenho as provas todas. Como é que vou passar um aluno que tem os testes todos negativos, trabalhos de casa zero... muitas vezes não é assíduo.

- A não-retenção atende mais às expectativas dos professores, dos pais/ encarregados de educação, da sociedade em geral?

Eu acho que é mais a nível da sociedade em geral... Ham... a não-retenção, sim. Há pais que são a favor da não-retenção. Mas isto da não-retenção é mais a nível da sociedade. Há um conjunto de situações. Há pais que são contra a retenção que mesmo sabendo que o filho não sabe de nada, vão até às últimas... fazem pressão nos professores e no agrupamento que o filho tem de passar. Fazem mil e uma coisas para o filho passar. Eu continuo a dizer que cada coisa no seu galho... o professor é que sabe ou não se o aluno deve ficar retido.

- Nas suas práticas letivas, algum aluno já ficou retido? Ou teve algum aluno retido? Se sim, como incluiu o aluno retido na turma? Utilizou algumas estratégias para a inclusão do mesmo? Adotou os procedimentos legais previstos para o efeito? Quem mais foi envolvido no processo?

Sim, já retive e tive alunos retidos doutras colegas. Eu quando recebo alunos retidos de outras colegas, quando não conhecemos o aluno vem com um processo e nesse processo nós temos lá todo o seu percurso escolar até aquela data. Em que nós vimos o que é que se passou e o que é que não se passou. Os que vem retidos integram-se bem na turma, interagiram comigo e com os colegas. Não tenho tido o azar de ter que seguir outro tipo de estratégia. Quando vem da mesma escola, os colegas já falam connosco a dizer como é que são os pais como é que não são, como é que nós devemos agir ou não agir. E através desse diálogo com a colega nós arranjam ali as nossas próprias estratégias para o integrar na turma. Eu tento sempre incluir os pais nas minhas atividades, também para eles estarem um bocadinho com os filhos. Faço alguns projetos para incluir os pais, para poderem acompanhar a própria educação do filho. Os pais e os meus colegas que retiveram o aluno são elementos essenciais neste processo.

- Teve em atenção as maiores dificuldades do aluno retido durante as suas práticas letivas?

Sim, tenho sempre. Eu vou averiguando onde é que está a falha e depois peço, porque nós temos uma colega de apoio e depois peço sempre ajuda para insistir com o aluno com mais dificuldades.

- Na sua opinião, quais são os principais fatores que levam à retenção dos alunos?

Cá está... o meio familiar quando não é o mais adequado. Por acaso tem sido isso mais do meio familiar e não só, às vezes é porque o aluno não ter qualquer tipo de conhecimentos e, pedimos ajuda ao ensino especial para fazer um diagnóstico que às vezes pode ser algum problema na parte cognitiva. Mas, por vezes, eu acho que o meio familiar também diz muito. É não dar atenção suficiente à criança. Quando chegam a casa bastava só 5 a 10 minutos de conversa com a criança sobre a escola, para a criança se sentir valorizada e motivada.

- Com a medida de não reter os alunos, pretende adaptar alguma estratégia nas suas práticas letivas? Se sim, explique quais são as estratégias e o porquê das suas escolhas.

Ora se isto vier avante de não podermos reter. Pronto, claro que tem de se adotar bastantes estratégias. Claro que um aluno que vai para o 2.º ano e ainda não sabe ler e escrever, tentamos...ham...há muitos métodos. Por exemplo, utilizar o método das 28 palavras, em vez de partir da letrinha partia da palavra e ele foi memorizando e depois fazíamos frases. Se eu dava gramática aos outros aproveitava e dava também a ele. Outras estratégias...também é a professora de apoio para o retirar um bocadinho da sala e trabalhar as dificuldades dele. Trabalhar bastante com ele. Estratégias...ham...filmes, canções que eles vão memorizando e fixando. Contar histórias, pronto é motivá-los para tal. Temos de dar um jeito para animar a coisa. Olha eu utilizo também a escola virtual e depois eles adoram ir ao computador...Quiz's...há muita coisa, depois isso depende da turma e do que queremos trabalhar.

- Considera que o acompanhamento prestado aos alunos com mais dificuldades poderia melhorar? De que forma?

Ham...por exemplo...eu acho que poderia melhorar...nós aqui no meu agrupamento, não há razão de queixa, porque nós professores titulares temos um professor de apoio a tempo inteiro. O que é uma mais-valia, agora...há agrupamentos e há escolas que a professora vai lá se for preciso uma vez por semana, dois em dois dias...o que não vai ajudar essas crianças que têm dificuldades. Agora ensino especial também deviam aumentar as horas que permanecem na sala de aula. As crianças deveriam ter esse apoio a tempo inteiro. Há sempre uma comunicação entre mim a colega de apoio e a professora de educação especial. Mas às vezes não é suficiente, às vezes o aluno pode não aceitar essa ajuda. Às vezes a integração a esses professores não é fácil, porque a criança está mais habituada ao professor titular. Isto depende muito...estes miúdos precisam de um carinho especial...mesmo os outros, às vezes temos de levar as crianças na brincadeira... Nós temos que saber dar a volta e conquistar as crianças.

- Tendo em conta as suas perspetivas profissionais, considera ser possível reduzir as taxas de retenção sem facilitar as aprendizagens e avaliações aos alunos? De que modo?

Pois...ham...ham...de que modo?! Se calhar estas estratégias todas que falámos há pouco, se nós soubermos levar as coisas a bom porto..., mas isto depois...depende do aluno...de quem está por de trás...porque nós, às vezes utilizamos estratégias e que o aluno não vai lá...não consegue. Pronto e isto de retenção só podemos reter uma vez. Olha...se calhar talvez...os programas se fossem diferentes se calhar também era uma mais-valia. Eu acho que se o programa fosse diferente mais abrangente nessas idades é uma forma de diminuir as retenções. Eu ainda assim não considero facilitismo, eu quando comecei a dar aulas era assim...agora começam a apertar com muitos conteúdos a cada nível que a criança também coitada...isto exagerou-se um bocado durante estes anos todos. Se tivéssemos os programas que tinham há uns anos atrás a coisa corria lindamente. Mesmo a nível de horário, de manhã eles estão completamente concentrados e há tarde é para esquecer...é para esquecer, mesmo.

- O que entende por sucesso e por insucesso escolar? Quais as suas causas, efeitos e consequências nos alunos, no sistema e na sociedade?

Ora o sucesso, para mim o sucesso escolar é um aluno que desde o 1.º ano até ao 4.º ano tem um percurso escolar espetacular...comportamento, o saber estar, o saber viver em sociedade, o estar com os colegas, com a comunidade educativa em geral...isso sim, é um sucesso escolar. Quando chegamos ao 4.º ano temos de dar nomes de alunos para irem para o quadro de mérito e para mim esse quadro de mérito é esse sucesso todo, é a aprendizagem dele ao longo destas etapas e estas que acabei de mencionar. O insucesso escolar para mim é aquele aluno que anda aqui com altos e baixos...ham...começa bem e depois desce, é um aluno que desmotiva fácil. Isto depois a nível da sociedade vai ter um impacto. Se formos com um currículo que tem altos e baixos irá prejudicar de certa forma. Mas às vezes os melhores também não são os melhores. Às vezes aqueles que têm altos e baixo às vezes conseguem melhores empregos, porque se integram com muita facilidade na escola.

- No seu entender e com a sua experiência profissional, acha que o Sucesso/ Insucesso Escolar estão associados à ideia de retenção/ não-retenção escolar? Ou seja, na sua perspetiva, que relação estabelece entre sucesso/ insucesso e entre retenção e/ou não-retenção?

Atenção que às vezes o sucesso não tem nada a ver com a retenção ou não-retenção, pronto...ham...eu não penso assim. Mas depende...às vezes há um aluno que está ali

entre altos e baixos e consegue atingir sucesso. Às vezes um aluno de insucesso pode não ser automaticamente ligado à retenção escolar, porque depois sabe dar a volta por cima. Depois também vimos estes altos e baixos dos alunos. Notou-se neste miúdo que eu retive no 4.º ano, eu sei que ele é bom, tem capacidades, mas a história da pandemia não teve acompanhamento escolar e desmoronou a situação. Isto insucesso foi devido aquilo que nós atravessamos e ele desmotivou. Ele estar na escola e não estar parecia que era diferente... foi muito tempo em casa e em casa não fazia atividades. Depende...no sucesso nunca há retenções.

- Que estratégias pedagógicas desenvolve nas suas práticas letivas para a otimização do sucesso escolar dos alunos?

Ham...portanto, eu logo desde o 1.º ano para eles se tornarem mais autónomos, começamos a trabalhar os manuais eles tem que saber se desenrascar e saber qual é qual é que não é. Hoje também comecei com “olha vais ali à reprografia pedes para cortar isto” e foi todo contente feliz da vida e volta com entusiasmo a dizer que já conseguiu. É preciso ajudar bastante na autonomia, é uma mais-valia para obter sucesso escolar...e eles adoram. Olha ainda hoje, por exemplo, mostrei-lhes uns vídeos e tivemos a fazer mímicas, mas agora vamos fazer uma atividade de forma individual...é assim é bom.

- Pretende acrescentar alguma ideia que considere relevante, para além das apresentadas ao longo da entrevista?

Ideias...opa...para não haver muitas retenções eu também acho que já falei isso na entrevista, tentar fazer projetos na nossa sala...o saber estar que também está ligado com o nível de comportamento. Eles adoram coisas diversificadas, vários projetos são importantes para manter os alunos motivados e também trabalhar a autoestima dos alunos. Tudo de bom para ti e ainda bem que pude ser útil e espero que corra tudo bem contigo e que consigas aquilo que queres realmente e como eu digo, nunca desistas. Chegamos sempre lá. Olha tudo de bom está bem, se precisares de alguma coisa estou disponível, está bem?! Beijinho.

Apêndice 11- Transcrição da entrevista da professora Micaela (Viseu)

Data: 6/10/2021	Entrevista: Videoconferência Zoom
Hora de início: 18h30	Duração: 32.02 min

- Qual é a sua idade?

56 anos.

- Que habilitações académicas possui? Quantos anos de serviço tem?

Olhe eu...eu fiz...comecei por tirar um astério primário, o antigo astério primário como grau de bacharel. Depois diz licenciatura na Escola Superior de Educação de Viseu em Supervisão Pedagógica e Formação de Formadores. Portanto, neste momento sou licenciada. 32 anos de serviço a caminho dos 33. Neste mês de outubro faço 33. Portanto, ainda só podemos considerar 32, só no final do mês é que serão 33 (risos).

- Há quanto tempo trabalha nesta escola?

Há 12 anos.

- Qual é o ano de escolaridade que está a lecionar este ano?

Com o 4.º ano.

- Possuí algum conhecimento formal ou legislativo sobre a não-retenção escolar, e os seus propósitos ao nível do sistema e da educação em geral?

É assim, neste momento nós estamos já um bocadinho a trabalhar com o Projeto Maia em que...que vai...vai...de encontro a evitar essas retenções, não é?! Pronto, temos alunos sempre referenciados e, então de momento o agrupamento está a iniciar...já começaram no ano passado, este é o segundo ano que o agrupamento está com o Projeto Maia e o objetivo é evitar mesmo a retenção de alunos e dar-lhe mais algum tempo para poderem adquirir competências necessárias em final de ciclo...as aprendizagens essenciais. Não tanto no sentido de ano, mas de ciclo. Pretende-se que o aluno termine o 1.º Ciclo sem retenção na medida em que não nos restringimos ao ano, exatamente, mas sim tratamos do ciclo para ele poder fazer aprendizagens. Até porque por vezes as crianças não fazem aprendizagens, muitas vezes até por falta de maturidade...ham... eu tenho o exemplo de um aluno que veio de França no ano anterior e... o aluno não vinha com as aprendizagens que se pretendia para o ano em que foi matriculado. A progressão do aluno foi fantástica, mas não estava exatamente ao nível do ano que se pretendia, mas uma retenção no caso daquele aluno seria muito prejudicial, não é?! Porque todo o percurso que ele fez, toda a aprendizagem acabava por ficar desvalorizada, uma vez que ele iria ser retido. Então...ham...fomos tentando colmatar as dificuldades, claro que o aluno não chegou ao final do ano com todas as áreas positiva, mas ficou com algumas. De forma que este ano se faça um maior reforço naquelas áreas em que ele ainda está mais fraco, como é o caso do português e da

matemática para evitarmos retenção. Vamos ver como é que vai correr. Mas é nesse sentido, evitar sempre retenções o máximo possível. Porque é sempre uma marca para a criança.

- É a favor da retenção ou da não-retenção escolares? Por que razão?

Eu sou a favor da não-retenção, logo no momento em que a criança apresenta dificuldades. Temos que esgotar todas as possibilidades e só serei a favor, se no final de ciclo o aluno não tiver adquirido as aprendizagens essenciais que se pretende no final de ciclo. Mas para isso temos que lhe ir dando tempo ao longo dos anos... dos 4 anos do 1.º Ciclo. No entanto, se um aluno chegar ao final do 1.º Ciclo e não tiver adquirido as competências necessárias deste ciclo, sou a favor da retenção. Depois de esgotadas todas as possibilidades que vão sendo dadas ao longo dos 4 anos, não é?!

- É legítimo pensar que aos processos de Não Retenção estão associados à ideia de facilitismo?

Na minha opinião não, isso pode ter diferentes leituras. Mas na minha opinião não. Porque é assim não facilitismo, mas sim dar oportunidade à criança de...de... de não ficar frustrada perante uma retenção. Porque uma retenção psicologicamente abala sempre qualquer criança, não é?! E pronto... e acho que o não reter, não é para facilitar no sentido de posso fazer o que quero, mas sim para o motivar.

- Do seu ponto de vista, ideia ou pressuposto de Retenção/ Não Retenção é uma discussão e, até uma política relevantes? Faz sentido?

Sim, é relevante e até porque nós muitas vezes em equipa temos opiniões muito diversas. E é muito difícil de chegarmos a um consenso, porque...pronto, por causa das nossas próprias opiniões. Debato-me às vezes com pessoas, com colegas que acham que não tem de haver mesmo a retenção naquele momento porque para a criança adquirir as aprendizagens. Eu acho que não, eu tive várias situações de alunos. Tive uma situação de uma criança e como sabe no primeiro ano não há mesmo retenção, não é?! Em que chegam ao final do primeiro ano a menina não lia quase nada e no final do segundo ano era das melhores alunas que eu tinha a ler. Portanto, se houvesse uma retenção no primeiro ano esta criança não tinha tido tempo de ter maturidade para o processo de leitura. Porque, por vezes, há falta de maturidade nas crianças e o ritmo de aprendizagem das crianças também é diferente, independentemente de terem a mesma idade...têm ritmos diferentes de aprendizagem. Até porque há crianças que são mais estimuladas na Pré-Escolar e até nas próprias casas.

- Considera que desenvolver um processo de retenção é fácil ou difícil? Nos casos que conhece ou conheceu, a ideia de retenção justificou-se?

Eu no meu caso pessoal a retenção é mesmo a última hipótese...eu tento por tudo evitar retenções. Há situações em que eu não concordei com retenções, mas depende um bocadinho do próprio conhecimento que a própria pessoa tem ou não do aluno, não é?! Um coisa é nós falarmos de fora, sem estarmos em contacto direto com a criança e daquilo que ouvimos de um colega. Outra coisa é estarmos em contacto direto com a criança. Um processo de retenção é difícil, eu acho que é difícil. E qualquer profissional custa sempre fazer a retenção e que tentem ir até ao limite para evitar a retenção, mesmo só... à partida num caso em que não se consegue mesmo fazer a passagem do aluno para a aprovação. É uma marca que fica para a vida da criança. Quanto à parte burocrática, não é fácil, temos de justificar todas as adaptações que foram feitas para se optar por uma retenção.

- Que mudanças é que a ideia de não-retenção traz ao nível do trabalho dos professores, da estruturação do Sistema Educativo, da Escola e da profissão docente?

É assim ao nível do trabalho dos professores a não-retenção requer mais trabalho por parte do professores, porque depois tem de fazer trabalho adaptado para essa criança, não é?! De forma a recuperá-la, quando muitas vezes os alunos, os colegas de turma já estão num nível mais avançado que esse aluno que não se reteve, mas ficou com dificuldades precisa de um trabalho muito individualizado. Claro que isto requer mais trabalho por parte de um professor.

- A não-retenção atende mais às expetativas dos professores, dos pais/ encarregados de educação, da sociedade em geral?

A não-retenção atende mais às expetativas dos pais. Também de um modo geral é raro o pai que é da opinião, às vezes acontece..., mas é raro o pai que a retenção é melhor para o filho. Em relação à sociedade diverge muito, há várias opiniões.

- Nas suas práticas letivas, algum aluno já ficou retido? Ou teve algum aluno retido? Se sim, como incluiu o aluno retido na turma? Utilizou algumas estratégias para a inclusão do mesmo? Adotou os procedimentos legais previstos para o efeito? Quem mais foi envolvido no processo?

Sim, tenho neste momento um aluno retido que veio doutro colega. O aluno integrou-se muito bem, porque também já era um aluno da escola. Entretanto com ele e como ele já tinha feito algumas aprendizagens deste nível de ensino, até tento evidenciar sempre aquilo que ele já tem ou que já sabe, para ele não se sentir como aquele aluno que ficou retido. Portanto, para ele até é uma mais-valia do que é que ele já sabe deste ano e o que é que ele tem para nos ensinar. Esse aluno tem acompanhamento por parte da

professora de apoio da turma e... pronto, ele integrou-se bem na turma e está a trabalhar os conteúdos que estão a ser trabalhados. Houve um primeiro contacto com a mãe e já falei com a mãe do aluno que é a encarregada de educação individualmente para a colocar a par do processo de adaptação e também para conhecer melhor a criança. Uma vez que é o aluno que tenho novo na turma, mas foi tudo muito tranquilo nesse aspeto.

- Teve em atenção as maiores dificuldades do aluno retido durante as suas práticas letivas?

Sim tenho, se o aluno ficou retido foi porque apresentou maiores lacunas. Claro, neste caso eu vou tentado vendo se as lacunas estão no Português, na Matemática ou o porque de ele não conseguir, ou até mesmo fazer um ensino mais individualizado. Com a tentativa para que este ano ele não tenha essas mesmas dificuldades.

- Na sua opinião, quais são os principais fatores que levam à retenção dos alunos?

A falta de conhecimentos, a família pode também ter um peso neste aspeto. Porque é assim há crianças que não têm qualquer tipo de apoio familiar e uma criança precisa muito da escola, mas também precisa de algum acompanhamento em casa. Por vezes, há crianças que não têm e vivem em famílias muito complicadas que levam ao desinteresse e desmotivação. Mas também já tive situações que...não podemos dizer que é mesmo assim...porque eu já tive uma situação de um aluno com um ambiente familiar muito complicado e era um excelente aluno. Há uma grande probabilidade, mas não na totalidade. Por vezes, também temos alunos com ambientes familiares excelentes e apresentam ter dificuldades nas suas aprendizagens. Vai muito do aluno...da personalidade, do interesse, do empenho, da motivação. Acho que um dos aspetos muito importantes nos alunos é a organização, serem organizados desde o primeiro ano de escolaridade, e terem métodos de estudo e de trabalho é muito importante. As horas de sono influenciam imenso para os alunos estarem aptos para as aprendizagens.

- Com a medida de não reter os alunos, pretende adaptar alguma estratégia nas suas práticas letivas? Se sim, explique quais são as estratégias e o porquê das suas escolhas.

Com essa medida de não-retenção dos alunos pretendemos trabalhar por conteúdos, mais em determinados conteúdos em detrimento de outros para outros serem trabalhados mais tarde. Dando tempo em que a criança faça a sua evolução, de acordo com a sua maturidade e a sua capacidade de trabalho. Que vá progredindo gradualmente.

- Considera que o acompanhamento prestado aos alunos com mais dificuldades poderia melhorar? De que forma?

Neste momento o meu agrupamento está com um bom acompanhamento a esses alunos. Como é um agrupamento que tem bastantes docentes, eles estão a ser rentabilizados para atender a estas crianças com mais dificuldades. O que quer dizer que estes professores de apoio trabalham para poder colmatar as dificuldades destes alunos e apoiar o professor titular na atividade letiva. Para além disso está a ser feito um trabalho colaborativo entre professor titular, professor de apoio e outros professores que estão a lecionar o mesmo ano. Nestes anos de pandemia incentivaram-nos muito para trabalhar colaborativamente e correu muito bem. Preparamos atividades em conjunto e trabalhamos em equipa, é sempre mais enriquecedor, não é?! As práticas de outros colegas ajudam na nossa própria prática.

- Tendo em conta as suas perspetivas profissionais, considera ser possível reduzir as taxas de retenção sem facilitar as aprendizagens e avaliações aos alunos? De que modo?

Eu considero que é possível, mas é possível se houver trabalho colaborativo, mais docentes no terreno. Portanto, turmas também mais reduzidas, porque por vezes o número exagerado de alunos por turma também dificulta o trabalho individualizado que é preciso fazer com esses alunos, porque esses alunos requerem muito trabalho individualizado. E isso só se faz com meios, isto é, mais professores, não é?!

- O que entende por sucesso e por insucesso escolar? Quais as suas causas, efeitos e consequências nos alunos, no sistema e na sociedade?

Sucesso escolar considero toda a progressão que o aluno vai fazendo, considero a progressão ano de aprendizagem. Todos os conhecimentos que a criança vai adquirindo e aí há sucesso, não é?! O sucesso para um aluno não tem que ser igual ao do colega do lado, porque muitas vezes um aluno que está agora a começar a aprender a ler e a escrever duas ou três frases é um grande sucesso. Enquanto que o outro colega que já está noutra patamar já escreve e lê um texto. Portanto, temos que ter em conta a individualidade...a individualidade de cada um. Insucesso é quando pela parte do professor e do aluno não conseguimos atingir o que pretendemos e há insucesso. Depois de todas as metodologias utilizadas e a criança não aprende há insucesso. Se bem que é necessário ter em atenção as características individuais, certo?! Nem todas as crianças têm as mesmas capacidades. A causa do insucesso escolar não depende só das características individuais dos alunos, por vezes há falta de trabalho, há

desmotivação, há falta de acompanhamento. Agora estou em crer que qualquer docente tenta colmatar todas essas necessidades que a criança tem.

- No seu entender e com a sua experiência profissional, acha que o sucesso/insucesso escolar estão associados à ideia de retenção/ não-retenção escolar? Ou seja, na sua perspetiva, que relação estabelece entre sucesso/ insucesso e entre retenção e/ou não-retenção?

Pronto, para mim é um bocadinho diferente...ham... o sucesso é o que eu lhe digo, o sucesso é aquilo que a criança consegue aprender a mais, por exemplo do que o dia anterior. E aí há um sucesso. A partir do momento em que a criança faz aprendizagens, por pequeninas que sejam há sucesso. Se a criança não consegue fazer aprendizagens há insucesso, não é?! Em relação à retenção, por vezes, há retenção com algum sucesso. Só que a criança não chegou aquele patamar que se pretendia, certo?! Por exemplo, se uma criança chegar ao 4 ano e não tiver as aprendizagens essenciais que são estabelecidas no 1.º Ciclo tem de ser retido. O que não quer dizer que ela não tinha tido algum sucesso, não?! Portanto, a retenção nesse caso, apesar de ter havido algum sucesso, mas teve de ser retida porque é exigido outros conhecimentos que ela não tem. Pronto...ham...e é nesse aspeto. Porque pode haver algum sucesso, mas haver retenção.

- Que estratégias pedagógicas desenvolve nas suas práticas letivas para a otimização do sucesso escolar dos alunos?

Tento fazer com que haja alguma pesquisa da parte deles, tento ir sempre de encontro às necessidades e interesses dos alunos. Portanto, seguir os conteúdos tendo em conta os interesses dos alunos. Porque eu acho que isso é sempre uma mais-valia para eles estarem motivados, porque o essencial é a motivação. Não é transmitirmos nós as aprendizagens, mas nós levá-los à descoberta que sejam eles a descobrir os conteúdos que nós pretendemos que eles adquiram. Tentar diversificar as atividades, não entrar em monotonia, tentar que eles explicitem sempre o seu raciocínio quando é, por exemplo, na Matemática. Partilhar estratégias pela forma como eles resolveram a situação, tentar que exponham as suas ideias. É isso que eu tento sempre fazer. E respostas de opinião, ter em conta também o ano de escolaridade. Pois, num primeiro ano pretendemos que os alunos tenham mais atenção à leitura e à escrita.

- Pretende acrescentar alguma ideia que considere relevante, para além das apresentadas ao longo da entrevista?

Penso que conduziu bem a entrevista e foi de encontro ao que deve ser uma escola nos dias de hoje. E é assim, é muito importante nós percebermos que quando eu comecei

a trabalhar há 32 anos, não tem nada a ver com a escola que hoje temos. As crianças têm outras necessidades. Temos de ir evoluindo, temos de fazer formação, que é muito importante. E modificar as nossas práticas. Eu dou 1.º, 2.º, 3.º e 4.º ano e a forma como eu trabalho os conteúdos com os alunos é sempre de forma diferente. Geralmente de 4 em 4 anos tenho o mesmo ano de escolaridade e não tem nada a ver as práticas. Durante início de carreira eu guardava materiais de um ano para o outro e agora não guardo. Também temos tanta diversificação de materiais, internet e tanta modernização e acho que temos de nos ir atualizando. Um professor está sempre a aprender, e o mal é de quem não pensa assim.

Apêndice 12- Transcrição da entrevista da professora Inês (Viseu)

Data: 7/10/2021	Entrevista: Videoconferência Zoom
Hora de início: 19h30	Duração: 42.18 min

- Qual é a sua idade?

45.

- Que habilitações académicas possui? Quantos anos de serviço tem?

Licenciatura em Educação variante de Português Francês. Com este 23 anos de serviço.

- Há quanto tempo trabalha nesta escola?

É o primeiro ano.

- Qual é o ano de escolaridade que está a lecionar este ano?

3.º ano.

- Possui algum conhecimento formal ou legislativo sobre a não-retenção escolar, e os seus propósitos ao nível do sistema e da educação em geral?

Ham...sim, digamos que sim.

- É a favor da retenção ou da não-retenção escolares? Por que razão?

A favor da não-retenção. Porque acho que a avaliação não tem que ter uma finalidade. Ham...colocar os alunos num patamar, mas sim dar caminhos que eles tenham sucesso. E a retenção nesse caso tem de ser bem...bem...mesmo muito bem repensada. Se será ou não um efeito frutífero para o aluno.

- É legítimo pensar que aos processos de não-retenção estão associados à ideia de facilitismo?

Não, de todo.

- Do seu ponto de vista, ideia ou pressuposto de retenção/ não-retenção é uma discussão e, até uma política relevantes? Faz sentido?

Sim, cada vez mais se pensa e se repensa sobre isto nas escolas.

- Considera que desenvolver um processo de retenção é fácil ou difícil? Nos casos que conhece ou conheceu, a ideia de retenção justificou-se?

É difícil tem uma série de burocracias. Nos casos onde eu estive presente ou fiz parte do processo de retenção sim. Foi bastante ponderado e como disse anteriormente, a retenção foi pensada no sentido em que o aluno usufrísse de voltar a repetir as aprendizagens daquele ano ou daquele ciclo avaliativo.

- Que mudanças é que a ideia de não-retenção traz ao nível do trabalho dos professores, da estruturação do Sistema Educativo, da Escola e da própria profissão do docente?

Em primeiro lugar vai trazer mudanças ao nível da avaliação. Porque a avaliação não pode ser pensada como um fator de avaliação sumativa só, em que estamos a estabelecer critérios e o objetivos será reter ou não reter o aluno num determinado nível. E sendo assim, vai exigir dos professores uma maior preparação de materiais de reflexão para poder avaliar os alunos...ham...materiais diversificados...ham...vários momentos de avaliação ao longo do ano letivo. É claro que tudo isto vai exigir uma maior formação dos professores, muito mais trabalho, mais burocracia, mas de certeza que será mais benéfico para os alunos.

- A não-retenção atende mais às expetativas dos professores, dos pais/ encarregados de educação, da sociedade em geral?

Acho que hoje em dia está numa pressão da sociedade...que a ideia de reter, até porque é que o passa nos noticiários...que reter alunos traz com que haja muitos encargos para o estado, cada retenção de um aluno, daí haver uma pressão muito maior da sociedade. Mas os pais, claro que há alguns pais...há alguns pais que não lhes interessa os currículos que eles estão a desenvolver na escola, só lhes interessa se eles transitam ou não de ano. Quero acreditar que não se trata de expetativas dos professores, apesar de às vezes na opinião pública passa esta ideia... que cada vez que há uma retenção será um processo bem pensado, bem fundamentado e como eu disse atrás, cada docente tem em conta o aluno, a evolução do aluno.

- Nas suas práticas letivas, algum aluno já ficou retido? Ou teve algum aluno retido? Se sim, como incluiu o aluno retido na turma? Utilizou algumas estratégias para a inclusão do mesmo? Adotou os procedimentos legais previstos para o efeito? Quem mais foi envolvido no processo?

Sim, já retive e já recebi alunos retidos. Ao longo de 23 anos de serviço é quase impossível não ter apanhado situações assim (risos). Agora mais recentemente com o projeto Maia e com a investigação em avaliações é muito mais difícil de reter alunos, mas há uns anos atrás...ham... da maneira que estavam instituídos os critérios e como chegavam às escolas, havia uma maior multi facilidade, mas uma maior adesão ao facto de que se poderia reter o aluno. De acordo com os níveis de critérios que estavam estabelecidos, seria de reter. Sim, cada vez que se retém um aluno tivesse sido há uns anos atrás ou tivesse sido hoje em dia, todos os processos que íamos fazendo havia sempre a preocupação de arranjar estratégias para o próximo ano letivo. Através dos antigos planos de recuperação...das nomenclaturas das aprendizagens, mas qualquer docente quando retém um aluno tem de deixar toda essa parte burocrática, estratégias, planos e...são tudo definidos para o próximo ano letivo. Depende sempre de como é que o aluno se adapta, de como foi-lhe explicado todo esse processo de retenção, se ele percebeu que seria benéfico voltar a reter aquele ano para os conteúdos ficarem solidificados...aquelas aprendizagens. E quando assim é, normalmente não precisamos de fazer grandes estratégias de inclusão do aluno, porque todo o trabalho e todo o caminho que foi feito no ano anterior e explicado à criança e aos pais, já vai no sentido que vai haver uma inclusão numa nova turma. Como eu lhe disse, se formos ligar à inclusão a nível das aprendizagens académicas não será assim tão difícil de incluir porque vamos ter de voltar atrás e eles já entendem perfeitamente. Normalmente quando um aluno vem retido e é incluído numa turma, seja qual grupo for...ham...há preocupação de deixarmos de um ano para o outro o reforço das aprendizagens e de envolver outros técnicos como psicólogos, terapeutas, todos os técnicos que tivermos na escola. Isto se houver necessidade de serem envolvidos.

- Teve em atenção as maiores dificuldades do aluno retido durante as suas práticas letivas?

Sim, normalmente há sempre a preocupação de tentarmos perceber e fazer uma avaliação formativa e não sumativa. Para perceber onde é que o aluno tem falhas para depois lhe podermos dar um feedback positivo e de qualidade, mesmo para a criança perceber onde é que falhou e o porquê de ter falhado. Para saber onde tem de investir mais, de forma a poder ultrapassar as suas dificuldades.

- Na sua opinião, quais são os principais fatores que levam à retenção dos alunos?

Normalmente a retenção quando ocorre, num 1.º ano de escolaridade nunca ocorre há transições automáticas. Quando falamos em retenção ocorrem em fases bifásicas, se tiver de ocorrer...ocorre no 2.º ano uma retenção, porque houve ali um grande prejuízo das aprendizagens que deveriam ter sido adquiridas ao longo daqueles dois anos e, é efetivamente porque a criança não adquiriu mecanismos de leitura e escrita e não consegue interpretar e será de todo benéfico que volte a repetir para depois vir a ter sucesso no ano seguinte. Se falarmos num 3.º e 4.º ano, porque eu estou a agrupar por dois ciclos, dois anos, dois ciclos avaliativos diferentes. No 4.º ano já falamos em retenção no final de ciclo. Uma retenção no 4.º ano já é pensada e repensada se o aluno já tem bases que lhe permitam avançar para um próximo ciclo, para o 2.º ciclo de aprendizagens.

- Com a medida de não reter os alunos, pretende adaptar alguma estratégia nas suas práticas letivas? Se sim, explique quais são as estratégias e o porquê das suas escolhas.

Sim, sem qualquer sombra de dúvida. Até porque agora nas escolas está em vigor o novo projeto de avaliação, o projeto Maia. Todas as estratégias e todas as metodologias têm sido repensadas. E passa muito na forma como estamos a pensar a avaliar e como vamos organizar essa avaliação. Não tem tanto um carácter sumativo para seriar, mas as avaliações têm mais um carácter formativo. Então partindo desse pressuposto quando avaliamos os alunos temos a preocupação de não estabelecer níveis entre eles para os seriar, mas dar-lhes um feedback daquilo que eles são ou não capazes de fazer, onde é que eles têm dificuldades e onde é que eles têm de investir muito mais.

- Considera que o acompanhamento prestado aos alunos com mais dificuldades poderia melhorar? De que forma?

Poderia e pode. No atual sistema de ensino e com a conjectura que temos à nossa volta, a primeira fórmula que deveríamos utilizar era reduzir o número de alunos por turma é impensável para um professor, numa sala de aula prestar um acompanhamento educativo numa turma. Em que tem por exemplo 25 a 26 alunos, pensando que cada criança é um ser, tem o seu ritmo de aprendizagem e que não devemos estar a colocá-los todos no mesmo ritmo, no mesmo percurso. Estabelecer aqui um ritmo para cada criança e dar um apoio individualizado é humanamente impossível. Ao longo de 23 anos de serviço é a primeira vez que tenho um professor de apoio, de resto sempre tive sozinha. Salvaguardo aqui que isto é um agrupamento é central, está no centro da cidade. Para não pensarem que isto é uma regra geral. A cidade de Viseu não é uma

cidade propriamente pequena, o agrupamento é enorme abrange muitas escolas e tem muitos professores destacados por mobilidade ou por doença. O que permite que haja um professor de apoio nas turmas de 1.º ciclo. Porque se não fosse assim, eu salvo guardo e sublinho que seriam todas as turmas em monodocência. Esta ideia não passa para a opinião pública que as escolas inclusivas são muito bonitas na teoria, mas depois na prática ter uma turma com 20 alunos e com 3 crianças com NSE com Espectro de Autismo, por exemplo, e um só professor é praticamente impossível de alcançar sucesso ou até mesmo fazer um ensino individualizado e fazer estratégias de acompanhamento. Ao longo de 23 anos de serviço sempre trabalhei em monodocência em contexto de sala de aula com turmas de 24. O último grupo que tive no 4.º ano tinha 26 alunos.

- Tendo em conta as suas perspetivas profissionais, considera ser possível reduzir as taxas de retenção sem facilitar as aprendizagens e avaliações aos alunos? De que modo?

Eu começo por lhe dizer que ao nível da sociedade está cada vez mais padronizado que os meninos têm que ter as coisas facilitadas. O que é que eu quero dizer com isto, o professor tem que pensar e estar a arranjar estratégias para saber como interagir com o aluno em que ele não se sinta frustrado e que ele sinta prazer na aprendizagem, ou seja, o ónus do trabalho das escolas está centrado no professor. E está se a esquecer um bocadinho que o aluno tem um papel preponderante na sua formação, na sua educação. Para além de tudo o resto que o professor tem que fazer e tem que repensar as suas práticas, as suas estratégias na sua prática pedagógica. O aluno e aí acho que a sociedade em regra geral tem transmitido um ideia muito errada que o professor tem que fazer, tem que repensar, mudar estratégias...o professor tem que mudar tudo. E o aluno não tem que fazer nada, parece que o aluno entra em sala de aula e alguém tem que pensar de que maneira...como se fossemos computadores que só estamos lá para dizer erraste, tenta de novo. Mas posteriormente aparece uma nova estratégia e uma nova forma de fazer todo aquele processo de aprendizagem, sem o aluno ter aquele discurso. Passando por aí, para não haver retenções vamos ter que facilitar muito mais as aprendizagens. Se pensarmos se era aquilo que seria correto em que o aluno, faz parte integrante tal e qual como o professor têm os dois responsabilidades na formação. Se pensarmos por aí, chegaremos a um bom porto e não precisamos de baixar o nível das aprendizagens e passarmos para o tal facilitismo. Se continuarmos como as coisas estão hoje em dia na sociedade e que está um bocadinho por aí. Os pais a pressionar e o governo também que não pode haver retenções, então estamos cada vez mais a

cair num facilitismo das aprendizagens e do esforço que pedimos aos alunos...no empenho na sua formação.

- O que entende por sucesso e por insucesso escolar? Quais as suas causas, efeitos e consequências nos alunos, no sistema e na sociedade?

Isso pode-nos levar para dois campos. Eu entendo que sucesso escolar não está diretamente ligado com as aprendizagens académicas, porque uma criança quando entra numa sala, mesmo que seja um aluno retido, ao voltar a repetir o currículo ao estar no outro grupo não temos só como meta...e vou dar um exemplo prático se aquele aluno não progrediu naquela dimensão com suficiente ou não satisfaz. Não vamos ter como meta, por exemplo que aquele aluno só tenha suficiente pode até ter muito bom, dependendo das áreas. O sucesso para mim será em que aquela criança que sinta que efetivamente melhorou o seu caminho, o seu percurso e a sua formação. E daí eu dizer que para mim o sucesso não está diretamente ligado às aprendizagens académicas, porque se estiver ali comprometidos, por exemplo, problemas sociais, familiares...ham...psicológicos. E se aquela retenção, a estratégia tivesse passado por aí e a criança estiver feliz e tiver efetivamente progredido não só na parte académica, mas social, na parte psicológica ou sucesso. Por isso é que lhe digo para mim, o sucesso não que estar diretamente ligado sucesso-sucesso académico. Na escola nós formamos alunos ao nível social, pessoal e académico. Não podemos nos esquecer de todas as vertentes. Um bocadinho difícil referir as causas, porque é assim...depende dos meios onde estão inseridos, dependendo das expectativas dos pais, não é?! Porque há crianças que vêm de meios desfavorecidos e quer queiramos, quer não, uma coisa está associada à outra. Meios desfavorecidos, famílias destruídas, em que às vezes as expectativas académicas são muito baixas e, sendo aí o efeito da retenção vai ter nos alunos, às vezes mal se nota. Porque os pais nem valorizam a escola e não tem efeito quase nenhum. Se pensarmos e tendo em conta a classe média ou a classe média alta em que os pais têm uma maior preocupação em acompanhar os filhos e as expectativas a nível académicas também não se nota aí tanto as taxas de insucesso. Porque lhes é transmitido às crianças que também fazem de um processo de ensino e aprendizagem e também têm que se empenhar e trabalhar, aí sim. Se houver uma retenção ou outros motivos que levam ao insucesso, aí os efeitos acabam por ser mais nefastos.

- No seu entender e com a sua experiência profissional, acha que o sucesso/ insucesso escolar estão associados à ideia de retenção/ não-retenção escolar? Ou seja, na sua perspetiva, que relação estabelece entre sucesso/ insucesso e entre retenção e/ou não-retenção?

Ora aquilo que eu fui dizendo ao longo da entrevista, passa um bocadinho por essa distinção. Que era aquilo que eu dizia há pouco. Se pensarmos num sucesso escolar só como um sucesso académico, ao nível das aprendizagens académicas e o percurso académico do aluno há uma relação causa efeito, não é?! Se o aluno não atinge o que é pedido e não se mostra interessado é claro que ele vai ter uma retenção. Mas continuo a dizer, se fizermos uma relação causa efeito entre sucesso escolar e só sucesso académico e retenção. Se pensarmos que um sucesso escolar que envolve os problemas de famílias estruturadas, muitas vezes evidenciar comida, reforço alimentar, providenciar um acompanhamento académico, a nível de apoio educativo e psicológico. Se pensarmos nestas valências todas que a escola oferece a cada criança quando entra numa escola ou num agrupamento. Eu acho que aí retenção e sucesso não podem estar aí numa relação causa efeito. Porque uma criança pode ser retida a nível de aprendizagens académicas, mas a escola e toda a comunidade onde está envolvida a criança pode ter atingido sucesso em muitas outras etapas. No ensino público nós não seríamos os alunos ao contrário do ensino privado. Porque estas crianças que tem problemas como referi há pouco não vão para as escolas privadas e, pensando que não altera e bastante o trabalho do professor e, até mesmo da própria escola. Logo aí já é diferente de falarmos de sucesso.

- Que estratégias pedagógicas desenvolve nas suas práticas letivas para a otimização do sucesso escolar dos alunos?

Parte do pressuposto que a avaliação tem um carácter formativo. Eu preocupo-me com os meus alunos para saber onde eles estão a falhar. Se falarmos um bocadinho daquilo que eu lhe estive a dizer há pouco, passa um pouco por aí. E depois passa por todas as estratégias diversificadas, há uma das coisas que utilizo muito com os alunos que é o trabalho de casa. Os trabalho de casa são individualizados, para cada criança. Quando fazemos exercícios na sala de aula, há sempre uma parte de exposição do professor e há outra parte que eles têm que aplicar aquilo que aprenderam do trabalho autónomo. Depois tenho sempre a preocupação de passar em todos os alunos e dar um feedback, um ou dois exercícios sobre aquilo que tínhamos estado a trabalhar para perceber onde é que eles falharam. Eu expliquei aos pais no início do ano letivo que o trabalho de casa é individualizado, pois vai ao encontro da dúvida que ele teve ao longo da aula. Peço aos pais para também acompanharem o filho e, quando digo acompanhar é dar-lhes tempo num espaço com silêncio e sem distrações. E peço sempre aos pais que não façam nada pelos filhos, nem se preocupem em dar explicações. Se o seu filho/educando não conseguiu realizar aquela tarefa é porque alguma coisa falhou na escola. E aí sim, entendo que a falha pode ter sido minha na transmissão dos conhecimentos.

E no dia seguinte, quando eles chegarem à escola volto a dar exercícios e as explicações necessárias. Trabalho muito em grupo e dou exercícios individualizados para aquele grupo que apresentou dificuldades naquele conteúdo. Uma das estratégias é o ensino individualizado. É fácil quando temos turmas pequenas é muito difícil quando temos turmas enormes. Este ano tenho uma turma de 18 alunos e uma professora de apoio, assim torna-se mais fácil fazer um ensino individualizado. Daí eu ter referido que reduzir o número de alunos por turma seria mais benéfico.

- Pretende acrescentar alguma ideia que considere relevante, para além das apresentadas ao longo da entrevista?

Eu acho que falámos um bocadinho sobre todos os aspetos. Gostaria de sublinhar e acho que é uma das coisas que é pouco falada. Todos os fatores que são externos têm muita influência no processo de ensino e de aprendizagem. Como disse há pouco, fatores económicos, sociais, familiares. Todos eles têm uma influência enorme. Não podemos fazer algo nas escolas, se a própria sociedade não liga a isto. Nós precisamos de psicólogos, terapeutas, precisamos de técnicos. Um aluno pode ter sucesso na escola, mas dar origem a uma retenção. Pode ter sido uma criança feliz durante o ano, mas não conseguir atingir o sucesso académico.

Apêndice 13- Transcrição da entrevista da professora Sandra (Viseu)

Data: 9/10/2021	Entrevista: Videoconferência Zoom
Hora de início: 10h00	Duração: 26.50 min

- Qual é a sua idade?

45 anos.

- Que habilitações académicas possui? Quantos anos de serviço tem?

Licenciatura. 22 anos de serviço.

- Há quanto tempo trabalha nesta escola?

É o primeiro ano.

- Qual é o ano de escolaridade que está a lecionar este ano?

1.º ano.

- Possuí algum conhecimento formal ou legislativo sobre a não-retenção Escolar, e os seus propósitos ao nível do sistema e da educação em geral?

Sim, sim...sim.

- É a favor da retenção ou da não-retenção escolares? Por que razão?

Depende dos casos, mas mais pela não-retenção do que a retenção. Mesmo por causa da legislação se formos a ver. Agora que saiu o 54, nós exploramos todas as opções e aplicamos todas as estratégias...ham...acho que só mesmo em último caso é que se deve reter um aluno. Só em última opção mesmo.

- É legítimo pensar que aos processos de não-retenção estão associados à ideia de facilitismo?

Não, não me parece que seja esse o caso.

- Do seu ponto de vista, ideia ou pressuposto de retenção/ não-retenção é uma discussão e, até uma política relevantes? Faz sentido?

Sim, faz muito sentido, atenção.

- Considera que desenvolver um processo de retenção é fácil ou difícil? Nos casos que conhece ou conheceu, a ideia de retenção justificou-se?

É um pouco difícil, mas apesar...sim, é um pouco difícil. Mas lá está como é a última opção. Sim, mas acho que o professor hoje em dia, cada vez mais pensa na retenção como sendo a última estratégia a aplicar. Por isso, e falo por mim, no meu caso. A retenção é só mesmo em último recurso quando eu noto que a criança em termos de maturidade e em termos de aprendizagens é que deve ser retida. Não tenho retido alunos. Sou contra mesmo a retenção.

- Que mudanças é que a ideia de não-retenção traz ao nível do trabalho dos professores, da estruturação do Sistema Educativo, da Escola e da profissão docente?

Quando não se retém um aluno e apesar de ele ter bastantes lacunas nas aprendizagens, implica em que haja um maior esforço e um maior trabalho por parte do professor. Porque apesar de o aluno não ter sido retido ele continua com falhas e lacunas. Isso faz com que no ano seguinte, haja um maior trabalho, um trabalho mais individualizado, de forma que ele consiga preencher as lacunas que ele tenha.

- A não-retenção atende mais às expetativas dos professores, dos pais/ encarregados de educação, da sociedade em geral?

Eu acho que... hoje em dia é dos professores.

- Nas suas práticas letivas, algum aluno já ficou retido? Ou teve algum aluno retido? Se sim, como incluiu o aluno retido na turma? Utilizou algumas estratégias para a inclusão do mesmo? Adotou os procedimentos legais previstos para o efeito? Quem mais foi envolvido no processo?

Durante estes 22 anos?! Já. Sim, hoje em dia... o que nós podemos fazer e mentalidades está muito mudada. O aluno consegue acompanhar e fazer os mesmos trabalhos que a restante turma. O que acontece é que em vez de estarmos a trabalhar um texto, ele pode trabalhar o mesmo texto. Mas quando nós estamos a trabalhar um conteúdo próprio, adaptamos esse trabalho aquele aluno. Enquanto a turma está a trabalhar o texto, apesar de o tema ser o mesmo, os conteúdos que depois queremos abordar é que são distintos. É assim, a maior parte dos agrupamentos, os alunos retidos continuam com a turma. Mas no agrupamento de onde eu venho, o aluno muda de turma. Naquele agrupamento acaba por não ser nenhum problema para o professor. Para o aluno sim, porque vai integrar numa turma diferente, vai ter colegas diferentes. Fui só eu que estive envolvida nesse processo e a professora titular do aluno no ano letivo anterior. Existe ali um trabalho de parceria e colaboração que se mantém ao longo do ano.

- Teve em atenção as maiores dificuldades do aluno retido durante as suas práticas letivas?

Sim. Quando o aluno apresenta dificuldades, nós voltamos a rever e voltamos outra vez a abordar o conteúdo. Se realmente ele mantém essas dificuldades temos que utilizar um trabalho diferenciado para ver se ele consegue assimilar a aprendizagem que estamos a tentar abordar. Às vezes funciona outras vezes não funciona, mas também não convém muito estar sempre a trabalhar aquele conteúdo. Assim mudamos e voltamos outra vez atrás, porque às vezes ela não está a entender. Não há problema, fazemos uma pausa e depois voltamos lá sem que ele próprio não consiga perceber que está ao conteúdo. Tem de se arranjar esse tipo de estratégia, se não também se torna cansativo e frustrante para o aluno.

- Na sua opinião, quais são os principais fatores que levam à retenção dos alunos?

Imaturidade, mas sem sombra de dúvida.

- Com a medida de não reter os alunos, pretende adaptar alguma estratégia nas suas práticas letivas? Se sim, explique quais são as estratégias e o porquê das suas escolhas.

Sim, pretendo não já faço (risos). Por norma esses alunos que têm mais dificuldades têm muito mais apoio, têm uma atenção mais especial. Existe uma ligação entre escola

e família maior, um contacto maior, um acompanhamento que é exigido ao encarregado de educação, de forma que consiga ser envolvido neste processo. Utilizo estratégias mais lúdicas, jogos mais pedagógicos, mais lúdicos. De forma que os alunos se sintam motivados.

- Considera que o acompanhamento prestado aos alunos com mais dificuldades poderia melhorar? De que forma?

Na escola onde eu estou não. Porque nós temos a sorte de ter um par pedagógico, ou seja, nós somos duas numa turma. Por isso...não, para já não, está bem assim mais do que isso...os alunos que têm educação especial estão a ser bem acompanhados...não, acho que neste momento, na escola onde eu estou, no agrupamento onde eu estou isso não acontece. Mas já tive em escolas que havia muita falta de recursos humanos.

- Tendo em conta as suas perspetivas profissionais, considera ser possível reduzir as taxas de retenção sem facilitar as aprendizagens e avaliações aos alunos? De que modo?

Sim. Consegue-se...ham... eu acho que se trabalharmos mais, havendo mais recursos humanos e um ensino mais individualizado e se a criança estiver apta para e aberta para a aprendizagem sim. Se for uma criança em termos de imaturidade que não esteja preparado então aí já se torna mais difícil e é mais complicado...é quase impossível.

- O que entende por sucesso e por insucesso escolar? Quais as suas causas, efeitos e consequências nos alunos, no sistema e na sociedade?

Ora...enquanto que a maior parte dos colegas podem ver o sucesso escolar como um aluno muito bom. Eu acho que quando a criança corresponde e esteja motivada e interessada, apesar de mostrar dificuldades. Para mim já é sucesso escolar, atenção. O sucesso escolar para mim não engloba o 100%, um aluno que tenha 60%, 50% já é sucesso escolar, eu já considero como sendo sucesso escolar. Cada vez mais idealiza-se que os alunos têm de ter muito bons a tudo e nós temos que ver que o sucesso escolar não passa por aí. Até porque há crianças que têm mais afinidade em algumas áreas do que outras, não é?! Todas as crianças são diferentes, por isso é que é importante todos os dias e...cada vez mais exportarmos os acontecimentos, o dia a dia e a realidade para a sala de aula. E através desses momentos transportar e abordar um conteúdo. Se a criança vem de fim de semana e diz que vem de passar férias não sei aonde ou no campo, onde viu uma espécie ou que teve não sei que...nós podemos aproveitar o tema ou o conteúdo que pode não aparecer agora, mas pode aparecer mais tarde na nossa programação. Por isso, é importante que o professor tenha conhecimento dos conteúdos e blocos que vão ser abordados ao longo do ano. Porque

o facto de nós nos restringirmos muito dar aquele conteúdo naquele mês deixa-nos muito limitados. Então é importante que nós conheçamos muito bem a programação, os conhecimentos e as aprendizagens que eles têm de efetuar ao longo do ano e, não só naquele período. Eu vejo o sucesso como no geral, no global e não só numa componente letiva. O insucesso é quando uma criança não se consegue adaptar ao meio escolar, quando a criança não quer vir à escola, quando a criança não quer estar na sala de aula, quando não se consegue se relacionar com o professor ou os colegas. As aprendizagens sejam poucas ou muitas é considerado sucesso. Existe sempre o rótulo o que é muito negativo, existe sempre a crítica, a criança que é vista pelo exterior que não tendo o tal sucesso que se fala aí vai criar um impacto bastante negativo na criança. Só dificulta todo o processo de ensino e aprendizagem, pois a criança sente-se frustrada por não conseguir atingir o tal sucesso que é posto aí nas bandeirinhas e nas faixas, não é?! (risos)

- No seu entender e com a sua experiência profissional, acha que o sucesso/ insucesso escolar estão associados à ideia de retenção/ não-retenção escolar? Ou seja, na sua perspetiva, que relação estabelece entre sucesso/ insucesso e entre retenção e/ou não-retenção?

Não, quando nós retemos uma criança é em última estância e porque tivemos mesmo de aplicar essa estratégia a retenção. Não vejo como insucesso, vejo mais como... até porque todas as estratégias aplicadas não podem ser vistas como insucesso, atenção. Porque se optou por aplicar uma estratégia por mais que “tenha uma conotação negativa”, porque toda a gente fala da retenção como uma conotação negativa. O problema é esse...vai ser uma estratégia. Eu nunca considero como um insucesso, não. Não está a conseguir atingir se calhar em último patamar tem que haver uma retenção, não vejo como um insucesso.

- Que estratégias pedagógicas desenvolve nas suas práticas letivas para a otimização do sucesso escolar dos alunos?

Responsabilidade, sem sombra de dúvidas e a autonomia. Sem sombra de dúvidas, eles têm de ser minimamente autónomos. Não podem estar sempre a depender quando levam trabalho nem do professor de sala de aula, comecem a ser autónomos. Faço questão de explicar sempre os trabalhos de casa, para que eles cheguem a casa e possam abrir o livro e fazer os trabalhos de casa sozinhos, porque eu consigo fazer. A autonomia e a responsabilidade são fundamentais.

- Pretende acrescentar alguma ideia que considere relevante, para além das apresentadas ao longo da entrevista?

Não (risos). Apesar de ser um tema um bocado tabu, ainda têm muito que trabalhar (risos). A retenção é em último recurso, então quando são crianças de educação especial é uma estratégia, para mim a ser afastada. Só se a criança for mesmo muito imatura, porque só estamos a causar à criança, se as estratégias que forem utilizadas não estão a ter o efeito pretendido.

Apêndice 14- Transcrição da entrevista da professora Marlene (Viseu)

Data: 9/10/2021	Entrevista: Videoconferência Zoom
Hora de início: 13h30	Duração: 27.04 min

- Qual é a sua idade?

47.

- Que habilitações académicas possui? Quantos anos de serviço tem?

Licenciatura em 1.º Ciclo. Tenho 25 anos de serviço.

- Há quanto tempo trabalha nesta escola?

No agrupamento é o 7.º ano, na escola onde estou é o 4.º ano consecutivo.

- Qual é o ano de escolaridade que está a lecionar este ano?

4.º ano.

- Possui algum conhecimento formal ou legislativo sobre a não-retenção escolar, e os seus propósitos ao nível do sistema e da educação em geral?

A não-retenção foi o que me perguntou, não é?! Temos falado disso agora muito em reuniões, nos últimos anos tem se focado muito nesse assunto.

- É a favor da retenção ou da não-retenção escolares? Por que razão?

Olhe, depende das situações... umas vezes acho que sim...outras acho que não. Depende da situação em que se manifesta. Uma criança, por exemplo, uma criança que está num conjunto de turma em que está, por exemplo, independentemente de estar a fazer ou não os mesmos conteúdos alinhados àquele grupo e que nós como professora dele. Normalmente isso acontece quando estamos mais que um ano seguido, é o ideal estar os primeiros quatro anos no 1.º Ciclo. E que nós sabemos que à partida que para a criança não vai nem adiantar nem vai progredir nem regredir o facto de passar, porque passa sempre com aquele currículo próprio...eu aí acho que não vale a pena haver retenção, sou contra a retenção. Agora quando é uma criança que está noutra faixa em

que a gente sabe que mais um ano a partir da experiência que já temos com ela, mais um ano naquele ano de escolaridade vai realmente adiantar...aí sim, eu acho que deve haver uma retenção. Portanto, eu sou da opinião desses dois argumentos. Primeiro devemos esgotar todas as possibilidades, ninguém gosta de reter crianças, não é?!

- É legítimo pensar que aos processos de não-retenção estão associados à ideia de facilitismo?

Ham...pois... é assim eu já cá ando há 25 anos já vi tanta coisa mudada que isso...(risos). Não sei o que lhe diga, mas pronto cada um também deve gerir a sua profissão, ser o mínimo profissional tentar fazer...ham...só que, eu acho que...somos muitas cabeças, apesar de sermos muitos professores somos muitas cabeças a pensar e nem todos pensam da mesma forma, atenção. É assim, eu quero crer que não e para mim e na minha ótica como profissional não. Agora não posso responder por todos os milhares que há por aí.

- Do seu ponto de vista, ideia ou pressuposto de retenção/ não-retenção é uma discussão e, até uma política relevantes? Faz sentido?

Ham...faz a partir do momento em que começa a haver muitas opiniões. Antigamente a retenção e não-retenção era uma coisa mais focada, mais objetiva. E aquilo, é aquilo mesmo e ponto final. Agora não com os anos a retenção e a não-retenção, pronto o que já tem diversas opiniões. O que para mim deve ficar retido para outras pessoas já não é assim. Portanto, também tem haver com os conteúdos com todo o processo da educação que vai alterando de há uns anos para cá. Acho que está muito diversificado esse tema, não é uma coisa tão objetiva.

- Considera que desenvolver um processo de retenção é fácil ou difícil? Nos casos que conhece ou conheceu, a ideia de retenção justificou-se?

Ham...depende, para já acho que para haver um processo de retenção tem que haver um conhecimento muito profundo da criança. E para um profissional ter um conhecimento bastante profundo da criança tem de estar com ele pelo menos há vários anos. Ou então naquele ano em que a criança aparece no 1.º ano efetivamente não há retenções agora, mas naquele ano ou é muito...pronto a criança já tem de tal maneira não acompanha o grupo da turma, já tem imensas dificuldades e é muito fácil de perceber. Noutras eu acho que é preciso baixar bastante, é preciso conhecer a criança, trabalhar com ela, arranjar várias estratégias, vários modelos de motivação para a criança. Quando se esgota isso tudo, eu acho que...que se deve. Agora o processo de retenção em si, a partir do momento em que nós achamos que devemos reter tem algumas diretrizes, temos que ter o abalo dos encarregados de educação. Não é chegar

um mês antes e dizer “olhe vou reter a sua filha”. Isso é de todo impensável. Tem de ser uma coisa pensada anteriormente. Os intervenientes são vários, não é só o professor. São também os pais e o próprio aluno que tem de ter noção que tem de estudar mais, de uma forma motivadora. Olhe eu já fiz retenções, talvez tenha feito 2 ao longo da minha carreira. Esta minha última, a aluna mudou de turma está com outra professora e, por acaso como eu estou na mesma escola e a menina foi minha aluna dois anos eu tenho realmente perguntado. A minha colega diz que sim, que realmente houve evolução, mas nem todas as crianças acontece isso.

- Que mudanças é que a ideia de não-retenção traz ao nível do trabalho dos professores, da estruturação do Sistema Educativo, da Escola e da própria profissão do docente?

Olhe a não-retenção era o que todos queríamos, era um mundo maravilha...quer dizer que as crianças eram todas muito boas (risos). E ninguém faz de ânimo leve uma retenção, ninguém gosta de fazer uma retenção, não é?! Custa muito fazer uma retenção. Eu gostaria que nunca houvesse retenções.

- A não-retenção atende mais às expetativas dos professores, dos pais/ encarregados de educação, da sociedade em geral?

É assim todos têm o seu contributo. Portanto, eu acho que os pais têm um contributo grande, porque apesar de e eu tenho visto no meu caso enquanto profissional...a última palavra é do pai, do encarregado de educação. Mesmo que claro que tem de assumir responsabilidades, quando um professor vê que a criança não está efetivamente preparada. Mas o pai e o encarregado de educação têm de sempre autorizar a retenção ou a não-retenção. Os professores têm mais ligação direta com a criança, não é?! Portanto, acho que primeiro a pirâmide é dos professores, deveria ser.

- Nas suas práticas letivas, algum aluno já ficou retido? Ou teve algum aluno retido? Se sim, como incluiu o aluno retido na turma? Utilizou algumas estratégias para a inclusão do mesmo? Adotou os procedimentos legais previstos para o efeito? Quem mais foi envolvido no processo?

Sim já tive pelo menos 2 alunos retidos. Posso dizer que estou com um menino autista e uma invisual lá dentro. Portanto, ali não há descanso (riso). Durante estes anos recebi 3 alunos que vieram de outros colegas. Eu normalmente faço um check-up nem gosto muito de ler o que vem lá escrito sobre o aluno. Ando ali no primeiro mês a tentar integrar a criança e perceber o que é que ela efetivamente sabe. Depois vou ao processo, salvo que dois que recebi já vinham com um processo do 54. Aí sim, convém ler o processo. Gosto de conhecer primeiro a criança, isso é a minha maneira de trabalhar e, depois

efetivamente vou ver se está de acordo com o que estou a pensar ou não. Tive sempre a colaboração dos encarregados de educação, reunia todos os meses com eles.

- Teve em atenção as maiores dificuldades do aluno retido durante as suas práticas letivas?

Sim, tanto que quando eu recebo crianças...têm vindo com um processo de educação especial. Portanto, são crianças que têm de ter mais especial atenção. É necessário pegar no processo delas e perceber qual é a problemática para saber como trabalhar com eles.

- Na sua opinião, quais são os principais fatores que levam à retenção dos alunos?

Olhe nem todas as crianças são iguais, acho que eles agora podem é tentar haver uma estruturação dos conteúdos. Acho que de há uns anos para cá os conteúdos estão extremamente diversificados e difíceis para a faixa etária que se inclui. Portanto, essa é a minha opinião, pronto. E também haver uma estruturação de acompanhamento sistemático em casa, não é ensinar, pois a função dos pais não é ensinar. É do professor. Há famílias destruídas que nem veem se a criança fez os trabalhos, se teve bom comportamento...isso tudo não ajuda também.

- Com a medida de não reter os alunos, pretende adaptar alguma estratégia nas suas práticas letivas? Se sim, explique quais são as estratégias e o porquê das suas escolhas.

Olhe ter sempre em conta, quando a gente vê um aluno precisa de um trabalho mais sistemático, pedir logo a ajuda dos pais, no sentido de direcionar, só ver. Porque eu já tive crianças que às vezes precisam de trabalhar um pouco mais para chegar lá e muitas vezes os pais nem sequer os cadernos abriam, para ajudar e para orientar. Haver uma ajuda familiar, volto a referir não é ensinar, para ensinar estou cá eu (risos). Mas haver uma ajuda no sentido familiar, porque a criança gosta, sente-se valorizada e dá mais motivação para a criança querer atingir os objetivos.

- Considera que o acompanhamento prestado aos alunos com mais dificuldades poderia melhorar? De que forma?

Pois...começando logo pela constituição de turmas, eu tenho 25 garotos, 6 no 54 e 2 deles um invisual e outro autista. Portanto, veja lá (risos). As crianças têm 2 blocos de 45 minutos com a professora de educação especial, o resto é tudo em contexto de turma com a professora titular. Portanto, não é fácil. Tenho um professor de apoio, mas também não é a tempo inteiro.

- Tendo em conta as suas perspetivas profissionais, considera ser possível reduzir as taxas de retenção sem facilitar as aprendizagens e avaliações aos alunos? De que modo?

Olhe, enquanto for turmas com a dimensão que estamos a ter com o número de alunos e as problemáticas por sala, eu acho que não vai ser assim muito fácil. Acho que para isso uma das soluções seria diminuir o número de alunos por turma, para nós podermos chegar mais eficazmente a quem precisa, porque muitas vezes não é possível.

- O que entende por sucesso e por insucesso escolar? Quais as suas causas, efeitos e consequências nos alunos, no sistema e na sociedade?

Ui...isso é um...é um tema tão abrangente. Sei lá...sucesso escolar para mim não é só nas aprendizagens, eu não me vejo como a pessoa que estou ali a debitar matéria, não. Nesta faixa etária sucesso escolar é realmente aprender os conteúdos que ali estão, mas também preparar a criança para outro tipo de atividade e também saber desenrascar-se. O insucesso é quando o aluno não consegue atingir os conteúdos previstos (risos). Mas muitas vezes o insucesso pode não ser inteiramente da culpa da criança, basta só não estar integrada em turmas muito numerosas e que a criança tenha noção que tem de estar ali à espera. O professor conseguiria dar outro acompanhamento se a turma fosse menor e pronto, também acho que é um bocadinho por aí. Depende da criança, há crianças que não faz diferença ter uma retenção ou não. Há umas que percebem outras que não percebem. Acho que isso tem muito a ver com a maneira de ser das crianças e também da forma como vão ser preparadas para a questão de sucesso ou insucesso, para saber autoavaliar-se. Desde tenra idade saber autoavaliar-se, saber se as coisas estão bem ou menos bem.

- No seu entender e com a sua experiência profissional, acha que o sucesso/insucesso escolar estão associados à ideia de retenção/ não-retenção escolar? Ou seja, na sua perspetiva, que relação estabelece entre sucesso/ insucesso e entre retenção e/ou não-retenção?

Sim, o insucesso automaticamente vai levar a retenção escolar. Eu acho que sim. Sendo que esse sucesso e o insucesso têm que englobar tudo, não é só chegar ali e porque agora nós falamos muito das atitudes e dos valores, isso também é importante para avaliar uma criança.

- Que estratégias pedagógicas desenvolve nas suas práticas letivas para a otimização do Sucesso Escolar dos alunos?

Olhe desde muito cedo haver ali por parte deles autonomia, desde o 1.º ano. É importante para eles para desenvolver o seu próprio estudo, progresso e até mesmo

autoavaliação seja para sucesso ou insucesso, para eles perceberem. Fazê-los refletir sobre o seu sucesso ou insucesso escolar, serem agentes ativos com a nossa ajuda. Quanto mais anos seguidos temos com as crianças mais os vamos conhecendo para utilizar as melhores estratégias para ensinarmos, de forma a motivá-los.

- Pretende acrescentar alguma ideia que considere relevante, para além das apresentadas ao longo da entrevista?

Não, acho que focámos aqui assuntos pertinentes e importantes. Eu gostei, às vezes é preciso alguém nos ouvir para também nos lembrar destes aspetos. Obrigada.

Apêndice 15- Transcrição da entrevista da professora Carla (Viseu)

Data: 12/10/2021	Entrevista: Videoconferência Zoom
Hora de início: 17h	Duração: 26.45 min

- Qual é a sua idade?

Eu tenho 50 anos.

- Que habilitações académicas possui? Quantos anos de serviço tem?

Licenciatura. Vou fazer 25 anos de serviço.

- Há quanto tempo trabalha nesta escola?

Por volta aí de uns 5 anos.

- Qual é o ano de escolaridade que está a lecionar este ano?

2.º ano.

- Possui algum conhecimento formal ou legislativo sobre a não-retenção escolar, e os seus propósitos ao nível do sistema e da educação em geral?

Conheço.

- É a favor da retenção ou da não-retenção escolares? Por que razão?

Carolina, depende. Se nós nos deparamos com alguma criança que está a dar o seu máximo, mas que não consegue ir mais além. Acho que deve transitar de ano. Agora se tivermos um aluno com capacidades, boas capacidades e não as aplica e os resultados não são positivos por pouco esforço e por pouca vontade...aí é uma questão de ponderar sim.

- É legítimo pensar que aos processos de não-retenção estão associados à ideia de facilitismo?

Não. É assim eu acho que não...é assim...depende do aluno que nós temos.

- Do seu ponto de vista, ideia ou pressuposto de retenção/ não-retenção é uma discussão e, até uma política relevantes? Faz sentido?

Ham...o debate é sempre uma questão que se pode debater. Isto depois depende muito da opinião de cada um.

- Considera que desenvolver um processo de retenção é fácil ou difícil? Nos casos que conhece ou conheceu, a ideia de retenção justificou-se?

Reter um aluno é sempre muito difícil para mim. Nos casos em que tive envolvida, eu acho que todas as atitudes que eu tomei foram justas. Reter um aluno é quando verificamos que não deu valor suficiente para o trabalho, não conseguiu porque não se esforçou.

- Que mudanças é que a ideia de não-retenção traz ao nível do trabalho dos professores, da estruturação do Sistema Educativo, da Escola e da própria profissão do docente?

A não-retenção...é assim... um aluno que não consegue ir mais para além do que é proposto, devido às suas dificuldades...deve-se continuar a adaptar os temas, as atividades, as estratégias às capacidades dos alunos. Facilitar no sentido de se eu puder utilizar um computador, um jogo, uma coisa mais atrativa será boa para esse aluno. Para ele conseguir perceber melhor. As estratégias têm que mudar. O nosso objetivo é chegar ao aluno.

- A não-retenção atende mais às expetativas dos professores, dos pais/ encarregados de educação, da sociedade em geral?

Ham...ora bem...é assim...depende muito, se calhar se a sociedade em geral se calhar pode achar que um professor passou um aluno...os pais, depende muito, os pais que preferem que o aluno transite, porque têm poucas expetativas sobre o aluno, acham que ele não é capaz de mais. Portanto, é melhor passar. No caso dos professores, é um bocadinho diferente os professores têm mais consciência das suas decisões, porque trabalham diariamente com os alunos. Os pais conhecem não conhecem os filhos como alunos.

- Nas suas práticas letivas, algum aluno já ficou retido? Ou teve algum aluno retido? Se sim, como incluiu o aluno retido na turma? Utilizou algumas estratégias

para a inclusão do mesmo? Adotou os procedimentos legais previstos para o efeito? Quem mais foi envolvido no processo?

Sim, eu já retive e já tive alunos retidos na minha turma. Ora bem, em primeiro lugar o que nós temos de fazer quando recebemos um aluno e não conhece os colegas, é tentar ali criar um ambiente mais acessível possível. Um ambiente em que o aluno se sinta bem e que seja possível comunicar com os colegas sem se sentir diminuído. Pronto, é criar um ambiente mais acessível ao aluno, se não os ajudarmos vai ser mais complicado para o aluno. Para isso é necessário conversar com o aluno e até mesmo com os colegas. Isto é uma questão de termos um diálogo aberto com os alunos para alertarmos os alunos para as situações e, as crianças normalmente aceitam muito bem os colegas retidos na turma. Isto no que se refere à minha experiência. Geralmente as pessoas envolvidas no processo e são as pessoas que estão à volta, as assistentes operacionais que também têm um papel sob isso, para perceberem cá fora se o aluno está a ser isolado. Há pais que se preocupam e perguntam como se está a adaptar.

- Teve em atenção as maiores dificuldades do aluno retido durante as suas práticas letivas?

Claro que sim. Não há diferenciação entre alunos. Temos de ter em atenção às dificuldades dos alunos para tentarmos chegar lá, sem nunca por de lado este ou aquele. Temos que ir adaptando a nossa prática pedagógica, se não, nem fazia sentido.

- Na sua opinião, quais são os principais fatores que levam à retenção dos alunos?

Quando o aluno não consegue acompanhar as aprendizagens, não é?! Mas se há ali lacunas às vezes até vem de trás, ainda não foram adquiridas e se trabalharmos e tentarmos colmatar estas dificuldades e elas ainda persistem. Aí temos de ponderar se é melhor ficar para consolidar as aprendizagens ou melhor naquele momento que ele transite para o ano seguinte. Depois isto deve ser tido tudo em conta para se tomar uma decisão.

- Com a medida de não reter os alunos, pretende adaptar alguma estratégia nas suas práticas letivas? Se sim, explique quais são as estratégias e o porquê das suas escolhas.

Claro que temos que sempre adaptar a nossa prática letiva. Devemos utilizar atividades diversificadas e não podemos aquele modelo de antigamente em que se exponha. Agora não, agora temos de procurar atividades lúdicas que cheguem a todos. É diariamente. Nós temos de sempre em atenção as estratégias e devemos sempre diversificar. O objetivo principal é que os alunos entendam e percebam aquilo que nós pretendemos transmitir.

- Considera que o acompanhamento prestado aos alunos com mais dificuldades poderia melhorar? De que forma?

Ham...poderia melhorar se as turmas, por exemplo, fossem mais pequenas. Se houvesse mais professores de apoio ou de educação especiais. Claro que terapeutas e psicológicos se fossem mais também era mais benéfico. Se formos muitos se calhar é mais fácil, se formos menos se calhar é mais difícil, mas tentamos todos dar o nosso melhor. Às vezes podemos é não atingir aquilo que inicialmente queríamos, a vontade está lá sempre.

- Tendo em conta as suas perspetivas profissionais, considera ser possível reduzir as taxas de retenção sem facilitar as aprendizagens e avaliações aos alunos? De que modo?

Facilitismos não pode ser assim... é mesmo a avaliação é algo que deve ser refletido, o que nós fizemos, o que os alunos perceberam, se a nossa mensagem chegou ou não chegou e aí está tem de ser tudo bem pensado. Não pode ser tudo de ânimo leve.

- O que entende por sucesso e por insucesso escolar? Quais as suas causas, efeitos e consequências nos alunos, no sistema e na sociedade?

Sucesso e insucesso...sucesso é quando nós...para mim...quando chegámos ao final do ano e ficamos satisfeitos com o nosso trabalho e conseguimos chegar a todos os alunos. Tendo sempre em atenção os alunos, eles são todos diferentes...estratégias, atividades, se adaptámos ou não as fichas de trabalho ao nível dos alunos. Para mim o sucesso é isso mesmo, eu chegar ao final do ano e eu perceber que chegou alguma coisa aquelas cabecinhas. Insucesso escolar é frustrante é quando vemos que fizemos de tudo em prol dos alunos e vemos que mesmo assim não conseguimos chegar lá, não conseguir que a mensagem não chegue, é frustrante para os alunos e até mesmo para nós. É assim quando há...sucesso se chegarmos ao final do ano e vemos que tudo correu bem e é bom para todos. No caso do insucesso é frustrante tanto para os professores como para os alunos. Ficaram mais desmotivados, frustrados. Por isso, é bom que nós professores ao longo do ano formos dando uma palavra amiga aos alunos, "vamos lá, faz mais um esforço". O reforço positivo faz toda a diferença na vida de um aluno e também na autoestima do aluno.

- No seu entender e com a sua experiência profissional, acha que o sucesso/ insucesso escolar estão associados à ideia de retenção/ não-retenção escolar? Ou seja, na sua perspetiva, que relação estabelece entre sucesso/ insucesso e entre retenção e/ou não-retenção?

Insucesso escolar está logicamente ligado à retenção. Se um aluno não obteve sucesso não vai transitar de ano. Se um aluno teve sucesso é porque conseguiu transitar para o ano seguinte. Sim, há sempre uma ligação entre sucesso e insucesso escolar e retenção e não-retenção escolar.

- Que estratégias pedagógicas desenvolve nas suas práticas letivas para a otimização do sucesso escolar dos alunos?

Utilizar por exemplo as TIC, computador, as tecnologias são muito importantes. Não é só o ouvir, mas observar e ali se calhar é mais fácil. Se calhar memorizam mais facilmente. Depois também é necessário adaptar as atividades de acordo com a capacidade do aluno. Jogos educativos também é possível fazer...trabalho em grupo...mais...adaptar, fazer cartazes, imagens...ter aulas mais práticas, mais pesquisa, tudo isso acho que ajuda. Não ser tão expositivo.

- Pretende acrescentar alguma ideia que considere relevante, para além das apresentadas ao longo da entrevista?

Eu acho que dissemos tudo (risos). Eu acho que é assim quanto mais diversificado, mais adaptado aos alunos...mais prático, menos expositivo é mais agradável para o aluno e até mesmo para o ambiente em sala de aula, pois os alunos sentem-se bem. As atividades diversificadas é meio caminho andado. Bom, está feito. Muito obrigada.

Apêndice 16- Transcrição da entrevista do professor José (Viseu)

Data: 14/10/2021	Entrevista: Videoconferência Zoom
Hora de início: 17h00	Duração: 49.02 min

- Qual é a sua idade?

57.

- Que habilitações académicas possui? Quantos anos de serviço tem?

Eu tenho licenciatura. Eu tenho 29 anos de serviço, comecei assim um bocadinho tarde (risos).

- Há quanto tempo trabalha nesta escola?

Nesta há...7 anos.

- Qual é o ano de escolaridade que está a lecionar este ano?

2.º ano, turma terrível.

- Possuí algum conhecimento formal ou legislativo sobre a não-retenção escolar, e os seus propósitos ao nível do sistema e da educação em geral?

Hum...não, não fiz nenhum trabalho ou fiz nenhuma investigação...nem tenho assim sobre a não-retenção. Vou acompanhando a legislação que sai, até porque tenho de a implementar, não é?! Mas não sou nenhum estudioso sobre legislação.

- É a favor da retenção ou da não-retenção escolares? Por que razão?

Eu sou a favor da não-retenção. Olhe é assim ao nível da educação e nós sabemos que têm surgido algumas alterações nos últimos tempos. E digamos que as correntes que têm surgido tem apontado para uma escola inclusiva. E a escola inclusiva é muito mais rica como também heterogenia, não é?! E...nós há uns anos atrás em reuniões dizíamos que tínhamos uma turma heterogenia e...fazia parecer que à partida era uma turma difícil com muitas dificuldades. Hoje apontamos que quanto mais as turmas forem heterogéneas mais ricas são, até por diversidade em termos culturais, económicos, não é?! E aquilo que temos presenciado e realmente...A retenção...eu entendo que a retenção num aluno do 1.º ciclo é sempre castradora. Ou seja, as consequências da retenção...é assim o aluno fica retido num ano e há realmente...e os alunos sentem que a autoestima do aluno e a autoconfiança também ficam de certo modo abaladas. Portanto, eu nestes moldes em que são feitas as retenções em que o aluno fica um ano e voltar a trabalhar os mesmos conteúdos, etc. Embora eles não tenham aprendido no ano anterior. Acho que não é benéfico, nestes termos. Tenho a minha opinião e...eu sei que a estrutura e os meios que nos são dados para trabalhar estes aspetos em que os alunos têm mais dificuldade...por vezes não são satisfatórios, nem são adequados. Imagine um aluno com dificuldades na leitura, vai ficar um ano letivo inteiro porque não aprendeu determinados conteúdos. Os alunos têm diferentes tempos para aprender determinadas competências. Se o aluno chega a junho e não conseguiu atingir esta competência, porque não lhe dar mais 3 meses no início do ano seguinte para adquirir esta competência?! Porque é que tem de ficar retido um ano inteiro...um ano completo. As escolas é que talvez não estejam preparadas para este tipo...de... de medida, não é?!

- É legítimo pensar que aos processos de não-retenção estão associados à ideia de facilitismo?

Eu creio que...realmente...eu também acho que não. É assim, hoje infelizmente parece que se trabalha para os números. A pressão que se tem por parte dos órgãos diretivos, mesmo até da tutela...é que realmente os níveis de retenção sejam cada vez menores. Muitas vezes isso não quer dizer que seja igual ao sucesso. Eu creio que não...não

estão associados ao facilitismo. Eu creio que é mais criar-se a ideia de não ser retido ou os números que apontam para o sucesso...ham...aliás, nós, o corpo docente está mais preparado para lidar com estas situações da não-retenção. O trabalho colaborativo, muitas vezes temos a ideia de que a Matemática e que o Português são disciplinas mais importantes do que as expressões. Ham...e eu creio que não, que havendo um trabalho colaborativo de grupo mais sustentado que nos permitia um sucesso efetivo. E não estarmos a pensar que os números são os mais importantes. É um problema de organização e não de facilitismo.

- Do seu ponto de vista, ideia ou pressuposto de retenção/ não-retenção é uma discussão e, até uma política relevantes? Faz sentido?

É, eu acho que sim. Acho que é apontar novos desafios é sempre importante. Agora é realmente um problema, como docente preocupa-me bastante. As dificuldades muitas das vezes são de diferentes origens e é preciso realmente é preciso procurar e trabalhar para saber o porquê da dificuldade e a origem do problema. Muitas das vezes é por questões familiares, tem muito peso. Hoje sabemos que as famílias destruturadas são cada vez mais. E as crianças é que sofrem, principalmente nas aprendizagens.

- Considera que desenvolver um processo de retenção é fácil ou difícil? Nos casos que conhece ou conheceu, a ideia de retenção justificou-se?

Eu considero que é difícil. Olhe é assim, ao longo dos anos...para mim a retenção é um ano que me deixa...no final do ano...a última vez que tive com um 4.º ano acabei por reter alunos. E no final do ano fiquei com aquela...a mim custa-me imenso reter os alunos. Eu acho que o terem ficado não trouxe aspetos positivos, não compensou. Foram alunos do 4.º ano eu entendi que não estavam preparados para agora parece que estou a entrar um bocadinho em contradição, porque sendo eu contra as retenções...que não devia reter. Mas também senti que não estava a ser justo e correto, entendi que os alunos não estavam preparados para mudar de ciclo. É completamente diferente.

- Que mudanças é que a ideia de não-retenção traz ao nível do trabalho dos professores, da estruturação do Sistema Educativo, da Escola e da própria profissão do docente?

Isso exige claro que haja meios. Quer humanos, quer materiais, que haja meios ao nível das infraestruturas para podermos trabalhar essas turmas. Por exemplo, que os anos letivos não sejam estanques, ou seja, começa em setembro e acaba em junho ou julho, para aqueles alunos que precisam de mais tempo para desenvolver aquelas competências, isso exige logo que haja alterações, a nível de horário e salas. Haver um

apoio mais individualizado, até mesmo fora da sala de aula, aos alunos que mostram mais dificuldades. Ou até mesmo esse grupo que tem mais dificuldades frequentar uma turma do ano anterior para ajudar a colmatar as dificuldades. As nossas escolas ainda não estão preparadas para agrupar estes grupos de nível se é que se pode chamar assim.

- A não-retenção atende mais às expectativas dos professores, dos pais/ encarregados de educação, da sociedade em geral?

Ham...digamos que aos encarregados de educação, sem dúvida, não é?! Se bem que ainda existem encarregados de educação que dizem que se o seu filho tiver que ficar que fique. Eu penso que é um bocadinho de todas...tanto aos professores, como aos encarregados de educação como a sociedade em geral. Eu creio que o termo retenção é sempre uma coisa que é rotulada, não é um aspeto positivo.

- Nas suas práticas letivas, algum aluno já ficou retido? Ou teve algum aluno retido? Se sim, como incluiu o aluno retido na turma? Utilizou algumas estratégias para a inclusão do mesmo? Adotou os procedimentos legais previstos para o efeito? Quem mais foi envolvido no processo?

Sim, já recebi, já tive na minha turma alunos retidos e já retive. Bom, numa escola...no caso o aluno integrou-se muito bem na turma, até porque conhecem-se, brincam no intervalo, há sempre um período de adaptação. No caso mais recente, integrou-se muito bem, não teve dificuldades. Claro que eu tive mais atento...há alunos que ficam porque não adquiram determinadas competências e há outros que ficam, mas não tem a ver com isso. Imagine um aluno que veio do estrangeiro, pronto...esse aluno não tem problemas de dislexia, nem nenhum problema de aprendizagem. Apercebeu-se que ainda não tinha desenvolvido alguns aspetos a nível da linguagem e que o prejudicava nas aprendizagens e achámos por bem o aluno ficar. Mas ele integrou-se muito bem. Claro que há sempre uma apreensão e uma rotina a ser cuidada. Naquele caso, neste caso particular e na minha experiência foi só o professor. Quando é um aluno que está abrigado ao nível do 54, é diferente temos de recorrer à colega de apoio especial.

- Teve em atenção as maiores dificuldades do aluno retido durante as suas práticas letivas?

Sempre. É assim...sempre...os alunos...eu sei que temos que valorizar e muitas vezes premiar o mérito. Um aluno que se esforça que trabalha que é valorizado, pontual...temos que o valorizar. E temos também que distinguir..., mas olhe, nós preocupamo-nos sempre um bocadinho mais com aqueles que têm dificuldades. Esses têm sempre um pouco de nós mais atenção. Isso faz parte da minha prática letiva.

- Na sua opinião, quais são os principais fatores que levam à retenção dos alunos?

Pois, na minha opinião...é não atingir as competências e quando há situações graves...sendo eu contra, só em última estância é que pondero a retenção. Normalmente em final de ciclo. Falta de assiduidade, se eles não estão na escola não há como eles atingirem as competências. Digo-lhe...pela falta de acompanhamento das famílias e pelas próprias expectativas baixas que as famílias colocam na escola...tudo isso se transmite, os miúdos são um pouco mais desleixados, são despreocupados com o material. Mesmo ao nível de produção do trabalho...é fundamental a prática de conhecimentos, no final do ano letivo têm de atingir as competências essenciais.

- Com a medida de não reter os alunos, pretende adaptar alguma estratégia nas suas práticas letivas? Se sim, explique quais são as estratégias e o porquê das suas escolhas.

Sim, nós temos sempre algumas estratégias que adaptamos para esses alunos...nomeadamente dar-lhes mais tempo para fazer as tarefas, procurar adaptar os materiais, ao nível da concretização, por exemplo. Baixar um bocadinho grau de exigência... muitas vezes um pequeno progresso para estes alunos é uma vitória e nós temos que valorizar, não é?!

- Considera que o acompanhamento prestado aos alunos com mais dificuldades poderia melhorar? De que forma?

Pois...nós achamos sempre que podemos melhorar (riso). Nós professores achamos que é sempre possível fazer melhor. Se tivermos uma professora de apoio a tempo inteiro para nós e às vezes se tivéssemos duas, às vezes não iria ser descabido. Eu considero que sim que podemos fazer mais, quer em recursos humanos, quer em recursos materiais. Aquelas salinhas que eles podiam ter apoio individualizado e haver um trabalho colaborativo entre colegas.

- Tendo em conta as suas perspetivas profissionais, considera ser possível reduzir as taxas de retenção sem facilitar as aprendizagens e avaliações aos alunos? De que modo?

Não é facilitando que nós vamos acabar por...temos de adaptar...adequar...portanto...adequando arranjando novas estratégias. Digamos que indo mais ao encontro das necessidades dos alunos, muitas das vezes os alunos precisam de uma explicação adicional...são aspetos que facilitam e que ajudam. E há pequenos progressos nesses alunos são para eles e para nós grandes vitórias.

- O que entende por sucesso e por insucesso escolar? Quais as suas causas, efeitos e consequências nos alunos, no sistema e na sociedade?

Pronto...(risos)...isto para mim, o sucesso é que o aluno consiga desenvolver as suas capacidades. É suposto que os alunos possuam e estejam preparados no final de ciclo com as competências necessárias em todos os aspetos. Não só em termos académicos como também sociais e cívicos. Tudo o que seja um desenvolvimento global. Um aluno que seja responsável, sensível nas relações humanas...no fundo é ser um todo, ser uma pessoa completa. Digamos que não é só desenvolver um aspeto científico vá. Penso que transmite a ideia. Ham...para o sucesso...as causas do sucesso são sempre ótimas, porque há autoconfiança dos alunos, a autoestima, faz bem aos alunos. Sente-se mais seguro, é capaz de arriscar um bocadinho. Um aluno mais participativo é mais autoconfiante. O sucesso é sempre bom. Agora o insucesso acho que é preciso também...que haja um trabalho pela nossa parte...qualquer aluno...devem ser sempre alunos que nos preocupam, devemos estar atentos a esses...Muitas vezes há miúdos que fazem sempre mal, referem que fazem tudo mal...até às vezes são capazes de estar a copiar os desenhos, por exemplo. Há miúdos que desenham...até as cores, acho isso redutor. Aquele aluno precisa de um empurrão a meu ver. Temos de dar reforço positivo a esses alunos. Claro que aos outros também, mas estes necessitam de uma especial atenção.

- No seu entender e com a sua experiência profissional, acha que o sucesso/insucesso escolar estão associados à ideia de retenção/ não-retenção escolar? Ou seja, na sua perspetiva, que relação estabelece entre sucesso/ insucesso e entre retenção e/ou não-retenção?

Eu creio que sim. Na prática diária o sucesso e o insucesso está interligado com a retenção escolar. Um aluno que não tem sucesso está associado à retenção. As retenções que vão surgindo são alunos que não obtiveram sucesso.

- Que estratégias pedagógicas desenvolve nas suas práticas letivas para a otimização do sucesso escolar dos alunos?

Olhe pronto...nós procuramos diversificar as atividades, torná-las mais atrativas, procurando novas estratégias...isso passa por diferentes atividades. Nomeadamente, por exemplo, a música. É tão importante a Matemática como as expressões, como lhe disse no início. A Expressão Plástica, a Educação Física. A partir de uma aula de Educação Física podemos trabalhar a Matemática, por exemplo as figuras geométricas. Pode ser o ponto de partida de uma aula atrativa. Em que os alunos de uma forma prática, muitas vezes tão mais focados...as aulas expositivas são sempre mais chatas.

Quando há alguma coisa que nos desperta torna-se mais interessante. A capacidade de concentração dos alunos é muito redutora nestas faixas etárias. Portanto, é necessário haver uma diversificação de atividades, de forma a captar a atenção dos mesmos. Trabalho colaborativo e a pares, muitas vezes naqueles grupinhos...é nos pequenos grupos é que às vezes há uma competição exagerada para atingir melhores resultados. São atividades que no 1.º ciclo promovem o sucesso dos alunos e desenvolvem.

- Pretende acrescentar alguma ideia que considere relevante, para além das apresentadas ao longo da entrevista?

Não, acho que as perguntas foram pertinentes e muito bem exploradas. Eu enquanto professor fui mudando a minha perspectiva com a minha experiência. A prática são os anos e as experiências que vamos vivenciando que nos fazem mudar de ideias. A retenção não é tão benéfica como se pensa. Há casos em que uma retenção pode ser benéfica, mas sinceramente acho que não que não traz benefício nenhum. Acho que uma coisa que poderia ser alterada era o período em que o aluno está retido, não estar um ano letivo inteiro, poderia ser mais 3 meses e prosseguir para outro nível. Mas é a legislação que está em vigor. É com trabalhos como o seu que se pode elucidá-los no sentido de perceberem muitas vezes esta problemática. Porque não é com pessoas que nunca trabalharam nas escolas que fazem as leis...a prática é completamente diferente da teoria. Grande parte das coisas que vivenciamos não tem nada a ver com a teoria. Elaboramos documentos que são exigidos e que não olhamos mais para eles durante o ano, sabemos que aquilo não é exequível. Cumprimos o que nos foi pedido, mas na prática não são aplicados. O professor quer é dar aulas e não estar ali nas burocracias, queremos é ensinar. Pronto...não tem que agradecer. Desejo-lhe tudo de bom e que tudo corra bem consigo. Ora essa, com licença.

Apêndice 17- Transcrição da entrevista da professora Elisa (Viseu)

Data: 19/10/2021	Entrevista: Videoconferência Zoom
Hora de início: 20h	Duração: 1h06

- Qual é a sua idade?

64.

- Que habilitações académicas possui? Quantos anos de serviço tem?

Portanto, tenho o curso astério primário depois tirei Licenciatura em Supervisão. Aí filha...eu fiz 40 anos de serviço no dia 12 deste mês.

- Há quanto tempo trabalha nesta escola?

Praí...há 16 anos ou 18 anos...16 anos.

- Qual é o ano de escolaridade que está a lecionar este ano?

3.º ano.

- Possuí algum conhecimento formal ou legislativo sobre a não-retenção escolar, e os seus propósitos ao nível do sistema e da educação em geral?

Temos informação dos normativos que estão em vigor...o 54 que...pronto não deixa reter as crianças assim de qualquer maneira, todos têm que atingir os conhecimentos e todos têm que atingir as suas metas, baseado no 54.

- É a favor da retenção ou da não-retenção escolares? Por que razão?

Depende...depende...ham...eu sou a favor de não reter. Mas para não reter, eu acho que as crianças têm de ter pelo menos os conhecimentos mínimos. E no 1.º ano, vou lhe falar do 1.º ano de escolaridade. É aquele ano chave em que a criança deve aprender a ler e a escrever. Ham...e deve aprender os conhecimentos básicos de Matemática...Estudo do Meio... de acordo com a idade deles. Mas para mim a parte mais importante no 1.º ano é a leitura e a escrita. Eles passam todos de ano no 1.º ano, só no 2.º ano é que nós podemos reter. Mas para reter temos de estar muito bem documentados sobre as aprendizagens dos alunos. E...e uma criança que realmente chega ao final do 1.º ano e não sabe ler, muitas vezes alguns nem conhecem as letras...ela não vai fazer nada para o 2.º ano. Depois vai ter que acompanhar e vai ter de estar inserida numa turma de 2.º ano, onde as aprendizagens a ela não lhe dizem nada, as aprendizagens de 2.º ano. Portanto, nessa altura eu acho que era mais vantajoso a criança ser retida logo ali, se não consegue. Agora, o ideal é que todas as crianças aprendam sem ser retidas, mas para isso também acho que os alunos têm...eu falo no 1.º ciclo...têm um currículo muito extenso, agora exigem muito deles. Exigem aprendizagens que muitas vezes não estão ao nível deles, é muita matéria...muito conteúdos para lecionar. O que muitas vezes acontece é que não se dá tempo à criança e não conseguem aprender todos de igual forma...são todos diferentes... todos têm um ritmo de aprendizagem diferente. Se houvesse menos conteúdos a lecionar, se calhar era mais fácil, mais vantajoso para estes que não conseguem fazer as aprendizagens ao longo daquele ano. Os meninos que entram com 5 anos, não têm o mesmo nível de

maturidade que os meninos que entram com 6 ou 7 anos. É um esforço muito acrescido para eles acompanhar a turma.

- É legítimo pensar que aos processos de não-retenção estão associados à ideia de facilitismo?

Não, eu acho que não que não é o facilitismo. Eu acho que a não-retenção muitas vezes está ligado a não traumatizar o menino, dar tempo...e assim tem 3 anos para fazer os planos de recuperação...para se verificar o que é que eles conseguem atingir. Quem pensa que os meninos não devem ser retidos, estão a pensar em dar oportunidade àquela criança para não ficarem traumatizados e verem os coleguinhas passar e eles ficarem para trás. As turmas muito grandes dificultam este trabalho. Só quando se faz um acompanhamento individualizado é que se tem noção das dificuldades, défice e as falhas daquelas crianças e só com turmas mais pequenas é que é possível fazer um acompanhamento assim. As crianças precisam de mais tempo para fazer certas aprendizagens. Muitas vezes isso não acontece, o tempo é o mesmo, as crianças passam, mas as dificuldades ficam lá. Como erros ortográficos, frases mal escritas, textos que nem sabe fazer...então ao nível da leitura e compreensão...é uma desgraça. Também há muita falta de acompanhamento...há muitos alunos em casa que não têm.

- Do seu ponto de vista, ideia ou pressuposto de retenção/ não-retenção é uma discussão e, até uma política relevantes? Faz sentido?

Faz...faz sentido...faz sentido, porque para reter temos realmente ver se é necessário reter aquela criança, se aquela criança não irá aprender mais no ano seguinte. Será que se eu vou reter um aluno que já tem alguns conhecimentos, será que ele no ano seguinte vai conseguir acompanhar a turma? Agora tenho outro aluno que os conhecimentos dele são muito baixos, são mesmo mínimos...será que não é melhor este menino ficar, não irá amadurecer, o que é que é melhor para aquela criança?! Cada aluno é um caso, mesmo quando se pensa reter as crianças há muitos documentos...vão para as psicólogas, terapeutas...é muito, muito papel...muito mesmo. Para tudo é preciso papeis e relatório. Mas eu costumo dizer que as crianças não aprendem com papeis, mas sim com tempo na sala de aula e com o tempo que lhe damos, com os materiais que disponibilizamos, com as estratégias que utilizamos para cada um. É preciso haver um ensino especializado para cada um deles, para isso é preciso haver recursos humanos, recursos materiais e, acima de tudo tempo. Eu vejo assim...aprendizagem é aquilo que nós damos aos nossos alunos, os meios e o recursos que utilizamos para que eles consigam alcançar as aprendizagens.

- Considera que desenvolver um processo de retenção é fácil ou difícil? Nos casos que conhece ou conheceu, a ideia de retenção justificou-se?

É difícil...é muito difícil e dá muito trabalho. Não dá trabalho nenhum é não reter. O que dá trabalho é reter, tenho que saber porque é que vou reter. E antes de reter dá trabalho que é para não reter...e depois acabo por reter, porque muitas vezes é muito triste e até desmotivante, é muito desagradável. Nos casos que conheço a retenção justificou-se. Posso falar do meu caso pessoal, não fiz muitas retenções nas minhas turmas...talvez, porque tenho tido sorte nas turmas que tenho tido. Nunca, não tido assim casos...talvez tenha retido aí 2 a 3 alunos. Mas realmente não é agradável reter um aluno e quando vamos reter um aluno torna-se frustrante. Para reter um aluno é porque um aluno não consegue acompanhar minimamente, ou seja, não tem bases nenhuma, por exemplo na leitura. Eu já tive fases que tive de reter num 2.º ano e na fase final no 4.º ano, porque não adquiriram competências mínimas para poder acompanhar o ano seguinte...é preferível ficar, é mais benéfico. Não é reter por reter, só porque não adquire algumas aprendizagens...é porque não tem conhecimentos mínimos. Mas os meninos que retive, tive a preocupação de saber deles no ano letivo seguinte e notava-se progressões nos alunos, portanto justificou-se.

- Que mudanças é que a ideia de não-retenção traz ao nível do trabalho dos professores, da estruturação do Sistema Educativo, da Escola e da própria profissão do docente?

A não-retenção o que traz eu já lhe disse só...só...só papeis e mais papeis, só fazer fichas para ali, fichas para acolá...pegar nos domínios e vamos ver quantos domínios esta criança vai atingir e quantos objetivos vai atingir. É só burocracia, portanto...a nível da estrutura da sala de aula tem que fazer com que o professor faça o pino. O professor sozinho numa sala de aula, não consegue fazer o pino. O professor tem de arranjar estratégias individualizadas para dar apoio aqueles meninos. O que é que acontece?! Muitas das vezes as turmas são grandes e o professor não se consegue desdobrar para acompanhar aquele grupinho de alunos. Por isso é que digo que o professor tem de fazer o pino, era preferível retirar papeis para os professores poderem ter tempo para preparar muito bem as suas aulas, preparar materiais e estratégias. É preciso apoios educativos e que esses apoios educativos trabalhem colaborativamente com o professor. Eu costumo dizer que fecho a porta da sala, mas levo os alunos comigo em pensamento para pensar que estratégias tenho de aplicar para conseguir com que aquele aluno alcance as competências necessárias. E isso é muito, muito complicado.

- A não-retenção atende mais às expectativas dos professores, dos pais/ encarregados de educação, da sociedade em geral?

Ham...os pais ficam todos felizes que os filhos não sejam retidos e a sociedade em geral também. Eles se sabem à partida os filhos não são retidos, aí vai facilitar aos pais aquele acompanhamento que os filhos precisavam em casa. Às vezes digo que 15 minutos era o suficiente para aquele aluno atingir o que é necessário em sala de aula. Mas isto, muitas vezes não acontece, porque muitos pais não têm este culto de aprendizagem que realmente a escola é um sítio para aprender. Isto são pequenas estratégias a adotar desde o 1.º ciclo...eu até diria desde a pré. Mas também sei que os pais cada vez têm menos tempo. Portanto, para a maioria dos pais é ótimo. Mas para os professores não é tão ótimo assim. Às vezes sabemos que aquele aluno não é retido, mas o aluno não vai conseguir acompanhar a turma e só vai atrapalhá-la, porque ele tem de acompanhar o grupo. Se fosse retido e fosse para outra sala, era diferente. Agora quando está dentro da sala de aula e está a ouvir conteúdos completamente diferentes, não é de todo benéfico para o aluno.

- Nas suas práticas letivas, algum aluno já ficou retido? Ou teve algum aluno retido? Se sim, como incluiu o aluno retido na turma? Utilizou algumas estratégias para a inclusão do mesmo? Adotou os procedimentos legais previstos para o efeito? Quem mais foi envolvido no processo?

Já, já, mas poucos. Sim, sim, também já recebi alunos de outros colegas. Os procedimentos legais é o Decreto-Lei é o 54 que é para esse efeito. A nível humano, portanto, eu tinha uma turma muito humana...os alunos eram muito humanos...foi muito fácil de integrar o aluno. Essas crianças precisam de muito acompanhamento e precisam de muita ajuda e...até mesmo aceitação. No processo de integração trabalhei em conjunto com a professora de educação especial e com os pais da criança.

- Teve em atenção as maiores dificuldades do aluno retido durante as suas práticas letivas?

Sim, as tais atenções tive colmatando as dificuldades que o aluno tinha ao longo do ano, para que o aluno tivesse maior sucesso nas aprendizagens.

- Na sua opinião, quais são os principais fatores que levam à retenção dos alunos?

Oh filha...é o que eu já referi...é que os meninos não conseguem atingir os objetivos, não conseguem ler, falta de atenção e muitas vezes...muitos desses alunos não conseguem superar essas dificuldades, porque também não têm acompanhamento em casa, acompanhamento a retaguarda. É muito importante as crianças saberem que a escola é um local de trabalho e eles têm direito e têm deveres. E os deveres dos

alunos...os deveres dos alunos é estudar, é empenhar-se um pouco no trabalho deles. Qual é o trabalho deles?! É estudar, ponto. Tem de haver um esforço em casa também. Nem sempre é fácil. As grandes retenções dos alunos e alunos com grandes dificuldades, deve-se à falta de acompanhamento em casa e também na escola. Devido à falta de recursos humanos e falta de tempo para os conteúdos enormes que os alunos têm de saber. Todos nós precisamos de tempo.

- Com a medida de não reter os alunos, pretende adaptar alguma estratégia nas suas práticas letivas? Se sim, explique quais são as estratégias e o porquê das suas escolhas.

Eu para não reter, costumo dizer todos os dias...para não reter os alunos, eu todos os dias tenho de sair da minha sala de aula com a noção exata que os alunos conseguiram aprender. Porque se eu sair convencida que dei um conteúdo hoje e que amanhã posso dar outro, porque aquilo ficou...não, não ficou nada. Eu tenho que lá ir mais uma ou duas vezes, até aquilo ficar bem. Eu costumo dizer que tenho que amará-lo, os conteúdos.

- Considera que o acompanhamento prestado aos alunos com mais dificuldades poderia melhorar? De que forma?

Sim, um aluno com um ensino individualizado e com novas estratégias...mostrar aos alunos que..., mas é mesmo individualizado. Porque há alunos que só conseguem ultrapassar as dificuldades, porque não têm todos as mesmas capacidades. O cognitivo das pessoas não é igual, certo?! Cada um tem o seu ritmo e a atenção não é a mesma. Portanto, há pessoas que são mais dotadas para a Matemática, para o Português, para as Artes...é tudo diferente, ou seja, até o desenvolvimento é diferente. Portanto, se todos...se realmente os alunos têm dificuldades se lhes mostrarmos onde realmente eles erram e porque erraram. Acho que é muito importante levar os meninos a compreender, a pensar. Eu acho que dessa maneira é que se consegue ultrapassar as dificuldades dos alunos. Porque muitas vezes a dar fichas...como é que ele vai fazer uma ficha se ele não sabe fazer?! Quando se dá uma ficha temos de saber se o aluno souber fazer. Eu nunca vi vantagem nenhuma disto, dar fichas de trabalho e até mesmo fichas de avaliação. Eles vão fazer, mas eles vão errar. É muito mais vantajoso eu me sentar ao pé dele e explicar os conteúdos. Então depois sim, aplicar algo para ver se o aluno aprendeu com o meu trabalho.

- Tendo em conta as suas perspetivas profissionais, considera ser possível reduzir as taxas de retenção sem facilitar as aprendizagens e avaliações aos alunos? De que modo?

Ham...o facilitar as aprendizagens...eu não acho que é facilitar as aprendizagens, pois a aprendizagem nunca deve ser facilitada. Agora o que eu acho é que os currículos devem ser...devem ser, não devem ser tão extensos. Ou seja, não devem ser tantos conteúdos para os níveis de ensino, menos conteúdos. Eu dou-lhe um exemplo, no 4.º ano eu já cheguei a dar conteúdos que se davam no 6.º ano. Como é que uma criança do 4.º ano tem as mesmas capacidades de aprendizagem que um aluno do 6.º ano?! Então porque é que eu no 4.º ano, eu ando a lecionar conteúdos abstratos?! A uma criança de 8 ou 9 anos. Isso no meu entender não faz sentido. Aí sim, reduzir e dar os conteúdos que realmente são necessários e essenciais para que a criança consiga prosseguir. Mas dentro dessa regressão eu não acho que se facilite as aprendizagens. A aprendizagem nunca pode ser facilitada, a aprendizagem tem de ser com rigor. As crianças têm que entender que têm que aprender. Agora os conteúdos deviam ser menos para que nós tenhamos mais tempo de nos deborcarmos e dar-nos mais tempo aos conteúdos e desenvolvê-los na sala de aula e, chegar aos alunos com mais dificuldades de aprendizagem. Aí sim...aí eu acho que isso é muito importante. Assim como, a quantidade de alunos por turma. Uma turma com 25 ou 26 alunos, não pode ter o mesmo acompanhamento que uma que tenha 20 ou 18. Se tivermos menos alunos na turma conseguimos chegar a eles de uma maneira diferente. Turmas muito longas não ajuda a colmatar as dificuldades dos alunos com mais necessidades...Isso é impossível.

- O que entende por sucesso e por insucesso escolar? Quais as suas causas, efeitos e consequências nos alunos, no sistema e na sociedade?

O sucesso...muitas vezes nós dizemos que uma criança teve insucesso...é muito relativo. Porque até pode ter sucesso...é muito relativo. Eu não posso dizer que o aluno A teve sucesso e teve muito bom a tudo e, não posso dizer que o aluno B teve menos sucesso, porque é um aluno suficiente. O alunos suficiente também teve sucesso. Quando falo em insucesso falo de um aluno que teve negativa. Nessa perspetiva ele teve insucesso nas aprendizagens, mas ele não tem insucesso nunca a tudo. Pode ser bom numa área e menos bom noutras, nunca teve insucesso a tudo. Ou seja, não posso dizer que o aluno teve apenas insucesso, não posso ver o aluno como negativa. Não consigo...eu acho que é difícil definir estes dois termos. Porque o insucesso é quando realmente nós não conseguimos atingir nada, nada daquele aluno. Mas o aluno consegue sempre atingir algo, não é?! O insucesso e o insucesso eu acho que não existe. Existe alunos menos bons, alunos que realmente têm algumas dificuldades e precisam ser trabalhadas em determinadas áreas. O sucesso as causas, os efeitos...um aluno com sucesso está feliz, está motivado. Um aluno que realmente sinta que é

incapaz, eu acho que isso não é muito bom. Tem de se dar reforço positivo para que aquela criança realmente, consiga ultrapassar as dificuldades, de forma a ganhar alguma motivação.

- No seu entender e com a sua experiência profissional, acha que o sucesso/insucesso escolar estão associados à ideia de retenção/ não-retenção escolar? Ou seja, na sua perspetiva, que relação estabelece entre sucesso/ insucesso e entre retenção e/ou não-retenção?

Não...não. Portanto, a não-retenção é se o menino passa é porque realmente ele tem sucesso. Pronto. Ham...o insucesso com a retenção uma criança muitas vezes é retida e sabe que vai ser retido, porque não consegue atingir algo. Mas se for uma criança que foi tratada pela positiva, com reforço positivo com a intenção de que vai melhorar eu acho que aí...a criança não se sente incapaz de. Portanto, se formos analisar a retenção está interligada com o insucesso, se é retido teve insucesso. Portanto, retenção-insucesso e não-retenção-sucesso. Mas muitas vezes, o insucesso...não podemos ver um aluno com insucesso a 100%. Um aluno que realmente que teve insucesso é porque teve mau a tudo, não é porque teve insucesso em alguma coisa. Não vejo muito por aí.

- Que estratégias pedagógicas desenvolve nas suas práticas letivas para a otimização do sucesso escolar dos alunos?

Apoio individualizado, estratégias a adotar para colmatar as dificuldades dos alunos. Depois das estratégias adotadas em sala de aula, é que realmente posso dar uma ficha ao aluno para ver se realmente aquele conteúdo ficou compreendido. A partir daí temos fichas de trabalho, fichas de reforço para a consolidação da matéria.

- Pretende acrescentar alguma ideia que considere relevante, para além das apresentadas ao longo da entrevista?

Não...a única ideia de que realmente eu sempre defendi que no 1.º ano de escolaridade seria o ano, apesar de as crianças serem muito pequenas. Quando um aluno num 1.º ano não consegue, tem todos os apoios e mais alguns e não consegue de maneira nenhuma ler. Então sim, para que é que vamos passar esse aluno para o 2.º ano se no final do 2.º ano temos de o chumbar, porque ele não adquiriu as aprendizagens. O importante é o aluno poder acompanhar a turma e se não tem as aprendizagens mínimas não o consegue fazer. Muitas das vezes as retenções no 2.º ano, não dizem respeito ao 2.º ano, dizem respeito ao nível do 1.º ano. Isto acontece, porque a própria lei que está em vigor não deixa que os meninos chumbem no 1.º ano. Eles são retidos no 2.º ano, porque andaram a trabalhar conteúdos de 1.º ano...isto para mim não faz

sentido, não faz, nunca fez. Se lhe fui útil, também lhe fiz por isso. Desejo-lhe muitas felicidades.

Apêndice 18- Transcrição da entrevista da professora Lisa (Açores)

Data: 13/10/2021	Entrevista: Presencial
Hora de início: 11h45	Duração: 19.06 min

- Qual é a sua idade?

53, mas amanhã já tenho 54, por isso já podes dizer que tenho 54 (risos).

- Que habilitações académicas possui? Quantos anos de serviço tem?

Tenho Licenciatura, fiz primeiro bacharelato, mas depois já fiz a Licenciatura em Pós-Laboral. Tenho 32 anos de serviço.

- Há quanto tempo trabalha nesta escola?

Aaa...nesta comecei em 94, já há 27 anos.

- Qual é o ano de escolaridade que está a lecionar este ano?

3.º ano.

- Possuí algum conhecimento formal ou legislativo sobre a não-retenção escolar, e os seus propósitos ao nível do sistema e da educação em geral?

Sim, conheço. Não posso dizer que é muito aprofundado, mas conheço as linhas gerais que é para saber se devo reter ou não reter.

- É a favor da retenção ou da não-retenção escolares? Por que razão?

É assim...reter por reter só não. Mas eu acho que uma criança quando está com grandes dificuldades e avança para outro ano e...sempre a arrastar como se costuma dizer, não é benéfico para a criança. Porque a criança nunca trabalha ao nível da sua turma e depois acaba também por se sentir mal. Eles acabam por aceitar melhor o ficar, porque depois fazem amigos noutra turma da mesma maneira, pois sente-se melhor quando estão adaptados ao nível de conhecimentos. Eu fiz retenções no ano passado, fiz 3, porque aquelas crianças estavam naquela altura a aprender a ler. E de que é que lhes servia ir para um 3.º ano sem ter estas bases. Então ficaram de forma a rever os conhecimento daquele nível de ensino, nomeadamente os casos de leitura e a técnica de leitura. Não há retenções no 1.º ano e devia haver, porque uma criança que não aprende as letras no 1.º ano, às vezes é falta de maturidade e se ficasse mais um aninho já ia mais fácil o resto do percurso escolar.

- É legítimo pensar que aos processos de não-retenção estão associados à ideia de facilitismo?

(risos) Isso é muito ambíguo, não-retenção se é para facilitar?! Talvez, eles falam na não-retenção de uma maneira que todos fazem alguns progressos e todos evoluem sempre alguma coisa e que se deve trabalhar ao nível das crianças e ao ritmo. Mas isso na teoria é bonito, mas na prática não é muito fácil. Aaa...e eu acho que na não-retenção eu penso que não é bem no sentido de facilitar, mas é no sentido de não traumatizar..., mas acho que está mais no sentido de não traumatizar. No entanto, acho que as crianças ficam mais traumatizadas a ver que não conseguem fazer o que os outros fazem, do que se ficassem retidas.

- Do seu ponto de vista, ideia ou pressuposto de retenção/ não-retenção é uma discussão e, até uma política relevantes? Faz sentido?

Faz, eu acho que tem de se debater para chegar à conclusão do que é melhor, do que é mais benéfico se é reter ou não reter.

- Considera que desenvolver um processo de retenção é fácil ou difícil? Nos casos que conhece ou conheceu, a ideia de retenção justificou-se?

Aí...é difícil, é mais fácil um professor passar toda a gente do que entrar num processo de retenção. Além dos problemas de consciência que isso causa cá dentro de nós. Nos casos em que eu tive de fazer, não é?! Justificou-se.

- Que mudanças é que a ideia de não-retenção traz ao nível do trabalho dos professores, da estruturação do Sistema Educativo, da Escola e da própria profissão do docente?

Assim, a não-retenção acaba por dificultar a vida um bocado aos professores. É muito complicado estar a trabalhar com um grupo em que há alunos com nível muito bom, um grupo que está a nível médio e um grupo que está abaixo do nível médio. Eu tive uma vez numa freguesia uma turma com 5 níveis e eu fazia 5 planificações. É muito complicado, eles saiam da sala de aula e eu ficava chorando na secretária, porque eu sabia que não estava a fazer suficiente...depois até cheguei a bom porto, mas no princípio foi muito complicado.

- A não-retenção atende mais às expectativas dos professores, dos pais/ encarregados de educação, da sociedade em geral?

Dos pais e da sociedade. Porque quem não está por dentro do sistema é que acha que a não-retenção é benéfica, quem está por dentro do sistema acha sempre que quando há necessidade não é reter por reter, mas que não se justifica que a retenção é benéfica.

- Nas suas práticas letivas, algum aluno já ficou retido? Ou teve algum aluno retido? Se sim, como incluiu o aluno retido na turma? Utilizou algumas estratégias para a inclusão do mesmo? Adotou os procedimentos legais previstos para o efeito? Quem mais foi envolvido no processo?

Ao longo destes 32 anos, já ficaram vários e mesmo agora com esta política no ano passado ficaram 3. Só que isso depois foram avaliados pelo psicólogo, pela equipa de educação especial...aaa...depois a equipa de educação especial levou a pedagógico, falou no Conselho Executivo e depois acabou por ser uma decisão desses órgãos todos. Depois chegaram ao consenso que as retenções eram benéficas, só depois é que se partiu para a comunicação aos encarregados de educação. Já tive também alunos retidos que vieram para a minha turma. A inclusão do aluno na turma é feita através de uma avaliação diagnóstica como faço a todos os alunos. Para ver o que o aluno sabe e depois a partir do que eles já sabem vou trabalhando as dificuldades e os conteúdos, de forma também a conhecer o aluno. Não podemos colocar todos no mesmo patamar. Às vezes já tive casos que o aluno retido tinha NSE, então acabava por ter apoio de uma professora de educação especial. Outros tiveram apoio educativo só que é outro professor de apoio na sala de aula e esses retidos acabavam por ter esse apoio para validar aquilo que eles já traziam e, portanto, depois continuar. Para ele se entusiasmar para não ficar desanimado para não pensar que aquilo que não estava a fazer nada ali.

- Teve em atenção as maiores dificuldades do aluno retido durante as suas práticas letivas?

Sim, tive sempre sejam eles retidos ou não retidos. Eu já cheguei a ter alunos transferidos de outras escolas que não estava a correr bem e que mudaram e, portanto, eu tive de ter em atenção esses alunos e ver quais eram as lacunas e inculir-lhes autoestima, de forma a eles perceberem que são capazes e partir daí avançar.

- Na sua opinião, quais são os principais fatores que levam à retenção dos alunos?

Olha é...no fundo são as dificuldades, dificuldades cognitivas mesmo, mas muitas vezes podem estar associadas ao desinteresse e falta de apoio das famílias e que o aluno acaba por não pôr a valer as suas competências aquilo que ele tem. Muitas vezes é a falta de maturidade associada ao desinteresse que desencadeia isso.

- Com a medida de não reter os alunos, pretende adaptar alguma estratégia nas suas práticas letivas? Se sim, explique quais são as estratégias e o porquê das suas escolhas.

Eu tento sempre ao máximo, se eu tenho um aluno com dificuldades eu tento sempre ir de encontro aquelas dificuldades...aaa...fazer atividades de reforço um bocadinho com

eles para ver se eles acompanham o grupo. Só mesmo em último caso e se eles não me demonstrarem algum progresso e eu vir que no próximo ano letivo têm possibilidades de continuar a progredir eu não faço retenção. Só faço retenção se vejo que o aluno beneficia mais se ficar naquele ano para consolidar aquilo que já sabe. O reforço positivo, atividades de reforço de aprendizagem, exercícios diferentes para ter em conta as dificuldades. Se vejo que têm problemas de dislexia trabalho com exercícios específicos para essas dificuldades. É sempre reforço positivo e adaptar as dificuldades ao nível do aluno

- Considera que o acompanhamento prestado aos alunos com mais dificuldades poderia melhorar? De que forma?

Podia...é que para o professor titular ser sozinho é complicado, se houvesse sempre apoio educativo na sala e o professor se estivesse mais debruçado nas dificuldades dos alunos seria muito melhor e se calhar poderiam evitar as retenções. Aaa..., mas a secretaria agora diz que turmas com menos de 15 alunos não podem ter apoio educativo. Aqui não está em causa se os alunos têm muito ou poucas dificuldades, está em causa é o número de alunos que tem uma sala de aula. Eu não concordo com isso.

- Tendo em conta as suas perspetivas profissionais, considera ser possível reduzir as taxas de retenção sem facilitar as aprendizagens e avaliações aos alunos? De que modo?

É assim... nota-se cada vez mais uma preguiça por parte dos alunos para pensar, para raciocinar e uma preguiça para estudar. E isso tudo não está fácil de evitar retenções dessa maneira, se evitar é mesmo para facilitar. Eu faço provas adaptadas, por vezes faço fichas de avaliação adaptadas para os alunos com mais dificuldades. Outras vezes tem condições especiais de avaliação, tem de ter outros enunciados explicações adicionais. Aqueles que têm dificuldades tenho de ir à parte com eles fazer leitura de enunciados, dar explicações adicionais. Porque eles têm dificuldade de interpretação. Isto facilita as aprendizagens, mas às vezes não é suficiente.

- O que entende por sucesso e por insucesso escolar? Quais as suas causas, efeitos e consequências nos alunos, no sistema e na sociedade?

O insucesso não quer dizer...uma criança não tem insucesso só porque é retida, neste caso sucesso é progredir nas aprendizagens. O insucesso é não conseguir progredir, de acordo com o seu nível etário e de acordo com o seu nível de escolaridade. Mas o insucesso não leva à retenção. Porque podemos ir sempre adaptando o ensino e ir atrás de aquilo que seria suposto. As causas muita vez tem a ver com o apoio familiar, o ambiente, os estímulos daquilo que está exposto, uma criança que seja estimulada pela

família desde pequena tem outro tipo de vocabulário e outro tipo de raciocínio. Aaa...também tem a ver com os professores, o professor deve sempre valorizar as aprendizagens do aluno. Consequências?! Consequências é que os pais ficam sempre zangados com os professores, porque têm dificuldade em aceitar as dificuldades dos seus filhos, porque para eles o seu filho é sempre o maior e é, mas daí à parte cognitiva é preciso ver que há crianças com limitações. As consequências é que às vezes os pais não aceitam, a própria sociedade às vezes é mazinha.

- No seu entender e com a sua experiência profissional, acha que o sucesso/insucesso escolar estão associados à ideia de retenção/ não-retenção escolar? Ou seja, na sua perspetiva, que relação estabelece entre sucesso/ insucesso e entre retenção e/ou não-retenção?

Estão um bocado associados. No entanto, é como disse há pouco uma criança que tem insucesso não quer dizer que seja retida, mas está muito associado quem passa tem sucesso quem não passa tem insucesso. Mas às vezes passam sem sucesso, só com aquela perspetiva que poderão vir a tê-lo.

- Que estratégias pedagógicas desenvolve nas suas práticas letivas para a otimização do sucesso escolar dos alunos?

Bem...eu faço os possíveis para promover a autonomia, ensinar métodos de estudos, ensinar a estudar...aaa...atividades que envolvam a concentração e a atenção. Porque muitas vezes as crianças não têm sucesso, porque não se conseguem concentrar e não conseguem desenvolver a autonomia. E a autoestima da criança também é importante trabalhar.

- Pretende acrescentar alguma ideia que considere relevante, para além das apresentadas ao longo da entrevista?

Não eu acho que...a questão é que não concordo nada que não hajam retenções e porque eu acho que é preferível que a criança fique retida e trabalhe ao nível dos outros, do que ver-se sempre à parte a trabalhar coisas que os colegas não estão a trabalhar. Espero ter ajudado com esta entrevista.

Apêndice 19- Transcrição da entrevista da professora Marla (Açores)

Data: 15/10/2021	Entrevista: Presencial
Hora de início: 11h00	Duração: 10.48 min

- Qual é a sua idade?

47.

- Que habilitações académicas possui? Quantos anos de serviço tem?

Ham...licenciatura. Este vai ser o 21.º ano.

- Há quanto tempo trabalha nesta escola?

Desde 2000, foi sempre na mesma (risos).

- Qual é o ano de escolaridade que está a lecionar este ano?

2.º ano.

- Possui algum conhecimento formal ou legislativo sobre a não-retenção escolar, e os seus propósitos ao nível do sistema e da educação em geral?

Sim.

- É a favor da retenção ou da não-retenção escolares? Por que razão?

Da retenção. Porque não adianta andar para a frente se eles não consolidarem os conteúdos que têm anteriormente.

- É legítimo pensar que aos processos de não-retenção estão associados à ideia de facilitismo?

Ham...de uma certa forma é facilitismo. E esse facilitismo acaba por ser frustração no ano seguinte quando eles não conseguem atingir.

- Do seu ponto de vista, ideia ou pressuposto de retenção/ não-retenção é uma discussão e, até uma política relevantes? Faz sentido?

Ham...ela deixa de fazer sentido quando é aplicada a não-retenção.

- Considera que desenvolver um processo de retenção é fácil ou difícil? Nos casos que conhece ou conheceu, a ideia de retenção justificou-se?

Pois, infelizmente é difícil desenvolver um processo de retenção. Por isso muitos dos colegas não retém para não ter que justificar os tais 10% de retenção. Sim, nos casos que conheci a ideia de retenção justificou-se.

- Que mudanças é que a ideia de não-retenção traz ao nível do trabalho dos professores, da estruturação do Sistema Educativo, da Escola e da própria profissão do docente?

É frustrante para nós, é frustrante para os miúdos...mais trabalho, porque depois quando damos por nós temos 3 a 4 níveis dentro de uma sala e isso não funciona.

- A não-retenção atende mais às expectativas dos professores, dos pais/ encarregados de educação, da sociedade em geral?

(risos) Os pais, porque acham que é uma maravilha os meninos terem passado...quando na verdade eles não se querem responsabilizar por todo o processo.

- Nas suas práticas letivas, algum aluno já ficou retido? Ou teve algum aluno retido? Se sim, como incluiu o aluno retido na turma? Utilizou algumas estratégias para a inclusão do mesmo? Adotou os procedimentos legais previstos para o efeito? Quem mais foi envolvido no processo?

Já tive retidos e já retive. É igual aos outros, eu trato-os todos de igual forma e eles...aquilo é automático. Os pais é sempre um problema e, depois a burocracia e o assina papeis é sempre muito complicado.

- Teve em atenção as maiores dificuldades do aluno retido durante as suas práticas letivas?

Sim.

- Na sua opinião, quais são os principais fatores que levam à retenção dos alunos?

Ham...falta de acompanhamento dos pais. Infelizmente o programa de 1.º ciclo é demasiado extenso, porque têm se feito alterações em todos os programas menos no 1.º ciclo. E isto tem de começar de baixo para cima. E há aspetos que são demasiado exigentes, porque os alunos perderam responsabilidade, maturidade...atenção e concentração.

- Com a medida de não reter os alunos, pretende adaptar alguma estratégia nas suas práticas letivas? Se sim, explique quais são as estratégias e o porquê das suas escolhas.

Ao fim ao.... Eu não gosto de pensar assim, mas tenho que adaptar claro, temos sempre que adaptar. Eu tenho nesse caso, tenho alunos que foram retidos no ano passado e tenho alunos que deviam ter sido retidos e que pela lei não os pude reter. Então andamos aqui a tentar trabalhar todos em conjunto, só que depois o papel família não acontece. E isso a gente não consegue fazer milagres, porque eles não existem. Eles têm apoios, têm fichas adaptadas..., mas não adianta, porque depois o que se pressupõe é que eles atinjam as competências deste nível...e se for sempre adaptando não vão conseguir.

- Considera que o acompanhamento prestado aos alunos com mais dificuldades poderia melhorar? De que forma?

Pode, pode sempre melhorar. Ham...mais apoios individualizados na escola.

- Tendo em conta as suas perspetivas profissionais, considera ser possível reduzir as taxas de retenção sem facilitar as aprendizagens e avaliações aos alunos? De que modo?

Não. Porque se eu tenho um nível para atingir, eu tenho um programa para dar em x tempo, se eles não conseguirem atingir não atingem. Quer dizer é impossível, mesmo que eu adapte...adapte, eles não atingiram o que é previsto.

- O que entende por sucesso e por insucesso escolar? Quais as suas causas, efeitos e consequências nos alunos, no sistema e na sociedade?

(risos) Ham...quando se fala em sucesso e insucesso as pessoas associam sempre ao atingiu ou não atingiu. Eu vejo sucesso escolar como um bem-estar na escola, se um miúdo é feliz por estar na escola ele é um aluno de sucesso. Se ele não é feliz, então aí é insucesso para mim. Nesta fase etária elas não trazem absolutamente nada, porque o sucesso é a alegria de estar na escola, de estar a aprender. Porque quem faz o sucesso e o insucesso são os pais, eles é que incutem...tanto é que...sempre que faço testes na minha sala eu altero a disposição das mesas, cadeiras e lugares. E eu dou por mim no final de um 1.º ano os meus alunos, perguntam-me professora quando é que é teste. Eles adoram fazer testes, porque eles já sabem que vai haver toda uma estrutura de mudança na sala toda outra vez. E ainda por cima estou limitada, porque eu não posso fazer grandes blocos e fazer mudanças como fazia, por causa do COVID-19 tem de ter a distância. Mas mesmo assim ainda consigo mudar e aquilo para eles é um sucesso, eles adoram (risos).

- No seu entender e com a sua experiência profissional, acha que o sucesso/ insucesso escolar estão associados à ideia de retenção/ não-retenção escolar? Ou seja, na sua perspetiva, que relação estabelece entre sucesso/ insucesso e entre retenção e/ou não-retenção?

Sim, pela sociedade estão. Passa não passa, às vezes não interessa se...por exemplo, para mim às vezes não me interessa saber se um aluno passou ou não, interessa-me saber se é um aluno bom. E a sociedade é mais “teve negativa, mas ele passou”. Depois a gente ouve a falar parece que é um grande aluno, vai ver as notas...jesus...pronto. Só usam o passou ou não passou.

- Que estratégias pedagógicas desenvolve nas suas práticas letivas para a otimização do sucesso escolar dos alunos?

Hum...tantas. Projetos, muitas partilhas...ham...Às vezes coisas simples que eu faço que nem eu dou por isso, mas para eles foi uma alegria (risos). Autocolantes, de forma a dar muito reforço positivo. Eu gosto de estar muito envolvida em projetos, pessoas a vir a escola...envolver muito comunidade. Por exemplo, este ano vou desenvolver o clube do empreendedorismo, os heróis da fruta, o dia do pijama...pronto eu estou sempre arranjando coisas. Vou trazer um escritor à escola que é cá dos Açores.

- Pretende acrescentar alguma ideia que considere relevante, para além das apresentadas ao longo da entrevista?

Acho que o nosso sistema devia realmente repensar em programas, nesta dificuldade que nós vamos vendo hoje em dia de falta de maturidade. E...tem de se reter, porque isto é um engano da sociedade. É um desafio enorme. É sair da sala a suor mesmo. Espero ter-te ajudado e desejo-te muita sorte nesta próxima etapa.

Apêndice 20- Transcrição da entrevista do professora Filipe (Açores)

Data: 15/10/2021	Entrevista: Presencial
Hora de início: 13h30	Duração: 46.38 min

- Qual é a sua idade?

46.

- Que habilitações académicas possui? Quantos anos de serviço tem?

Licenciatura em professores do Ensino Básico e variantes do Português e Inglês, dá equivalente de lecionação de Português e Inglês até ao 6.º ano, aliás até ao 9.º ano e o Ensino Básico no 1.º Ciclo qualquer um dos 4 anos. Aaa...21 a caminho de 22, este ano faz 22 anos.

- Há quanto tempo trabalha nesta escola?

Este é o 8.º ano.

- Qual é o ano de escolaridade que está a lecionar este ano?

4.º ano.

- Possui algum conhecimento formal ou legislativo sobre a não-retenção escolar, e os seus propósitos ao nível do sistema e da educação em geral?

Não faço a mínima ideia (risos). Sei que há...não é um assunto muito abordado, há várias propostas. Eu já há 5 anos que sou coordenador deste departamento do 1.º Ciclo

como tal tenho de ir às reuniões do pedagógico e sabemos que há um incentivo, digamos assim da Secretaria Regional à semelhança do que se passa em Portugal Continental para se reter o menos possível ou pelo menos tentar que essas retenções sejam feitas ao nível do final de cada ciclo. Temos que encarar as aprendizagens do aluno, de uma forma holística e não com cada ano sendo estanque.

- É a favor da retenção ou da não-retenção escolares? Por que razão?

Eu não sou a favor da retenção a 100%, mas também não sou a favor de proibi-la completamente. Há casos e casos, há casos que nós vemos que reter...embora o aluno que se veja que ele não tem capacidade para mais ou não tem as aptidões para desenvolver mais alguma coisa. Também vemos que retê-lo mais um ano vai frustrá-lo, vai muito da personalidade do aluno. O professor titular da turma tem de conhecer muito bem os seus alunos para ver se realmente vale a pena reter. Eu tive um aluno que para mim do ano passado para este ano tinha ficado atrás, mas recebi indicações para não e para deixar ver como seria este ano letivo. Mas eu disse que conheço o aluno e sabia que não iria ser benéfico para o aluno, estamos a um mês, mas eu tenho razão. Eu acho que se tivesse decidido deixá-lo atrás teria sido melhor, neste caso. Às vezes pensamos será que vale a pena reter?! Há muitos que vale, às vezes a segunda volta no mesmo ano de escolaridade vê-se resultados espantosos. Já tive um caso que um aluno repetido era um dos melhores da turma. Às vezes é só a maturidade e um clique no aluno. A maior parte desses casos, pelo menos aqui e com a minha experiência, a maior parte dos casos esses alunos são aqueles que não tem acompanhamento por parte dos pais ou muitas vezes, nem são acompanhados pelos pais. Às vezes até os próprios alunos referem que fazem tudo sozinhos em casa. Mas depois são os primeiros que quando é para reter os alunos são contra a retenção. Depende dos casos, não sou a favor nem contra. Acho que tem de se pensar no caso específico e conhecer muito bem o aluno para se perceber se vale a pena ou não reter o aluno. Perceber também quando se recorre à retenção, o porquê de ele ter falhado, porquê de ele ter chumbado. Para dar ferramentas aos alunos para conseguirem ultrapassar o que os levou a falhar. Os professores a favor da retenção já não são assim tantos em comparação quando eu comecei a trabalhar que se recorria muito à retenção. É sempre um risco não reter, mas também é sempre um risco reter. Aqui na escola neste momento estamos a reter só mesmo em última instância.

- É legítimo pensar que aos processos de não-retenção estão associados à ideia de facilitismo?

Foi o que eu te acabei de dizer aqui há bocadinho, mais ou menos isso (risos). Sim é legítimo e eu até digo que nas escolas e experiência que eu tenho passado, acho que isso acontece mais a nível mais a nível do 2.º Ciclo para cima. E porquê?! Porque ao nível do 1.º Ciclo e eu como professor de 1.º Ciclo, é visto como uma mãe galinha, porque fazemos tudo por tudo para que eles tenham sucesso e consigam atingir as suas aprendizagens. Somos muito amigos de dar a papinha feita digamos assim. Há essa atenção...enquanto no 2.º e 3.º Ciclo já não há nada disso. Porque são mais turmas, mais disciplinas, também não há propriamente hipótese de haver esse apego. E como tal a retenção é a mesma coisa, sabes, sabes, não sabes bota para a frente. Tanto é que tu vais ver as taxas e eu julgo que no ano passado, eu não te quero mentir, mas eu julgo que no ano passado não houve nenhuma retenção no 5.º e 6.º ano. E sei que provavelmente que tinham ficado ali. Também temos de ver em que ano ou que ciclo é que vale a pena reter.

- Do seu ponto de vista, ideia ou pressuposto de retenção/ não-retenção é uma discussão e, até uma política relevantes? Faz sentido?

Sim, acho que faz muito sentido discutir sobre este assunto. Como já referi anteriormente não sou a favor nem contra, penso que depende de cada caso...há alunos que pode ser benéfico reter e há outros que pode não ser, mas lá está o professor titular tem de conhecer muito bem os seus alunos.

- Considera que desenvolver um processo de retenção é fácil ou difícil? Nos casos que conhece ou conheceu, a ideia de retenção justificou-se?

As pessoas não fazem ideia do quão difícil é reter alunos hoje em dia. É relatórios e mais relatórios e planos e mais planos...é muito difícil. Nós logo no 1.º período temos de dar conhecimento ao Conselho Executivo e aos pais se temos algum aluno que pensamos reter, de forma também a permitir que os pais estejam mais atentos no seu educando e que haja possíveis melhoramentos do processo de ensino e aprendizagem.

- Que mudanças é que a ideia de não-retenção traz ao nível do trabalho dos professores, da estruturação do Sistema Educativo, da Escola e da própria profissão do docente?

É assim a não-retenção lá está aliviaria um pouco da carga burocrática...lá está, se calhar também depende da personalidade de cada professor. Sabendo que à partida não poderá reter ninguém... Eu acho que isso faria com que a matéria fosse lecionada e encarada de outra forma, de uma forma mais aberta mais despreocupada. E ao ser mais despreocupada se calhar também seria de mais fácil absorção dos alunos e talvez seria uma vantagem. Eu acho que a não-retenção teria...muitos colegas se calhar não

concordam comigo nesse aspeto, mas eu acho que sim. O facto de entrarem e saberem eu vou dar isto não havia a preocupação de ter de cumprir os programas, nós queremos sempre passar toda a gente. Mas é impossível nas turmas tenhamos alunos todos do mesmo nível, mas temos sempre a tendência para puxar aquele aluno que está mais atrasado ou aquele que está pior, puxar esse em detrimento do progresso dos outros. Não havendo retenções vamos tentar puxá-los na mesma, mas já não há aquela pressão e medo de reter o aluno. Ao fim ao cabo a absorção dos alunos em relação aos conteúdos seria mais fácil, eu acho que sim.

- A não-retenção atende mais às expectativas dos professores, dos pais/ encarregados de educação, da sociedade em geral?

A sociedade divide-se um bocado. Há quem defenda a retenção, mas há quem não defenda. Há muitos encarregados de educação que também são assim, até mesmo quando os filhos têm notas excelentes o professor é visto como o melhor do mundo, o primeiro dia que o filho tem negativa já o professor não presta. Porque colocam a culpa no professor, nunca olham se a culpa também está nos pais e na falta de acompanhamento em casa. Para os professores...epa professor que é professor, quer sempre que os seus alunos tenham sucesso. Os alunos em si é a tal faca de dois bicos, aqueles que querem saber que querem aprender, é-lhes indiferente se ficam retidos ou não, porque querem é aprender. Aqueles que não estão muito interessados na escola se souberem que não há retenções é que vai ser pior ainda.

- Nas suas práticas letivas, algum aluno já ficou retido? Ou teve algum aluno retido? Se sim, como incluiu o aluno retido na turma? Utilizou algumas estratégias para a inclusão do mesmo? Adotou os procedimentos legais previstos para o efeito? Quem mais foi envolvido no processo?

Já retive alunos e também já recebi alunos retidos. Primeira coisa e eu felizmente os poucos que eu recebi e tenho recebido, retiveram exatamente, porque não aprenderam o suficiente para passar de ano. Eu tento acompanhar com o meu colega, aqui na escola temos a facilidade entre nós para sabermos se há alunos que iremos receber no ano a seguir, isto acontece no 3.º período. Desta forma, assim dá-nos conhecimento sobre o aluno que vamos receber. No início é isso que eu faço, tenho em consideração aquilo que os meus colegas dizem sobre o aluno, mas tento integrá-los o máximo possível. Quase sempre coloco sentado no meio da turma, antes de receber esse aluno tenho a preocupação de ter uma conversa com o resto da turma para falar com eles e dizer que é preciso integrá-lo que temos de ser amigos dele, etc. As pessoas envolvidas no processo são os meus colegas que fizeram a retenção do aluno, há casos que pode

haver a envolvimento de um professor de apoio e às vezes até os encarregados de educação.

- Teve em atenção as maiores dificuldades do aluno retido durante as suas práticas letivas?

Sim, tenho sempre em atenção as dificuldades de todos os alunos. Mas como disse há pouco os que me tiram o sono são os alunos com mais dificuldades.

- Na sua opinião, quais são os principais fatores que levam à retenção dos alunos?

Falta de maturidade por parte dos alunos, tenho 5 alunos que vieram para o 1.º ano com 5 anos e até hoje são os 5 alunos que me dão mais trabalho. Lá está pela falta de maturidade que não foi adquirida. Vem muito bebês, muito bebês (risos). Tive um miúdo que é um exemplo é um caso para rir que para ir à casa de banho tinha de ir uma auxiliar com ele, num 1.º ano. Falta de vontade de estudar, falta de hábitos de estudo para mim é a pior de todas, é a falta de hábitos de estudo. Depois também tem os alunos que têm realmente problemas a nível de aprendizagem.

- Com a medida de não reter os alunos, pretende adaptar alguma estratégia nas suas práticas letivas? Se sim, explique quais são as estratégias e o porquê das suas escolhas.

Sim, vou tentar ao máximo adaptar as minhas estratégias para chegar aos alunos. Como diversificar aprendizagens...aaa....criar atividades lúdicas para os alunos, muito apoio individualizado de forma a combater as dificuldades dos alunos, acho que isso é muito importante. Só desta forma é que se consegue combater as dificuldades dos alunos. E lá está também é importante que o professor conheça os seus alunos.

- Considera que o acompanhamento prestado aos alunos com mais dificuldades poderia melhorar? De que forma?

Podia, bastava haver mais professores de apoio. É tão simples quanto isso basta haver mais.

- Tendo em conta as suas perspetivas profissionais, considera ser possível reduzir as taxas de retenção sem facilitar as aprendizagens e avaliações aos alunos? De que modo?

Sim, sim, sim. Lá está basta os papás e as mães não entrarem em facilitismos também e fazer-se respeitar-se em casa e encarar a escola como uma instituição de aprendizagem e não como uma creche para despejar os filhos.

- O que entende por sucesso e por insucesso escolar? Quais as suas causas, efeitos e consequências nos alunos, no sistema e na sociedade?

Sucesso escolar é quando um aluno bem ou pior consegue adquirir o mínimo das competências que o aluno tem de saber. Quando sabe o mínimo desses mínimos tem sucesso escolar, não sabe, não conseguiu adquirir porque tem dificuldades, realmente é um bocado de insucesso. O aluno que tem sucesso está sempre mais motivado para estudar e o insucesso há muitos que se o professor souber leva a que o aluno tenha mais garra e puxe por si e passa por si.

- No seu entender e com a sua experiência profissional, acha que o sucesso/ insucesso escolar estão associados à ideia de retenção/ não-retenção escolar? Ou seja, na sua perspetiva, que relação estabelece entre sucesso/ insucesso e entre retenção e/ou não-retenção?

Sim, sim. Decididamente o aluno que tem sucesso tem a ideia que vai passar, o insucesso o aluno pensa que vai chumbar. Está mais que enraizado, sim.

- Que estratégias pedagógicas desenvolve nas suas práticas letivas para a otimização do sucesso escolar dos alunos?

Muito apoio individualizado, muito ensino individualizado. Vou tentado ajudar os alunos o máximo que posso, eu sou muito fã das dicas. Não é dizer como se faz, dizer como se faz não se está a ensinar o aluno. Dá-se algumas dicas para que o aluno consiga alcançar o sucesso.

- Pretende acrescentar alguma ideia que considere relevante, para além das apresentadas ao longo da entrevista?

Não é que o tema, é um tema bom. Eu espero que tenhas aí pessoal para fazer as entrevistas e que consigas chegar a conclusões e que seja mesmo implementado. Por vezes, precisamos de sangue novo salvo seja que traga ideias diferentes. O mundo está a mudar o ensino tem de acompanhar. Olha muito obrigada e qualquer coisa que precisas é só aparecer.

Apêndice 21- Transcrição da entrevista da professora Joana (Açores)

Data: 15/10/2021	Entrevista: Presencial
Hora de início: 15h00	Duração: 19.40 min

- Qual é a sua idade?

45.

- Que habilitações académicas possui? Quantos anos de serviço tem?

Licenciatura em 1.º Ciclo do Ensino Básico. Tenho 22 anos de serviço.

- Há quanto tempo trabalha nesta escola?

18.

- Qual é o ano de escolaridade que está a lecionar este ano?

3.º ano.

- Possui algum conhecimento formal ou legislativo sobre a não-retenção escolar, e os seus propósitos ao nível do sistema e da educação em geral?

Tenho conhecimento da legislação em vigor.

- É a favor da retenção ou da não-retenção escolares? Por que razão?

A favor da retenção. Aaa...para impossibilitar que as crianças transitarem para o ano seguinte não tenham conhecimentos e depois não consigam acompanhar o grande grupo da turma e eles desmoralizam e veem que não conseguem. E muitas vezes quando a escola proporciona apoio aí claro que sou a favor e há uma boa integração da criança. Quando isso acontece a nível de Português e da Matemática e não há o tal apoio por parte do ensino especial ou da escola poder facultar um professor de apoio aí é difícil para o professor titular da turma conseguir ajudar a criança e fazer com que ela se sentia também motivada e a aprender com maior sucesso. E quando não há este trabalho de equipa quer do professor titular quer dos elementos que a escola pode proporcionar, aí a retenção é a melhor medida. O aluno não está a fazer nada, porque ele não consegue acompanhar e o restante grupo desmoraliza.

- É legítimo pensar que aos processos de não-retenção estão associados à ideia de facilitismo?

Não.

- Do seu ponto de vista, ideia ou pressuposto de retenção/ não-retenção é uma discussão e, até uma política relevantes? Faz sentido?

Faz sentido, acho que tem de ser discutido, mas também tem de ser discutido aquilo que a escola pode proporcionar à criança...eu tive crianças que nunca foram retidas e eu acho que todo o encaminhamento feito com essas crianças foi o ideal e, no entanto, terminei o 4.º ano. No ano passado e dessas 4 crianças que não estavam a acompanhar

a turma que não conseguiam acompanhar, porque eles faziam trabalho diferenciado. Neste caso posso dizer que foi bom não ter havido retenção, porque foi um dar seguimento ao processo da criança às características dele. Eram crianças que a retenção não ia trazer benefícios, tiveram de ter um acompanhamento mais individualizado para trabalhar as competências. Logo eu acho que na nossa escola, há uma parceria entre professor titular da turma, o professor de apoio e o professor de educação especial. No conhecer da criança e dar continuidade à situação escolar dele. Por isso é que eu digo que é discutível se a retenção deve ser ou não, tem de ser discutível. Eu acho que cada escola e cada caso é um caso. Aaa...posso dizer que algumas situações são benéficas para a criança ficar retida, porque ganha maturidade em ficar retido, vê que consegue acompanhar a turma. Em outras situações a criança não ganha nada, porque também se calhar as características individuais deles não vão conseguir...embora consigam com 5,6 anos no 1.º Ciclo desenvolver aprendizagens essenciais do 1.º ciclo...podem não desenvolver.

- Considera que desenvolver um processo de retenção é fácil ou difícil? Nos casos que conhece ou conheceu, a ideia de retenção justificou-se?

Olhe para mim é muito difícil. Eu penso que sou a salvadora da pátria e que vou conseguir, isto é uma parte de característica minha que eu julgo que vou conseguir ajudar e que eles vão ultrapassar as dificuldades. Mas muitas vezes quem desmoraliza sou eu, porque vejo que ou estou sozinha ou que os pais não me ajudam. Aaa... neste caso não culpabilizo a criança, porque todos os alunos que tenho tido até aqui a maioria deles dá aquilo que tem para dar. Eu acho que até as crianças aqui na escola e aquelas que tive fizeram foi muito, são umas vencedoras, porque muitas trabalhavam sozinhas. Portanto, é difícil. Nos casos que houve retenção justificou-se, porque tem de se analisar muito bem a situação e não...e acho que no 1.º ciclo e tu que estás nisto...é preciso ter um conhecimento daquela criança, um conhecimento individual. Nós não trabalhamos para o grupo, trabalhamos para que cada criança se desenvolva como indivíduo...e eu acho que...eu digo muitas vezes alguns andam de bicicleta, outros aprendem de comboio. Eu acho que tem de a ver um respeito individual de cada criança. E a retenção para um pode ser uma medida benéfica, para outro pode não ser. Portanto, eu acho que é preciso pensar nas características individuais de cada criança.

- Que mudanças é que a ideia de não-retenção traz ao nível do trabalho dos professores, da estruturação do Sistema Educativo, da Escola e da própria profissão do docente?

A não-retenção para nós muitas vezes dificulta, porque tens que ter...ou seja, dá-nos muito mais trabalho. Porque tu dentro da sala de aula acabas por ter 2, 3 grupos distintos de trabalho. Quando estas crianças estão identificadas deve-se respeitar as suas dificuldades e integrá-las no regime especial. Quando o professor titular recebe apoio por parte de um núcleo ele está-te a facilitar o teu trabalho. Porque há trabalhos diferenciados nos diferentes grupos. No meu caso como eu tive muitas vezes um bocado sozinha, é difícil. É muito difícil, porque exige muito de nós ter que respeitar as características individuais de cada um. Portanto, nesse sentido há muito mais trabalho para nós e tu tens que ser um ator, tens de ser criativo, tens de ser dinâmico, tens de ser espontâneo e utilizar diversas estratégias. Porque a retenção se aconteceu foi por algum motivo e aí tu tens que variar, tens de versificar estratégias. É como eu digo, tens de ser uma atriz, eu sou a atriz na minha sala de aula (risos).

- A não-retenção atende mais às expectativas dos professores, dos pais/ encarregados de educação, da sociedade em geral?

A não-retenção, para nós é vista como uma medida muitas vezes essencial. Para os pais, por vezes, acham que estamos a catalogar ou estamos a dizer que o aluno não vai conseguir. Mas...por outro lado a não-retenção também mostra à família que tem de haver outra mudança em termos de estratégia de trabalho. Eu acho que quando há um trabalho parceria e quando te entendes bem com os pais, eu acho que não é para um lado nem é para o outro. Aaa...estão em pé de igualdade, porque isto é um trabalho de todos.

- Nas suas práticas letivas, algum aluno já ficou retido? Ou teve algum aluno retido? Se sim, como incluiu o aluno retido na turma? Utilizou algumas estratégias para a inclusão do mesmo? Adotou os procedimentos legais previstos para o efeito? Quem mais foi envolvido no processo?

Sim e também já recebi alunos retidos. É assim, eu recebi alunos retidos, porque na altura era a melhor medida a aplicar. Primeira coisa é integrar o aluno a nível de pessoa e individuo, temos que criar um ambiente acolhedor. A criança tem de se sentir bem. Depois se for uma retenção das tais retenções que é benéfica, porque ele vai conseguir desenvolver aquelas competências. Ótimo ele integra-se no trabalho do grupo da turma, ele ao rever conhecimentos...que está a consolidar, está a conseguir. E depois vai transitar, aquela retenção foi uma medida. Mas já recebi outros alunos que vieram para a minha mão que não acompanhavam a turma, fez-se trabalho individual, fez-se uma nova reavaliação pedagógica e aplicavam-se outras medidas. Porque aí já eram crianças que iam para o programa que chamam socioeducativo. Portanto, foi feito um

trabalho realizado fora de aula e um trabalho diferenciado. Não tive necessidade de recorrer a mais ninguém neste processo de inclusão do aluno.

- Teve em atenção as maiores dificuldades do aluno retido durante as suas práticas letivas?

Tenho sempre, todos os anos aprendo.

- Na sua opinião, quais são os principais fatores que levam à retenção dos alunos?

Para já temos crianças que nos estão a chegar ao 1.º ano com pouca maturidade, para além da imaturidade, há uma falta de acompanhamento familiar. Aaa...poderá ouvir dizer que os programas estão muito extensos. Mas ninguém tem que... todos eles aspirar ao nível máximo ou muito bom. Eu acho que cada criança tem de dar o seu melhor e nós professores de 1.º Ciclo temos de valorizar todas as evoluções das crianças. Porque eu acho que todos conseguem, porque da maneira que o ensino está temos vários caminhos para que a criança consiga. Eu acho que temos de ter consciencialização daquilo que a criança é, daquilo que a escola tem para propor e os pais verem este processo de ensino e aprendizagem tal como ele é. A família, por vezes não valoriza a escola e isso também é um fator da retenção.

- Com a medida de não reter os alunos, pretende adaptar alguma estratégia nas suas práticas letivas? Se sim, explique quais são as estratégias e o porquê das suas escolhas.

Estou sempre adaptando minha amiga. Nós professores de 1.º Ciclo adapta, cria...eu acho que o corpo e a voz são elementos que nós temos de tratar logo de início. No 1.º ano a aprendizagem dos ditongos, dos fonemas, da Matemática, do criar histórias, do envolver e contextualizar as aprendizagens. Temos que envolver e suscitar a curiosidade nas crianças, acho que é fundamental o tom, corpo, voz, dinâmica, tens de ser brincalhona, mas ao mesmo tempo tens que impor respeito. Tens que ser aquela pessoa que ao mesmo tempo exige algo.

- Considera que o acompanhamento prestado aos alunos com mais dificuldades poderia melhorar? De que forma?

O acompanhamento prestado às crianças nesta escola tem sido muito bom. O que nós nos queixamos é que precisávamos de mais docentes. Portanto, neste caso de apoio humano. O que eu sei é que muitas vezes o apoio que existe, existe tendo em conta a problemática da criança. É uma coisa que nós aqui não decidimos, por ter a ver com a problemática da criança. O núcleo de educação especial dá-nos apoio, o que é ótimo, mas muitas das vezes para aquela criança pode não ser o suficiente, poderia precisar

de mais. Mas isso a culpa não é da nossa escola tem a ver com a Secretaria Regional da Educação e com a legislação em vigor. Agora que o apoio dado nesta escola é muito bom.

- Tendo em conta as suas perspetivas profissionais, considera ser possível reduzir as taxas de retenção sem facilitar as aprendizagens e avaliações aos alunos? De que modo?

A taxa de retenção, nesta escola e eu só posso falar nesta escola que estou cá há 18 anos. As retenções que surgiram, surgiram bem e, portanto, temos baixo nível de retenção nessa questão...as que existem, existem, porque tem de existir e é uma escola que acaba por ter sucesso.

- O que entende por sucesso e por insucesso escolar? Quais as suas causas, efeitos e consequências nos alunos, no sistema e na sociedade?

Sucesso é uma concretização, é pessoal, é do docente é da escola, é um fundir de conhecimentos e crescimento individual. E o sucesso para um pode ter uma medida e para outro pode ter outra. Insucesso é quando tu e a criança, neste trabalho em equipa e a família não concretizamos determinados objetivos. Há fatores intrínsecos e extrínsecos. Portanto, e aí o insucesso acontece por n motivos, será que este insucesso aconteceu por não se ter agilizado todas as medidas e todos os processos?! Às vezes, outras vezes não depende de nós e depende também daquilo que a criança traz em termos de bagagem consigo e se a família ajudou ou não. Se o professor deu estratégias e se a escola deu o tal apoio.

- No seu entender e com a sua experiência profissional, acha que o sucesso/ insucesso escolar estão associados à ideia de retenção/ não-retenção escolar? Ou seja, na sua perspetiva, que relação estabelece entre sucesso/ insucesso e entre retenção e/ou não-retenção?

Talvez, mas pela minha experiência de trabalho não. É como eu lhe disse, cada caso é um caso e...para a escola pode ser um sucesso, mas para aquela criança pode ser uma medida benéfica. Termos estatísticos vai ficar lá registado, mas o professor diz que vai ficar retido, porque vai crescer, porque vai se integrar melhor na turma. E para a escola estatisticamente é uma retenção.

- Que estratégias pedagógicas desenvolve nas suas práticas letivas para a otimização do sucesso escolar dos alunos?

Dinamismo, criatividade, manipulação de materiais, contextualização dos saberes com a prática deles, muito diálogo, muita conversa, muito debate, respeito mútuo. Aaa...corpo, voz, gestão de espaço e gestão do tempo.

- Pretende acrescentar alguma ideia que considere relevante, para além das apresentadas ao longo da entrevista?

Tem que haver um conhecimento e uma boa relação entre docente, aluno, pais e escola. E assim acima de tudo respeito. Olha tudo de bom para ti, beijinhos.

Apêndice 22- Transcrição da entrevista da professora Júlia (Açores)

Data: 15/10/2021	Entrevista: Presencial
Hora de início: 14h15	Duração: 10.25 min

- Qual é a sua idade?

45.

- Que habilitações académicas possui? Quantos anos de serviço tem?

Licenciatura. Tenho 24 anos de serviço.

- Há quanto tempo trabalha nesta escola?

15 anos.

- Qual é o ano de escolaridade que está a lecionar este ano?

Estou com o 2.º ano.

- Possui algum conhecimento formal ou legislativo sobre a não-retenção escolar, e os seus propósitos ao nível do sistema e da educação em geral?

Sim.

- É a favor da retenção ou da não-retenção escolares? Por que razão?

Da retenção se for benéfico para o aluno, da não retenção se não for bom para o aluno.

- É legítimo pensar que aos processos de não-retenção estão associados à ideia de facilitismo?

Não, porque se a retenção...se for aquilo que disse agora e temos estado a falar. Se for benéfico para a criança não é um facilitismo, faz a criança progredir, portanto não é facilitismo.

- Do seu ponto de vista, ideia ou pressuposto de retenção/ não-retenção é uma discussão e, até uma política relevantes? Faz sentido?

Faz, porque a retenção é...é assim quando nós dizemos que vamos reter um aluno, a sociedade pensa que é porque o aluno não sabe, não aprende ou é culpa do professor que não ensinou. Ouvimos muito isso por fora...aaa... referem que “coitadinho ficou retido porque não sabe nada”, mas se calhar não. É como aquilo que disse há pouco pode ser benéfico para o aluno. Fica mal para a escola por causa da estatística, mas depois pode ser benéfico para a escola.

- Considera que desenvolver um processo de retenção é fácil ou difícil? Nos casos que conhece ou conheceu, a ideia de retenção justificou-se?

É difícil, porque tens de fazer muita burocracia, tens que durante o ano ter atenção no aluno que poderá estar em vias de reter. Mas tens de pensar é benéfico para ele, será que vai fazer bem ou não?! Depois tens de chamar pais e explicar muito bem, tens de fazer pedidos de avaliação. Acaba muitas vezes os professores...não é o meu caso porque eu dei à minha colega alunos, não é?! Mas há pessoas que não fazem retenção devido ao trabalho que a burocracia dá. Tem de se pensar se o aluno ficar será que vai adquirir mais aprendizagens, se ele vai conseguir alcançar os objetivos, se vai conseguir alcançar as aprendizagens essenciais. Portanto, é muito complexo. Sim, como disse anteriormente a ideia de retenção justificou-se, porque a minha colega vê bastantes diferenças no aluno que eu retive no ano passado.

- Que mudanças é que a ideia de não-retenção traz ao nível do trabalho dos professores, da estruturação do Sistema Educativo, da Escola e da própria profissão do docente?

A não-retenção acaba por ter alunos que vão passar, mas depois vão fazer um trabalho...às vezes estás no 4.º ano e tens alunos a trabalhar conteúdos do 2.º ano. Ou seja, acabas por ter diferentes níveis de ensino dentro de uma sala de aula. Para os próprios alunos também se torna frustrante, porque também estão a ouvir conteúdos que eles não estão a aprender. Acaba por ser complicado mesmo para eles.

- A não-retenção atende mais às expetativas dos professores, dos pais/ encarregados de educação, da sociedade em geral?

Sociedade em geral e pais. Os pais não querem que os filhos sejam retidos.

- Nas suas práticas letivas, algum aluno já ficou retido? Ou teve algum aluno retido? Se sim, como incluiu o aluno retido na turma? Utilizou algumas estratégias

para a inclusão do mesmo? Adotou os procedimentos legais previstos para o efeito? Quem mais foi envolvido no processo?

Sim já retive como referi anteriormente e também já tive e tenho alunos retidos na minha turma. Eu noto que o aluno que tenho retido este ano que foi benéfico para ele, porque o aluno, infelizmente, estava no 1.º ano quando atravessávamos uma pandemia e foi muito difícil estar a trabalhar letras e com alunos que têm mais dificuldade. Porque durante a pandemia nós só enviávamos trabalhos aos alunos. Portanto, o aluno veio a passar e aqueles casos de leitura e escrita não estavam bem consolidados. O aluno tinha dificuldades em articular as palavras e na parte fonética. No entanto, na Matemática o aluno conseguiu até uma parte acompanhar a turma. Quando chegou à parte de compreensão e interpretação o aluno já não conseguiu, porque tinha dificuldades na parte do Português. Porque ele não conseguia ler e interpretar os problemas de Matemática. Portanto, está a ser benéfico para ele o próprio aluno refere várias vezes “eu já fiz”, “eu já sei”. Ele próprio nota-se que está entusiasmado e feliz, porque realmente está a conseguir realizar todo o processo. O processo de inclusão deste aluno foi excelente. As pessoas envolvidas neste processo foram eu, a antiga professora do aluno e os encarregados de educação.

- Teve em atenção as maiores dificuldades do aluno retido durante as suas práticas letivas?

Sim, tive bastante em atenção as dificuldades do aluno.

- Na sua opinião, quais são os principais fatores que levam à retenção dos alunos?

Aaa...eles não conseguem acompanhar a restante turma...também temos de pensar se aquele aluno vai conseguir, será que se ele ficar retido vai conseguir ir com um percurso dito normal a seguir?! Mas acho que de certa forma os principais fatores são a falta de acompanhamento por parte da família e as próprias dificuldades do aluno.

- Com a medida de não reter os alunos, pretende adaptar alguma estratégia nas suas práticas letivas? Se sim, explique quais são as estratégias e o porquê das suas escolhas.

Usar mais material manipulável, fazer repetição de todos os conteúdos, repetir, repetir...voltar a repetir, exercícios, muitos exercícios. Porque eles têm que ter, porque é aqui que eles trabalham não é em mais lado nenhum.

- Considera que o acompanhamento prestado aos alunos com mais dificuldades poderia melhorar? De que forma?

Esta escola tem prestado todo o apoio que lhe é permitido. Portanto, nós temos tido bastante apoio.

- Tendo em conta as suas perspetivas profissionais, considera ser possível reduzir as taxas de retenção sem facilitar as aprendizagens e avaliações aos alunos? De que modo?

Esperemos que sim, tem a ver com isto se é benéfico ou não. Não se pode reter por reter. Temos é de arranjar formas de aqueles alunos não abandonarem a escola, se não conseguem através do ensino dito “normal”, devemos ter outras opções para encaminhar os alunos. Como é o caso do ensino profissional, o aluno deve poder escolher ou se formar em algo que lhe permita ter uma profissão que goste no futuro. Isto não se trata de facilitar as aprendizagens, mas sim adaptar o ensino para aquele aluno.

- O que entende por sucesso e por insucesso escolar? Quais as suas causas, efeitos e consequências nos alunos, no sistema e na sociedade?

Sucesso é quando o aluno consegue atingir os seus próprios objetivos, para mim isso é que é o sucesso não os objetivos da escola ou dos programas, é os objetivos dos alunos. A escola deve proporcionar esse caminho. O insucesso é quando vemos que os alunos tentam e nós fazemos o que podemos e, mesmo assim o aluno não consegue atingir. Às vezes a sociedade não permite esse sucesso, porque às vezes há alunos com cursos profissionais vão à procura de trabalho e não conseguem arranjar.

- No seu entender e com a sua experiência profissional, acha que o sucesso/ insucesso escolar estão associados à ideia de retenção/ não-retenção escolar? Ou seja, na sua perspetiva, que relação estabelece entre sucesso/ insucesso e entre retenção e/ou não-retenção?

Sim, eu acho que eles estão associados. É insucesso porque ficou retido, é o que toda a gente pensa (risos). A sociedade incute muito por teve sucesso na escola foi para a universidade, um aluno que não vai para a universidade é visto como não teve sucesso. O nosso mal é a sociedade.

- Que estratégias pedagógicas desenvolve nas suas práticas letivas para a otimização do sucesso escolar dos alunos?

Ensino com brincadeiras, faço macacadas. Eles costumam dizer “a professora está a fazer macacadas”. É fazer brincadeiras que os levem a compreender e a aprender. Utilização de material manipulável para poderem concretizar...e é a tal coisa é a

repetição, não é dar uma coisa hoje e fica. Não é necessário haver repetição. É algo que tem de ser todos os dias lembrado.

- Pretende acrescentar alguma ideia que considere relevante, para além das apresentadas ao longo da entrevista?

Não, obrigada e muitas felicidades para ti.

Apêndice 23- Transcrição da entrevista da professora Maria (Açores)

Data: 19/10/2021	Entrevista: Presencial
Hora de início: 09h00	Duração: 17.14 min

- Qual é a sua idade?

46.

- Que habilitações académicas possui? Quantos anos de serviço tem?

Licenciatura em professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico. Aaa...eu tenho 24 anos de serviço completos.

- Há quanto tempo trabalha nesta escola?

Nesta estou aqui há um mês (risos).

- Qual é o ano de escolaridade que está a lecionar este ano?

1.º ano.

- Possui algum conhecimento formal ou legislativo sobre a não-retenção escolar, e os seus propósitos ao nível do sistema e da educação em geral?

Sim, sim tenho algum conhecimento, sim.

- É a favor da retenção ou da não-retenção escolares? Por que razão?

Eu sou a favor da retenção. Porque auxilia a consolidar aprendizagens, às vezes também por uma questão de maturidade da criança. É mais um ano para rever, para consolidar. Sou muito a favor da retenção, inclusive no 1.º ano. Acho que se devia reter era no 1.º ano ou então no 2.º ano. É verdade que há crianças com ritmos de aprendizagem mais lento, depois também não conseguem dar o clique, não conseguem dar o saltinho e depois no 2.º ano conseguem. Mas não lhes faz mal nenhum ficar retidos mais um ano, até porque muitos deles vêm para o 1.º ciclo com 5 anos e isso faz toda

a diferença. A maturidade e as competências e capacidades, as competências não porque vão adquiri-las, mas depois falta-lhes a maturidade. É o que a gente vê muito na sala de 1.º ciclo.

- É legítimo pensar que aos processos de não-retenção estão associados à ideia de facilitismo?

Eu concordo, eu concordo. Hoje em dia há muito facilitismo (risos).

- Do seu ponto de vista, ideia ou pressuposto de retenção/ não-retenção é uma discussão e, até uma política relevantes? Faz sentido?

Sim, sim. Discute-se muito à volta disso, é um problema na educação. Não é um problema, mas fazem dele um problema. Aaa..., mas acho que sim que tem de ser discutido. Mas já se discutiu de tantas formas, estão sempre a mudar a maneira de avaliar...pronto, eu acho que a discussão que deveria haver é que deve haver retenções ponto final (risos).

- Considera que desenvolver um processo de retenção é fácil ou difícil? Nos casos que conhece ou conheceu, a ideia de retenção justificou-se?

Hoje em dia é muito difícil, existe muita burocracia, muita papelada, muito papel...é verdade que não é uma decisão tomada de ânimo leve, não é?! Tem de ser muito bem pensada, muito bem ponderada, mas existe depois muita...muita burocracia. E depois além disso, existe pouco consentimento dos próprios pais. Sim, nos casos que conheço a retenção só veio auxiliar e só veio ajudar.

- Que mudanças é que a ideia de não-retenção traz ao nível do trabalho dos professores, da estruturação do Sistema Educativo, da Escola e da própria profissão do docente?

Pronto acarreta-nos depois miúdos em anos escolares que não estão naquele nível do ano escolar. Sabe-se bem que nós temos de pensar por uma lógica de ciclos, cada vez mais, não é?! E sabemos disso, mas depois é complicado numa sala nós termos, por exemplo, uma turma de 3.º ano e termos miúdos a nível do 1.º ano, do 2.º ano e do 3.º ano, como já me aconteceu. Para a própria criança acaba por ser frustrante, porque não consegue acompanhar, porque não está a fazer o que os outros estão fazendo...diversidade é importante e ajuda, não é?! Nem todos têm de estar a fazer a mesma coisa. Mas sente-se neles que estão a fazer alguma coisa de diferente que não estão a acompanhar os colegas e, às vezes os próprios colegas acabam por deixar aquela criança de parte. A verdade é essa e tem se assistido na sala, portanto eu acho que não é benéfico de todo.

- A não-retenção atende mais às expectativas dos professores, dos pais/ encarregados de educação, da sociedade em geral?

Eu acho que vai mais de encontro ao sistema educativo a não-retenção. Até porque depois têm que trabalhar com metas e estatísticas e tudo a nível europeu. Eu acho que é mais uma medida política para ficar bem no governo (risos). Eu estou a ser muito crítica, vê lá. Mas é a minha opinião, acho que veio facilitar, mas não facilita nada o professor.

- Nas suas práticas letivas, algum aluno já ficou retido? Ou teve algum aluno retido? Se sim, como incluiu o aluno retido na turma? Utilizou algumas estratégias para a inclusão do mesmo? Adotou os procedimentos legais previstos para o efeito? Quem mais foi envolvido no processo?

Sim, no ano passado eu retive 2 alunos no 4.º ano, porque era final de ciclo, mas tiveram comigo os 4 anos e andaram sempre a nível de 1.º e 2.º. E depois no 4.º ano é que realmente eu consegui fazer uma retenção. No 2.º ano não foi possível, porque tínhamos de ver na lógica de ciclos. Então no 4.º ano aí sim, é o ano que conseguimos. Mesmo assim tem de ser muito bem ponderado e pensado, ponderado já é. Tem de ser muito bem ponderado e justificado. Já me aconteceu, não é?! Mas já alguns anos que não tenho alunos de outros colegas, já me aconteceu até mais no início da carreira. Como ele foi retido acompanhou facilmente os outros colegas e, depois havia a vantagem de eles dizerem que já tinha aprendido aquilo no ano passado. Só o puxava para cima, só o motivava. Normalmente é só comigo, mas há casos que é preciso recorrer ao ensino especial. Até porque às vezes é miúdos que têm outras problemáticas e as terapias também auxiliam. Apanhei isso mais no início da carreira, não havia tantas terapias como há hoje em dia. Mas agora há cada vez mais e isso é de louvar.

- Teve em atenção as maiores dificuldades do aluno retido durante as suas práticas letivas?

Engraçado por incrível que pareça ele acabou por brilhar no meio dos outros. Às vezes por já conhecer os conteúdos, por se ir lembrando. Nunca tive assim dificuldades com alunos retidos. Muito pelo contrário.

- Na sua opinião, quais são os principais fatores que levam à retenção dos alunos?

Portanto, a não aquisição das competências, a não aprendizagem dos conteúdos, não é?! É mais nessa lógica das aprendizagens. Comportamento felizmente nunca foi o caso, maturidade também nunca foi muito esse o caso, foram sempre muito bons a esse nível. Foi só mesmo mais a nível da aquisição das competências e das aprendizagens.

- Com a medida de não reter os alunos, pretende adaptar alguma estratégia nas suas práticas letivas? Se sim, explique quais são as estratégias e o porquê das suas escolhas.

Sim, sim. Com a medida de não-retenção é que tive mesmo de adaptar, tive de arranjar ainda mais estratégias, além daquelas que eu já usava. Porque são miúdos que não acompanhavam a turma e eu tive de arranjar soluções, não é?! Até porque estavam a trabalhar coisas diferentes e tive que abordar de formas diferentes, o que acarretou algum trabalho extra, mas o aluno não podia ficar à parte de maneira nenhuma. Fichas de avaliação diferenciadas, ensino diferenciado, apoio individualizado, porque depois acabam por ser um ou dois e tenho de estar ali com eles. Também tiveram uma medida muito importante que foi o professor de apoio. Mas basicamente o apoio individualizado, teve de ser.

- Considera que o acompanhamento prestado aos alunos com mais dificuldades poderia melhorar? De que forma?

A nível da nossa escola eu acho que está um apoio muito bom. Acho que eles têm essa atenção por parte do professor de apoio para auxiliar..., mas claro que poderia sempre melhorar, mas atenção aqui na nossa escola eu acho que têm isso em atenção. Têm muitas terapias e têm núcleo de educação especial. Acho que até não está mau, antes todos tivessem assim. Acho que eles são muito sensíveis a essa problemática.

- Tendo em conta as suas perspetivas profissionais, considera ser possível reduzir as taxas de retenção sem facilitar as aprendizagens e avaliações aos alunos? De que modo?

Pois, isto é complicado de responder...porque depende muito da criança, da motivação dela, das próprias capacidades cognitivas. Eu tenho visto que os miúdos são diferentes do meu início de quando eu comecei a trabalhar. São outra geração, uma geração muito mais digital e aberta para outras coisas. E temos de ir ao encontro disso. Mas eu acho que é possível reduzir as taxas de retenção sem facilitar as aprendizagens, eu não sou nada de facilitismo, pelo contrário eu sou muito exigente. Mas lá está o aluno é variável mais inconstante que a gente tem. E cada aluno é um aluno. Depois também tem o meio familiar, tem muitas vezes coisas que nem imaginamos. Mas sim...eu penso que sim, é preciso motivá-los e ir ao encontro de aquilo que lhes faz sentido na cabeça, é o ponto chave.

- O que entende por sucesso e por insucesso escolar? Quais as suas causas, efeitos e consequências nos alunos, no sistema e na sociedade?

Sucesso para mim é o aluno compreender aquilo que se está a dizer e ele ser capaz de reproduzir, de outra forma à sua maneira. Eu quando vejo que um aluno percebe e está ajudando o outro a fazer as coisas e, pronto já percebeu está o sucesso. Eles estão contentes e motivados na escola, não é?! Aquela alegria. Insucesso é quando realmente a gente não consegue chegar ao aluno, pronto às vezes isso não tem a ver só com o professor tem a ver com outros fatores. Pronto... o sucesso claro, traz tudo de bom, não é?! (risos) se calhar muitos ganham um telemóvel novo no final do ano (risos). O sucesso só traz coisas boas. O insucesso os miúdos ficam frustrados e nota-se cada vez mais que os meninos têm dificuldade em lidar com a frustração, porque estão habituados a ter tudo, a fazerem-lhes as vontades todas e, quando as coisas não correm como eles querem, eles têm dificuldades em lidar com isso. A sociedade está dessa forma, alterou-se muito. Os miúdos quando não têm aquilo que querem ficam frustrados.

- No seu entender e com a sua experiência profissional, acha que o sucesso/insucesso escolar estão associados à ideia de retenção/ não-retenção escolar? Ou seja, na sua perspetiva, que relação estabelece entre sucesso/ insucesso e entre retenção e/ou não-retenção?

Não, eu acho que isso já não. Não tem que ser por aí, não tem que ser. Acredito que há alguns anos atrás, que eu também já tenho muito tempo de serviço. Mas hoje em dia não, não pode ser. Porque às vezes os miúdos podem não conseguir adquirir aquelas competências daquela forma, adquirem de outra forma. É capaz de conseguir ensinar um professor a trabalhar de um computador, isto é, adquire o sucesso de outra forma.

- Que estratégias pedagógicas desenvolve nas suas práticas letivas para a otimização do sucesso escolar dos alunos?

Pronto...acima de tudo apoio individualizado e o ensino diversificado, às vezes dá mais trabalho, mas tem de ser. Porque uma estratégia não resulta com um miúdo tem de se arranjar outra e depois até pode resultar com 3 ou 4, mas se não resulta com aquele aluno arranja-se outra. O trabalho manipulativo também é muito importante, eles precisam de manipular de mexer, de tocar, de sentir. Os recursos informáticos também são muito importantes. Porque eu vejo que é uma estratégia que os alunos gostam e os motiva.

- Pretende acrescentar alguma ideia que considere relevante, para além das apresentadas ao longo da entrevista?

A retenção realmente tem de se pensar, porque não é retendo que às vezes não se consegue...é verdade que às vezes eles conseguem dar um saltinho no ano a seguir ou dois anos depois, não é?! Mas a retenção eu acho que não lhes faz mal nenhum,

porque eles vêm muito novos para o 1.º ciclo. E outra coisa que eu também defendo é que eles só deviam vir com 6 anos feitos para o 1.º ciclo. Ou ficar mais um ano de pré, tipo 4 anos de pré, para ganhar maturidade. Porque às vezes eles têm as competências, mas falta-lhes a maturidade. Para mim deviam ser 4 anos de pré (risos). Espero ter-te ajudado e que sejamos futuras colegas, beijinhos tudo de bom.

Apêndice 24- Transcrição da entrevista da professora Margarida (Açores)

Data: 19/10/2021	Entrevista: Presencial
Hora de início: 17h00	Duração: 27.48 min

- Qual é a sua idade?

Ham...44.

- Que habilitações académicas possui? Quantos anos de serviço tem?

Licenciatura. Ora neste momento...22.

- Há quanto tempo trabalha nesta escola?

Este é o 3.º ano.

- Qual é o ano de escolaridade que está a lecionar este ano?

1.º ano.

- Possuí algum conhecimento formal ou legislativo sobre a não-retenção escolar, e os seus propósitos ao nível do sistema e da educação em geral?

É assim...aprofundada não, não é?! Sei o geral digamos assim (risos). Tenho que saber o mínimo digamos assim.

- É a favor da retenção ou da não-retenção Escolares? Por que razão?

Eu sou a favor da não-retenção. Não quer dizer que...às vezes não possa acontecer. Ultimamente...já fui mais a favor da retenção do que sou neste momento. Nos últimos anos tenho mudado de opinião em relação à retenção. Nestes últimos anos e até mesmo com a atualização das aprendizagens essenciais denoto que o mais eficaz é a não-retenção. Acho que devemos dar mais tempo às crianças para aprender os conteúdos. Tenho um miúdo que está comigo desde o 1.º ano e só no final do ano passado é que deu um “salto nas aprendizagens”, se ele tivesse sofrido uma retenção provavelmente

não teria conseguido ter este alcance. Acho que se deve repensar na questão das retenções, não são de todo benéficas.

- É legítimo pensar que aos processos de não-retenção estão associados à ideia de facilitismo?

Não penso isso, efetivamente acho que não tem a ver com facilitismo. São adaptações necessárias nas estratégias de ensino e aprendizagem para os conseguirem atingir os objetivos que lhe são propostos.

- Do seu ponto de vista, ideia ou pressuposto de retenção/ não-retenção é uma discussão e, até uma política relevantes? Faz sentido?

Sim, eu acho que efetivamente cada vez mais é relevante. Nas escolas cada vez mais se discute mais e tem-se mais em atenção a não-retenção dos alunos. Penso que cada vez mais o que será benéfico para as crianças. Mas sim acho que é relevante esta discussão nas escolas.

- Considera que desenvolver um processo de retenção é fácil ou difícil? Nos casos que conhece ou conheceu, a ideia de retenção justificou-se?

Eu não acho que seja fácil ou difícil. Hoje efetivamente é mais complicado que há uns anos atrás. É difícil provar porque é que o aluno não atinge que estratégias se utilizou. Mas para mim isso não é um fator. Bem, se quer que lhe diga não me lembro da última vez que fiz uma retenção. Já tive casos que recebi de colegas e que realmente sim, denotei que era benéfico, porque senti um avanço grande nos alunos. Nessas retenções eu concordei. Mas não concordo em todas.

- Que mudanças é que a ideia de não-retenção traz ao nível do trabalho dos professores, da estruturação do Sistema Educativo, da Escola e da própria profissão do docente?

Ham...é assim no 1.º ciclo, um professor não pensa nisso. Não interfere em sala de aula, apesar de dar mais trabalho ao professor, porque tem de adaptar as atividades aos vários níveis de aprendizagem que podem existir na sala. Não vejo que acarrete mais trabalho aos professores, nem vejo como um problema.

- A não-retenção atende mais às expectativas dos professores, dos pais/ encarregados de educação, da sociedade em geral?

Eu acho que é de todos, acaba por ser de todos. Há pais que dizem que os filhos deviam chumbar, porque tem dificuldades no português, por exemplo. Mas há casos opostos. Mas penso que de um modo geral é de todos.

- Nas suas práticas letivas, algum aluno já ficou retido? Ou teve algum aluno retido? Se sim, como incluiu o aluno retido na turma? Utilizou algumas estratégias para a inclusão do mesmo? Adotou os procedimentos legais previstos para o efeito? Quem mais foi envolvido no processo?

Sim, não lhe vou dizer que foram muitas. Devem ter sido um ou duas. E também já tive alunos retidos na minha turma. Os cuidados não foram diferentes dos outros, foi primeiro conhecê-lo e depois integrá-lo na turma. Mas foi um processo fácil, não tivemos problemas de grande dimensão. Os alunos também não precisavam de algum cuidado especial. Do aluno que eu recebi retido tive o apoio da terapeuta da fala e da família.

- Teve em atenção as maiores dificuldades do aluno retido durante as suas práticas letivas?

Sim, lá está. Esse tal último aluno sim, porque ele tinha dislexia, era preciso uma atenção mais redobrada. Isso sempre foi explicado e falado na turma, para os colegas compreender esse acompanhamento. Mas foi um processo normal a meu ver.

- Na sua opinião, quais são os principais fatores que levam à retenção dos alunos?

Sei lá...os principais fatores é não atingirem as aprendizagens visadas, famílias mais carenciadas, destruturadas, influencia os alunos bastante. O nível socioeconómico influencia muito.

- Com a medida de não reter os alunos, pretende adaptar alguma estratégia nas suas práticas letivas? Se sim, explique quais são as estratégias e o porquê das suas escolhas.

É assim eu quando estou com a turma eu não penso em reter ou não reter. Eu penso que trabalhamos todos para atingir o que é esperado, digamos assim. Não faço nada para isso. Não penso nisso. O meu pensamento é que todos vão chegar lá. Se muitas vezes há dificuldades na parte escrita, trabalhamos mais sobre essa dificuldade, de forma a combatê-la. Mas é o normal, penso que todos chegam lá. Uns vão chegar mais rápido e outros vão demorar mais um bocadinho, mas todos irão chegar lá.

- Considera que o acompanhamento prestado aos alunos com mais dificuldades poderia melhorar? De que forma?

Ham...sim poderia melhorar. Neste agrupamento onde estou, temos muito recursos, temos bastantes professores de apoio. Mas pode-se adotar a estratégia de levar o aluno fora da sala para trabalhar aquele problema que ele apresenta. Mas de modo geral, acho que são poucos recursos humanos. Neste agrupamento por acaso temos, mas já

tive em agrupamentos que há falta de recursos humanos e isso poderia ser uma mais-valia para combater o insucesso do aluno.

- Tendo em conta as suas perspetivas profissionais, considera ser possível reduzir as taxas de retenção sem facilitar as aprendizagens e avaliações aos alunos? De que modo?

Eu considero que sim. Eu não sou a favor da retenção, em algumas situações ponderadas em final de ciclo. Para mim não é uma questão de facilitismo, no meu caso eu não penso nisso.

- O que entende por sucesso e por insucesso escolar? Quais as suas causas, efeitos e consequências nos alunos, no sistema e na sociedade?

(risos) Pois, isso é uma pergunta...é uma boa pergunta é. Depende muito. O sucesso escolar para um aluno pode ser atingir um patamar e para outro aluno pode ser atingir outro objetivo, depende de criança para criança. E o insucesso é quando o aluno não consegue atingir os seus objetivos. Os alunos hoje em dia e lá está até provocado pela sociedade, quando são retidos são considerados inferiores aos outros. Para os pais o mais importante, por vezes, é passarem sem se preocuparem com as aprendizagens dos filhos. Lá está porque a sociedade também incute um pouco que um aluno retido é um atraso e isso é frustrante para a criança. Para alguns alunos o ficar retido é encarado como ser burro e para outros alunos podem ver aquilo como uma nova oportunidade. Os pais e os professores devem fazer um trabalho com os alunos para eles perceberem o porquê de serem retidos. Depende da parte emocional do aluno.

- No seu entender e com a sua experiência profissional, acha que o sucesso/insucesso escolar estão associados à ideia de retenção/ não-retenção escolar? Ou seja, na sua perspetiva, que relação estabelece entre sucesso/ insucesso e entre retenção e/ou não-retenção?

Ham..é assim o que eu acho que é relativo. A retenção muitas vezes pode não ter haver com as aprendizagens dos alunos e, pode haver retenção e ter havido sucesso por parte do aluno, porque conseguiu atingir os objetivos tendo em conta a sua situação. Depende muito.

- Que estratégias pedagógicas desenvolve nas suas práticas letivas para a otimização do sucesso escolar dos alunos?

Sei lá...valha-me deus...fazemos muito trabalho a pares, muito trabalho coletivo e colaborativo, principalmente entre eles. Às vezes os alunos com mais dificuldade conseguem aprender melhor com os alunos que têm mais facilidade. Pois os alunos que

têm mais dificuldade, por vezes compreendem melhor a explicação dos seus colegas do que o próprio professor.

- Pretende acrescentar alguma ideia que considere relevante, para além das apresentadas ao longo da entrevista?

Não, eu acho que eu disse tudo. Acho que realmente é preciso repensar nesta situação e se a retenção realmente vai ser benéfica para os alunos. Obrigada, Carolina, felicidades.

Apêndice 25- Transcrição da entrevista da professora Ana (Açores)

Data: 20/10/2021	Entrevista: Presencial
Hora de início: 15h30	Duração: 20.06 min

- Qual é a sua idade?

45 anos.

- Que habilitações académicas possui? Quantos anos de serviço tem?

Ham.. Licenciatura e uma Pós-Graduação...e, anos de serviço 21... 21.

- Há quanto tempo trabalha nesta escola?

7 mais ou menos.

-Qual é o ano de escolaridade que está a lecionar este ano?

4.º ano.

- Possui algum conhecimento formal ou legislativo sobre a não-retenção escolar, e os seus propósitos ao nível do sistema e da educação em geral?

Ham..(tosse)...Como assim? Hum..Se há uma legislação nesse sentido? Sim há recomendações nesse sentido, não é?! Recomendações do Ministério de Educação em que recomendam que não haja, não é proibido, mas recomendam que não haja.

- É a favor da retenção ou da não-retenção escolares? Por que razão?

Hum.. Sou a favor em determinados casos, muito específicos. Ham...Por exemplo, quando por nível...por imaturidade...ham...no ano passado reti um aluno por imaturidade, porque acho que ela deveria ter entrado mais tarde na escolaridade obrigatória, entrou cedo demais e...e retida, além de ela não adquirir conhecimentos, mas isso era um fator que ela até poderia ir adquirindo, pela imaturidade.... Muito

imatura. Acho que eles deveriam...evitasse muito esse tipo de acon....situação se entrassem mais tarde no 1.º Ciclo.

- É legítimo pensar que aos processos de não-retenção estão associados à ideia de facilitismo?

Hum... Não, para mim não. Hamm... Eu nunca passei os alunos por uma questão de facilitismo, quando eu... quando eu os passo é porque acho que eles conseguem recuperar as aprendizagens que não as fizeram, mais tarde ou de outra forma, ou com outro tempo. Portanto, não é uma questão de facilitismo, é porque acho que eles depois vão recuperar essas aprendizagens de alguma forma.

- Do seu ponto de vista, ideia ou pressuposto de retenção/ não-retenção é uma discussão e, até uma política relevantes? Faz sentido?

Sim, faz.

- Considera que desenvolver um processo de retenção é fácil ou difícil? Nos casos que conhece ou conheceu, a ideia de retenção justificou-se?

No atual sistema é difícil. (riso envergonhado) Porque...Hamm.. a legislação vai muito no sentido de recuperar aprendizagens e de recuperar nível de ciclo. Portanto, para nós retermos um aluno tem que ser muito bem fundamentado e tem de ser em situações muito específicas. Eu pelo menos encaro isso dessa forma. É quase em situações extremas. Sim, eu quando retive justificou-se nesse sentido que achei que a menina era muito imatura para ir para uma escola maior, para ter várias disciplinas, achei que precisava de ficar mais tempo numa escola mais pequena, num ambiente mais acolhedor, nesse sentido. Depois há retenções por faltas também... não sei se também está aí...também acho...quer dizer, eles não podem...um aluno que nunca vai às aulas, não pode ter os mesmos... Hamm... o mesmo ritmo de aprendizagem e...que os outros... e as mesmas aprendizagens que os outros e muitas das vezes tem de ser retidos mesmo. Apesar de que agora temos de fazer planos de recuperação, mas nunca é a mesma coisa, como é óbvio, né? Do que frequentar como os outros frequentam.

- Que mudanças é que a ideia de não-retenção traz ao nível do trabalho dos professores, da estruturação do Sistema Educativo, da Escola e da profissão docente?

Isso é muita coi... é muita questão (riso). A nível de professores a não retenção obriga-nos a encarar a educação de outra forma, ou seja...Hum... os meninos não podem estar na sala de aula e aprenderem todos de forma igual, pronto. E...a....forma como um menino atinge um determinado conhecimento e o menino que está ao lado é

completamente diferente, portanto, há ritmos diferentes. O facto de um menino não naquele ano não adquirir, por exemplo, num determinados conteúdos no mesmo tempo que os outros... tem que se dar mais tempo, tem de que ser de forma faceada. Isso a nível de sala de aula, implica muito mais trabalho por parte do professor, muito mais trabalho. A nível de sala de aula, a nível de papelada que temos de preencher também. Depois há os planos de recuperação...Hamm...e...pronto...ou seja, a forma de vermos o ensino é completamente diferente do antigamente. Agora com a não retenção.

- A não-retenção atende mais às expetativas dos professores, dos pais/ encarregados de educação, da sociedade em geral?

Eu acho que a sociedade também nos impõe um bocadinho, ou seja, o Ministério nos impõe um bocadinho isso da não retenção. Acho, no entanto, também as mentalidades dos professores também se alteraram. Eu, por exemplo, no início quando comecei a trabalhar eu até era muito a favor da retenção....que dizer, não adquire reprova e acabou (risos). Agora começo a ver as coisas de...de outra forma, muito sinceramente. Até porque há outras competências que os meninos têm e podem desenvolver e...sinceramente não acho que seja facilitismo, sinceramente. Nunca passaria um aluno por facilitismo.

- Nas suas práticas letivas, algum aluno já ficou retido? Ou teve algum aluno retido? Se sim, como incluiu o aluno retido na turma? Utilizou algumas estratégias para a inclusão do mesmo? Adotou os procedimentos legais previstos para o efeito? Quem mais foi envolvido no processo?

Sim, sim...Hamm...Como disse, no ano passado retive um e este ano tenho um aluno que recebi retido também. Nós temos que adotar procedimentos legais, há um plano de recuperação que foi elaborado pela anterior professora e ao qual nós temos de dar continuidade. A nível de práticas da sala de aula, neste momento o menino acompanha exatamente como os outros meninos. Para já não vejo nenhuma diferença a nível de prática de sala de aula, depois é só mesmo a nível legal dar continuidade a esse plano de recuperação e ver como é que ele evolui. Não, não há mais ninguém envolvido no processo de adaptação do aluno. Neste caso específico não senti dificuldade em incluir o aluno retido na turma, porque ele acompanha perfeitamente os conteúdos do 4.º ano. Portanto, não é um aluno que precise de acompanhamento, para já, não é um aluno que precise de acompanhamento de outra professora de apoio ou assim, não. Ele está a acompanhar a turma como os outros meninos que iniciaram agora no 4.º ano, para já (riso).

- Teve em atenção as maiores dificuldades do aluno retido durante as suas práticas letivas?

Ham...É assim, no caso deste aluno nós aplicamos uma ficha de avaliação diagnóstica, não é?! E este aluno até se...comporta... inicialmente comportou-se exatamente como os outros que iniciaram agora o 4.º ano e, portanto, para já tem sido exatamente um tratamento igual aos outros. Claro que se fosse um aluno com Necessidades Educativas Especiais ou abrangido por outro Decreto-Lei, se calhar teria outro de apoio e acompanhamento, para já este menino tem um comportamento exatamente igual aos outros... a iniciar um 4.º ano.

- Na sua opinião, quais são os principais fatores que levam à retenção dos alunos?

Ham... eu para mim, neste momento retenho um aluno por faltas (risos) só. Quando eles faltam de forma injustificada...Por exemplo, tenho um menino de etnia que falta bastante, não é?! E é assim, enquanto... eles não podem...não podem encarar a escola de uma forma diferente dos outros. Os outros se cumprem e se vão...ham... nós não podemos fechar os olhos a isso. É assim, depois também penso ele vai ser penalizado quando a culpa não é dele, porque quem o traz são os pais e se ele não vem à escola é porque não o trazem. Ele não pode vir sozinho, não é?! Mas depois...também é um “pau de dois bicos” também é assim, ele ir para passando e não ir à escola é muito injusto também para com os outros que cumprem e que vão frequentemente. Depois passar por dificuldades de aprendizagem...hoje em dia nas escolas temos vários caminhos para levar o menino à frente. Portanto, se ele não aprende pelo método “normal” como os outros nós podemos encaminhá-lo para ele fazer recuperação ou reencaminhá-lo para o 54, adotar outro tipo de medidas na sala de aula. De forma, a que eles consigam atingir as mesmas competências que os outros, mas de uma forma diferente...por outros caminhos. Portanto, eu não... hoje em dia, nós temos isso tudo ao nosso dispor, os professores. Portanto, daí eu não ver grande...grande vantagem na retenção (risos).

- Com a medida de não reter os alunos, pretende adaptar alguma estratégia nas suas práticas letivas? Se sim, explique quais são as estratégias e o porquê das suas escolhas.

As estratégias, é isso mesmo, quando o aluno não adquire os conhecimentos como os outros é encaminhá-lo, de forma legal para...para outros caminhos, de forma que ele consiga atingir as competências como os outros. Encaminhá-lo legalmente para o 54, fazer planos de recuperação, adaptar o programa ao aluno...nós temos isso ao nosso dispor hoje em dia.

- Considera que o acompanhamento prestado aos alunos com mais dificuldades poderia melhorar? De que forma?

É assim, eu acho que sim. Embora eu não sinta isso na minha escola, nós temos bastante apoio. Eu tenho uma professora de apoio a tempo inteiro na sala de aula. Portanto, acredito que escolas...há muitas escolas que não têm isso. Portanto, nesse sentido acho que poderia ser melhor. Eu, na minha escola não sinto isso, porque não tenho...é como lhe digo, eu tenho uma professora de apoio o tempo inteiro para acompanhar esses alunos.

- Tendo em conta as suas perspetivas profissionais, considera ser possível reduzir as taxas de retenção sem facilitar as aprendizagens e avaliações aos alunos? De que modo?

Hum...acaba por haver sempre uma facilidade, não é?! Porque se nós estamos a adaptar um programa a um aluno é para adaptá-lo para uma forma mais fácil, não é?! Mas é o que a lei nos permite, portanto temos de ir de encontro com a lei. Mas é que há miúdos que precisam mesmo disso, não é?! Há meninos que de outra forma nunca vão atingir as competências dos outros e temos que ter essa realidade. Eles não podem ser penalizados uma vida inteira por isso, não é?! Tem que se adaptar para esses meninos...esses meninos têm que progredir ao ritmo deles...ham... às aprendizagens deles. E, portanto, estou a falar especificamente de meninos com NEE. Eles não podem estar a ser retidos infinitamente como era antigamente, quando eles não vão adquirir as mesmas competências que os outros. Tem de ser trabalhados de forma diferente

- O que entende por sucesso e por insucesso escolar? Quais as suas causas, efeitos e consequências nos alunos, no sistema e na sociedade?

Como assim?! (risos). A taxa de insucesso muitas vezes é avaliada pelo número de retenções, não é?! A taxa de sucesso, por norma, às vezes vemos...ai tem uma taxa de sucesso...o agrupamento 90 e tal %...que muitas vezes...o sucesso é a qualidade das aprendizagens dos alunos, muitas vezes não se transmite nisso, não é?! Hoje em dia, vemos a taxa de sucesso pelo número de retenções e não retenções. Agora a qualidade das aprendizagens não é bem a mesma coisa (risos). Uma das causas do insucesso escolar, muitas vezes, é o ambiente de onde os meninos vêm e o acompanhamento familiar, essa é a principal causa. Outra causa é a imaturidade deles, eu acho que eles entram muito novos para a escola, deviam entrar um ano mais tarde. São muito imaturos...essa é uma causa. As duas principais causas que eu vejo é o ambiente familiar e também a maturidade dos alunos, eles são cada vez mais imaturos. Do sucesso é o empenho, organização, empenho da família, acompanhamento por

parte da família, é muito importante, a maturidade dos meninos, o gosto de estar na escola...sentirem-se bem, sentirem-se confortáveis. A nível de consequências do sucesso é bom, para a autoestima, sentirem que tem sucesso escolar é ótimo...sentirem-se bem entre os pares. O insucesso escolar não vejo grande vantagem nisso só acho que eles se sentem diferentes, embora eles não sejam todos iguais é um facto, não é?! A retenção...mudar de turma, mudar de ambiente...para eles é muito violento, para os pequeninos.

- No seu entender e com a sua experiência profissional, acha que o sucesso/ insucesso escolar estão associados à ideia de retenção/ não-retenção escolar? Ou seja, na sua perspetiva, que relação estabelece entre sucesso/ insucesso e entre retenção e/ou não-retenção?

Sim, sim está. Porque as escolas avaliam a taxa de sucesso e insucesso a favor de retenções e não retenções. Depois dentro dos alunos aprovados, eles estipulam os muito bons, os bons...isto no 1.º Ciclo, não é?! Porque depois para cima já é diferente porque também tem a avaliação externa. Mas no 1.º Ciclo a taxa de sucesso é avaliada em função disso de retenção e não retenção.

- Que estratégias pedagógicas desenvolve nas suas práticas letivas para a otimização do sucesso escolar dos alunos?

Diferenciação pedagógica, apoio complementar, reorganização dos programas para os alunos, adaptação do currículo para o aluno.

- Pretende acrescentar alguma ideia que considere relevante, para além das apresentadas ao longo da entrevista?

Não, penso que está tudo. Espero que tenha ajudado.